

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

UF *m* G

No ano de 2021 a Rede de Museus, Espaços de Ciência e Cultura da UFMG completou 20 anos. Este livro se apresenta como uma entre várias ações planejadas para celebrar e comemorar esse feito. Celebrar, no sentido de honrar (lat. celebrare) e comemorar, como lembrar novamente (lat. commemorare). Afinal, durante duas décadas a comunidade da UFMG, representada por docentes, técnicos e estudantes, construiu formas inovadoras para a organização de ações concernentes ao patrimônio universitário científico e cultural, sempre histórico e institucional. A cada passo, diferentes sujeitos e grupos de trabalho ofereceram contribuições originais para os desafios que se apresentavam e, nesse processo, a Rede de Museus se consolidou como uma construção coletiva. Pertencer à Rede de Museus da UFMG tem sido, para todos os espaços constituintes, uma condição de apoio recíproco diante de adversidades que não puderam ser ultrapassadas em determinados momentos. Sabemos que os riscos, as perdas e as catástrofes nos rondam desde sempre no trabalho com acervos. Mas, estamos sempre buscando as saídas e esperamos que essa obra seja conhecida pelo muito que a Rede de Museus tem a mostrar, compartilhar, intercambiar e, assim, seguir se renovando.

As organizadoras



Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas



Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas

Organizadoras:

Meily Assbú Linhales e Rita de Cássia Marques

UF *m* G

***Rede de Museus e Espaços
de Ciências e Cultura
da UFMG: percursos e
experiências formativas***





Organizadoras:
Meily Assbú Linhales e Rita de Cássia Marques

Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas



REDE DE MUSEUS
e Espaços de Ciências
e Cultura da UFMG

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

UF *m* G

OUTUBRO DE 2023

Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: Percursos e Experiências Formativas

Organizadoras: Meily Assbú Linhales e Rita de Cássia Marques

ISBN: 978-85-88221-66-6

Produção executiva: Cristofane da Silveira Queiroz

Produção editorial e revisão gramatical: Trindade Monografias

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Jorge Luiz Ferreira Carlos

Este livro foi publicado com recursos da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFMG.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

E-mail: rededemuseus@ufmg.br | Site: www.ufmg.br/rededemuseus

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG : percursos e experiências formativas / organizadoras Meily Assbú Linhales, Rita de Cássia Marques. -- Belo Horizonte, MG : Pró-reitoria de Extensão da UFMG, 2023.

Vários autores.
ISBN 978-85-88221-66-6

1. Museus - Brasil - História 2. Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura
3. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
I. Linhales, Meily Assbú. II. Marques, Rita de Cássia.

23-180691

CDD-069

Índices para catálogo sistemático:

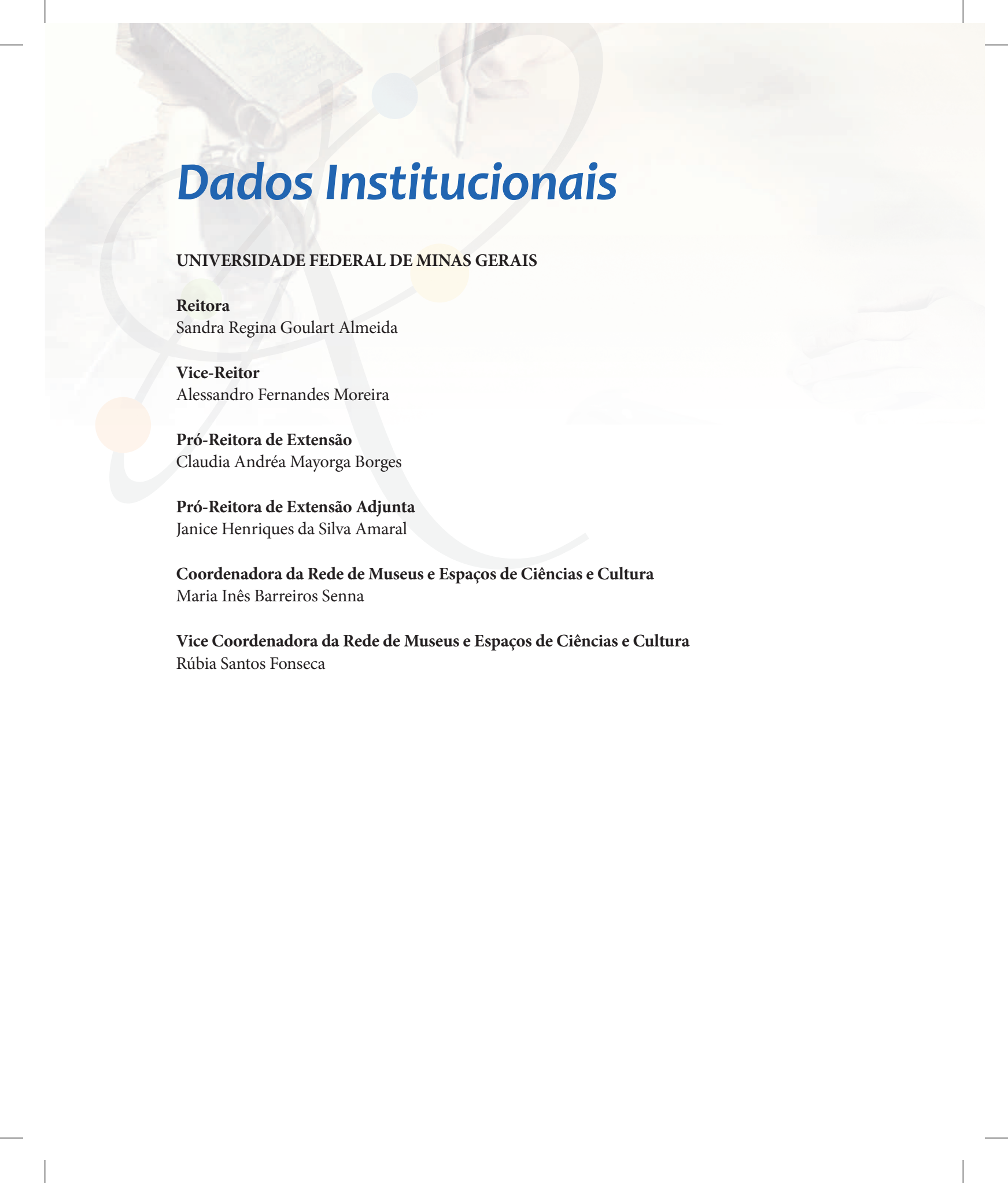
1. Museus : História 069

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

UFMG



Dados Institucionais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitora de Extensão

Claudia Andréa Mayorga Borges

Pró-Reitora de Extensão Adjunta

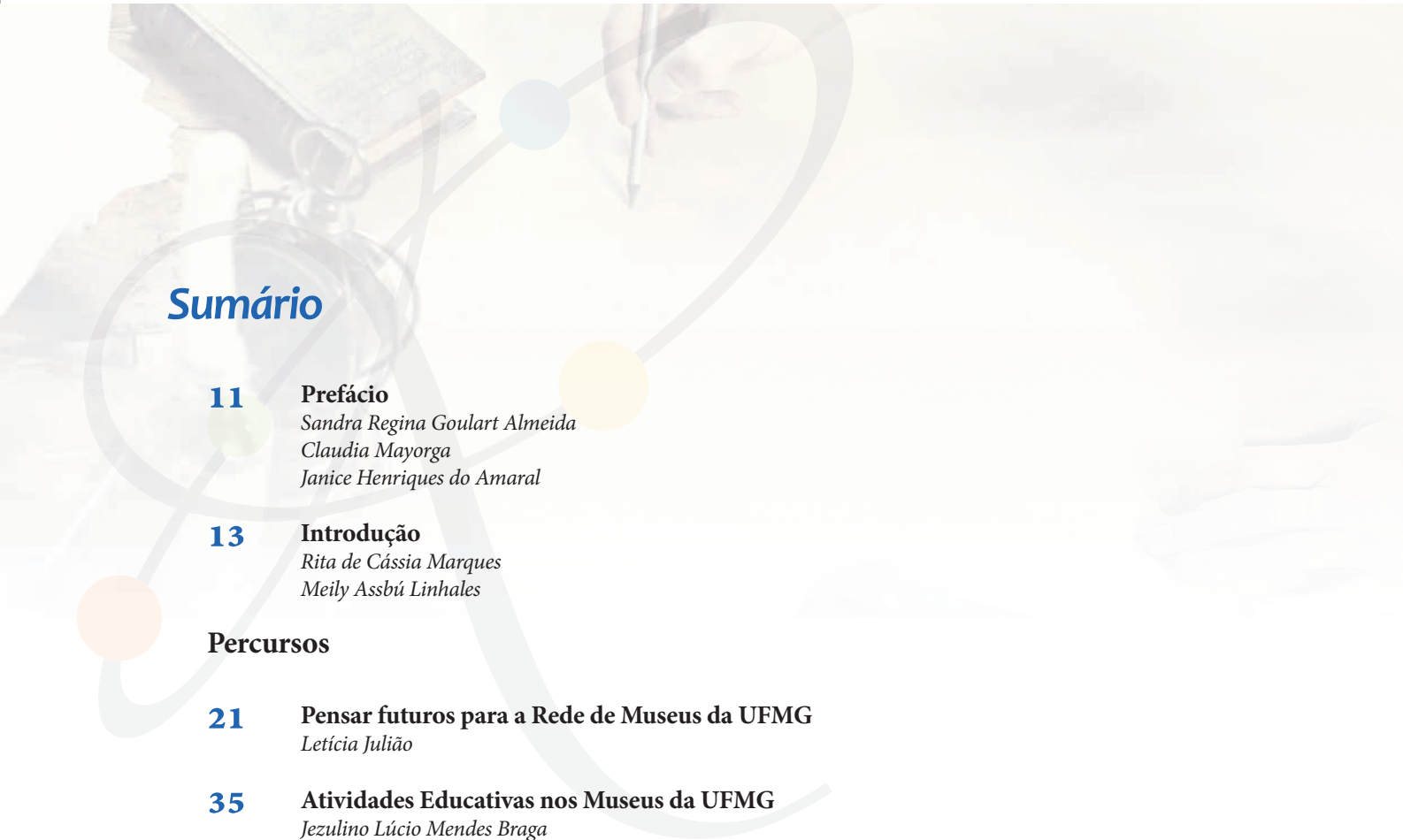
Janice Henriques da Silva Amaral

Coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura

Maria Inês Barreiros Senna

Vice Coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura

Rúbia Santos Fonseca



Sumário

- 11** **Prefácio**
Sandra Regina Goulart Almeida
Claudia Mayorga
Janice Henriques do Amaral

- 13** **Introdução**
Rita de Cássia Marques
Meily Assbú Linhales

Percursos

- 21** **Pensar futuros para a Rede de Museus da UFMG**
Letícia Julião

- 35** **Atividades Educativas nos Museus da UFMG**
Jezulino Lúcio Mendes Braga

- 49** **III Jornada de Museus Universitários: Debate e Proposição de Diretrizes de uma Política para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG**
Marcus Marciano Gonçalves da Silveira
Meily Assbú Linhales

- 63** **Homenagem à Professora Maria das Graças Ribeiro**
Rita de Cássia Marques

Experiências

- 75** **O Espaço do Conhecimento UFMG: Presente e Futuro**
Diomira Ma. Cicci Pinto Faria
Sibelle Diniz
Carlos Eduardo Porto Villani
Maurício Gino
Junia Ferrari e Camila Mantovani

- 91** **Con(fiar): O fio que borda e costura a memória e os saberes das mestras e dos mestres do Campo das Vertentes**
Jackson Jardel dos Santos
Verona Campos Segantini,
Giulia Attolini Muraro

*Antônio Vinicius Cardoso Santos,
João Pedro Eugênio de Paiva
Júlia Castello Branco Fiume Pires*

105 O Centro de Coleções Taxonômicas como espaço para Pesquisa, Ensino e Extensão

*João Renato Stehmann
Fabrício Rodrigues Santos
Kirstern Lica Follmann Haseyama*

121 Estação Ecológica da UFMG: abrindo trilhas para uma educação ambiental crítica

*Abraão Santana Domingos
Andréa Siqueira Carvalho
Luís Filipe Lima
Maria Auxiliadora Drumond
Maria Clara Lage Ferreira
Matheus Arcanjo*

133 Herbário Norte Mineiro: Ensino, Pesquisa e Educação Científica

*Rúbia Santos Fonseca
Diego Tavares Iglesias
Márcio Venícius Barbosa Xavier
Carlos Emílio de Sant'Ana Pinter Pastorello
Elaine Soares de Almeida*

145 Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG: O Projeto a Cartografia Histórica ao Alcance de todos e seus produtos

*Antônio Gilberto Costa
Márcia Maria Duarte dos Santos*

163 Os (Re)fazeres do CEDOC: construindo e organizando a memória da Faculdade de Educação

*Eliezer Raimundo de Sousa Costa
Thaís Kalile Zschaber Nogueira*

175 Caminhos e modos orientadores para a gestão do Centro de Memória da Escola de Enfermagem

*Fernanda Batista Oliveira Santos
Tercia Moreira Ribeiro da Silva
Gabriela Vieira de Castro
Stefhane Silva Nonato e Letícia Moreira Maia*

185 O Centro de Memória da Odontologia e o projeto “Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos – Implantação de um sistema integrado de informação na Rede

de Museus da UFMG”: parceria para a salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio científico-cultural universitário

Maria Inês Barreiros Senna

Marcus Marciano Gonçalves da Silveira

199 Centro de memória da farmácia da UFMG: história de formação e atuação profissional

Gerson Antonio Pianetti

Lucinéia Maria Bicalho

215 Isolamento social e a reinvenção do museu: produções virtuais do Centro de Memória da Medicina

Anna Luiza Soares Chagas

Ethel Mizrahy Cuperschmid,

Lucas Thiago Fernandes Andrade

Natália Rocha Santos,

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Raquel de Mattos Romanowski

229 “Memórias de si, memórias da Educação Física”: Uma Exposição Construída a partir do Arquivo Pessoal da Professora Eustáquia Salvadora de Sousa

Meily Assbú Linhales

Giovanna Camila da Silva

Iara Souto Ribeiro Silva

Polianna Dias Santos

Entrevistas

243 Com a palavra, os coordenadores!

Entrevistas realizadas no âmbito do projeto “20 Anos da Rede de Museus: memórias e trajetórias” 243

1. Entrevista realizada no dia 28 de janeiro de 2021, com Betânia Gonçalves Figueiredo. 247

2. Entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2021, com Antônio Gilberto Costa 267

3. Entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2021, com Rita de Cássia Marques 287

4. Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2021, com Letícia Julião. 311

Autores e autoras

333 Currículo dos autores



Prefácio

Plantar sonhos, colher frutos, celebrar a esperança (e plantar de novo)!

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora da UFMG

Claudia Mayorga
Pró-reitora de Extensão da UFMG

Janice Henriques do Amaral
Pró-reitora Adjunta de Extensão da UFMG

Alegria de uma data comemorativa em uma instituição como a UFMG sempre nos coloca em um estado de “balanço”. Relembrar como as “coisas” começaram, das pessoas envolvidas, das dificuldades encontradas e das superações construídas, dos/as que estiveram e não estão mais, dos objetivos que motivaram a caminhada, do plantio de sonhos e também das colheitas. Momento, também, de sonhar e projetar os próximos passos!

Nesse aniversário da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, celebramos 20 anos de uma articulação pioneira no país que, lá no seu momento de gestação, tomava como ponto de partida o trabalho coletivo. Como ainda não havia sido presenciado nas universidades públicas brasileiras, no ano de 2000 essa articulação iniciou-se com uma provocação da Pró-reitoria de Extensão, que destacava a importância do trabalho colaborativo e articulado para fortalecer a agenda do que seria a futura política de museus e espaços de memória, ciência e cultura da UFMG. As sementes que foram ali plantadas eram de muito boa qualidade, já que tomavam o fazer coletivo como princípio para a gestão. Os espaços já desenvolviam atividades com finalidades semelhantes, estavam diante dos mesmos desafios e tinham grande acúmulo de conhecimentos e práticas que passaram a ser compartilhados. A construção participativa tem sido, sem dúvida, o principal adubo desse movimento que celebramos nesta data.

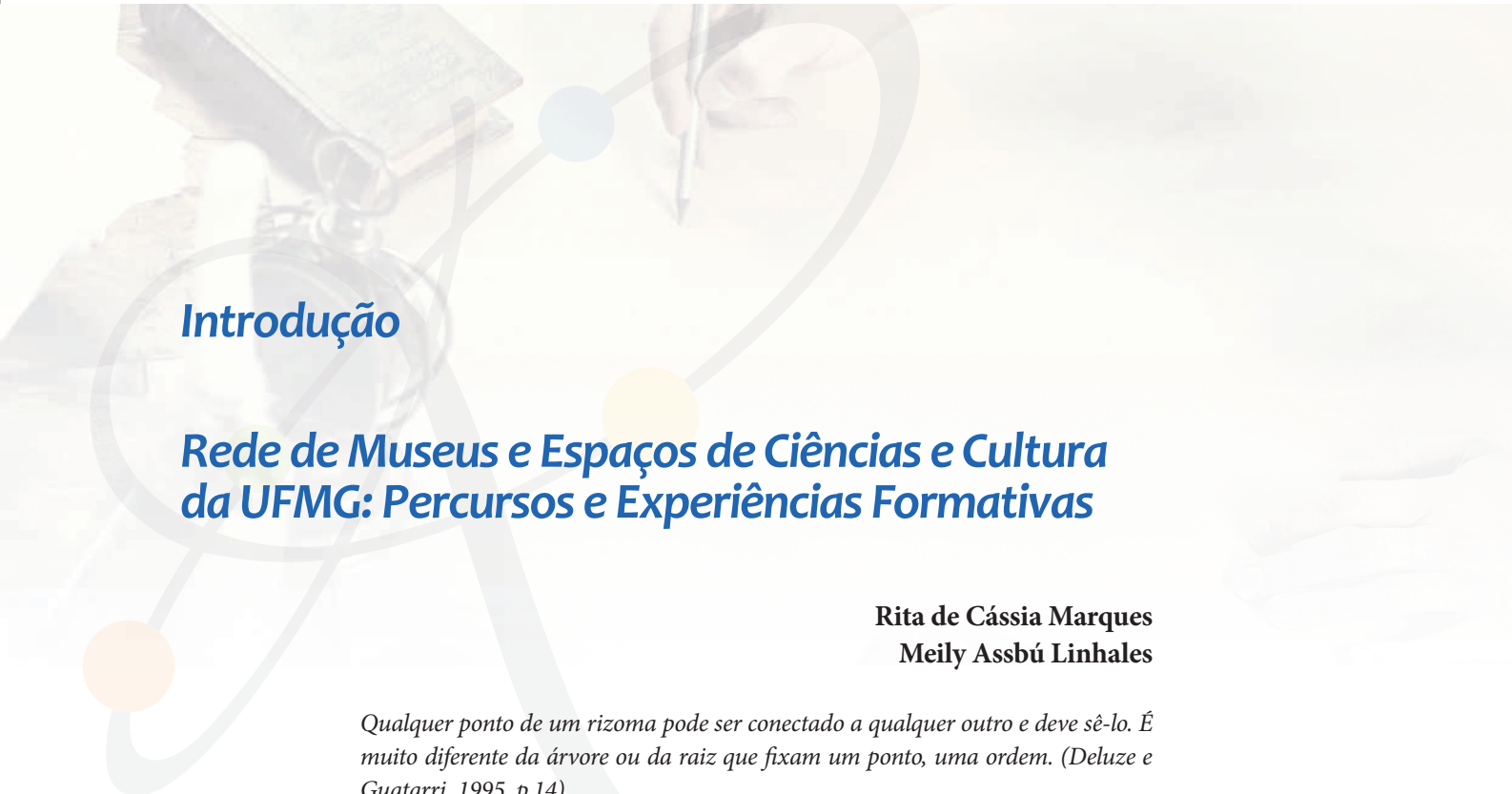
Desde então, muitas coisas aconteceram: espaços foram se incorporando à Rede e a diversidade das distintas áreas do conhecimento foram se fazendo presentes nessa

articulação. Da mesma forma, o trabalho que integra perspectivas formativas, de investigação, de interação com a sociedade e de produção do conhecimento foi marcando um caminho diverso para a Rede, que conseguiu nesses anos tirar do papel a tão desejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Processos de institucionalização foram sendo implementados - a Rede hoje se organiza em formato colegiado, possui um regimento, além de recurso orçamentário, editais de fomento a atividades que integram pesquisa e extensão, divulgação de seus trabalhos na Mostra da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura que ocorre no âmbito da Semana do Conhecimento da UFMG. Por meio da Rede, a UFMG organizou o V Fórum Permanente de Museus Universitários e participa de atividades junto às políticas públicas em diversos territórios em Minas Gerais, recebe estudantes da educação básica pública e privada, colaborando para que crianças e jovens possam sonhar com o dia de ingressar na universidade pública.

Momentos difíceis também fizeram parte dessa história, sendo momentos de aprendizado e fortalecimento. O primeiro deles, refere-se à própria iniciativa de trabalhar em rede. Nas universidades, por vezes, os caminhos individuais e disciplinares ganham centralidade no nosso cotidiano e, por isso, a gestão coletiva torna-se um desafio permanente em um contexto que muitas vezes nos impele muito mais a competir do que a colaborar. Também vivemos ataques às universidades e à democracia, negação da ciência e da liberdade de cátedra, a pandemia da Covid-19 e rompimentos de muitos dos nossos laços comunitários, o incêndio do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, cortes orçamentários, sofrimentos psíquicos de nossa comunidade, tempestades, secas, pestes e incêndios ameaçaram a germinação e o florescimento dessa articulação, mas ao mesmo tempo foram momentos nos quais estar em Rede foi uma condição determinante para sua travessia e superação. Os desafios são muitos para a consolidação de uma política forte de museus e memória. Ainda que não tenhamos alcançado tudo o que foi sonhado, é fundamental reconhecer que muito foi construído com excelência e compromisso. Muitas mãos, mentes e corações contribuíram e seguem contribuindo com essa construção.

Se a universidade pública consiste na materialização de um direito humano, o direito à educação, à educação superior, não há dúvidas de que a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG tem colaborado para sua garantia e também para a efetivação do direito à memória, à informação, à cultura, com a defesa do patrimônio científico-cultural do nosso país, possibilitando que a UFMG cumpra sua função pública junto à sociedade brasileira.

Terminamos com a esperança e o desejo de que esse belo percurso possa ter continuidade e se fortaleça cada vez mais. Desejamos que nunca falem as chuvas para que os novos sonhos e a mudança sempre brotem, floresçam e tragam bons ares para os próximos anos de caminhada da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG!



Introdução

Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: Percursos e Experiências Formativas

Rita de Cássia Marques
Meily Assbú Linhales

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. (Deleuze e Guatarri, 1995, p.14)

No ano de 2021, a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura (Rede de Museus) da UFMG completou 20 anos. E este livro, que temos o prazer de organizar, apresenta-se como uma, entre várias ações planejadas, para celebrar e comemorar esse feito. Celebrar, no sentido de honrar (*lat. celebrare*) e comemorar, como lembrar novamente (*lat. commemorare*). Afinal, durante duas décadas, a comunidade da UFMG, representada por docentes, técnicos e estudantes, construiu formas inovadoras para a organização de ações concernentes ao patrimônio universitário científico e cultural, sempre histórico e institucional. A cada passo, diferentes sujeitos e grupos de trabalho ofereceram contribuições originais para os desafios que se apresentavam e, nesse processo, a Rede de Museus se consolidou como uma construção coletiva.

Pode-se demarcar que ela nasce em 2001, em uma reunião sobre museus e espaços de ciência. Todavia, a primeira articulação com o propósito de criar uma política de museus na UFMG, aconteceu em 2000, por iniciativa do Pró-Reitor de Extensão, Prof. Edison José Corrêa, assessorado pela professora Betânia Figueiredo e por representantes do Museu de Ciências Morfológicas, do Museu de História Natural e Jardim Botânico, do Centro de Referência em Cartografia Histórica (Instituto Casa da Glória) e do Centro de Memória da Medicina. Este grupo iniciou discussões sobre as possibilidades de ações conjuntas nesses espaços e o principal objetivo era a construção de propostas em conjunto, sobretudo para submissão aos editais de financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Pensava-se que a convergência de esforços, a soma das experiências, o trabalho em equipes e a união das propostas dos diferentes espaços aumentariam as

possibilidades de aprovação de projetos, financiamento e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG.

Naquela ocasião, os docentes que coordenavam os espaços, em sua grande maioria, tinham pouca ou nenhuma experiência com o conhecimento produzido sobre museus e patrimônio (gestão, história, organização documental, conservação, expografia etc.). Eram acadêmicos dedicados às temáticas contempladas nos seus espaços de pesquisa ou sensibilizados com a necessidade de preservar acervos produzidos ao longo da trajetória de suas unidades acadêmicas ou profissão. Haviam, também, aqueles interessados na divulgação científica possível de ser feita nos espaços. Mesmo coordenando espaços diferentes e com interesses diversos, sentaram-se à mesa e foram aprendendo e se empenhando com a ideia de uma Rede e de como os espaços poderiam se aproximar de tal modelo organizativo e usufruir dessa aproximação, compartilhando experiências e aprendendo uns com os outros. O esforço de formação e qualificação, ao invés de ser pulverizado, seria integrado. O prof. Edson, que também era médico, conhecia experiências semelhantes na área de saúde, como a Rede Unida, nascida na cidade mineira de Ouro Preto, em 1985, com o propósito de integrar o saber acadêmico e a rede assistencial em saúde, além de traçar uma estrutura vigorosa de colaboração mútua para a educação profissional, orientada por uma ampliação da noção de saúde e enfatizando ações para sua promoção.¹

Reunindo saberes e também se apoiando em experiências que a própria universidade já conhecia, foi preparado um primeiro curso de capacitação para as pessoas que trabalhavam nos museus, como funcionários e bolsistas. A formação proposta, em serviço, era parte presencial e parte semipresencial. No curso, realizado entre 2001 e 2004, as pessoas se conheciam, articulavam conhecimentos, visitavam outros espaços e reconheciam problemas comuns. A Rede de Museus se desenhava pelo encontro entre diferentes pessoas que possuíam interesses comuns.

A busca por um financiamento mais robusto levou à decisão de encaminhar um projeto para o CNPq. Nas reuniões para pensar planos em comum, a partilha também acontecia e os problemas que pareciam absurdos e sem solução, eram discutidos entre coordenadores que também enfrentavam problemas semelhantes. Essa primeira tentativa de trabalhar em grupo não foi bem-sucedida na obtenção de um financiamento, mas resultou na criação, em 2004, de um programa de extensão intitulado “Museus da UFMG: Centros de ciência e cultura”.

A partir dessas ações embrionárias, a vinculação com a Pró-Reitora de Extensão foi acontecendo processualmente e, em 2001, a criação da *Rede de Museus* foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), tendo por objetivo convergir ações

1. Sobre a Rede Unida, essa importante organização participe nos processos de democratização da saúde pública no Brasil, consultar <http://www.redeunida.org.br>.

e propostas para os museus e espaços expositivos da UFMG. No final do mesmo ano, realizou-se, no Museu de História Natural e Jardim Botânico, o “I Encontro de Museus e Espaços de Ciências da UFMG”, aberto ao público, com a presença de docentes, técnicos, mediadores e representantes de outras entidades ligadas aos museus. Era necessário fomentar o desenvolvimento de uma política de museus na UFMG; as discussões suscitadas pela experiência das instituições e espaços abordaram temas diversos: acervo e reserva técnica, sistema de captação de recursos financeiros, capacitação de pessoal, ações educativas, possibilidades de ações conjuntas e projetos. No encontro, também foram discutidas estratégias de divulgação ampla e efetiva das atividades desenvolvidas pelos Museus e Espaços de Ciências da UFMG, por meio da confecção de um folder único, cartazes e outros meios. Além de ações que seriam realizadas junto à comunidade universitária e, também, para além dela.

A experiência foi crescendo e, ao longo de duas décadas, inspirou outros espaços a aderirem, da mesma forma que sempre foi livre o desligamento. Com muitas idas e vindas, atualmente 25 espaços integram a Rede de Museus e compartilham uma política por ele estabelecida e apoiada pela UFMG. Além das ações internas à Universidade, a Rede de Museus também se inseriu na discussão nacional e internacional sobre museus universitários e patrimônio cultural científico das universidades, trazendo autoridades nacionais e de outros países para discutir e nos orientar sobre essas questões.

Os desafios são uma constante e muito ainda há por ser feito. Todavia, também se reconhece que muito do patrimônio científico e cultural da UFMG poderia estar perdido, se não fosse as ações empreendidas. Assim, os primeiros trabalhos, movidos por convicções de poucas pessoas, de modo às vezes improvisado, amador e apaixonado, foi se estruturando de modo profissional e institucional e hoje, a Rede se encontra integrada à estrutura da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. Quanto ao ensino, pode-se considerar que a criação dos cursos de Arquivologia, Museologia, Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis, obedeceu à motivações externas, convergentes com as políticas públicas para o setor e com as demandas de mercado, mas também correspondeu a motivações internas à UFMG, provocadas pelas ações da Rede de Museus. Hoje, os vários espaços que compõem a Rede apresentam-se como potenciais colaboradores aos processos de profissionalização, por meio das oportunidades de estágios e vivências oferecidas aos estudantes destes e de outros cursos de graduação.

A relevância dos Museus e Espaços de Ciências e Cultura na UFMG também pode ser notada pelo fato de que a Rede de Museus se apresenta como articuladora de editais temáticos e exclusivos. No âmbito da extensão, apresenta-se o bem sucedido Programa 500080 - Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, consolidado desde 2009. No âmbito da pesquisa, o edital concernente à Iniciação Científica, em vigor desde 2014, era uma aspiração antiga, pois nossos espaços, por estarem inseridos na universidade, precisam se dedicar à investigação e à produção do conhecimento,

sempre de maneira integrada à extensão e ao ensino. Ainda alimentamos a expectativa de parcerias futuras que envolvam a Pró-reitora de Graduação, por meio de políticas de estágio e residência em museus.

A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura também se integrou, gradativamente, ao calendário de eventos e ações anuais da UFMG. Sentiu-se provocada a participar de atividades realizadas dentro e fora do campus universitário, tais como o Domingo no Campus, a UFMG Jovem, a Semana dos Museus, a Semana de Ciência e Tecnologia, entre outros. Os conhecimentos e acervos de cada espaço foram exibidos internamente e externamente nesses eventos, em conjunto ou de modo temático, dando a ver a potencialidade existente, a pluralidade de assuntos e a importância do patrimônio universitário. Atualmente, não só participa da Semana do Conhecimento da UFMG, como inovou, propondo a Mostra Virtual da Rede de Museus, realizada desde 2015 e integrada a este evento.

Essas e outras tantas ações realizadas ao longo de duas décadas, dão a ver a originalidade da Rede, que nasceu “rizomática” – com fluxos, tempos e espaços múltiplos e de enlaces heterogêneos e ramificados – e hoje, por vezes interroga se o modelo “arbóreo” – de base enraizada e tronco comum de onde derivam galhos – aquele que consolida hierarquias institucionais, não seria uma estrutura necessária e quase inexorável. Tais indagações, permanecem na ordem do dia para uma Rede que reúne espaços plurais, diversos e ramificados, ao mesmo tempo em que necessita ampliar de maneira original e decisiva sua presença no âmbito da UFMG, como uma alternativa institucional diante da complexidade dos acervos universitários que carecem de políticas e planos de identificação, preservação e disponibilização como objetos de ciência, de cultura e, ao mesmo tempo, como valiosos vestígios de práticas e de experiências universitárias, historicamente construídas por homens e mulheres. Podemos também considerar que, tendo consolidado sua política interna, relativa ao patrimônio universitário, a UFMG poderá compartilhar, com a sociedade e com outras universidades, a legitimidade de seu fazer.

Assim posto, combinando indícios do que foi realizado até aqui e projeções para o futuro, este livro foi planejado e executado para mostrar um pouco de nossa Rede que, ao longo de mais de 20 anos, foi se fortalecendo ao buscar soluções para impasses e dificuldades. Ao mesmo tempo, pertencer à Rede de Museus da UFMG, tem sido, também, uma condição de apoio recíproco diante de adversidades que não puderam ser ultrapassadas em determinados momentos. Sabemos que os riscos, as perdas e as catástrofes nos rondam desde sempre. Organizada em 03 partes, esperamos que essa obra seja conhecida pelo muito que a Rede de Museus tem a mostrar, compartilhar, intercambiar, mas também pelo que nos convoca a buscar e a questionar por meio de suas frestas, lacunas e ausências.

A partir do marco comemorativo dos 20 anos, a *Primeira Parte* reúne contribuições que enfatizam memórias, propostas e ações coletivamente construídas e que anunciam perspectivas e projeção para o futuro. A *Segunda Parte* está dedicada aos relatos de experiências realizadas no âmbito dos espaços que compõem a Rede. Convidados a participar, 12 dos 23 espaços existentes à época do planejamento do livro, aderiram ao chamamento e enviaram suas contribuições. A diversidade de problemas, caminhos e arranjos expressos nesta parte do livro confirmam a pluralidade da Rede. Por fim, na *Terceira Parte* do livro, estão reunidas quatro entrevistas realizadas com ex-coordenadores, no âmbito do projeto “20 Anos da Rede de Museus: memórias e trajetórias”, desenvolvido entre fevereiro e março de 2021.

Desejamos boas leituras!



The background is a solid blue color. Overlaid on this are several faint, light blue geometric shapes. There are four circles of varying sizes and several curved lines that intersect and overlap, creating a complex, abstract pattern. The word "Percursos" is centered in the middle of the image.

Percursos

Pensar futuros para a Rede de Museus da UFMG

Letícia Julião

1. Museus universitários: reconhecendo o cenário

Coleções se formam em diferentes instâncias universitárias. São evidências que documentam realidades, reunidas e submetidas às operações de observação, comparação, classificação, que conduzem a produção de conhecimento tanto quanto servem ao ensino. Além dessas evidências, que são recortes de realidades deslocados para o ambiente acadêmico, outros acervos se constituem porque atestam a própria atividade universitária, abrangendo desde documentos administrativos até os objetos científicos e didáticos que dão suporte às atividades universitárias, como protótipos, instrumentos, utensílios etc. As universidades são, portanto, polos genuínos de formação de acervos, e não por acaso, sediam museus desde os primórdios da era moderna.

Estão registrados atualmente pelo UMAC - Comitê de Museus e Coleções Universitárias do ICOM, 3.864 museus e coleções em universidades espalhadas pelos cinco continentes, sendo 326 na América do Sul, dos quais 206 são sediados no Brasil². Os dados relativos aos museus universitários brasileiros são controversos. De acordo com o *Mapa de Museus Universitários no Brasil*, desenvolvido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), são 442 instituições; o Cadastro Nacional de Museus, mantido pelo IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, registra 291 e a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMUI) contabiliza 560 instituições caracterizadas como universitárias. Independentemente do número exato, parcela significativa dos museus brasileiros são geridos por universidades, mantendo sob sua tutela relevante patrimônio científico e cultural do país³.

Do ponto de vista numérico, é possível dimensionar esse patrimônio pelo diagnóstico realizado em 2020, pela Andifes, em parceria com o MEC e IBRAM⁴. Ainda que limitado

2. Ver Banco de dados de registros do UMAC - Worldwide Database of University Museums and Collection em <https://university-museums-and-collections.net/>

3. Conferir dados do Mast, IBRAM e RBCMUI em <https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1> ; <http://rbcmu.com.br/sobre-a-rede/>.

4. O relatório, elaborado por grupo de assessoria ao GT de Museus da Andifes, foi apresentado ao MEC/IBRAM a partir do formulário enviado às Ifes e institutos com dados coletados entre Setembro e Outubro de 2020 para fins de elaboração de um plano de ação para essas instituições, em atendimento ao que dispõe o Acórdão 1243/2019 - TCU.

aos museus dos Institutos Federais de Ensino Superior, o diagnóstico pode ser tomado como uma mostra representativa. Das 166 instituições respondentes, 9 instituições não possuem acervos de caráter museológico; 61 declararam possuir de 101 a 1000 itens; 42, de 10.001 a 100.000; 6, de 100.001 a 1.000.000 e 3 possuem mais de 1.000.001 itens. (Carvalho; Cunha; Julião, 2020)

Mesmo que esse diagnóstico não ofereça dados sobre a natureza desses acervos no cenário brasileiro, é fato que uma das características marcantes dos museus e coleções universitárias é a diversidade de objetos correspondentes às distintas disciplinas e áreas do saber. Um detalhamento dos dados do UMAC mostra isso: 32,8% das instituições registradas se enquadram na temática da História Natural e Ciência Natural; 25% de História Cultural e Arte; 14,3% de Ciência e Tecnologia; 10,2% de Medicina; 10,1% de História e Arqueologia. 3,8% de Etnografia e Antropologia e 3,8% de temas gerais. (<https://university-museums-and-collections.net/>)

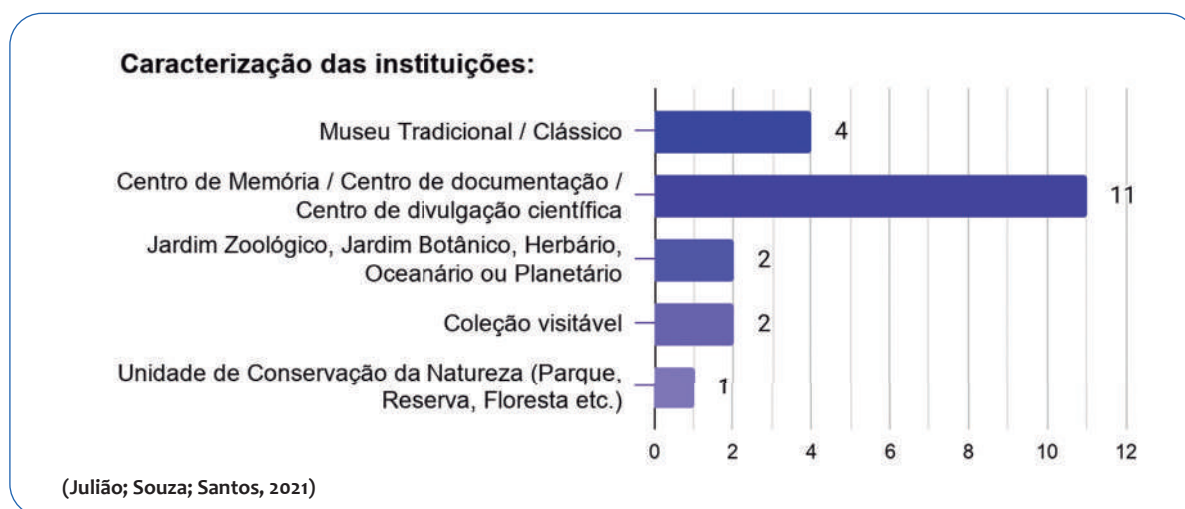
A realidade museológica da UFMG condiz com esse panorama marcado pela diversidade temática e patrimonial. Em pesquisa de 2019/2020, que contou com 20 respondentes integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura, 55% se enquadram na temática das Ciências Exatas, da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde, 20% das Artes, Arquitetura e Linguística; 10% de História; 10% de Educação, Esporte e Lazer e 5% de Arqueologia e Antropologia. Similar à temática dos espaços, as tipologias de acervos também são diversificadas. Os respondentes podiam marcar mais de uma opção dentre as 5 oferecidas pela pesquisa, sendo que oito instituições marcaram somente uma tipologia, sete marcaram mais de três tipologias e uma instituição marcou todas as alternativas. A maioria, 12 instituições, dispõe de acervos de Ciência e Tecnologia; 11 de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Literatura; 9 de História, 8 de Ciências Naturais e História Natural, 5 de Antropologia e Etnografia e 2 de Arqueologia. A estimativa numérica dos acervos de 16 respondentes perfaz 166.336 itens. Algumas instituições não souberam estimar seu acervo (Julião; Souza; Santos, 2021).

Outra característica dos museus universitários é a sua gênese descentralizada:

Em sua maioria, estes museus são criados nas extremidades da cadeia universitária, a partir da consolidação de iniciativas de preservação de acervos, proteção à memória, difusão científica e artística, entre outras, frequentemente realizadas no âmbito de departamentos ou em setores/segmentos destes. São museus que trilham um caminho diferente de museus planejados pela estrutura administrativa central. Começam como projetos de pesquisa e/ou extensão, sem pretensões museais, e gradativamente vão consolidando suas ações, acervos e corpo técnico até receberem reconhecimento institucional, em um percurso que passa por colegiados de cursos, departamentos, congregações, até, eventualmente a colegiados superiores (Carvalho; Cunha; Julião, 2020. p.13)

Esse quadro se repete na UFMG, onde 13 das 20 instituições pesquisadas estão vinculadas institucionalmente a Unidades Acadêmicas, 2 a Departamentos, 4 a Pró-Reitorias⁵ e uma à Reitoria (JULIÃO, SOUZA, SANTOS, 2021). Portanto, 75% dessas instituições encontram-se dispersas pelos campi da UFMG, o que é indicativo da diversidade de acervos, de usos, de estruturas e de formas de gestão desses espaços, quadro compatível com a pluralidade inerente ao ambiente universitário.

Muitos desses espaços não configuram museus nos moldes tradicionais ou clássicos. Precisamente, apenas 4 instituições se reconhecem nessa categoria. Predominam os centros de memória, centros de documentação ou centros de divulgação científica, com 11 instituições. Os demais se distribuem em coleções visitáveis, herbário ou jardim botânico e unidade de conservação da natureza. Ainda que o termo museu não identifique a maioria dos espaços da Rede de Museus, importa reconhecer que todos desenvolvem, de diferentes formas, processos museológicos, que implicam na salvaguarda e na comunicação do patrimônio científico e cultural (Julião; Souza; Santos, 2021).

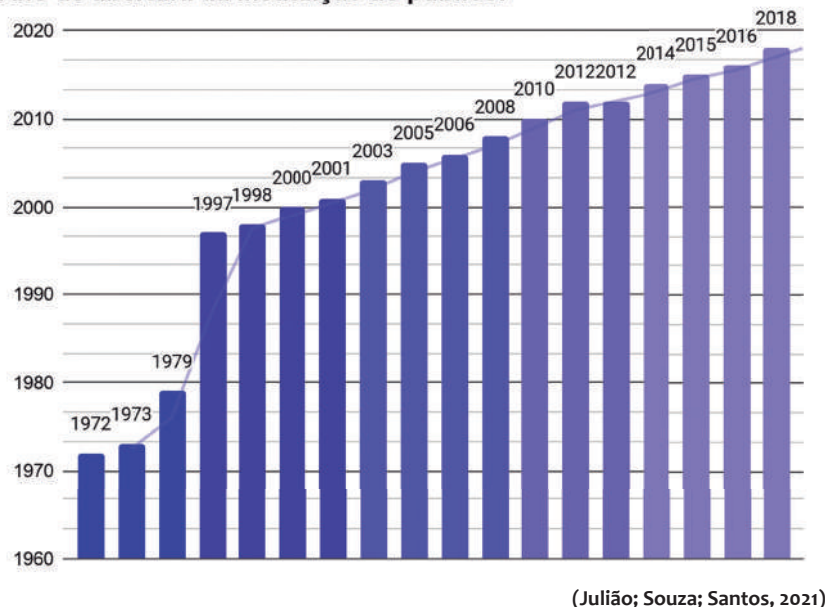


Até os anos de 1990, a UFMG dispunha de poucos espaços dessa natureza. O Museu de História Natural e Jardim Botânico foi o pioneiro, sendo criado em 1972, seguido pelo Centro de Memória da Medicina, em 1979. O Museu Casa Padre Toledo, embora tenha sido criado em 1973, teve sua gestão transferida para a UFMG somente em 1997. É a partir desta data, 1997, que se observa um crescimento contínuo de criação de centros de memória na UFMG. É possível que grande parte desses espaços tenha sido criada em comemorações de efemérides ou em decorrência de deslocamentos físicos de unidades

5. Três das quatro unidades que se vinculam às Pró-Reitorias, à época da pesquisa - 2019/2020, estavam sob a gestão da DAC - Diretoria de Ação Cultural, tornada recentemente Pró-Reitoria de Cultura.

acadêmicas. A partir de 1988, a UFMG inicia um projeto de melhorias e de ampliação das instalações do Campus Pampulha, para onde se transferiram unidades acadêmicas que se localizavam na região Centro-Sul da cidade, quando provavelmente foram identificados acervos dignos de ser preservados (Segantini; Julião, 2017). Somadas a essas circunstâncias, convém notar que o crescimento do número de centros de memória na UFMG se localiza no *boom* de processos de patrimonialização que, desde os anos de 1980, respondem à expansão contemporânea de demandas por memórias e identidades. Neste contexto mundial de proliferação de museus e patrimônio, a UFMG produziu também seus refúgios de memória, diante da consciência de rupturas com o passado que experimentava.

Ano de abertura da instituição ao público:



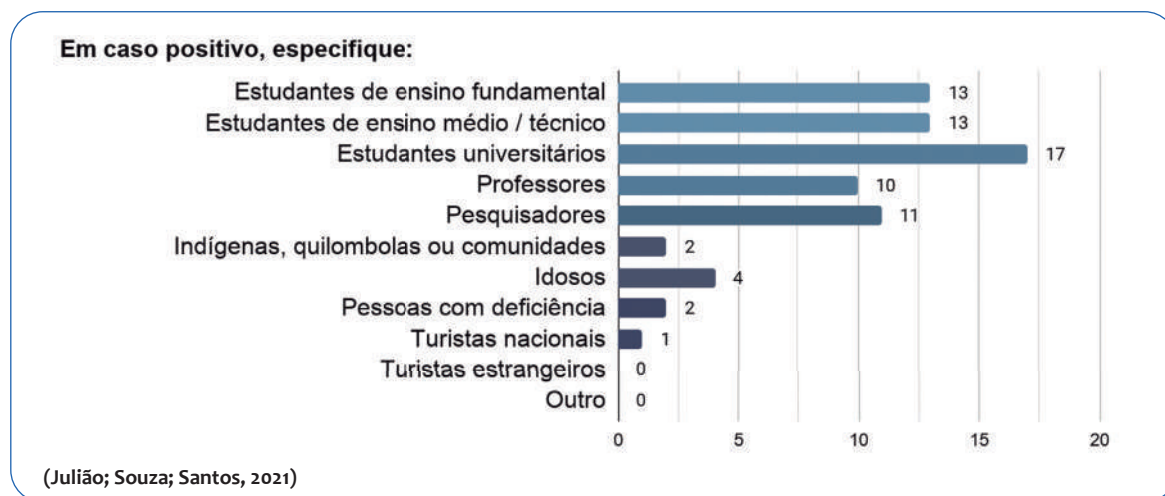
Todas essas experiências evidenciam a complexidade de processos museológicos no ambiente universitário. Se o caráter diverso e descentralizado e os contornos por vezes indistintos desses espaços conferem potencialidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por coleções e museus da UFMG, como ocorre, em geral, nas demais universidades, também pode ser fator de invisibilidade institucional. Concebidos e mantidos por instâncias que se situam mais afastadas da gestão central, são espaços que, não raras vezes, enfrentam dificuldades para legitimar suas propostas e demandas.

Alguns dados sobre a gestão e o funcionamento dos museus universitários evidenciam um reconhecimento ainda restrito do papel que desempenham e podem vir a desempenhar no âmbito das universidades. Respalda essa constatação a institucionalização

ainda em processo em muitos desses espaços, os quais não dispõem de instrumentos de gestão apropriados, de plano museológico, de recursos orçamentários suficientes e nem de número adequado de funcionários administrativos e técnicos. Tais problemas impactam as condições de funcionamento, comprometendo a capacidade de muitos desses espaços de fazer a gestão de seus acervos, desenvolver satisfatoriamente um plano de segurança e gestão de risco e ampliar suas ações direcionadas para seus públicos. (Carvalho; Cunha; Julião, 2020; Julião; Souza; Santos, 2021)

Neste quadro, é possível afirmar que os museus universitários não são devidamente reconhecidos pelas instâncias formuladoras de políticas públicas tanto na área de educação superior quanto museológica. A despeito dessas condições adversas, são instituições que agregam, de maneira notável, atividades de ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo conexões com a sociedade onde estão inseridos.

No caso da UFMG, 63 docentes e 164 discentes bolsistas estavam, entre 2019 e 2020, envolvidos com projetos nos 20 espaços pesquisados. Os dados sobre atividades expositivas são significativos; 13 dessas instituições dispõem de exposição de longa duração, 11 realizam exposições de curta duração e 6 desenvolvem exposições itinerantes. À exceção de um espaço que se encontrava fechado, os demais recebem o público em geral e realizam ações educativas e culturais, com predomínio de recepção de estudantes em todos os níveis de ensino, conforme mostra o gráfico abaixo.



Os 20 espaços pesquisados não correspondem a todos os integrantes da Rede de Museus da UFMG, atualmente com 25 membros. Muito menos representam a totalidade das coleções e espaços de divulgação científica da Universidade. É certo que o patrimônio cultural e científico da UFMG comporta uma profusão de acervos que precisam ser mapeados e reconhecidos. Posto isto, é legítimo afirmar que os dados apresentam

uma amostra da realidade museológica da UFMG e que, nesse horizonte ampliado, as condições de gestão, de institucionalização, de funcionamento e segurança dos espaços de salvaguarda tornam-se ainda mais complexas.

Embora mantenham relações longevas com o fenômeno museu e com as práticas colecionistas, as universidades no Brasil ainda não consolidaram uma cultura patrimonial e museológica, como uma práxis disseminada em suas instâncias administrativas e acadêmicas. O desafio que se impõe, por conseguinte, é ampliar o reconhecimento de que a universidade é produtora de acervos, que se dispersam em laboratórios, salas de aula, departamentos, ateliês, etc., e como tal, deve construir uma sensibilidade patrimonial partilhada por toda a sua comunidade. Concretamente, está implicado nesse processo compreender que é tarefa da universidade assegurar a cadeia de ações que promovem a salvaguarda e comunicação desse patrimônio para o público em geral. Essa não é uma missão fácil; porque requer incorporar às rotinas com os acervos as competências de campos como da Museologia ou da Conservação. Tornar o patrimônio tarefa das Universidades significa consolidar uma cultura museológica e patrimonial; significa, em última instância, agir politicamente, em direção ao estabelecimento de um conjunto de ações contínuas que assegurem a razão de ser dos acervos universitários, ou seja, que as atividades de ensino, pesquisa e a extensão estejam associadas aos propósitos da preservação e extroversão desse patrimônio.

2. Um ator em cena: redes de museus

Construir uma política articulada em cada universidade e entre as universidades parece ser o caminho mais produtivo, quando se verifica que os museus e coleções universitários enfrentam problemas comuns, referentes à institucionalidade, infraestrutura, orçamento e pessoal técnico, mas também comungam de potencialidades, como a diversidade e a capilaridade dos acervos e dos espaços de salvaguarda, o uso acadêmico associado ao acesso do público em geral.

No âmbito de cada universidade, as redes e os sistemas têm sido a forma usual de concretizar essa articulação. Além da Rede de Museus da UFMG, citam-se como exemplos a Rede de Museus e Acervos Museológicos, da UFRGS, a Rede de Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte, da UFPE, a Rede de Museus, da UFPel, o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural, da UFRJ, a Rede de Museus e Acervos da UFOP e o Sistema de Museus, da UFU.

No plano nacional, a partilha de experiências e do debate já vem sendo trilhada desde os anos de 1990, quando foi estruturado o Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), em uma iniciativa pioneira, anterior à criação do UMAC/ICOM, no domínio

internacional. Vale notar que, nessa mesma perspectiva e reiterando a organização reticular, foi criada, em 2017, a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU).

Desde sua criação, o FPMU promoveu seis encontros de alcance nacional, sendo que, na sua 5ª edição, realizada em 2018, na UFMG, foi elaborado coletivamente e aprovado em plenária o documento *Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias*. O documento delineia uma pauta abrangente, com recomendações em relação à gestão de museus e coleções, à salvaguarda, à comunicação e ao próprio Fórum Permanente de Museus Universitários.

Do ponto de vista de uma ação política, três proposições desse documento merecem ser destacadas. A primeira recomendação prevê “promover o reconhecimento, no âmbito do Ministério da Educação, dos museus e coleções universitárias como estruturas indispensáveis à formação profissional e ao desenvolvimento da cidadania” (V Fórum Permanente de Museus Universitários, 2018). As duas outras proposições dizem respeito ao papel do FPMU, seja estimulando universidades e seus dirigentes a formular políticas para os seus respectivos museus e coleções, seja promovendo e apoiando redes de museus e coleções universitários locais, com vistas a ações conjuntas e relações de reciprocidades. Compreendidas em seu conjunto, as três recomendações sinalizam para ações dirigidas ao núcleo de poder central, de formulação e execução de políticas públicas do ensino superior - o MEC, e ao mesmo tempo, para a articulação de rede de atores descentralizados - os museus e as coleções universitários - de modo a fortalecer estratégias de identificação, compartilhamento e organização, em favor de interesses e objetivos comuns (V Fórum Permanente de Museus Universitários, 2018).

Em relação à organização em rede, pode-se dizer que a UFMG foi pioneira quando criou, em 2001, a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura. Ao longo de sua existência, a Rede de Museus da UFMG vem estabelecendo uma governança horizontal que assegura participação equânime de instituições com estruturas e condições de funcionamento muito diversas. Por atuar em um cenário multifacetado, tem se estruturado para se apresentar como alternativa de interação entre diferentes instituições as quais, mantendo sua autonomia, constroem perspectivas convergentes, articulam coletivamente recursos, alinhando visões e ações para se alcançar objetivos comuns, que dificilmente seriam alcançados isoladamente (Migueletto, 2001; Silveira; Julião, 2021). Além de buscar estabelecer relações de poder equilibradas entre aqueles que são diferentes, esse tipo de arranjo organizacional estrutura um ator político legítimo para atuar nas esferas de decisões da universidade.

Tanto do ponto de vista da salvaguarda e da comunicação dos acervos, quanto na perspectiva de gestão dos espaços, muitas ações só puderam ser desenvolvidas porque foram concebidas na lógica cooperativa de rede, assegurando, de um lado, a identificação de interesses e demandas comuns, e, de outro, o compartilhamento de recursos financeiros, conhecimentos técnicos e experiências. São exemplos dessas ações, no

último decênio, o edital PRPQ/PROEX do Programa de Bolsas de Iniciação Científica para a Rede de Museus; a Chamada de Fomento, da Proex, que apoia projetos de gestão de espaços; o projeto Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG; o projeto de Reconhecimento do patrimônio científico na UFMG: mapeamento, registro e salvaguarda; a pesquisa Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG; a exposição conjunta dos espaços da Rede de Museus - Colecionar o Mundo: Objetos + Ciência + Cultura - realizada no Espaço do Conhecimento da UFMG; as oficinas para elaboração de plano museológicos; o desenvolvimento de proposta de organização de Reserva Técnica compartilhada e visitável; o desenvolvimento de programa de gestão de risco.

A experiência da UFMG atesta que, mais que uma somatória de espaços distintos, a associação de atores distintos em rede, para se alcançar resultados satisfatórios para todos, demanda negociações permanentes, capazes de construir

(...) conectividades, as quais são reconfiguradas a cada circunstância. Se o delineamento de problemas e objetivos comuns – ponto de partida dos projetos – implica em uma negociação inicial, é fato que o processo de trabalho compartilhado, envolvendo o engajamento dos atores heterogêneos, constitui-se na principal fonte de repactuação e de construção de identificação e interesses comuns. (Silveira; Julião, 2021, p. 47)

Ainda que incertezas sejam próprias dos arranjos em rede, em decorrência da permanente construção de acordos e compromissos, a Rede de Museus da UFMG alcançou, hoje, um grau de estabilidade e continuidade de seus propósitos, que a fortalecem na articulação de interesses e na interlocução tanto entre seus pares, quanto em outras instâncias internas e externas à universidade. A profusão de demandas aparentemente singulares e de ações isoladas dos espaços vão cedendo lugar a uma pauta de maior representatividade coletiva, mais consistente e de longo prazo.

Nesse processo em que se construiu como um ator político, a Rede de Museus da UFMG lançou, em 2021, o documento *Diretrizes de uma política para a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG* (Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura/ UFMG, 2021). Com base em princípios que consolidam as ações e os projetos em rede, a democratização dos espaços membros e a qualificação dos procedimentos de gestão, as diretrizes se dividem em três grandes tópicos - Institucionalidade, Planejamento e Gestão Estratégica; Salvaguarda Patrimonial: Documentação, Gestão de Risco e Reserva Técnica; Comunicação e Sociedade. Subsidiaram a formulação do documento, as análises produzidas pela pesquisa Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG e, especialmente, os debates internos ocorridos em cinco encontros, durante a III Jornada de Museus Universitários, entre outubro de 2020 e março de 2021.

É possível dizer que as diretrizes formuladas pela Rede de Museus da UFMG, de alguma forma, repercutem as recomendações inscritas em *Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias*, do Fórum de Museus Universitários de 2018. Ambos os documentos assinalam a necessidade de formulação de políticas nas universidades para os museus e coleções, observando a estruturação institucional, a dotação de recursos financeiros e a formação de quadro de pessoal especializado, dentre outras questões. Mas merece atenção, sobretudo, o fato de sublinharem a importância de se conceber esse conjunto de ações a partir da compreensão do papel que museus e coleções desempenham ou mesmo que possam a vir a desempenhar no ambiente universitário.

Nessa direção, as diretrizes formuladas pela Rede de Museus da UFMG partem da premissa de que o patrimônio científico-cultural da UFMG é composto pelo conjunto de bens produzidos, adquiridos ou incorporados em processos e atividades concernentes ao ensino, pesquisa e extensão, cujos valores e significados são reconhecidos pela comunidade universitária e pela sociedade. E destaca:

(...) a diversidade e a pluralidade do patrimônio cultural da UFMG são de importância essencial para a memória e o desenvolvimento da universidade e da sociedade. Portanto, sua proteção atende aos anseios científicos e culturais tanto da comunidade local quanto mundial (Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura/UFMG, 2021)

O documento reafirma a centralidade de museus e coleções para a cultura científica, intelectual e acadêmica, e salienta que essas instituições comportam valores que ultrapassam os muros da universidade, porque são referências e recursos culturais que dizem respeito à globalidade da sociedade. Há, de fato, tanto no documento da Rede de Museus da UFMG quanto do Fórum de Museus Universitários, um anseio em promover o reconhecimento da dimensão social do patrimônio universitário. Talvez essa seja a tarefa primária assumida por essas instâncias, em seus respectivos âmbitos. O Fórum de Museus Universitários, desde os anos de 1990 (e mais recente, a Rede de Museus e Coleções Universitárias, de 2017) e a Rede de Museus da UFMG, desde os anos 2001, potencializadas pelo poder oriundo de formas não hierarquizadas de organização, têm se ocupado em produzir e partilhar uma visão que legitima a relevância científica e política dos museus e das coleções universitárias.

3. Imaginar futuros possíveis

Quando foi criada, no início dos anos 2000, a Rede de Museus da UFMG resultou da iniciativa de quatro espaços - Museu de Ciências Morfológicas, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Centro de Memória da Medicina e Centro de Referência em Carto-

grafia Histórica, aos quais se incorporaram, em seguida, o Observatório Astronômico, o Centro de Memória da Engenharia e a Estação Ecológica. Nesse primeiro momento, os espaços se articularam em torno do objetivo de realizar projetos em parceria com vistas, sobretudo, a captar recursos. (Marques; Segantini, 2015).

A busca de recursos, a exemplo do momento de sua criação, permanece como uma importante demanda, como o é também para a maioria dos museus universitários brasileiros. Mas, a despeito desse fato incontestável, é preciso ressaltar que os propósitos da Rede de Museus da UFMG foram alargados na conjunção do esforço de construção de um horizonte comum de identificação e objetivos e de apropriação do pensamento e da prática museológica em suas ações cotidianas.

Essa experiência, que conferiu à Rede de Museus da UFMG o seu atual estatuto, não está encerrada no seu passado, mas, tensionada pelo presente, é desafiada a se ressignificar para servir de substrato a futuros possíveis. Como lembra Koselleck (2006), a experiência pressupõe expectativa de futuro. Para isso, é preciso compreender o seu sentido projetado em um antes e em um depois, de maneira a constituir uma consciência histórica - essa percepção e conexão com nosso estar no mundo, e que se vincula à vida concreta. Interpretar os percursos realizados, segundo Rüsen (2001), é o que nos possibilita orientar intencionalmente a vida prática. Esse é o exercício que o ato comemorativo dos 20 anos da Rede de Museus da UFMG deve ensejar.

Nessa reflexão engajada com o prosseguimento de uma trajetória de relevância da Rede de Museus da UFMG, algumas questões se impõem. A pauta identificada com uma Museologia de caráter mais normativo, vinculada às questões da salvaguarda do patrimônio científico e cultural, já foi incorporada pela Rede, embora haja muito ainda a se fazer. Atestam essa diretiva algumas ações e os projetos desenvolvidos em rede, alguns formulados à espera de recursos, outros em andamento, que contemplam, como já mencionados, o reconhecimento, a documentação e a gestão dos acervos museológicos; a gestão da segurança e dos riscos; a melhoria de infraestrutura de armazenamento dos acervos; a elaboração de planos museológicos.

Embora essa agenda que diz respeito à gestão e à salvaguarda patrimonial seja extensa e urgente, de cumprimento no longo prazo, parece oportuno associá-la ao debate e às práticas referentes à função comunicacional dos museus. É preciso ocupar-se com a salvaguarda do patrimônio cultural e científico, em simultaneidade aos processos de sua extroversão, sobretudo, experimentando formas inclusivas e equânimes de interação e diálogo das instituições e dos processos museais universitários com comunidades e públicos.

Desde o fim do século passado, os Museus e a Museologia vêm sendo confrontados com questões como a hibridação cultural, novas comunidades e territorialidades, acessibilidade, sustentabilidade. Enfim, a Museologia vem se reconfigurando em favor "(...) da assunção de novos modelos museais, novos processos e práticas que assumissem um

caráter mais inclusivo, modelos e processos que dessem conta da diversidade cultural, temática, étnica e de gênero” (Primo, 2019, p.5).

Esses processos, marcadamente políticos, gravitam em torno da formulação de uma nova ética museal, orientada pelos valores democráticos, pelos direitos humanos e pela perspectiva decolonial. Torna-se, portanto, urgente pensar como esses novos compromissos da Museologia que emergem na contemporaneidade têm atravessado as práticas e reflexões em museus universitários. E, talvez, o primeiro passo para isso seja revisitar criticamente a história dessas instituições, assim como a da própria universidade no Brasil.

Como ponto de partida, vale lembrar o quanto é recente o processo de democratização da universidade brasileira. Há somente duas décadas, essas instituições experimentam mudanças substanciais, com a adoção de uma política de inclusão social, concretizada pela ampliação de vagas, estabelecimento de cotas raciais e sociais e financiamento de estudantes. Como destaca Fonseca (2018), a universidade brasileira, não obstante seja pública em grande parte, destinou-se historicamente a uma minoria branca, oriunda das classes médias e abastadas da população.

Grande parte dos museus universitários tiveram origem neste quadro elitista do ensino superior, e, é claro, guardam traços dessa tradição acadêmica e cultural. Foram concebidos como lugares de afirmação e expansão de saberes disciplinares, onde as atividades que envolvem o público são marcadamente unidirecionais. Conformam-se, por conseguinte, ao modelo tradicional, no qual relações hierarquizadas asseguram ao museu o lugar exclusivo de enunciação de significados únicos. Uma derivação mais atual desse modelo tradicional, seria o museu empenhado com a democratização do saber, e que, por meio de artifícios - imersão, recreação, cenografia etc. - busca dar acesso ao saber, mas que segue fixado em visões unívocas de seus enunciados. Como destaca Padró (2003), ambos os modelos estão comprometidos em estender o conhecimento para o público, o qual é concebido como passivo, carente de informação, sujeito a aprender o que o museu tem a oferecer. Uma terceira modalidade, destacada pela autora, entende o museu em uma cultura democrática, em que profissionais e visitantes são reconhecidos como produtores de conhecimento. Democráticos e não apenas democratizantes, nesse modelo, os museus se tornam lugares que valorizam a dúvida, a controvérsia e a negociação de interpretações.

Ao se deslocar do padrão tradicional, restrito à transmissão de informação, para uma comunicação multirreferenciada, é aberto aos museus um largo arco de possibilidades nas relações que estabelecem com os públicos. Apenas como exemplo, citam-se exposições e ações educativas que podem problematizar a origem da própria instituição e de suas coleções; o desenvolvimento de curadorias colaborativas; a ênfase na apresentação de processos, métodos e ambientes que sustentam a produção da ciência, em lugar de apresentar apenas resultados; a exposição de múltiplas visões de temáticas históricas, sociais ou científicas.

Adotar essa perspectiva implica abandonar uma postura comum a grande parte das exposições, como lembram Girault e Molinatti (2011), na qual os museus reivindicam para si a neutralidade, tanto quanto reiteram o mito da neutralidade e objetividade do conhecimento. Além expor problemáticas controversas, a exemplo de temas da biologização de questões sociais, desenvolvimento sustentável ou passados difíceis, os museus devem reconhecer diferentes formas de conhecimento, e debater a própria natureza da ciência como algo que não é estático, fixado em verdades imperturbáveis, mas que se inscreve no seu tempo, no fluxo do mundo social. (Julião, 2020, p.19)

A adoção de um modelo mais complexo de comunicação, de exposições polissêmicas, certamente terá ressonância nas demais práticas museológicas, inclusive na salvaguarda. As premissas de ampliar o acesso e agregar outros saberes em processos museológicos podem estar contemplados, por exemplo, na concepção de reservas técnicas visitáveis, que deem acesso à pluralidade notável dos acervos sob tutela das universidades; na conformação de redes de pesquisa de coleções alicerçadas na interdisciplinaridade e interculturalidade ou no estabelecimento de modalidades de catálogos abertos à contribuição do público e/ou de determinados grupos da sociedade.

É possível que a agenda da Rede de Museus da UFMG nos próximos anos, assim como dos demais museus universitários brasileiros, se ocupe com essas e outras questões concernentes ao rompimento de hierarquias do saber, à abertura dos espaços de ciência ao público e à experimentação de regimes colaborativos nos processos museais. De instituições concebidas historicamente para servir “aos homens de ciência”, poderão ensinar a experiência efetivamente democrática, na qual a instituição museológica e seus públicos venham a se constituir uma só comunidade de aprendizagem.

Tanto os diagnósticos, quanto os documentos de diretrizes, apresentados nos tópicos acima, trazem indicativos importantes para a construção de uma política robusta para os museus e coleções universitárias, seja no plano nacional, seja na esfera da UFMG.

O esforço de se fazer reconhecer uma agenda específica para essas instituições nas instâncias centrais de decisão deve ser acompanhado da consolidação de formas de organização e de dinâmicas locais e horizontalizadas. As redes de museus em universidades têm se mostrado potentes na articulação e no fortalecimento político diante de uma realidade complexa de relações entre espaços e processos museais singulares, às vezes díspares e contraditórios, e, não raras vezes, com poucos recursos para enfrentar seus desafios isoladamente. A Rede de Museus da UFMG não foge à regra. Seguirá se reinventando e reimaginando seus futuros. Na altura de seus 20 anos de existência, talvez possa inovar concebendo a si mesma como uma rede socialmente estendida, enredada em outras redes, de modo que possa se conectar a pessoas, comunidades, públicos, saberes, coleções além muros. Parece muito, mas, para uma rede que foi pioneira em 2001, não é impossível.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, C.R.; CUNHA, M.N.B.; JULIÃO, L. **Relatório da análise dos dados coletados pelo MEC/IBRAM junto aos Museus das IFES e dos Institutos**. Andifes, dezembro de 2020 (não publicado).
- FONSECA, M. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, n. 71, p. 299-307, 2018.
- GIRAULT, Y.; MOLINATTI, G. Comment les musées et centres de sciences s'exposent aux controverses socioscientifiques. **Hermes**, v. 3, n. 61, p. 159-166, 2011.
- JULIÃO, L. O desafio da comunicação nos museus universitários. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. Especial, p. 13-23, 2020.
- JULIÃO, L.; SOUZA, A.H.V.; SANTOS, P.D. **Relatório final de pesquisa - Avaliação museológica: coleções e museus da UFMG - 2019/2020**. Rede de Museus/UFMG, 2021. (não publicado).
- KOSELLECK, R. **O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARQUES, R. C.; SEGANTINI, V. C. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. In: Nascimento, Adalson; Moreno, Andrea (Orgs.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza, p.31-44, 2015.
- MIGUELLETO, D. C. R. **Organizações em rede**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020
- PADRÓ, C. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. IN: LORENTE, J. L.; ALMAZAN, D. **Museología crítica y arte contemporáneo**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, p. 51-70, 2003.
- PRIMO, J. Os Desafios Contemporâneos na Investigação em Sociomuseologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 58, n. 14, p. 3-17, 2019.
- REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA/UFMG. **Diretrizes de uma política para a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG**, 2021 (não publicado).
- RÜSEN, J. **Razão Histórica: teorias da história: fundamentos da Ciência Histórica**. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SEGANTINI, V. C.; JULIÃO, L. A UFMG e o patrimônio da ciência e cultura: da obsolência à musealização. In: GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAUJO, B. M. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**. 1ed. Rio de Janeiro: MAST, 2017, v. 1, p. 111-129.
- SILVEIRA, M. M. G.; JULIÃO, L. Rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG: trajetória, desafios e perspectivas. **Revista CPC**, v. 16, n. 32, p. 36-55, 2021.
- V FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 2018. **Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitários**. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- WORLDWIDE DATABASE OF UNIVERSITY MUSEUMS AND COLLECTIONS. Disponível em: <https://university-museums-and-collections.net/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Atividades Educativas nos Museus da UFMG

Jezulino Lúcio Mendes Braga

1. Introdução

A pesquisa apresentada neste texto é um primeiro mapeamento das ações educativas e culturais na Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura (Rede de Museus), atualizando e discutindo os dados obtidos no projeto *Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG*⁶. Este mapeamento foi desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas MEIO (Museus, Educação, Imagens e Oralidades) do curso de museologia da UFMG entre os anos de 2017 e 2018.⁷

Na atualização dos dados, consultamos os sites dos espaços e analisamos os trabalhos apresentados no *I Seminário de Educação Museal*, realizado no primeiro semestre de 2017 e promovido pela Rede de Museus, em parceria com o curso de museologia da UFMG. Consultamos os planos museológicos dos espaços e as ações que estão sendo desenvolvidas no campo da educação museal, bem como a avaliação de público escolar.

Fizemos uma imersão em dois museus que compõem a Rede de Museus, sendo eles o Espaço do Conhecimento e o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, onde discutimos as ações educativas e culturais. A escolha destes dois espaços se deu por se tratar de museus abertos à visitação, com equipes exclusivas para atendimento ao público escolar, desenvolvendo programas de educação museal balizados na política nacional de museus.

Entendemos que a Educação Museal é um processo no qual são ofertadas atividades pedagógicas pelos museus, através de seus setores educativos, ou propostas por professores que realizam visitas com estudantes a esses espaços de formação. Esse processo está relacionado à capacidade do museu de produzir conhecimento.

Ao assumir seu papel educativo, os museus marcam sua especificidade e ampliam ações que fortalecem o uso pedagógico de suas exposições; propõem, também, relações

6. A pesquisa se deu por meio da aplicação de questionário, baseado na metodologia do Cadastro Nacional de Museus do IBRAM. O Cadastro Nacional de Museus – CNM mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país e divulgou, baseado nas informações coletadas, duas publicações relevantes: *Museus em Números* e *Guia dos Museus Brasileiros*.

7. O grupo de estudos e pesquisas é formado por docentes e estudantes do curso de museologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência-PROMESTRE/FAE da UFMG.

com a comunidade e com as escolas, dinamizando e publicizando suas exposições, além de romper com a visão de uma caixa monumento que encapsula a memória em objetos e legendas, sem se preocupar com as inquiuições próprias do social vivido.

2. Educação em Museus

Os museus são cada vez mais procurados por professores, que ampliam suas estratégias didáticas para ensinar os conteúdos escolares. Algumas dessas instituições se equipam para receber essa demanda, criando setores educativos com equipes para atendimento ao público escolar, bem como elaboram materiais didáticos que servem de suporte para uso pedagógico das exposições.

As discussões sobre educação em museus se sistematizaram no Brasil a partir da década de 1950, quando a educação passou a integrar as funções dessas instituições como um campo fundamental na relação que estabelecem com a sociedade. Para Knauss (2011), na década de 50, a educação nos museus deixou de ser tratada em termos genéricos e passou a ser discutida em sua relação com as escolas. O autor fez um levantamento sobre as discussões que estavam sendo feitas nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, além de outros artigos que defendiam, até mesmo, a criação de serviços educativos, independentes dos serviços técnicos dos museus.

O modelo de museu proposto na criação do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1922 tinha o público escolar como referente, antecipando o debate sobre a aproximação entre museus e escolas. Na década de 1940, o então diretor do museu, Gustavo Barroso, propunha uma reforma no Curso de Museus criado 10 anos antes, principalmente no que se referia à função educativa das coleções. Barroso é conhecido na bibliografia pelo entusiasmo que demonstrava em relação ao patrimônio cultural, principalmente pela via saudosista, quando propunha a recuperação de um passado glorioso na tentativa de despertar entre as gerações o amor à pátria.

Em 1947, Barroso publicou a *Introdução à técnica de museus*, cujo foco principal era a organização e a preservação das coleções, sem aprofundar no sentido educativo dos museus. Entretanto, pesquisando os *Anais do Museu*, Knauss (2011) encontrou um artigo em que Nair Moraes de Carvalho, professora do curso de museus do MHN, elaborou, por meio de outras referências, modelos para a visita escolar que se daria de formas variadas, tais como:

[...]visitas escolares dirigidas eram caracterizadas como as que se realizam durante o horário de aula, com programa preestabelecido de antemão e com preleção dos conservadores do museu. Por sua vez, as visitas escolares livres eram as que se realizavam por grupos de estudantes indicados, fora do horário de aula e sem serem

necessariamente acompanhados, propondo-se um tema para estudo ou inquérito. As visitas escolares combinadas, porém, compunham-se de uma parte dirigida e outra parte livre, combinado assim os outros dois tipos. (KNAUSS, 2011, p. 586)

Observa-se que, já nesse período, existia uma preocupação com visitas livres, nas quais seria proposto um tema para estudo, a partir dos conteúdos escolares. É claro que a preocupação era com a História da Pátria, através de uma narrativa baseada em eventos políticos e em heróis nacionais. Nesse caso, o papel dos museus seria o de auxiliar a escola no desenvolvimento de uma educação para a consciência patriótica.

Na década de 50, foi realizado um seminário na cidade do Rio de Janeiro, promovido pelo ICOM, no qual foi debatida a função educativa dos museus, gerando, dessa forma, vários documentos que sistematizam uma política de educação para os museus⁸. Este seminário teve duração de vinte e quatro dias e envolveu viagens e visitas técnicas a museus e sítios históricos do país⁹. Como resultado desse seminário, foi produzido um relatório, elaborado por George Henri Rivière, traduzido e publicado recentemente pelo Museu da República. (CHAGAS & RODRIGUES, 2019)¹⁰

Nos anos de 1980, com a influência dos debates sobre a nova museologia, as instituições montaram equipes específicas para atender as demandas vindas das escolas, formularam materiais de orientação para os professores e promoveram cursos e seminários atendendo essa camada profissional, como o realizado no Museu Imperial, dedicado a discutir o tema geral *Uso Educacional dos Museus e Monumentos*. É nesse encontro que foi cunhada a expressão “educação patrimonial” e lançadas as bases para uma metodologia que pensa a educação nas relações subjetivas com o patrimônio.

A expressão passou a ser usada como sinônimo de todas as ações de uso pedagógico com e para o patrimônio. Entretanto, as metodologias tornaram-se diversas, principalmente com o avanço dos estudos no campo dos museus e patrimônio. De acordo com Mário Chagas, podem ser desenvolvidas diferentes orientações metodológicas, teóricas e ideológicas, relacionadas ao referido termo (CHAGAS, 2002, p 57). Além disso, seguindo o raciocínio do autor, existem múltiplas possibilidades de leitura do patrimônio, sendo impossível a fixação de um modelo a priori.

8. É importante lembrar que as ações educativas nos museus acontecem desde a criação dos primeiros museus no Brasil. Não podemos definir um marco zero para educação museal. Entretanto, existem algumas iniciativas de forma mais sistematizadas que ocorrem na primeira metade do século XX como Serviço de Assistência ao Ensino no Museu Nacional e as ações educativas do Museu Histórico Nacional.

9. Dois outros seminários, denominados internacionais, abordando o mesmo tema, foram organizados pela Unesco: o primeiro no Brooklyn, em Nova York, nos Estados Unidos da América, em 1952, e o segundo em Atenas, na Grécia, em 1954.

10. É importante também destacar as publicações de *Recursos educativos de museus brasileiros*, de Guy José Paulo de Hollanda; *Museu e educação*, de F. dos santos Trigueiros; e *Museu ideal*, de Regina Monteiro Real.

Em julho de 2010, aconteceu, em Petrópolis, um encontro de educadores que faziam parte dos quadros do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e, como resultado desse encontro, foi lançado um documento para subsidiar a elaboração de uma política nacional de educação para os museus. Desse encontro, surgiu a expressão “Educação Museal” e a convocação para que os profissionais de museus do país participassem da elaboração da política, por meio de um blog (Blog PNEM)¹¹. Os encontros presenciais ocorreram nos Fóruns de Museus e em encontros promovidos pelas Redes de Educadores nos estados do Brasil. Em 2017, foram sistematizados todos os debates no Fórum de Museus de Porto Alegre e, juntamente com esse procedimento, foi assinada uma carta de intenções. No ano de 2018, foi lançado o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, documento resultado do amplo debate com profissionais da educação e museus.

Apesar dos avanços no debate acadêmico e político sobre a educação museal, existem, até então, um grande número de museus que não possuem os chamados “setores educativos” devido à falta de investimentos públicos ou até mesmo por optarem por uma relação direta entre o público escolar e as exposições propostas em suas galerias. Os museus universitários, por exemplo, têm dificuldade em manter uma equipe permanente de educadores, que quase sempre são formadas por bolsistas de graduação e que exercem suas atividades nessas instituições apenas durante o período de duração da bolsa.

Nos museus que possuem setores educativos, apesar de grandes avanços, ainda existem muitos limites nas atividades que estão sendo desenvolvidas. Permanecem, ainda, nas chamadas visitas educativas, uma lógica transmissiva, ou seja, a ilusão da visita total e de discursos que, muitas vezes, contradizem o que vem sendo produzido pelas pesquisas acadêmicas.

Os museus têm como desafio o estabelecimento de um diálogo profícuo com a escola, no sentido de estimular experiências significativas para professores e estudantes, relacionando os tempos de pré-visita, visita e pós-visita, bem como articulando as demandas docentes com os projetos educativos dos museus. Muitos caem na lógica produtiva, ou seja, buscam atender ao maior número de escolas em menor tempo, o que garante maior público e mais recursos. Entretanto, muitas vezes, não conseguem manter um quadro permanente de educadores e a rotatividade da equipe acaba prejudicando os diálogos, que poderiam ser estabelecidos com professores, para além do tempo episódico da visita. A permanência desses educadores nessas instituições, por um período prolongado, permitiria, da mesma forma, consolidar quadros formativos no próprio museu, com amadurecimento de seu projeto educativo, evitando retrabalho de formação e retorno à estaca zero em termos de preparação para o trabalho de recepção de públicos escolares.

O episódio da visita pode ser potencializado com ações articuladas, vislumbrando espaços de troca de experiência entre educadores no museu e na escola, afirmando-se,

11. Disponível em <<https://pnem.museus.gov.br>> acesso em 29 mai 2020

assim, a necessidade de adensamento desta relação com a superação do modelo de primeira e única visita, sem vínculos e sem negociações, para idealização do projeto de visitação.

É preciso ressaltar que as visitas guiadas, sem o planejamento do professor, não constituem uma metodologia apropriada para estimular a capacidade cognitiva. Se recorrermos à nossa memória e alcançarmos a visão do mediador com um grupo de crianças no espaço do museu, em um tempo determinado, e, em virtude da necessidade do cumprimento desse mesmo tempo, a visita ocorre de forma rápida, em que o mediador passa rapidamente pelos objetos explanando sobre sua historicidade. Veremos que, com esse procedimento, estamos longe de sistematizar um método coerente para um trabalho de educação museal.

3. O lugar da aprendizagem nos Museus

De acordo com Júnia Sales Pereira (2007), para que o professor possa usar o museu de forma significativa, ele deve partir do entendimento de que esse espaço possui múltiplas linguagens e, assim, o tempo de aprender exige outra cadência, outros compassos e outros ritmos (PEREIRA, 2007). Para a autora, o museu, além de um espaço de aprendizagem, é também um local de encantamento, entretenimento e admiração (PEREIRA, 2007, p. 11). É necessário que, no tempo da visita, seja permitido que o estudante se relacione com a coleção em exposição.

Para Dominguez, Estepa e Cuenca, “El museo, universo figurado y cargado de significados debe convertirse en un lugar atrayente, motivador, vivo y dinámico, que sugiere interrogantes ao visitante, y a sean alumnos o publico adulto” (DOMINGUEZ, ESTEPA & CUENCA, 1999, p 20). Dessa forma, os programas educativos devem romper com a lógica transmissiva investindo em mediações dialógicas, em que o suposto da verdade seja sempre questionado.

A criação de programas de atendimento especializado aos docentes em setores educativos dos museus pode favorecer não somente a qualificação dos professores para esta relação e usufruto educativo, mas, igualmente, para que os museus, como instituições mutáveis, também possam mapear as expectativas e impressões dos mestres, alterando seus projetos de recepção de públicos escolares. Chamamos de atendimento especializado aos serviços as atividades e os programas permanentes, criados no museu, os quais favorecem vínculos mais efetivos com a sociedade, assim como dos professores com essas instituições, alterando, dessa maneira, hábitos culturais com o amadurecimento das propostas de visitação escolar.

Com a criação desses programas, o fazer educativo nos museus passa a ser visto como oportunidade formativa, uma vez que é rico em experiências, contatos e trocas.

Professores e educadores de museus aprendem com a prática e experiência, que são reavaliadas e reposicionadas no processo educativo. Assim, as atividades nos museus que são desenvolvidas, com a participação dos professores, podem contribuir para novas experiências educativas com os estudantes nas escolas. A atividade docente é, antes de tudo, baseada em interações entre seres humanos: dos professores com os estudantes, seus colegas de profissão e, também, com as equipes educativas dos museus (SALES & SIMAN, 2009, p. 4).

Nos museus que possuem setores educativos, apesar de grandes avanços, ainda existem muitos limites nas atividades que estão sendo desenvolvidas. Permanecem nas chamadas “visitas educativas” uma lógica transmissiva, a ilusão da visita total e discursos, que, muitas vezes, contradizem o que vem sendo produzido pelas pesquisas acadêmicas. Algumas especificidades no museu, descritas por pesquisadores, revelam que:

El museo es un lugar apto para el aprendizaje (...)pero ofrece algunas limitaciones que los profesores deben conocer. Los museos sintetizan en un reducido espacio una dilatada cronología que se pierde, con frecuencia, en las remotas fronteras de miles de años, culturas y diversos hitos de la evolución de la humanidad. La comprensión resulta, a veces, de difícil aprehensión para el visitante, por lo que siempre en cualquier tipo de exposición, temporal o permanente, se manifiesta una dependencia informativa del objeto respecto al mensaje que se quiere transmitir. A estas limitaciones se añade que, normalmente, los objetos del museo, alejados y preservados muchos de ellos en vitrinas, aparecen totalmente desconectados y descontextualizados del medio del cual proceden, perdiendo su cualidad vital y explicativa dentro de un ámbito más amplio en el que, de manera interrelacionada, se producen las múltiples manifestaciones de la vida del hombre; (DOMINGUEZ, ESTEPA & CUENCA, 1999, p. 27-28)

Ao entender estas especificidades, os professores podem romper com uma visão de museu contemplativa e ilustrativa, na qual o educador do setor educativo conduz as turmas de estudantes para complementar o saber curricular, confrontando o abstrato com o concreto. Esses setores educativos podem, igualmente, convocar os professores para ações que extrapolem os cursos de formação para uso dos museus, além de estimulá-los a reconhecer que as exposições não encerram uma finalidade educativa, pois se prolongam no pré e no pós-visita em atividades na escola.

As visitas aos museus não podem prescindir de um momento livre, no qual os estudantes poderão se relacionar com os objetos e perceber as dimensões invisíveis da experiência que se dá para além do domínio da matéria. Se muito presos à lógica racional da escola, educadores de museu e professores acabam tolhendo aquilo que pode ser mais significativo na visita: o conhecimento que parte da informação e é elaborado pela emoção, transformando-se em experiência. Portanto, os professores não devem se

angustiar na tentativa de uma visita total ao museu. Torna-se mais significativo selecionar trajetos no museu que potencializem as discussões feitas na pré-visita.

Qual seria, então, o lugar da aprendizagem nos museus? O episódio da visita pode ser potencializado com ações articuladas, vislumbrando espaços de troca de experiências entre educadores, professores e estudantes, afirmando a necessidade de adensamento dessa relação com a superação do modelo de primeira e única visita, sem diálogo e inquições. O museu é potente para ressignificar concepções éticas, estéticas e sensíveis e, portanto, a aprendizagem nesses espaços não passa pela lógica racional, na qual a escola ainda está organizada. Os visitantes escolares observam por um tempo maior um objeto, passam por outros, leem as plaquetas que acompanham as peças, partilham com colegas e professores impressões em sua trajetória nas galerias e, às vezes, ignoram a mediação dos educadores.

Como uma morada de fragmentos, o museu é um cenário de deslocamentos. Os estudantes percorrem a narrativa organizada pelos projetos curatoriais e propõem outras, muito menos universais e objetivas, que fazem parte de sua relação com o vivido. E, talvez, resida aí o principal desafio às equipes educativas dos museus, ou seja, trabalhar com essa diversidade de experiências sociais e culturais para promover uma aprendizagem significativa.

4. Educação Museal nos Espaços da Rede de Museus

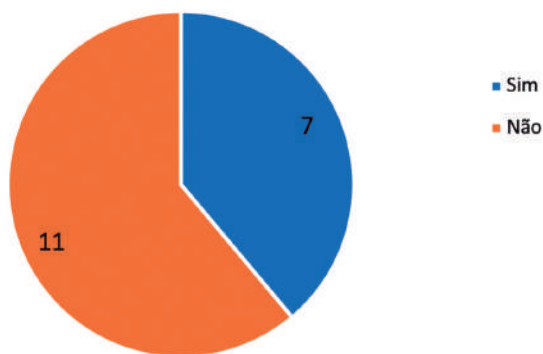
Os dados analisados neste texto foram coletados por meio de pesquisa vinculada ao projeto *Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG*¹². Os dados foram levantados através das informações já consolidadas pelas unidades da Rede de Museus no Cadastro Nacional de Museus. Este cadastro foi implantado pelo IBRAM, no ano de 2006, e teve como resultado a publicação *Museus em Números*, no ano de 2010. No ano de 2015, a metodologia foi substituída pela plataforma *Museusbr*, que gera páginas eletrônicas para os museus, além de permitir o mapeamento e atualização de informações, para melhor tomada de decisões nas políticas públicas para o setor.

Analisamos, também, qualitativamente, as apresentações de trabalho no *I Seminário de Educação Museal* da Rede de Museus, que aconteceu em 2017, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. Neste evento, os espaços compartilharam as ações educativas em desenvolvimento e puderam refletir sobre as atuais pesquisas em educação e museus no Brasil. Gostaríamos de frisar que os dados são localizados no período de 2017 e 2018 e que houve mudanças significativas na Rede de Museus nos últimos anos.

12. Disponível em <<https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=65554>> acesso em 20 julh 2022

Quase 100% dos espaços da Rede de Museus participaram da investigação. Do total de vinte questionários aplicados na pesquisa *Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG*, foram obtidas dezoito respostas. No gráfico a seguir, podemos observar que, quando perguntados se a instituição museológica possui equipe que trabalha EXCLUSIVAMENTE no desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais, sete entre dezoito dessas unidades afirmaram que possuem equipe exclusiva para ações educativas e culturais.

Gráfico 01
Existência de equipe que trabalha EXCLUSIVAMENTE no desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais

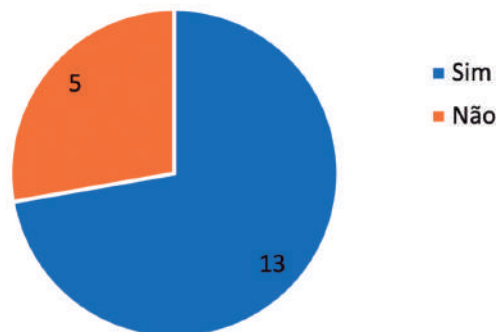


Fonte: JULIÃO, Letícia.; SABINO, P.; ROCHA, Eliane P.; & PERREIRA, W. 2017

Destas sete unidades, foi constatado que predominam com melhor infraestrutura: 4 museus, 1 centro cultural, 1 unidade de conservação e 1 centro de memória. Com base no cruzamento de dados da pesquisa, pode-se, também, indicar que seis destas sete unidades possuem um número superior a vinte funcionários, o que indica que os recursos humanos são um elemento crucial para a existência dessas equipes.

Cerca de setenta por cento dos responsáveis por esses espaços disseram que oferecem visitas guiadas ou mediadas. Esses dados sinalizam para o grande desafio proposto pela Rede de Museus, que é o de estabelecer um diálogo profícuo com a escola no sentido de estimular experiências significativas para professores e estudantes, relacionando os tempos da pré-visita, da visita e da pós-visita, com articulações entre as demandas docentes e os projetos educativos dos museus. Para tanto, é necessário manter uma equipe que possa se dedicar a programas e ações educativas e culturais.

Gráfico 02
Visitas com guia/mediador/monitor



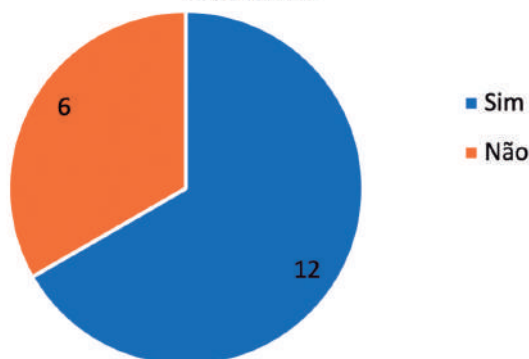
Fonte: JULIÃO, Letícia.; SABINO, P.; ROCHA, Eliane P.; & PERREIRA, W. 2017

Outra questão diz respeito aos mediadores. Muitos desses espaços não conseguem manter um quadro permanente de mediadores e a rotatividade da equipe acaba prejudicando os diálogos que podem ser estabelecidos com professores para além do tempo episódico da visita. É necessário consolidar quadros de mediadores no próprio museu, com amadurecimento de seu projeto educativo, evitando retrabalho de formação e retorno à estaca zero, em termos de preparação para o trabalho de recepção de públicos escolares.

O gráfico a seguir trata das ações educativas e culturais oferecidas pelos espaços para públicos específicos. Dois terços das unidades afirmaram que planejam atividades como: visitas mediadas, oficinas didáticas, projetos de formação de professores, produção de materiais didáticos e eventos.

A maioria dos eventos se concentra na Semana de Museus e na Primavera de Museus promovida pelo IBRAM, que tem como objetivo ampliar o público visitante e intensificar a relação com a comunidade e as escolas. No ano de 2018, o tema da Primavera de Museus foi a educação, oportunizando o debate sobre educação museal com o lançamento das diretrizes dos Cadernos da PNEM.

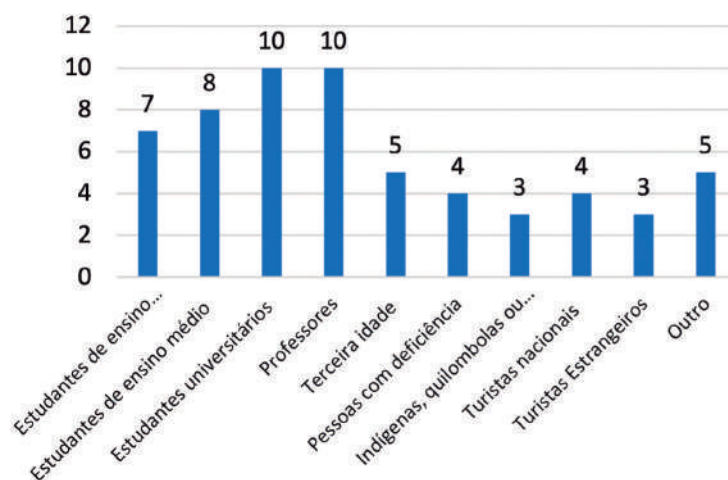
Gráfico 03
Atividades educativas e culturais para públicos específicos



Fonte: JULIÃO, Letícia.; SABINO, P.; ROCHA, Eliane P.; & PERREIRA, W. 2017

Observamos que a maioria do público de que trata o gráfico anterior é formada por estudantes e professores. Alguns centros de memória que compõem a rede não abrem a visitação de público escolar externo à UFMG, mas recebem estudantes dos cursos de graduação, principalmente aqueles que estudam nas escolas, faculdades e institutos, aos quais estão ligados esses centros.

Gráfico 04
Públicos atendidos nas atividades culturais específicas



Fonte: JULIÃO, Letícia.; SABINO, P.; ROCHA, Eliane P.; & PERREIRA, W. 2017

Esses espaços não têm um sistema de pesquisa e avaliação de público, o que torna mais difícil precisar quais as características dos visitantes. Um desafio para a rede seria elaborar instrumentos para pesquisa de público que pudessem ser aplicados nos 20 espaços e que subsidiassem a tomada de decisões para potencialização e melhoria das atividades ofertadas. A pesquisa de público pode influenciar na comunicação e nas demais ações da museologia, como, por exemplo, a melhoria nas atividades educativas e a proposição de exposições de curta duração para produção de conhecimento de interesse social.

Se os públicos com maior indicação são estudantes e professores, caberia à Rede de Museus propor estudos e pesquisas para melhoria das atividades educativas. A ausência de programas educativos faz com que ações isoladas não tenham continuidade, dependendo exclusivamente dos sujeitos que as propõem, já que a maioria não possui equipe dedicada exclusivamente a ações educativas e culturais.

O Espaço do Conhecimento e o Museu de História Natural e Jardim Botânico são os dois espaços com melhor estrutura para atender ao público escolar e, portanto, a análise qualitativa em sequência estará focada nestes dois museus.

O MHNJB situa-se na região leste de Belo Horizonte, local de fácil acesso com muitas linhas de ônibus, além de ser atendido, também, pelo metrô da capital. É cobrada uma taxa de entrada de dez reais para os visitantes espontâneos, doze reais por estudante de escolas privadas e seis reais por estudante de escolas públicas em visitas mediadas. A gratuidade é garantida a crianças de até cinco anos, a adultos acima de sessenta anos e a estudantes e funcionários da UFMG.

O museu oferece visita mediada por meio de agendamento em circuitos previamente escolhidos, tais como: Cartografia Histórica, Ciências das Plantas, História Natural, Jardim Botânico, Espaço Interativo de Ciências da Vida e Primeiros Passos na Conservação de Bens Arqueológicos. Cada um desses circuitos está descrito no site do museu para que o docente possa preparar a visita de acordo com seus interesses.¹³

Para ampliar a relação com as escolas, o MHNJB oferece cursos de formação para professores, oficina de plantas medicinais, programa de educação ambiental e colônia de férias. No que se refere à formação dos mediadores, em sua maioria bolsistas em estágio não obrigatório, o museu reserva a segunda-feira para debates de textos sobre educação museal. Os projetos estão descritos no Sistema de Informação da Extensão da UFMG.¹⁴

Durante nossa investigação, observamos que, dos projetos cadastrados nesse sistema, dois são dedicados à formação de mediadores. Neste museu, os mediadores são contratados via projeto de extensão e permanecem na instituição pelo período da bolsa. Como já dissemos, isso dificulta um projeto consistente de atendimento a visitas escolares, pois sabemos que o museu é um espaço formativo para educadores e, quanto maior o

13. Disponível em <<https://www.ufmg.br/mhnjb/acoes-educativas>> acesso em 27 mai 2020

14. Disponível em <<https://sistemas.ufmg.br/siex/PesquisarAcaoExtensao.do>> acesso em 27 mai 2020

tempo de permanência da equipe, maiores serão as potencialidades de mediação com a exposição. Podemos questionar em que medida as equipes educativas dos museus têm convidado o professor ao diálogo, e que trocas ocorrem entre mediadores aprendentes nos museus e seus colegas de profissão.

O Espaço do Conhecimento UFMG localiza-se na região centro sul, inserido no circuito cultural da Praça da Liberdade. De acordo com o que está no site do museu, para além da visita espontânea, que pode ser feita individualmente ou em grupos, o Espaço oferece visitas mediadas para escolas públicas e privadas, ONGs, fundações e outras instituições. A entrada é gratuita, exceto para o terraço astronômico.

De acordo com dados levantados e publicados pelo museu, 82% do público escolar é proveniente de escola pública, 14% de escolas particulares e 4% de outros grupos não especificados. No que se refere à faixa etária desse público, a maior parte está concentrada na faixa de onze a quatorze anos, idades que correspondem ao segundo ciclo do ensino fundamental. Somada a faixa etária de 3 a 5 e 6 a 10 anos, temos o maior percentual do público escolar do Espaço do Conhecimento.¹⁵

A hipótese que podemos levantar é a de que os professores buscam os museus a partir do potencial da exposição, na relação com o currículo escolar. A exposição de longa duração do Espaço do Conhecimento intitula-se *Demasiado Humano*. Ocupando três andares, a narrativa trata da origem da vida, evolução e trajetória humana.¹⁶ Essa exposição potencializa o ensino de ciências nas séries iniciais, momento no qual o currículo escolar apresenta como objetivo principal despertar a curiosidade dos estudantes sobre os temas das ciências, na busca da comparação entre fatos e situações; além da interpretação de dados a partir das informações exploradas.

Ao que parece, a primeira aproximação dos docentes com o museu acontece de maneira instrumental, ou seja, com finalidades de exploração pedagógica dos temas que são desenvolvidos em sala de aula a partir do currículo. Esta aproximação instrumental não significa que as dimensões éticas, estéticas e políticas estejam desconsideradas.

Margaret Lopes (1991) defendeu a desescolarização dos museus, uma vez que essas instituições se situam no campo da educação não escolar, na qual, “[...] mediante uma grande diversidade de experiências, que relacionam práticas educativas e comunicação social, buscam novas alternativas para seu papel educacional.” (LOPES, 1991, p. 443) Segundo a autora, o movimento da escola nova levou os métodos e finalidades do ensino escolar para os museus. Para ela, a tentativa dos museus de manter um público cativo faz com que organizem cada vez mais seus setores educativos em função da escola.

Não estamos em desacordo com o pressuposto da desescolarização, mas esse processo nos indica que museus e escolas partilham de códigos comuns. Aos museus, cabe

15. Disponível em <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/acontece/pesquisa-de-publico>> acesso em 27 mai 2020

16. Disponível em <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/descubra/exposicoes/>> acesso em 27 mai 2020

também a promoção de atividades educativas que se assemelham à escola, tais como: jogos, atividades de interpretação de objetos, leitura de imagens, questionários, dentre outras. Obviamente que o tempo de permanência dos estudantes no museu é infinitamente menor, mas as práticas induzem a uma aprendizagem significativa no contato com a exposição. Se professores e equipes dos museus partilharem boas práticas, museu e escola podem se complementar.

Além disso, Lopes (1991) parte de um modelo de escola que é subvertido por professores e estudantes. Na educação escolar, existem práticas de ensino inventivas, que ultrapassam a transmissão cartesiana de saberes curriculares. Essas práticas incluem o uso pedagógico das exposições museais de forma inventiva, ultrapassando a ilustração de conteúdos na afirmação do saber escolar.

No campo da educação museal, é muito importante a partilha entre escola e museus. A educação é um processo constante, e no caso da educação em museus, o episódio da visita é muito curto para garantir uma aprendizagem significativa. Além disso, deve-se levar em conta que, muitas vezes, este é o primeiro contato dos estudantes com os ambientes dos museus, situação que envolve o estranhamento e, ao mesmo tempo, o encantamento nas relações intersubjetivas que são construídas ali.

5. Considerações Finais

Museus e espaços de memória são locais formativos, com potenciais diferentes, de acordo com a forma como se estruturam para receber o público escolar e promover atividades para suas equipes. É necessário que haja uma política de valorização da educação como uma das funções essenciais dos museus.

O desafio posto para a Rede de Museus é de que estas ações possam ser feitas em rede, otimizando recursos, muitas vezes escassos, para os museus universitários. Uma solução possível poderia ser o investimento em um programa permanente de formação de educadores, em parceria com os cursos de graduação. Este curso poderia ser ofertado na modalidade EAD. Outro expediente, talvez viável, seria a Rede de Museus favorecer a troca de experiências entre os educativos dos museus e os espaços de ciência e cultura, por meio da realização de um seminário bienal, um exemplo de experiência produtiva, conforme aconteceu com a realização do *I Seminário de Educação Museal*, que ocorreu em abril de 2017. Este seminário foi a única experiência em que os educativos puderam partilhar as ações desenvolvidas nos espaços.

A ampliação da parceria com o curso de museologia da universidade e com programas de pós-graduação pode atender a demandas específicas destes espaços. Como, por exemplo, incentivar estágios obrigatórios nos museus da Rede de Museus, identificar pesquisadores de mestrado e doutorado que estejam fazendo imersão nestes museus,

além da oferta de disciplinas optativas nos cursos de graduação baseada nas demandas da rede.

O MHNJB e o Espaço do Conhecimento poderiam se tornar referência, apresentando os instrumentos que já desenvolveram de agendamento, formação de mediadores, avaliação de público escolar e elaboração de material didático. Não sugerimos que a Rede de Museus engesse os processos de gestão dos educativos, uma vez que cada museu e espaço de ciência e cultura possuem sua especificidade. Mas é importante que exista uma política que sirva de parâmetro para todos os integrantes da rede, seguindo, também, as orientações da PNEM (Política Nacional de Educação Museal), que institui diretrizes para a realização de ações educativas e culturais, bem como fortalece o papel do educador de museus.

Referências Bibliográficas

CHAGAS, Mário; MACRI, Marcus Vinícius. **A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

CHAGAS, Mário Souza. Museus de ciência: assim é, se lhes parece. In: **Caderno do Museu da Vida. O formal e o não formal na dimensão educativa dos museus – 2001/2002**, Rio de Janeiro: Museu da vida e Museu de Astronomia e Ciências afins, 2002, p. 48-56.

DOMINGUEZ, Consuelo Dominguez; GIMÉNEZ, Jesús Estepa; LÓPEZ, José Maria Cuenca. **El museo: um espacio para el aprendizaje**. Huelva: Universidad de Huelva, 1999.

IBRAM. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida.> acesso em 30 mai 2020.

JULIAO, Leticia; SABINO, Paulo Roberto; ROCHA, Eliane F.; PEREIRA, Wagner. **Relatório Final de Pesquisa. Avaliação Museológica: coleções e museus da UFMG**. Belo Horizonte: 2017 (mimeo).

KNAUSS, Paulo. **A presença de estudantes: o encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX**. In: *Varia História* [online], v. 27, n. 46, p. 581-597, 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000200010>> acesso em 30 mai 2020.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 40, p. 444-445, 1991.

PEREIRA, Junia Sales. **Educadores de MUSEUS e seus processos formativos**. Palestra projeto Museu e Escola. Belo Horizonte: Cefor/PUC-Minas e LEME/UFMG, 2007.

PEREIRA, Junia Sales; SIMAN, L. M. C. **EDUCADORES em zonas de fronteira** - Limiares da relação museu-escola. In: NASCIMENTO, Silvania Souza; FERRETI, Carla Santiago. (Org.). **Museu e Escola**. Anais. Belo Horizonte: Puc Minas/UFMG, 2009, v. 1, p. 1-15. CD.

PEREIRA, Junia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro. **Limites da relação museu-escola: educadores em zonas de fronteira**. Projeto Museu-Escola. Belo Horizonte: CEFOR-PUC-Minas, 2009.



III Jornada de Museus Universitários: Debate e Proposição de Diretrizes de uma Política para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

Marcus Marciano Gonçalves da Silveira
Meily Assbú Linhales

1. Introdução

Entre outubro de 2020 e maio de 2021, a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG – Rede de Museus – articulou uma série de eventos (três conferências, cinco fóruns internos, cinco entrevistas e uma solenidade comemorativa) destinada não apenas a celebrar seus 20 anos de existência, como também a construir coletivamente uma proposta de diretrizes a serem consideradas pela UFMG na implementação de uma política para o seu patrimônio científico-universitário para os próximos anos. Composta, na ocasião, por 24 espaços autônomos e articulados por iniciativas próprias – museus, centros de memória e coleções –, a Rede de Museus adaptou-se aos tempos de pandemia do COVID-19 e realizou remotamente os eventos que constituíram a “III Jornada de Museus Universitários”. Nosso objetivo neste trabalho é compartilhar as estratégias metodológicas adotadas, apresentar e discutir os resultados obtidos e as perspectivas abertas pela III Jornada de Museus Universitários, colaborando, assim, com outras iniciativas similares de articulação em rede, destinadas à salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio científico-cultural universitário.

2. As Jornadas de Museus Universitários: Um Breve Histórico

A primeira edição da Jornada de Museus Universitários ocorreu nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, no Museu de Ciências Morfológicas (Instituto de Ciências Biológicas da UFMG) e foi marcada pelos esforços de retomada das atividades do Fórum Permanente de Museus Universitários, instância nacional de articulação, fundada em

1992. Estimulados pela presença de representantes do Comitê Internacional de Museus Universitários (UMAC-ICOM) – Marta Lourenço (Museu Nacional de História Natural e da Ciência, da Universidade de Lisboa) e Marcus Granato (Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST) – os participantes do evento constituíram, na ocasião, um primeiro grupo de trabalho responsável por rearticular a realização do V Fórum Permanente de Museus Universitários. Após reunião realizada em São Paulo (USP, 3 de agosto de 2017), decidiu-se pela manutenção da UFMG como sede do V Encontro Nacional do FPMU, em homenagem à memória e aos esforços já envidados pela Professora Maria das Graças Ribeiro em favor da realização do evento. Com o objetivo de promover e consolidar o debate sobre os museus universitários e instituições afins no Brasil e delinear diretrizes para uma política de preservação do patrimônio universitário, o V Fórum Permanente de Museus Universitários ocorreu entre os dias 8 e 11 de outubro de 2018. Na ocasião, além de importantes decisões de uma Plenária Final registrada em ata, foi produzido coletivamente o documento intitulado “Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias”.¹⁷

Ao contrário da primeira edição, a II Jornada de Museus Universitários, ocorrida no dia 2 de abril de 2019, teve um caráter circunscrito à UFMG, proporcionando a troca de informações sobre projetos de pesquisa desenvolvidos na Rede de Museus e fomentados por meio de um Edital de Bolsas de Iniciação Científica lançado em parceria pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão da Universidade. Na ocasião, além de projetos vinculados à coordenação do programa da Rede de Museus, foram apresentadas atividades de iniciação científica desenvolvidas em boa parte de seus espaços integrantes. Em seguida, foi aberta uma sessão de discussões a respeito das possibilidades de articulação dos espaços visando à apresentação de propostas em conjunto em outro edital, desta feita voltado à distribuição de recursos provenientes da Pró-Reitoria de Extensão.

A terceira edição do evento, por sua vez, foi articulada a partir de discussões realizadas no Conselho de Coordenadores dos espaços integrantes da Rede de Museus sobre a necessidade de avanço institucional em diversos pontos mencionados no documento final do V Fórum Permanente de Museus Universitários. Outros fatores também contribuíram para a formação do consenso em torno da realização do evento: a efeméride dos 20 anos da Rede de Museus e o incêndio ocorrido em parte da reserva técnica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Este último fato levaria à formação de um comitê interno para o enfrentamento da situação e, mais adiante, ao convite por parte da Reitoria da universidade, Professora Sandra Goulart, para que a Rede de Museus da UFMG (por meio de sua coordenadora, Letícia Julião) participasse das atividades

17. Ambos disponíveis no website oficial do fórum <<http://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018>>, que registra também imagens e outras informações sobre o evento.

do Grupo de Trabalho da Andifes (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior) destinado a propor ações voltadas aos museus universitários no país.

Veremos que, além da oportunidade de se fazer um precioso balanço a respeito da trajetória da Rede de Museus, a III Jornada de Museus Universitários também realizaria fóruns internos precedidos e inspirados por conferências. O resultado seria um significativo documento final que busca sintetizar as principais diretrizes a serem consideradas na formulação de uma política para o patrimônio científico-cultural da UFMG, apontando perspectivas para a realização de experiências similares em outras instituições universitárias.

3. A III Jornada de Museus Universitários

Em uma ação coletiva, da qual participaram os coordenadores dos vários espaços da Rede de Museus, teve início a preparação da III Jornada, no dia 1º de outubro de 2020. O processo de trabalho foi orientado pelos seguintes argumentos:

Entre 2020 e 2021, a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG celebra seus 20 anos de existência. Desde a sua criação, muitos foram os caminhos percorridos e as possibilidades construídas, com a gradativa inclusão de novos espaços, novos saberes e também novos desafios. Com o propósito de dar seguimento ao exercício de construção permanente dessa experiência em Rede, realizaremos, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, a Jornada 20 anos da Rede de Museus.

Considerando as condições impostas pela pandemia da COVID-19, optamos pelo formato de encontros em plataformas digitais. Nesses encontros, além de celebrar os 20 anos, receberemos convidados para abordar temas afeitos às problemáticas e demandas dos Museus, Centros de Memória e Coleções que compõem a Rede. Nosso propósito é que, a partir dos debates suscitados em cada encontro, possamos também produzir um documento síntese que aponte horizontes e expectativas para a gestão pública do patrimônio universitário da UFMG.¹⁸

Havendo boa receptividade à proposta, as ações subsequentes foram organizadas como uma construção coletiva e o envolvimento de diferentes subgrupos de trabalho estimulou a construção de duas ações integradas: o projeto “20 anos da Rede de Museus – memórias e trajetórias” e os três encontros temáticos da III Jornada. Cada um destes encontros foi estruturado com uma conferência e um fórum interno de debates. Todas as ações empreendidas tiveram sua culminância em um evento final, levado a termo em

18. Documento orientador do convite à primeira reunião de trabalho.

25 de maio de 2021, em solenidade comemorativa. Passemos, então, a destacar aspectos relevantes de cada uma dessas ações construídas entre outubro de 2020 e maio de 2021.

3. 1. O Projeto “20 anos da Rede de Museus - memórias e trajetórias”

Vale pontuar que, ao longo de sua existência, a Rede de Museus foi coordenada pelos seguintes docentes: Betânia Gonçalves Figueiredo (2000-2004); Maria das Graças Ribeiro (2005-2006) in memoriam; Antônio Gilberto Costa (2007-2013); Rita de Cássia Marques (2013-2016) e Letícia Julião (2017-2021). Assim sendo, a realização de entrevistas com os docentes responsáveis pela coordenação da Rede de Museus (desde sua fundação até os dias atuais) foi parte das comemorações dos 20 anos da Rede de Museus e uma iniciativa aprovada pelo Conselho Coordenador. Para essa atividade, foi constituído um grupo composto por Meily Assbú Linhales (Vice Coordenadora da Rede de Museus), Verona Campos Segantini (Coordenadora do Campus Cultural UFMG em Tiradentes) e Iara Souto (Coordenadora de Acervos do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer).

Orientada pelos aportes metodológicos da História Oral, a equipe realizou todo o processo de organização prévia de roteiros e contatos, desenvolveu cada uma das entrevistas em formato on-line e registrou cada uma das sessões. O roteiro básico orientou-se pelos seguintes eixos temáticos: história de vida e formação; trajetória acadêmica na UFMG; envolvimento com a Rede de Museus; principais aspectos da gestão; e percepção sobre os 20 anos da Rede de Museus. O primeiro resultado do projeto foi o registro das quatro entrevistas individuais, com suas singularidades que, quando narradas, expressaram grande potencialidade para a construção da trajetória e da memória da Rede de Museus.¹⁹ Ao final do projeto, também foi produzido um vídeo comemorativo dos 20 anos da Rede de Museus, reunindo trechos dos depoimentos registrados pela equipe, que foram combinados com registros fotográficos reunidos entre os integrantes da Rede.²⁰

3.2. III Jornada - 27 de outubro de 2020: abertura e conferência “Afirmando a institucionalidade: o planejamento e a gestão estratégica”

19. Cf. <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/noticias/eventos/item/410-rededemuseus-3ajornada-entrevistas>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

20. Cf. <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/noticias/eventos/item/408-rededemuseus-3ajornada-video>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

A abertura da III Jornada de Museus Universitários contou com a participação da Reitora Sandra Goulart de Almeida e da Pró-Reitora de Extensão Cláudia Mayorga, além do Diretor de Ação Cultural Fernando Mencarelli. A Reitora agradeceu, inicialmente, o apoio imediato do IBRAM logo após o incêndio que atingiu parte da reserva técnica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Lembrou, ainda, que, naquele momento, se iniciou uma “profícua interlocução”, resultando, mais tarde, na formação do Grupo de Trabalho dedicado à construção de uma política para os museus universitários no âmbito da ANDIFES. Ressaltou sua “crença profunda” no modelo de articulação em rede como forma de enfrentamento de situações de grande complexidade, manifestando sua expectativa de que a formação de dois Grupos de Trabalho, o primeiro no âmbito do IBRAM e o segundo no âmbito do Ministério da Educação, torne-se um importante passo para a conquista de uma linha de fomento específica para os museus universitários ligados às instituições federais de ensino superior. Na sua avaliação, os diagnósticos realizados pelo IBRAM e pelo GT da Andifes, ao lado de eventos como a própria Jornada de Museus Universitários, serão fundamentais para a definição conjunta de ações prioritárias a serem efetuadas no curto, médio e longo prazo pelos órgãos competentes.

A Pró-Reitora de Extensão, Cláudia Mayorga, por sua vez, destacou os esforços da Pró-Reitoria de Extensão no sentido de fortalecer a Rede de Museus. Em seguida, a coordenadora da Rede de Museus, Letícia Julião, agradeceu os professores responsáveis pela organização e condução dos debates do dia, destacando a importância da dimensão política da articulação em rede para o delineamento de identidades que possibilitem a pactuação permanente de objetivos comuns, dada a grande heterogeneidade encontrada no campo.

A primeira conferência da III Jornada de Museus Universitários, intitulada “Afirmando a institucionalidade: o planejamento e a gestão estratégica”, foi coordenada por um subgrupo de trabalho composto por Rita de Cássia Marques (Centro de Memória da Escola de Enfermagem), Antônio Gilberto Costa (Centro de Referência em Cartografia Histórica) e Gleydes Gambogi Parreira (Museu de Ciências Morfológicas). O grupo convidou Carolina Vilas Boas (Diretora do Departamento de Processos Museais do IBRAM)²¹ para a conferência temática. Após ressaltar que a grande heterogeneidade de espaços resultantes da “vontade de memória e de patrimônio” dificulta a elaboração de uma política unificada para o campo museal no país, Carolina destacou a necessi-

21. “Museóloga e Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. Possui bacharelado e licenciatura em História pela mesma universidade, onde também cursou Especialização em Museologia. Atua profissionalmente na área há duas décadas, tendo participado da implantação, do planejamento e da produção de diversos museus e exposições. Atualmente é Especialista em Desenvolvimento Industrial do SESI - DN, onde atua na implantação do SESI Lab. Anteriormente, foi Diretora do Departamento de Processos Museais, do Instituto Brasileiro de Museus, e coordenou diversos projetos de planejamento institucional, exposições e implantação de museus junto à empresa Expomus.” Cf. <<http://lattes.cnpq.br/2034288479786422>>. Acesso em 11 ago. 2021.

dade de se construir um olhar específico para cada uma dessas realidades, incluindo a questão dos museus universitários. Durante os 20 anos da Rede de Museus da UFMG, avanços emblemáticos foram alcançados no campo cultural do país como um todo, e especialmente no campo da museologia (desde a formulação do Plano Nacional de Cultura e da Política Nacional de Museus, passando pela aprovação do Estatuto dos Museus e pela criação do IBRAM e de toda a legislação em torno do campo museal).

Carolina Vilas Boas propôs a reflexão sobre como a Rede de Museus da UFMG, entendida como um organismo vivo e sistêmico, vem se relacionando com esse “cosmos” regulatório que se criou no país durante o período. Ela lembrou que a horizontalidade das relações estabelecidas em rede demanda sempre um aprendizado. A própria Política Nacional de Museus foi o resultado de um grande esforço no sentido de ampliar os canais participativos, o que apresenta um desafio ainda maior, o de manter tais articulações ativas diante das múltiplas transformações conjunturais ocorridas desde então. Segundo Carolina Vilas Boas, o que falta, muitas vezes, aos planejamentos estratégicos no campo cultural é justamente a busca por uma maior integração entre iniciativas congêneres. Sendo as mudanças significativas, geralmente, o resultado de ações de longo prazo, torna-se fundamental a mobilização simultânea de diversos atores, ultrapassando-se a dimensão personalista ou isolada dessas iniciativas.

O primeiro desafio das redes de museus universitários seria, portanto, superar seus próprios limites e envolver atores de toda a universidade e também dos sistemas municipais e estaduais de museus, do próprio IBRAM, do IPHAN, do Ministério da Educação etc. Ela argumentou que é preciso “diminuir os muros e fortalecer as pontes”, pois os grandes desafios a serem enfrentados exigem uma maior integração dos agentes culturais. Por outro lado, o investimento em capacitação permanente, articulação (parcerias, acordos de cooperação técnica) e preservação (adequação ao marco regulatório), forma um tripé essencial que sugere a necessidade de um diálogo cada vez maior também com os cursos de Museologia do país, dada a responsabilidade das universidades com a formação desses profissionais e a grande expansão do número de cursos de Museologia nos últimos anos.

A carência de uma política específica para os museus universitários não é uma exclusividade do Brasil, de acordo com Carolina Vilas Boas. Trata-se de uma tipologia bastante específica de museus, mas que numericamente alcança grande expressividade no país. O Cadastro Nacional de Museus, apesar de ser uma base dinâmica (criada em 2004, antes mesmo da existência do IBRAM) e que permite cadastros feitos muitas vezes à revelia da própria administração central das universidades, dá uma boa dimensão desse fenômeno, em números atualizados. De um total de 3800 museus, iniciativas de memória e processos de musealização cadastrados (incluindo unidades de conservação, jardins botânicos, jardins zoológicos, etc.), 470 são museus federais, dos quais 214 são geridos diretamente pelo MEC.

Para Carolina Vilas Boas, é importante que a Rede de Museus da UFMG compartilhe sempre suas experiências bem sucedidas quanto ao tripé mencionado anteriormente e também sobre a questão das linhas de fomento, como é o caso dos seus editais voltados especialmente para suas instituições museológicas, uma prática que poderia ser convertida em política pública também no nível federal. Ela lembrou que a interação com os órgãos de controle pode ser entendida como algo bastante favorável, como tem sido o caso dos diagnósticos realizados a partir de parcerias com o Tribunal de Contas da União, que já reuniram dados sobre cerca de 80% dos museus universitários do Ministério da Educação.

Segundo Carolina Vilas Boas, a operacionalização das políticas que vêm sendo definidas pelo menos desde 2009 no país ainda se encontra num estágio inicial, mas, durante o período, houve conquistas significativas, a exemplo da consolidação de eventos como o Fórum Nacional de Museus (sete edições desde 2004), a Semana de Museus (maio) e a Primavera de Museus (setembro), além da construção de indicadores pelo Cadastro Nacional de Museus e pela Plataforma Museusbr. A ampliação das redes e dos espaços de diálogo exige o abandono daquela atitude refratária que enfatiza apenas as diferenças existentes entre as instituições museológicas. A identificação de linhas programáticas comuns é importante para o fortalecimento da área, e o IBRAM pode contribuir com o processo, apesar do seu quadro ainda reduzido de técnicos. A capilarização das ações tem sido buscada, por exemplo, por meio da Educação a Distância (Programa Saber Museu). Hoje, são seis cursos oferecidos, com mais de 400 mil visitas ao website e um número muito expressivo de cursistas, com o apoio da Escola Virtual de Governo. Seria interessante construir acordos de cooperação com as universidades para a produção de mais cursos para o Saber Museu, abordando, por exemplo, o próprio tema das redes de museus.

De acordo com Carolina Vilas Boas, o volume de redes e sistemas de museus existentes já exige um diálogo maior, que transcenda os limites das próprias universidades. A constituição de parcerias público-privadas, a oferta de uma linha de editais que garanta contratos continuados de manutenção preventiva e outras questões devem ser discutidas inclusive no âmbito do poder legislativo, que pode contribuir também no aspecto financeiro (emendas parlamentares). Avançar na conservação preventiva e no inventário das coleções é a prioridade para a maioria das instituições. Aquelas que conheciam bem seus acervos tiveram mais opções para lidar com a pandemia do COVID 19, por exemplo. As categorias próprias dos museus universitários nessa área demandariam a criação de um marco regulatório específico para seus espaços institucionais de memória, coleções científicas, coleções visitáveis etc.

Para Carolina Vilas Boas, o planejamento de longo prazo demanda ações como “estudos de modelagem para fundos patrimoniais voltados às instituições museológicas das universidades”, como é o caso dos fundos de “endowment”, já permitidos pela

legislação brasileira. Ela lembrou que o IBRAM, juntamente com o BNDES, já vem realizando estudos sobre o tema e que a existência das fundações universitárias pode ser um elemento facilitador nessa direção. O planejamento estratégico de Estado no Brasil conta com uma legislação museológica bem avançada, quando comparada à de outros países, numa longa trajetória, que remonta à década de 1980, mas os episódios do incêndio no Museu Nacional e da quase extinção do IBRAM mostram que há a necessidade de consolidação dessas conquistas. Para o IBRAM, é essencial estender a capilaridade de suas ações por meio de parcerias com os sistemas e redes de museus. É preciso que a legislação faça sentido para os agentes da área e que os mesmos não façam um plano museológico, por exemplo, apenas para atender a um dispositivo legal, mas por terem alcançado a consciência da importância do planejamento estratégico para a continuidade de ações de médio e longo prazo. A perenidade depende do grau de institucionalização, de independência das vontades individuais e de conexão dos planejamentos com as expectativas das comunidades atendidas, algo que exige, por vezes, o “reposicionamento de identidades”.

Em resposta a questões feitas pela coordenação da Rede de Museus e por gestores de seus espaços integrantes, Carolina Vilas Boas Vilas Boas destacou, ainda, a possibilidade de elaboração conjunta com o IBRAM de um termo de referência para a contratação dos serviços de elaboração de um plano de gestão de riscos, lembrando a recente parceria entre a FIOCRUZ, o ICOM e o Instituto Canadense de Conservação. Mas ressaltou que o plano de gestão de riscos não deve ser visto como uma panaceia e sim como uma metodologia do programa de segurança (que integra, por sua vez, o plano museológico). Conhecer e agir efetivamente para mitigar riscos é algo que depende sempre do tripé mencionado (capacitação, articulação e preservação). Ela sugere uma maior articulação entre o IBRAM, as universidades, o Corpo de Bombeiros e as secretarias de cultura, com vistas a enfrentar o maior desafio a ser enfrentado pelas instituições, em geral, que é a elaboração e aprovação do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI).

Por fim, Carolina Vilas Boas lembrou que é difícil enfrentar tantos desafios sem a constituição de um corpo técnico interdisciplinar estável nas instituições. Para tanto, além da realização de concursos, existem outros modelos de gestão e de governança (contratos de fomento, gestão mista etc.) que podem ajudar a viabilizar não só o compartilhamento desse corpo técnico como também a montagem e o compartilhamento de reservas técnicas. A captação de recursos para projetos e ações pode passar também pela criação de uma associação de amigos para a Rede de Museus ou pela intermediação de uma fundação da universidade para a inscrição de planos anuais na Lei Rouanet, por exemplo. A abertura para se buscar fontes externas de financiamento não tira a responsabilidade financeira da universidade para com seus museus e pode ajudar na criação e no fortalecimento de elos com outras esferas da sociedade.

3.3. III Jornada - 15 de dezembro de 2020: conferência “Documentação, gestão de risco e reserva técnica: dimensões da salvaguarda patrimonial”

A segunda conferência do evento, foi organizada e conduzida pelos professores Ana Panisset (Setor de Acervos Artísticos) e João Renato Stehman (Centro de Coleções Taxonômicas) e pela museóloga Lorena Martins (Museu Casa de Padre Toledo). O grupo convidou a Profa. Dra. Yacy-Ara Froner²², que abordou questões relacionadas ao diagnóstico de conservação preventiva e suas relações com a temática proposta inicialmente, com enfoque no caso das universidades. Ela ressaltou que a dissociação de informações relacionadas ameaça especialmente a preservação dos acervos artísticos e científicos universitários. Ainda que haja também doações externas, estes acervos se originam geralmente das próprias atividades de seus pesquisadores, o que exige a formulação de um conjunto específico de protocolos que garanta a possibilidade de se justificar a continuidade de sua presença em um ambiente marcado por constantes inovações. Para isso, a gestão compartilhada e a interlocução entre os diversos agentes envolvidos com tais acervos é algo fundamental.

Após definir a Ciência da Conservação como um campo transdisciplinar por excelência, no qual não existem atores prioritários, Yacy-Ara Froner lembrou que a identificação e o inventário são ações que precedem qualquer avaliação das coleções, entendendo a documentação em si como uma ferramenta de preservação. Nesse contexto, a adequação e a gestão de reservas técnicas é outro elemento a ser considerado com especial atenção. Diagnósticos de conservação e risco e protocolos de emergência (definição de rotas de evacuação, identificação de peças por grau de prioridade no caso de incêndios e outros tipos de sinistro etc.) podem salvar coleções mesmo quando há poucos recursos financeiros para a aquisição de equipamentos, por exemplo. A garantia de acesso, seja para a investigação, seja para a exibição, depende de uma boa gestão de fatores relacionados à edificação da reserva técnica, às condições ambientais, à documentação, ao acondicionamento e ao manuseio do acervo universitário.

Após mencionar um conjunto de “documentos basilares” sobre reservas técnicas, Yacy-Ara Froner lembrou que, longe de ser um “depósito para manter as coleções mudas”, elas são espaços que viabilizam a “pesquisa continuada, a comunicação e até mesmo a ampliação do debate sobre sustentabilidade”, quando asseguram a preservação material

22. Professora Titular da Escola de Belas Artes da UFMG (Artes Visuais/Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis), Graduada em História, Mestre em História Social e Doutora em História Econômica, com ênfase em Patrimônio Cultural. Especialista em Conservação/Restauração pelo CECOR/UFMG e em Conservação de Coleções pelo Getty Conservation Institute. É integrante dos Programas de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da UFMG e da Escola de Arquitetura da UFMG.

e documental dos acervos das universidades. Os projetos de reservas técnicas devem se iniciar sempre por um diagnóstico de conservação preventiva e um diagnóstico de risco, levantando também custos e prioridades e alternativas de financiamento. Entendidas como laboratórios para a produção de conhecimento científico, as reservas técnicas devem ser concebidas e mantidas a partir de um “processo cíclico” e do estabelecimento de “rotinas de curto, médio e longo prazos” e podem se abrir para “visitações controladas”. Impõe-se, por outro lado, a revisão periódica desses diagnósticos, dadas as “constantes mudanças quanto a condições ambientais, de bio-segurança, dos equipamentos, etc.”, que causam impacto na preservação de qualidade dos acervos.

Ao apresentar as especificidades de cada um desses diagnósticos, Yacy-Ara Froner destacou como a diminuição de recursos destinados às instituições museológicas causa impactos ainda mais nocivos em instituições que não os possuam. Para demonstrar seu argumento, ela destacou que a “busca de soluções técnicas adequadas e sustentáveis” exige a garantia de aportes regulares de recursos para a manutenção de equipamentos caros ou a implementação de soluções múltiplas que permitam a diminuição de custos sem a perda de eficácia (insuflamento de ar, abertura de janelas, ventilação cruzada natural etc).

Para Yacy-Ara Froner, as vulnerabilidades identificadas devem ser sempre consideradas ocorrências “muito prováveis”. Assim, um “check-up” adequado pode prevenir acidentes. É preciso conhecer o perfil, a missão e as características da instituição, entender os riscos ambientais, a tipologia e os protocolos de uso e gestão das coleções (que exigem, por sua vez, não apenas a atuação de uma equipe multidisciplinar, como também uma clara sanção institucional e um ordenamento legal consolidado). A dimensão das instituições e o tempo disponível para a realização do trabalho de diagnóstico ajudam a identificar o modelo de relatório mais adequado para se implementar um planejamento que vise à “manutenção da qualidade conceitual, documental e física dos acervos”. É importante também valorizar os aspectos positivos, as conquistas já realizadas, reforçando a sinergia das equipes dedicadas à preservação dos acervos.

Ao responder aos questionamentos dos participantes, Yacy-Ara Froner lembrou, ainda, que a crescente terceirização e rotatividade dos serviços de limpeza e de segurança das instituições impõem grandes desafios ao treinamento, à gestão de riscos e à implementação de protocolos de emergência. Outra dificuldade é garantir que o Corpo de Bombeiros esteja ciente dos procedimentos específicos relacionados à mitigação de danos no caso das diferentes tipologias de acervo museológico, lembrando que quanto maior o risco associado à tipologia de acervo, maior será a dependência de equipamentos que dispensem a proximidade física durante o combate aos incêndios. Yacy-Ara Froner afirmou, também, que os estudantes do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG estão ávidos para colaborar com os espaços da Rede de Museus, mas não pode haver uma expectativa de que eles sejam a solução para a

carência de pessoal dessas instituições. Sua função deve estar mais ligada à capacitação de equipes próprias dos espaços.

Após ressaltar a importância da formulação de políticas de aquisição e descarte de acervos que levem em conta as diferentes tipologias, a capacidade institucional de salvaguarda e o caráter complementar dos processos de digitalização, Yacy-Ara Froner encerrou sua fala se dispondo a colaborar com a Rede de Museus, seja na elaboração de roteiros para os diagnósticos a serem realizados nos espaços da Rede de Museus, seja ofertando um Workshop sobre o tema direcionado a suas equipes de trabalho.

3.4. III Jornada - 26 de janeiro de 2021: conferência “Exposições e público: a comunicação com a sociedade”

Após destacar o rico intercâmbio Brasil-Portugal no campo cultural e especialmente na área da Museologia, a Professora Inês Moreira²³, convidada do dia, iniciou a terceira conferência da Jornada de Museus Universitários. Essa sessão foi organizada e conduzida pelas Professoras Sibelle Diniz (Espaço do Conhecimento UFMG), Rúbia Fonseca (Herbário Norte- Mineiro) e Maria Cristina Rosa (Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer). Afirmando sua opção por tratar também das relações entre a temática proposta e as restrições do “contexto pandêmico” enfrentadas por todos naquele momento, a professora Inês Moreira, ao invés de apresentar uma abordagem “histórico-ensaística”, pretendeu se situar nos campos da crônica e do ensaio sobre questões relacionadas à exposição, ao público e aos modos de comunicação com a sociedade. Buscou a compreensão de “nove pontos críticos” e a reflexão sobre eles a partir de “quatro projetos práticos” a serem mencionados, deixando, ao final, algumas inevitáveis “questões em aberto”.

Apesar de tratar de situações mais relacionadas à realidade europeia, Inês Moreira pretendeu apontar reflexões importantes também para o caso dos museus universitários no Brasil. Como pontos críticos dessa reflexão, ela propôs: 1) a consideração da curadoria como uma atividade de investigação e de produção de conhecimento, bem como de fomento à criação; 2) a atenção ao sentido material e físico da exposição, a despeito de todos os desafios lançados pelo contexto da pandemia, pela digitalização de acervos e pela virtualização das exposições - a imersão, as relações entre o público, educadores, artistas e agentes culturais e a interação com a comunidade são “pontos de partida”

23. Arquiteta (FAUP/Porto), Doutora em *Curatorial Knowledge* (Goldsmiths College, University of London), Pesquisadora em Pós-Doutoramento (Universidade Nova de Lisboa), Professora Auxiliar convidada da Universidade do Porto (Cultura Contemporânea e Curadoria de Exposições).

indispensáveis para boa parte dos projetos de curadoria; 3) a comunicação entendida também como oportunidade para a mediação educacional de conteúdos investigados e saberes produzidos durante a concepção das exposições; 4) a possibilidade de projeção dos museus para o alcance de públicos que transcendem a dimensão local, por meio da “viragem digital/virtual”, o que depende sempre de seu “poder institucional e econômico” e de sua “capacidade tecnocultural”; 5) o desafio da concepção e realização de novas exposições no caso de fechamento de espaços públicos, de espaços culturais e de serviços educacionais em virtude da pandemia, com a diminuição drástica do turismo internacional e do público dos museus em geral; 6) a “aceleração da viragem digital dos museus” ocasionada pela pandemia, com o acirramento da disputa de visibilidade/financiamento entre as instituições no ambiente hostil das redes sociais; 7) o afastamento de comunidades da cena artístico-cultural das localidades como decorrência da perda de recursos provenientes das visitas e da interrupção de serviços educativos; 8) a inversão do estado de “conservação preventiva” entre o acervo museológico e o público, em virtude da pandemia, e o desafio para os próximos anos de se imaginar maneiras de se estimular o retorno do público aos museus; 9) a busca de respostas para a questão de como as instituições poderiam funcionar de forma segura na realidade atual.

Em seguida, Inês Moreira passou a tratar de exemplos que sugerem a possibilidade de se alcançar, no contexto atual, “outros modos de ação e criação para além da crença nos algoritmos e na competição global por atenção de um público mais identificado com o turismo e o entretenimento”. O primeiro abordado foi um exercício realizado com estudantes da Universidade no Porto, em uma disciplina sobre exposições, denominado “Observatório do Pandemônio”, no qual se mapeou e se pensou criticamente os “tratamentos paliativos” encontrados diante da interdição da presença física em espaços públicos, em um contexto agravado por sucessivas crises que já vinham atingindo o setor cultural de diversos países. Depois, Inês Moreira fez referência a uma exposição de objetos sobre a pandemia realizada em agosto de 2020 pelo Museu de Design Victoria & Albert (Dundee, Escócia), que contém inclusive um website com textos sobre todo o processo de pesquisa e concepção realizado por seus curadores em um período de seis meses. Ela lembrou que a iniciativa, denominada “*Now Accepting Contactless*”, representava, de certa forma, uma linha de continuidade com relação a iniciativas anteriores daquele museu no sentido de realizar “musealizações rápidas” de objetos do cotidiano. Outros projetos em curso, que contam com a curadoria de Inês Moreira, ainda foram mencionados: uma exposição denominada “*Valise en Carton*”, desenvolvida na cidade do Porto em situação de confinamento social a partir da reunião do trabalho bidimensional de dez artistas em uma mala, que viajará e será exposta em locais diversos; e um projeto intitulado “*Moving Borders*”, no qual todas as reuniões da equipe curatorial têm sido realizadas por meio de plataforma on-line (envolvendo representantes de sete cidades europeias, entre elas a cidade do Porto).

Ao responder aos questionamentos dos participantes, Inês Moreira destacou, ainda, que o futuro dos serviços educativos dos museus em um contexto “pós-pandemia” também vai depender da sensibilidade dos gestores culturais para reconhecer a centralidade da dimensão “analógica” das experiências museais - inclusive como forma de “cativar as comunidades locais”, sendo preocupante qualquer concentração de iniciativas em “projetos de desmaterialização”, tais como o “*Google Arts & Culture*”, por exemplo. Em seguida, tratou da potência relacionada à incorporação, em exposições, de marcas que porventura evidenciem experiências traumáticas vivenciadas pelas próprias instituições museais. Por fim, mencionou estratégias relacionadas a sua atividade docente no contexto imposto pela pandemia, marcado pela alternância entre confinamento e ocupação restrita de espaços públicos.

3.5. 25 de maio de 2021: solenidade comemorativa e encerramento

A solenidade comemorativa dos 20 anos da Rede de Museus também encerrou a III Jornada de Museus Universitários, culminando na apresentação de um documento-síntese produzido a partir da realização dos fóruns internos realizados entre outubro de 2020 e março de 2021 (que totalizaram cerca de 7 horas de debates do Conselho Coordenador). Esses fóruns possibilitaram uma maior aproximação entre os espaços constituintes da Rede de Museus. Além dos três com características temáticas, realizados logo depois das conferências, outros dois foram instituídos como momentos para a integração dos temas e a produção de sínteses. O documento final, intitulado “Diretrizes de uma Política para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG”, foi aprovado pelo Conselho Coordenador da Rede.

Esse evento final contou com a presença dos Reitores Sandra Regina Goulart Almeida e Alessandro Fernandes Moreira, e dos Pró-Reitores de Extensão, Pós-Graduação e Graduação (Cláudia Mayorga, Mário Fernando Montenegro Campos e Benigna Maria de Oliveira, respectivamente) e também da Presidente do UMAC-ICOM, Professora Marta Lourenço. Além da exibição do vídeo final do Projeto “20 anos da Rede de Museus - memórias e trajetórias”²⁴, também houve uma homenagem aos ex-coordenadores da Rede de Museus, que receberam uma placa em reconhecimento dos serviços prestados (incluindo a Professora Maria das Graças Ribeiro, representada por seu irmão, Sr. Antônio Carlos). Após a apresentação de importantes falas de homenagem e de incentivo à continuidade dos trabalhos da Rede de Museus, a coordenadora Letícia Julião fez um balanço da trajetória e das perspectivas da Rede de Museus e realizou a leitura

24. Cf. <<https://youtu.be/tE8plUlkK20>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

do documento final “Diretrizes de uma Política para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG”.²⁵

4. Considerações Finais

As Jornadas de Museus Universitários organizadas pela Rede de Museus não apresentam formato ou alcance regulares, constituindo eventos de diferente natureza de acordo com as demandas de articulação apresentadas. A terceira edição significou uma experiência de grande relevância no que diz respeito à missão de articular e propor políticas, no âmbito da UFMG, relativas à gestão do patrimônio científico-cultural universitário, a partir da integração de diferentes espaços da Rede de Museus em ações levadas a termo pelos diferentes subgrupos de trabalho. Embora a III Jornada tenha se desenvolvido em um grave contexto de distanciamento social, circunscrito pela pandemia da Covid-19, os compartilhamentos produziram novas perspectivas para o patrimônio universitário da UFMG, orientadas por ações coletivas e democráticas.

Referência Bibliográfica

MARQUES, Rita de Cássia; SEGANTINI, Verona Campos. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (Orgs.). **Universidade, memória e patrimônio**. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p.31-44.

25. Cf. <<https://youtu.be/vGNzzVlKWik>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

Homenagem à Professora Maria das Graças Ribeiro

Rita de Cássia Marques

1. Introdução

A Professora Maria das Graças Ribeiro foi uma das maiores entusiastas da criação da Rede de Museus da UFMG e sua segunda coordenadora. Esteve presente nas primeiras reuniões que levaram à criação da Rede de Museus, na qual sempre participou de forma ativa, propositiva, e ao mesmo tempo, serena. Era um conforto chegar às reuniões e encontrá-la com um sorriso aberto e confiante. Por onde andasse, divulgava a experiência da Rede de Museus, tinha orgulho do pioneirismo da UFMG. Estava sempre disponível para as atividades propostas em grupo. Em todos os eventos em conjunto – Semana da Ciência e da Tecnologia, Semana dos Museus, Domingo no Campus, UFMG Jovem, entre outros - lá estava ela com a equipe do Museu de Ciências Morfológicas (MCM). Sempre levava um grande grupo de colaboradores e ficava nos estantes trabalhando direto com o público e não apenas supervisionando. Além de toda disposição, ficava sempre com o semblante feliz, como se estivesse fazendo a melhor coisa do mundo, e estava!

Infelizmente, faleceu em 2015, após uma longa enfermidade, mas mesmo quando estava doente, continuou sonhando, planejando e administrando o MCM. Seria lamentável que uma publicação comemorativa da Rede de Museus da UFMG não contasse com sua história! Sua ausência seria imperdoável! Felizmente, era uma divulgadora nata, deixou relato de seus feitos em artigos e reportagens, nos quais é possível recuperar sua atuação como professora, fundadora e diretora do Museu de Ciências Morfológicas (MCM) e coordenadora da Rede de Museus. Assim, optamos por homenageá-la elaborando um texto que, na medida do possível, trouxesse suas ideias e seu envolvimento com os museus universitários, o MCM e a Rede de Museus da UFMG.

Vamos começar traçando a trajetória do MCM, pois é impossível falar da sua atuação na Rede de Museus sem entender o seu envolvimento com o Museu do ICB. No processo de construção e condução do MCM, estão as bases da sua relação com a Rede.



Foto 1: Maria das Graças Ribeiro, no Museu de Ciências Morfológicas, em 15/03/2011. CEDECOM. Sara Grunbaum

2. A professora que queria divulgar

Natural de Campos Gerais, cidade do sul de Minas Gerais, nasceu no dia 4 de abril de 1948, filha de João Francisco Ribeiro e Augusta Vilela Ribeiro. Maria das Graças Ribeiro gostava de ser professora! Antes mesmo de se formar em Ciências Biológicas, no ano de 1971, pela Faculdade de Ciências Integradas de Machado (FACIM), ela já dava aulas de Biologia em colégio e curso pré-vestibular na sua cidade e nas redondezas.

Seu primeiro contato com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi para fazer um curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior (1977-1978). Seu desejo era ser uma boa professora. No ano seguinte, foi aprovada no mestrado de Morfologia, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG). Concluiu o mestrado em 1981 e no ano seguinte, aprovada em concurso, tornou-se professora do Departamento de Morfologia do ICB/UFMG. O entusiasmo pelo ensino a fez cursar mais duas especializações: Ensino de Morfologia, em 1993 e Psicologia Educacional, em 1994. Em 2003, doutorou-se em Ciências da Saúde na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), também na área de Morfologia. Com a defesa do doutorado, foi aprovada também como pesquisadora, quesito importante para se firmar academicamente no ICB, o emblemático lugar de produzir ciência.

O ICB sempre foi marcado pela sua dupla função, ensino e pesquisa e o seu espaço, cheio de laboratórios, que eram reservados, majoritariamente, à comunidade acadêmica. O MCM foi fruto do seu investimento em ser uma boa professora e divulgar a ciência. As aulas dadas para diferentes públicos e os cursos de especialização convergiam para isso. A ideia era sempre levar a ciência para um público cada vez maior. Com objetivos

como esses, é certo que deveria expandir para além da pesquisa e se enveredar pelo campo também da Extensão e especialmente da divulgação científica.

Algumas das dificuldades encontradas para criar um museu no ambiente acadêmico foram comuns à trajetória de outros museus, centros de memória e documentação que hoje integram a Rede de Museus. Conseguir espaço, convencer os colegas da importância de uma atividade que levará um público diverso ao universitário, obter financiamento...

No caso do ICB, tudo começou com a criação do Laboratório de Pesquisa em Histologia Animal do Departamento de Morfologia, ao qual ela se vinculou, que pretendia atingir um público externo e diverso. Primeiramente, buscaram saber o que a comunidade externa esperava do ICB. Mesmo na contramão, o público foi ouvido e os dados computados. O resultado surpreendeu e “diante do número crescente e da diversidade de público e de interesses” e assim, o Laboratório resolveu propor um projeto de pesquisa no Departamento de Morfologia, considerando o estudo de público e viabilidade de se criar um espaço para tal, na UFMG. Pensar um museu – o Museu de Ciências Morfológicas – foi o resultado dessa consulta. A maioria do público consultado, independentemente da idade, níveis socioeconômicos e de escolaridade, desconhecia o organismo humano e isso incomodou. O museu foi um produto interdisciplinar e interinstitucional, divulgar um acervo de morfologia exigia a colaboração de diversas áreas do conhecimento.

Envolver-se com as demandas do público a fez aproximar-se de outros parceiros, que a acompanharam fielmente por muitos anos. Sua trajetória tornou-se, assim, diversa da maioria dos professores do ICB. O período que se seguiu até a inauguração do museu foi intenso! Ampliar o público com acesso às informações relativas ao corpo humano por meio de uma linguagem adequada, exigia um investimento na aproximação de um público majoritariamente escolar, dentro do ambiente universitário. A ideia de se criar um museu, catalisou muito do conhecimento já adquirido, mas exigia mais. O conhecimento sobre museus era necessário.

A diversidade de tipologia dos acervos da UFMG sempre trouxe desafios para quem se dispusesse a cuidar deles e tornou-se uma das preocupações da Rede de Museus. As dificuldades de criar um museu como o MCM estavam concentradas basicamente no seu acervo de peças morfológicas. As coleções de peças morfológicas sempre existiram como suporte para as aulas. Conhecidas por docentes e discentes dos cursos de saúde, contudo, não eram abertas ao público em geral. Para se tornar acervo de museus aberto ao público, muitas perguntas foram colocadas: como seria possível expor tal acervo? O que fazer para preservar a identificação das peças? Como as peças deveriam ser apresentadas? Perguntas difíceis à época que, para serem respondidas, precisavam contar com o apoio de um amplo programa de capacitação de pessoal para atender ao novo público: professores e estudantes do ensino fundamental e médio.

A equipe formada para atender ao público era composta por pesquisadores, professores, técnicos e estudantes. Além do grupo interno, uma equipe multiprofissional,

constituída por especialistas de várias universidades brasileiras, aderiu ao projeto de forma voluntária enquanto os recursos prometidos não vinham. A despeito de todas as dificuldades, recebeu importante financiamento da Fundação VITAE e foi inaugurado em 1997, atraindo um público ávido por conhecer o acervo, e em pouco tempo, era um dos museus mais visitados da UFMG, com uma média de 40.000 visitantes/ano.

A novidade de um museu como o MCM levava à necessidade de criatividade. Era preciso reflexão constante e busca de novos caminhos para preservar, financiar e divulgar as peças morfológicas para um público cada vez maior. Um dos mais bem sucedidos projetos, foi o Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva, responsável pela exposição “Célula ao alcance das mãos”. A ideia surgiu em 1999, a partir da necessidade de um estudante deficiente visual, do curso de fisioterapia, que queria aproveitar as aulas de citologia e histologias geral, mas o material disponível no MCM era somente visual. Impossível tocar as peças anatômicas envolvidas no formol.

Provocada pela impossibilidade, mobilizou toda a sua dedicada equipe, contratou artistas para pensar o novo: a inclusão de deficientes visuais. Seu envolvimento com o tema da inclusão seguiu os passos de uma pesquisa científica, afinal, ela era uma cientista! Buscou a literatura sobre o tema, se aproximou de pessoas representativas do movimento em defesa dos deficientes, realizou enquetes junto ao público-alvo, definiu prioridades, elaborou projetos em busca de financiamento e aprovação da comunidade acadêmica, desenvolveu processo de trabalho e produtos inovadores. E, principalmente, fez muita divulgação científica em torno da necessidade de inclusão de novos públicos aos museus.

Acompanhei várias etapas do processo de tornar o acervo do MCM mais acessível! Vi todo o entusiasmo quando foi contemplada com recursos do BNDES, que permitiu a ampliação do espaço do MCM, dedicado exclusivamente à produção das peças. As novas peças foram amplamente discutidas, foram feitos vários protótipos, pesquisou-se os melhores materiais. Criar novas peças foi a solução. Sempre criar era a opção privilegiada da Profa. Maria das Graças. O público inicial seria de deficientes visuais, mas a equipe formada criou peças bonitas, coloridas e caprichadas. As 66 peças criadas se multiplicaram em coleções que, ao serem vendidas para outras instituições, também poderiam ser uma consistente forma de garantir a manutenção do MCM. Antes mesmo de ser lançada oficialmente, em 2005, a coleção já contava com mais de 30 pedidos de diversas instituições brasileiras.



Foto 2: Exposição Célula ao alcance da mão.
Fonte: Cedecom Eber Faioli

A coleção “Célula ao Alcance da mão” foi um divisor de águas na história do MCM, a inovação da coleção ampliou o reconhecimento das ações do museu, impulsionou uma série de ações educativas para o público e de formação para os mediadores. Com essa coleção, foi possível a interação que não podia acontecer com as peças anatômicas, os visitantes podiam fazer exploração multissensorial e ambidestral de modelos didáticos - réplicas de estruturas e órgãos humanos. A abordagem mediadora aproximou o conhecimento da vida dos alunos pela interação. Os debates e oficinas ampliaram as informações, ressignificando a aprendizagem de ciências. Foram criadas muitas atividades de formação para professores do ensino fundamental e médio, que se sentiam despreparados e desatualizados. Ou seja, a função educativa e de divulgação do museu estava cada vez mais evidente. Era a prioridade.

3. A Rede de Museus

Por sua atuação destacada na criação e cuidado com o MCM, Maria das Graças foi chamada pelo então Pró-reitor de Extensão (1998-2006), Edson José Correa, para integrar o grupo que começou a discutir a possibilidade de os museus da UFMG trabalharem em conjunto. A ideia de uma rede de museus era novidade e Maria das Graças gostava de novidade. A sua participação na criação e montagem da Rede de Museus foi das mais expressivas. Embora o recém-criado MCM gozasse de maiores possibilidades de financiamentos, devido a sua proposta inovadora, ela não titubeou em integrar o projeto da Rede. Acreditava que um projeto coletivo de museus tinha maior chance de financiamento e desenvolvimento. Na Rede, junto aos grandes museus, estavam estruturas menores, como os centros de memória e de documentação, mas o trabalho em conjunto visava *somar esforços, otimizar recursos, buscar soluções para problemas*

comuns, refletir, definir estratégias e planejar ações conjuntas, ampliar o intercâmbio com o público e agir de forma solidária, preservando a identidade, as características e a missão de cada espaço componente”. (RIBEIRO, 2006, p.10)

No grupo que criou a Rede de Museus, Maria das Graças desempenhou diversas atividades. No início, em 2001, trabalhou muito próxima do Pró-Reitor de Extensão e da coordenadora Betânia Figueiredo, participando da elaboração da estrutura básica da Rede de Museus. Seu grande interesse era a formação de pessoal para os museus; entre 2001 e 2004, colaborou na iniciativa de um curso semipresencial na plataforma Moodle, para alunos bolsistas e funcionários dos espaços integrantes da Rede. Participou de seminários, discutiu problemas e procurou soluções para o grupo. Para além das iniciativas em grupo, todo bolsista selecionado para o MCM passava por curso introdutório, no qual aprendia a lidar com a especificidade do acervo e com o atendimento ao seu público.

Ao longo da primeira década deste século, as atividades em conjunto dos membros da Rede tornaram-se frequentes e Maria das Graças, com o seu MCM, sempre estava presente. Estar em grupo fortalecia a todos, pois as carências de alguns espaços eram minimizadas por estarem em grupo. Era sempre uma pequena mostra de todos. Uma excelente divulgação e oportunidade de todos estarem juntos. Um destaque dessa fase, foi a participação no Dia Internacional dos Museus, em 2004. O evento aconteceu na Serra da Piedade, onde funcionava o Observatório Astronômico da UFMG, que, à época, integrava a Rede. Pela primeira vez, os museus da Rede se apresentaram ao público como um grupo. Foram montados estandes onde estavam presentes professores, funcionários, bolsistas, estagiários e voluntários, todos uniformizados com um avental colorido com a logomarca da Rede. Os espaços ficaram lado a lado e a maior equipe era do MCM, pois Maria das Graças era uma das principais entusiastas desse tipo de iniciativa. Ficar o dia todo junto, vestidos com o mesmo avental, criou um senso de pertencimento, muito importante para ideia da Rede dar certo.



Foto 3: Profa. Maria das Graças Ribeiro (primeira à esquerda) e equipe do MCM, no primeiro evento coletivo da Rede de Museus, na Serra da Piedade. Dia Internacional dos Museus, 22/05/2004. Créditos: Rita de Cássia Marques

Depois desse Dia Internacional dos Museus, vieram outros eventos em conjunto. Os contatos de Maria das Graças com diversos personagens do âmbito da Ciência e Tecnologia e o sucesso do MCM abriram as portas para a participação da Rede de Museus em eventos como a Semana de Ciência e Tecnologia, uma grande ação de Divulgação Científica e Popularização da Ciência. Os muitos encontros e reuniões de preparação serviam não apenas para cuidar da organização, mas também para discutir possibilidades, pensar soluções em conjunto para enfrentar as adversidades dos lugares propostos para serem o cenário da ação de popularização. A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, seguindo orientação do Ministério de Ciência e Tecnologia, sempre propunha lugares onde era possível encontrar público grande e variado e divulgar a ciência para além do público acadêmico. Com isso, o MCM sempre estava presente em eventos itinerantes da Rede, era sempre o carro chefe dos eventos da Semana, seja na Rodoviária, no Parque Municipal, na Praça da Liberdade... Parecia aquela música do Milton Nascimento: *tudo artista tem de estar onde o povo está*.

O pioneirismo e a novidade Rede de Museus da UFMG despertaram a curiosidade e a UFMG começou a receber convites de várias universidades brasileiras para relatar sobre a nossa experiência de rede. A Graça muitas vezes funcionava como uma “embaixadora da Rede”, seu nome tornou-se referência com o MCM e esse prestígio foi muito bem capitalizado pela Rede. Além das palestras Brasil afora, foram muitos eventos onde a Rede foi divulgada, como, por exemplo, no **IV Science Centre World Congress**, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2005. Foi a primeira viagem para fora de Minas Gerais dos representantes dos espaços da Rede, trabalhos foram apresentados, parcerias firmadas e o sentimento de união foi se consolidando.

Como coordenadora, envolveu-se em um projeto de divulgação dos espaços e ações da Rede, e assim, foi criado um catálogo sobre a Rede de Museus, que apresentava textos e fotos de cada um dos oito espaços que integravam a Rede em 2006. Esse material foi distribuído nos eventos e para visitantes, levando o nome da Rede para mais e mais pessoas.

No mesmo período em que coordenou a Rede de Museus, Maria das Graças também ocupava a coordenação do **Fórum Permanente de Museus Universitários**, e unindo as duas funções, promoveu, na UFMG, em 2006, o **IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários** e o **II Simpósio de Museologia da UFMG**. Os eventos abordaram o tema *Museus Universitários - Ciência, Cultura e Promoção Social*, por meio de conferências, mesas-redondas e minicursos. O objetivo era promover o intercâmbio de experiência e de propostas políticas e operacionais para a atuação dos museus, tendo em vista suas diversas funções: produção de conhecimento, difusão e popularização da ciência e cultura, educação e promoção social. Para o **IV Encontro**, a Profa. Graças solicitou um levantamento dos museus universitários brasileiros, o que possibilitou a construção de um diagnóstico no evento. Na raiz do levantamento, estava, novamente, a ideia de rede onde a experiência partilhada pudesse levar a solução de problemas

semelhantes. Uma iniciativa muito útil num cenário de poucos recursos, fossem eles financeiros, de material ou pessoal. Além dos museus universitários nacionais, foram apresentadas experiências de museus universitários europeus e mexicanos.

A pretensão parecia alta, mas nada mais era que reproduzir em escala maior o que estava sendo feito com os museus da UFMG. Além de ser um evento acadêmico, foi também político, pois contou com a participação de dirigentes de museus públicos e privados, uma dirigente da UNESCO, o Secretário de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, representantes do Ministério Público, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou seja, foi um evento bastante prestigiado, concorrido e bem avaliado.

O evento foi também uma oportunidade para divulgar o acervo da Rede, por meio de uma exposição montada no saguão do prédio da reitoria, um espaço considerado nobre pela universidade. Embora composta de poucas peças de cada espaço, serviu para mostrar a diversidade e a riqueza dos acervos da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologia da UFMG. Esse também foi o momento da inauguração do Laboratório de Educação do MCM-ICB, já mencionado. A novidade das peças anatômicas foi divulgada junto a um público específico e bem interessado.



Foto 4- Descerramento da placa de inauguração do Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva, no Museu de Ciências Morfológicas, em 25/07/2006., pelas Profas. Maria das Graças Ribeiro e a diretora do ICB, profa. Maria Cristina L. Castro. CEDECOM Eber Faioli

Embora a vinculação com os espaços de ciência fosse natural, considerando a origem dos membros - Museu de História Natural e Jardim Botânico, Museu de Ciências Morfológicas, Centro de Memória da Medicina, Observatório Astronômico, Centro de Referência Cartografia de Minas Gerais e os Centros de Memória da Medicina, Enfermagem e Engenharia – a Rede não abarcava todas as possibilidades de espaços e acervos

existentes na UFMG. No período em que Maria das Graças Ribeiro foi coordenadora, entre 2005-2006, ela defendeu a entrada dos espaços artísticos e culturais na Rede. Houve polêmica, mas, no fim, prevaleceu sua ideia de que a Rede precisava ser mais inclusiva.

Embora fosse discreta e, nos últimos anos de vida, lutasse contra um câncer, sempre esteve presente e com destaque nos eventos da Rede de Museus. Impressionante a disponibilidade que tinha para as atividades da Rede e de como transmitia isso para toda a equipe do MCM. Por várias vezes, se ofereceu para liderar, mediar, conversar, e principalmente, para trabalhar. Enquanto a Rede de Museus não teve uma sede, por várias vezes, o MCM funcionou como local de reuniões, eventos, guarda de documentos e equipamentos, e o que mais fosse preciso. A Rede de Museus sempre pôde contar com ela.

A Professora Maria das Graças Ribeiro faleceu em 13 de setembro de 2015. A Rede de Museus da UFMG tem muito a agradecer e deve sempre homenageá-la.

Referência Bibliográfica

RIBEIRO, Maria das Graças, Possas, Helga Cristina G. **Rede de Museus e espaços de Ciência e tecnologia da UFMG**. Belo Horizonte, janeiro de 2006 (catálogo).



Foto 5 – Última foto registrando a parceria de longos anos: Rita de Cassia Marques (UFMG), Maria Cristina de Oliveira Bruno e Profa. Maria das Graças Ribeiro. s/d Crédito: Rita de Cássia Marques





Experiências





O Espaço do Conhecimento UFMG: Presente e Futuro

Diomira Ma. Cicci Pinto Faria
Sibelle Diniz

Carlos Eduardo Porto Villani

Maurício Gino

Junia Ferrari e Camila Mantovani

1. Introdução

Atravessamos, nos últimos, anos uma situação inusitada: pessoas dentro de casa em trabalho remoto e museus com visitas presenciais interrompidas, mas com uma dinâmica sem precedentes na dimensão virtual. Em reportagem recente, a Organização das Nações Unidas estima que 90% de todos os museus fecharam suas portas durante a pandemia COVID-19, enquanto 13% podem nunca mais reabrir devido à falta de financiamento (United Nations, 2020). A pandemia do novo coronavírus trouxe medo, desafios e oportunidades. As pessoas, impedidas de circular em ambientes que geram aglomeração e sem perspectiva temporal de retorno à situação considerada normal, buscaram soluções criativas para a manutenção das atividades econômicas, sociais e culturais. Os museus tiveram que responder a desafios que chegaram de imediato: Como manter as atividades a portas fechadas? Como ser um canal de alento para contrapor a angústia social instalada? Como manter seu público e equipe?

O presente texto visa apresentar as ações do Espaço do Conhecimento UFMG no enfrentamento da crise das “portas fechadas” e das oportunidades abertas. A metodologia consiste em uma varredura na recente bibliografia sobre a pandemia e os museus, na descrição das atividades da instituição no período e uma análise quantitativa dos acessos nas diferentes mídias sociais.

Apesar do fechamento das portas físicas dos museus durante a pandemia, observou-se a preocupação em dar prosseguimento às atividades educativas e de divulgação científica por diversas plataformas, como o Instagram, Youtube, Facebook, Spotify, ampliando o alcance da produção realizada. Como exemplo, Freitas (2021) apresenta uma análise netnográfica do Instagram do Museu da Vida (MV) da FIOCRUZ, nos dois primeiros meses de isolamento social decretado pelo estado do Rio de Janeiro. Durante esse

período, o MV realizou 96 postagens cujo tema foi o coronavírus e esclarecimentos para evitar as *fakenews*, em um esforço de continuidade das ações de divulgação científica.

Sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nos museus de arte, Bôas (2021) pondera que a presença deles em sites ou plataformas digitais é um dos principais efeitos da pandemia. Essa situação não substitui a visita presencial às exposições, mas poderá se tornar um critério para a avaliação da comunicação dos museus com seus públicos num contexto pós pandêmico.

Com relação às oportunidades, Studart (2020) comenta que aos museus cabe agora “...reimaginar a sua missão, visão e impacto, buscando descobrir como podem responder às necessidades atuais da sociedade e ser mais relevantes para diversos públicos, bem como mais ágeis em responder a um mundo em rápida mudança” (STUDART, 2020, p. 1). Uma certeza temos: as mudanças não param.

Um estudo realizado na Itália quanto à autenticidade e patrocínio aos museus em tempos de pandemia pelos pesquisadores Biraglia e Gerrat (2020) indica que, em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19, os turistas podem estar mais dispostos a aceitar o patrocínio corporativo de museus. Se a crise for de grandes proporções, os turistas também demonstram maior intenção de visitar no pós-pandemia e maior disposição a pagar se o patrocínio corporativo se originar de pequenas e médias empresas, pois percebem, neste último caso, uma menor perda de autenticidade. Os autores recomendam que os museus busquem o patrocínio corporativo de várias empresas menores para atrair mais visitantes enquanto preservam a autenticidade da imagem do museu, especialmente em tempos de crise.

Embasados por este debate sobre os museus, debruçamo-nos sobre a dinâmica do Espaço do Conhecimento UFMG durante o período da pandemia, verificando similaridades e ampliando o olhar para o futuro.

O Espaço do Conhecimento UFMG constituiu-se de uma janela para o diálogo entre os diversos conhecimentos da Universidade Federal de Minas Gerais e a sociedade, estabelecendo elos poéticos entre os saberes e as pessoas, entre seus universos, abrindo-se à cidade de Belo Horizonte e seu entorno. Aberto ao público em 2010 através de uma parceria entre a Universidade e o governo do estado de Minas Gerais, o Espaço busca contribuir para o questionamento de epistemologias e estéticas hegemônicas, convidando e estimulando os visitantes em um processo de produção de subjetividades.

Para desenvolver suas atividades, o Espaço do Conhecimento UFMG conta com uma equipe de colaboradores contratados, além de seis professores da universidade que se dividem entre as tarefas de gestão e coordenação dos núcleos que compõem a estrutura do museu, a saber: i) Ações Educativas, Acessibilidade e Estudos de Público; ii) Astronomia; iii) Audiovisual; iv) Comunicação e Design; e v) Expografia.

Em sintonia com as diretrizes contemporâneas da extensão universitária (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012))

e da educação não formal (Gohn, 2006), o trabalho dos Núcleos de Ações Educativas, Acessibilidade e Estudos de Público e de Astronomia tem como objetivos centrais a democratização do conhecimento acadêmico e o compartilhamento e cocriação de saberes com os diversos públicos. O desenvolvimento das ações parte da compreensão de que os museus são espaços de encontro, troca e debate em que o público deve se tornar protagonista (Castelfranchi, 2016). O Núcleo de Astronomia visa, ainda, à conservação, manuseio e manutenção do planetário e dos equipamentos de observação astronômica do Espaço. Organiza oficinas, promove sessões comentadas e exibição de filmes no planetário e acompanha os visitantes nas observações noturnas e do sol.

O Núcleo de Audiovisual executa a manutenção e o gerenciamento de ações ligadas à produção audiovisual do museu. Produz conteúdos para a Fachada Digital, para o Planetário, para o Youtube, para exposições, além de vídeos exibidos em ambientes diversos, como na cafeteria e na recepção do Espaço. O Núcleo de Comunicação e Design visa à realização de ações contínuas de divulgação cultural e científica em mídias impressas, audiovisuais e web. As atividades incluem elaboração de conteúdo para comunicação externa e interna, assim como desenvolvimento de identidade visual, criação de conteúdo visual expográfico e peças gráficas para divulgação do museu e da programação que ocorre diariamente. Finalmente, o Núcleo de Expografia desempenha ações referentes ao planejamento e desenvolvimento de exposições de curta duração, atuando desde a concepção à realização. Além disso, o núcleo é responsável pela manutenção das instalações expositivas de longa duração.

Em 2020, o Espaço do Conhecimento UFMG teve seu funcionamento presencial suspenso, a partir de 17 de março, devido à pandemia de Covid-19. Desde então, o museu buscou ampliar o escopo de atividades virtuais, intensificando a produção de conteúdos para as diversas mídias (Site, Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Spotify) e criando ações *online*, realizadas nos canais digitais e em outras plataformas, como o *Zoom*. A concepção, o planejamento e a execução das ações *online* se deram com o trabalho integrado de todos os núcleos do museu e dos diferentes parceiros externos.

Passamos por três fases distintas: i) o susto inicial de fechar as portas ao público presencial: o que fazer para manter nossas atividades? ii) a função do museu em época de crise: como o museu pode se manter próximo de seus públicos neste período de isolamento social? iii) entendendo que o virtual veio para permanecer, inovar: como conceber e produzir exposições e outras ações na virtualidade? A seguir, apresentaremos em detalhes o que foi realizado e os resultados obtidos. Por fim, discutiremos as implicações deste movimento para a realidade atual do museu.

2. Desenvolvimento

Ao fechar as portas ao público presencial, sabíamos que seria inevitável fortalecer nossas ações no ambiente virtual. Rapidamente, o Núcleo de Comunicação criou o Espaço Virtual, uma página no site do Espaço do Conhecimento UFMG, para conter as diversas ações do museu que podem ser acessadas pela internet e divulgar os links respectivos nas diversas mídias sociais. Entretanto, não esperávamos que a pandemia fosse durar tanto tempo e que teríamos que nos inovar continuamente para manter nossas atividades.

2.1. O Susto Inicial

Desenvolvemos três estratégias iniciais: converter a exposição de curta duração, Mundos Indígenas, inaugurada em dezembro de 2019, para o ambiente virtual; transformar um documentário sobre os rompimentos de barragens oriundas da mineração, em formato *fulldome* - inicialmente concebido para exibição no planetário -, para tela plana, e utilizar a fachada digital do edifício para transmitir informações de utilidade pública sobre os procedimentos para conter a proliferação do vírus.

No tocante à exposição, decidiu-se realizar uma série de vídeos para compor a Visita Virtual à Exposição Mundos Indígenas²⁶, disponíveis no canal do Espaço no Youtube. Nesta exposição, curadoras e curadores indígenas de cinco povos – Yanomami, Ye'kwana, Xakriabá, Tikmũ'ün (Maxakali) e Pataxóop – nos convidam a conhecer seus mundos, os seus modos de viver, de saber e de se cuidar. Na série, composta por seis vídeos, os conceitos da exposição são apresentados como um convite ao espectador para que conheça os mundos indígenas representados na exposição, evitando a necessidade de comparações e traduções a partir da sua própria realidade. A construção do roteiro dos vídeos para a visita virtual partiu das experiências de mediação no período anterior às medidas de distanciamento social e foi feita de forma colaborativa pelas equipes dos Núcleos de Ações Educativas, Expografia e Audiovisual.

26. A playlist com os vídeos da visita virtual pode ser acessada em: https://youtube.com/playlist?list=PLj6artl7bRn-c8JxneRBpWk_oCCMLiT-M9

Figura 1: Imagem da série de vídeos da Visita Virtual à Exposição Mundos Indígenas



Fonte: Captura de tela de vídeo da Visita Virtual à Exposição Mundos Indígenas

Após o rompimento de uma barragem de rejeitos da empresa mineradora Vale, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, no município de Brumadinho, e considerando a recorrência de crimes ambientais da mesma natureza no Estado de Minas Gerais, iniciamos, em 2019, uma discussão sobre a necessidade de produzirmos um filme documentário sobre o ocorrido para projeção na tela hemisférica do planetário. A ideia era proporcionar ao espectador uma imersão nas imagens produzidas no cenário da tragédia, o que contribuiria para a reflexão e o debate sobre esses acontecimentos. Buscou-se abordar aspectos históricos da mineração em Minas Gerais, suas implicações políticas, econômicas, ambientais e sociais na atualidade, bem como as perspectivas futuras para a atividade minerária no Estado. Constituiu-se, assim, uma narrativa documental composta por múltiplas vozes, capaz de apresentar e discutir o tema de forma crítica²⁷.

Contudo, estando o planetário fechado ao público a partir de março de 2020, inviabilizou-se o lançamento do documentário em sessão presencial. A solução encontrada pela equipe do Núcleo de Audiovisual foi disponibilizá-lo pela Internet. Para que isso se tornasse possível, foi preciso adaptar o filme realizado em formato *fulldome*, com a finalidade da projeção em uma tela hemisférica, para ser exibido nas telas planas dos espectadores virtuais, por meio de seus computadores pessoais ou mídias móveis.

Desta forma, optou-se por assumir o formato circular da imagem, com as distorções características de um filme produzido originalmente para a projeção *fulldome*, e introduzir novos elementos que não estão presentes na versão original do documentário, como a moldura que compõe o restante do quadro retangular, que, em sua totalidade, tem o formato mais difundido de vídeos para Internet, na proporção 16:9, além da

27. O documentário *Inconfidências* encontra-se disponível no canal no YouTube do Espaço do Conhecimento UFMG, no link <https://www.youtube.com/watch?v=DGzJTOaRvqY&t=2200s>

inserção da janela contendo uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A incorporação da tradução em LIBRAS tornou esta versão do filme acessível a um importante público que não está contemplado pela versão *fulldome*.

A fachada frontal do Espaço do Conhecimento UFMG é revestida por um material vítreo especial, transformando o edifício numa grande tela de projeção, uma espécie de cinema ao ar livre na Praça da Liberdade. Todas as noites, imagens que unem arte, ciência e experimentação são exibidas na fachada, numa interface entre o Espaço e a Praça. No período inicial de isolamento social, substituímos nosso conteúdo cultural e científico derivado de projetos de pesquisa, ensino e extensão da UFMG e parceiros públicos e privados pela transmissão de mensagens de utilidade pública sobre procedimentos para evitar o contágio. A foto a seguir ilustra a fachada digital do edifício com as informações veiculadas diariamente durante o período mais crítico da pandemia, em que a praça da Liberdade esteve fechada ao público.

Figura 2: Imagem do documentário Inconfidências



Fonte: Captura de tela da versão em tela plana do filme Inconfidências

Figura 3: Conteúdos educativos sobre a transmissão de covid-19 exibidos na Fachada Digital



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG

As atividades realizadas colocaram o Espaço do Conhecimento em sintonia com vários outros museus do Brasil (Freitas, 2021) no esforço de continuar veiculando conteúdo científico, cultural e de utilidade pública nos primeiros meses da pandemia.

2.2. A Função Social do Museu

Em seguida às ações desenvolvidas em resposta ao susto inicial, a equipe do museu se perguntou como poderia levar um alento às pessoas confinadas em seu ambiente domiciliar, possibilitando acesso a projetos culturais da universidade e da cidade.

A Mostra Universidade Cidade²⁸, realizada de setembro de 2020 a março de 2021, contou com o patrocínio de instituições privadas por meio da Lei de Incentivo Federal à Cultura, e com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte. Teve como objetivo promover o diálogo, a conexão e o compartilhamento entre cidadãos e cidadãos de Belo Horizonte, a partir da produção material e imaterial acumulada nos diversos territórios (centros culturais da Prefeitura espalhados pela cidade), na universidade (UFMG), e do decorrente encontro entre esses saberes, de maneira a potencializar a dimensão urbana atravessada e desmaterializada pelo isolamento social. Optou-se por aproveitar as “janelas” disponíveis naquele momento, fossem físicas (das casas, dos locais de trabalho, do transporte público) ou virtuais (celulares, computadores), para transmissão de conteúdo cultural.

Figura 4: Projeções em empenas da Mostra Universidade Cidade



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG

28. Site da Mostra Universidade Cidade - <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/mostrauniversidadecidade/>

Os números da produção da Mostra Universidade Cidade revelam seu significativo alcance: 55 pessoas da UFMG envolvidas a partir de 25 grupos de extensão e 17 centros culturais municipais parceiros; além de 4 espaços culturais da UFMG; e 6 estações de transporte coletivo que disponibilizaram seus espaços públicos para receber projeções, totalizando, aproximadamente, 850 participantes creditados nos produtos veiculados, dentre professores, alunos, gestores, artistas e cidadãos. Além das exposições nas estações de transporte, a Mostra levou ao público parte de sua produção a partir de projeções feitas em empenas de edifícios da área central de BH, na fachada digital do Espaço do Conhecimento e nas áreas externas do Centro Cultural e do Conservatório da UFMG. Toda a produção foi sintetizada em um site específico criado para divulgação dos trabalhos produzidos - poesias, podcasts, imagens, apresentações de música, dança, intervenções artísticas, 15 *lives* transmitidas via YouTube, dentre outros. Estima-se que o site da Mostra tenha sido visitado por um público de 1700 visitantes, com mais de 10.000 visualizações de página, enquanto as *lives* tiveram aproximadamente 3500 visualizações.

Inserido na Mostra Universidade Cidade, o Núcleo de Ações Educativas desenvolveu o projeto Mirantes, que consistiu na produção de uma série de postais a partir de fotografias e relatos de alunos e professores da rede pública de ensino básico e frequentadores dos Centros Culturais de Belo Horizonte. O projeto foi um convite à apropriação de paisagens da cidade a partir das janelas das casas, provocando os participantes a exercitar um olhar de viajante no seu cotidiano, durante o distanciamento social²⁹. O Núcleo de Ações Educativas também manteve seu contato com o público através dos projetos Espaço em Rede e Espaço Aberto a Educadores, sendo este último voltado a professores da educação básica.

Figura 5: Postal produzido por participante do Projeto Mirantes



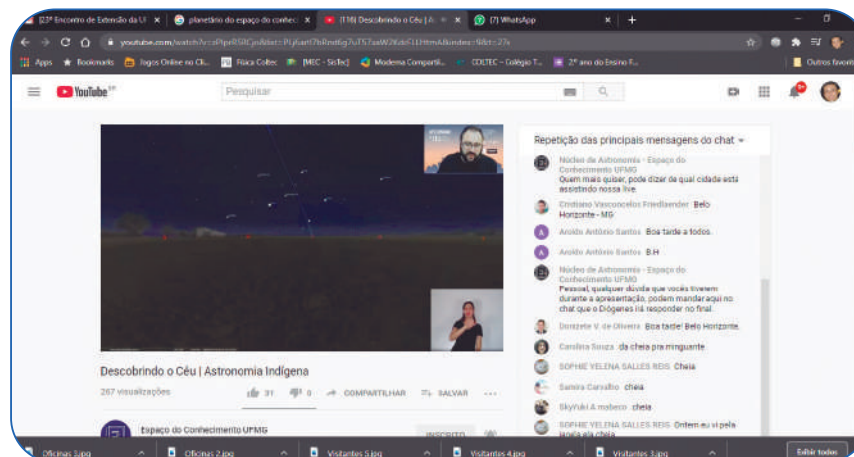
Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG

29. Os postais produzidos no Projeto Mirantes podem ser acessados em: <https://www.ufmg.br/espacoconhecimento/mostrauniversidadecidade/projeto-mirantes/>

A partir de maio de 2020, o Núcleo de Astronomia se propôs a realizar novas atividades para atender o público do museu. Para isso, criou um novo programa visando preservar os princípios da formação de estudantes da UFMG e do atendimento ao público interessado em se aproximar da astronomia, pautado no formato interativo, já consolidado nas ações presenciais. O novo programa, denominado “Descobrindo o Céu”³⁰, foi resultado da prática da equipe com sessões de planetário comentadas e interativas e de um processo sistemático de estudos sobre as ações presenciais e, em particular, no planetário, consolidadas em trabalhos de Iniciação Científica e de Pesquisa no projeto de extensão do Núcleo.

Apesar de ser impossível reproduzir a experiência de uma sessão de planetário através de plataformas *online*, devido à imersão que este ambiente proporciona, o programa “Descobrindo o Céu” tem o objetivo de despertar nas pessoas o interesse pela observação do céu a olho nu e proporcionar uma atividade segura de descontração durante o isolamento social. Nas sessões *online*, mostramos os objetos astronômicos visíveis da cidade de Belo Horizonte na noite da apresentação, através do *software Stellarium*, e apresentamos uma “aula” diferente sobre astronomia a cada sessão, com linguagem acessível. A proposta é que as pessoas saíssem para suas sacadas, janelas ou ruas menos movimentadas para apreciar a vista desde o fim do programa, no início da noite. Ao longo de cada sessão, respondemos ao vivo as perguntas enviadas no chat pelo público. O programa conta com o apoio da equipe do núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG.

Figura 6: Sessão *online* de astronomia – Descobrindo o Céu



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG

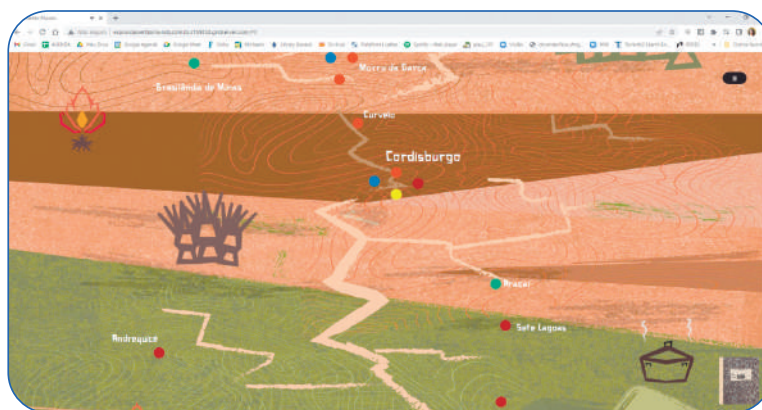
30. A playlist das sessões Descobrindo o Céu encontra-se disponível no canal de YouTube do Espaço do Conhecimento UFMG: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLj6artl7bRNd6g7uT57aaW2KdcFLLHtmA>

2.3. O virtual veio para ficar

Entendendo os desafios impostos à produção e divulgação cultural, seja pela crise sanitária, seja por uma conjuntura que nos surpreende a cada dia, inovamos ao conceber e preparar uma exposição totalmente virtual, ou seja, que não possui uma dimensão física. Com as experiências adquiridas no aprender fazendo durante o período da pandemia, o Espaço do Conhecimento UFMG se mostrou um lugar propício para enfrentar o desafio do virtual. Nossa equipe de comunicação já navegava nas águas nem sempre tranquilas das redes sociais; o Núcleo de Audiovisual e sua expertise em cinema de animação nos ofertavam segurança na produção e edição de vídeos; a Expografia vinha de uma experiência bem sucedida da mostra virtual Universidade Cidade; o Educativo experimentava novas formas de interação com o público através da realização de oficinas em plataformas virtuais e, finalmente, o Núcleo de Astronomia, com a surpreendente sessão *online* de astronomia, nos mostraram que sim, que era possível conceber e montar uma exposição virtual.

Fomos buscar em nossas raízes a mensagem a transmitir neste momento em que nos sentimos distantes, mas com conhecimento adquirido para trabalhar na web. O Espaço do Conhecimento UFMG, ao abrir a exposição Sertão Mundo³¹, em setembro de 2021, reforçou a missão da UFMG de ampliar cada vez mais o acesso das pessoas ao conhecimento produzido na Universidade, bem como aproximar-se dos conhecimentos e saberes não universitários, utilizando a tecnologia a nosso favor, uma vez que o virtual nos possibilita ir mais além, espalhando a poética do sertão para um vasto planeta. O mergulho na dimensão virtual ocorreu, e aprendemos e aceitamos vários desafios.

Figura 7: Captura da tela inicial da exposição virtual Sertão Mundo



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG

31. Esta exposição, concebida 100% de forma virtual, conta com 45 instalações que trazem o universo de João Guimarães Rosa a partir de diversos olhares e lugares. A exposição se encontra disponível em: exposicaosertaomundo.com.br

2.4. Resposta do público

Desde a abertura do Espaço ao público, em 2010, recebemos anualmente em torno de 70 mil visitantes presenciais. Com as ações virtuais, atingimos um número de visitantes no site e de seguidores nas redes sociais de cerca de 90 mil em dezembro de 2020 e um alcance de postagens de mais de 1,6 milhão de pessoas, no mesmo mês. Em dezembro de 2021, esses números chegaram a 115 mil e 1,3 milhão, respectivamente. A seguir, apresentamos os resultados dos primeiros meses do ano de 2020, de janeiro a março, ainda em atividade presencial, considerando a visitação presencial e as sessões de planetário. Em seguida, gráficos mensais dos resultados da movimentação nas mídias sociais em 2020 e 2021, demonstrando como a atuação *online* do museu possibilitou o crescimento do público.

Tabela 1- Visitação Presencial – Janeiro a Março 2020

Mês	Público espontâneo	Público escolar (agendamento)	Total
Janeiro 2020	7.583	0	7.583
Fevereiro 2020	2.700	0	2.700
Março 2020	1.514	909	2.423
Total	11.797	909	12.706

Fonte: Relatório de Atividades do Espaço do Conhecimento UFMG 2020

Tabela 2 – Sessões de Planetário Presenciais – Janeiro a Março 2020

Mês	Sessões	Público
Janeiro 2020	119	4.231
Fevereiro 2020	84	1.481
Março 2020	44	1.235
Total	247	6.947

Fonte: Relatório de Atividades do Espaço do Conhecimento UFMG 2020

Foram realizadas 37 atividades no âmbito de projetos virtuais durante o ano de 2020, incluindo visitas virtuais a exposições, oficinas, eventos, podcasts, textos do blog, dentre outros. Em 2021, este número foi de 215. O público total das atividades virtuais, medido pelos acessos ao site, visualizações do YouTube, IGTV e Newsletter; pelas reproduções de episódios no Spotify; pelos acessos no Issuu; pelo número de participantes no Zoom, foi de mais de 90 mil, em dezembro de 2020. Em dezembro de 2021, esse número foi de quase 115 mil. Por sua vez, o alcance dos posts no Facebook, Twitter e Instagram foi de

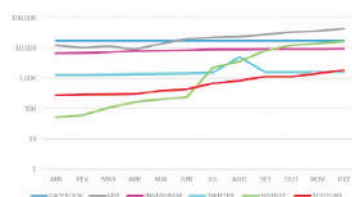
mais de 1,6 milhão, em dezembro de 2020, e 1,3 milhão em dezembro de 2021. Abaixo, apresentamos os dados que demonstram a evolução do número de seguidores/visitantes e o alcance das redes sociais do Espaço do Conhecimento UFMG nos dois anos.

Gráfico 1 - Número de seguidores das redes sociais e visitantes do site do Espaço do Conhecimento UFMG - 2020

Relatório de Mídias – Site e Redes Sociais

1- Seguidores/visitantes por mês

2020	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
FACEBOOK	17.042	17.681	17.091	17.085	17.080	17.093	17.134	17.132	17.135	17.078	17.506	17.021
SITE	12.860	10.211	11.520	8.845	15.661	20.129	22.458	25.724	27.420	33.036	36.686	44.162
INSTAGRAM	6.700	6.969	7.350	7.856	8.187	8.471	8.850	8.957	9.173	9.241	9.323	9.444
TWITTER	1.264	1.289	1.324	1.348	1.432	1.460	1.514	1.575	1.558	1.582	1.601	1.618
SPOTIFY	52	60	110	168	203	241	2.184	3.561	8.121	22.144	24.270	16.704
YOUTUBE	278	286	292	308	300	425	646	643	1.147	1.147	1.444	1.862
TOTAL	37.696	35.804	37.687	35.590	40.949	47.819	52.805	59.292	64.555	74.228	80.882	90.815



Fonte: Relatório de Mídias do Espaço do Conhecimento UFMG

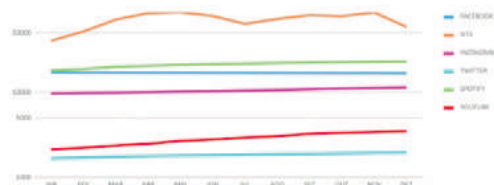
Gráfico 2 - Número de seguidores das redes sociais e visitantes do site do Espaço do Conhecimento UFMG - 2021



RELATÓRIO DE MÍDIAS - ANO: 2021

Seguidores/Visitantes

CANAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
FACEBOOK	16.985	16.941	16.937	16.891	16.902	16.879	16.942	16.813	16.796	16.775	16.764	16.729
SITE	40.195	51.718	71.311	84.966	87.203	79.875	63.523	72.643	80.676	78.408	86.551	58.503
INSTAGRAM	9.609	9.796	9.855	9.960	10.112	10.197	10.409	10.583	10.815	10.989	11.162	11.345
TWITTER	1.646	1.693	1.733	1.764	1.790	1.808	1.829	1.852	1.871	1.898	1.925	1.940
SPOTIFY	17.959	18.660	19.844	20.377	20.958	21.336	21.647	22.030	22.391	22.552	22.743	22.846
YOUTUBE	2.110	2.206	2.343	2.459	2.656	2.761	2.909	3.016	3.222	3.327	3.380	3.450
TOTAL	88.564	101.014	122.023	136.417	139.621	131.856	117.158	126.947	135.771	138.949	142.525	114.813



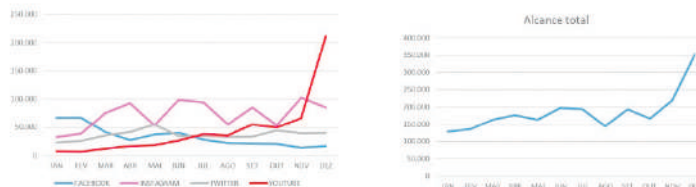
Fonte: Relatório de Mídias do Espaço do Conhecimento UFMG

Gráfico 3 – Alcance das publicações das redes sociais do Espaço do Conhecimento em 2020

5- Alcance das publicações

CANAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
FACEBOOK	66.549	66.824	41.252	26.963	36.525	39.783	27.857	23.896	21.090	19.944	13.275	15.873	397.831
INSTAGRAM	52.148	57.801	73.234	92.351	99.810	96.447	95.697	55.015	85.162	33.977	107.641	84.835	865.876
TWITTER	22.000	25.400	35.300	40.800	54.400	33.600	34.600	31.800	32.800	44.500	39.000	39.600	433.800
YOUTUBE	7.400	6.200	11.400	16.600	18.000	25.900	37.500	35.200	54.600	49.200	65.915	211.500	539.415
TOTAL	128.097	136.225	163.206	176.694	162.535	197.730	193.614	143.909	193.652	167.021	226.231	351.808	1.695.307

Não há dados de alcance do site e do Spotify



Fonte: Relatório de Mídias do Espaço do Conhecimento UFMG

Gráfico 4 – Alcance das publicações das redes sociais do Espaço do Conhecimento em 2021

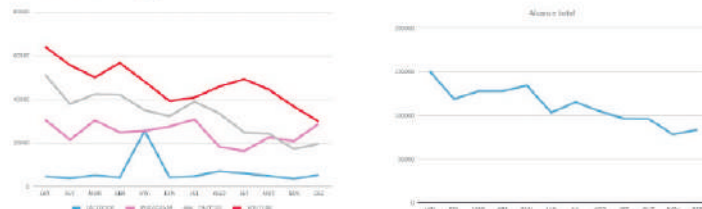


RELATÓRIO DE MÍDIAS - ANO: 2021

Alcance das publicações

2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
FACEBOOK	4.704	3.824	3.140	304	23.577	4.283	4.734	7.078	0.000	4.343	3.042	3.517	79.474
INSTAGRAM	30.696	22.448	30.272	24.828	26.520	27.474	30.772	28.260	18.238	22.626	20.898	28.777	307.748
TWITTER	51.200	57.800	42.300	42.100	34.900	32.200	38.800	33.500	24.900	24.200	17.200	18.600	388.800
YOUTUBE	61.000	55.800	50.000	54.800	48.100	34.200	40.800	35.800	42.300	46.800	38.600	29.800	580.100
TOTAL	150.640	118.702	127.718	124.032	134.106	103.157	115.295	95.348	95.313	96.074	73.298	83.454	1.330.119

Não há dados de alcance do site e do Spotify



Fonte: Relatório de Mídias do Espaço do Conhecimento UFMG

A evolução do número de visitantes no site e de seguidores nas redes sociais, bem como o expressivo alcance das publicações, abrem novos desafios mencionados por Bôas (2021). Como se pode observar no Gráfico 4, o alcance do público teve queda ao longo de 2021, reflexo do retorno gradual das atividades presenciais pela população em geral e da queda da demanda por produtos audiovisuais. Apesar da redução do alcance, os números permanecem expressivos. Com a facilidade de obtenção das métricas sobre a movimentação dos internautas nas mídias, o monitoramento das ações dos museus tornar-se-á um critério para a avaliação da comunicação dos museus com seus públicos num contexto pós-pandêmico, que abrangerá duas vertentes: o público presencial e o virtual.

3. Considerações finais

Crises são frequentemente relacionadas com desafios e oportunidades e não foi diferente no caso da pandemia da Covid-19, no tocante aos museus. Com o fechamento de suas portas durante o período mais crítico do isolamento social, os museus se depa-ram com a falta de público presencial, mas com o desafio de levar seus conteúdos para amenizar o sentimento coletivo de angústia diante de uma situação inusitada. A tecnologia foi de fundamental importância neste contexto, ao possibilitar transmitir conteúdos através da web para pessoas confinadas em suas residências.

O Espaço do Conhecimento UFMG se adaptou gradualmente à nova situação a partir da criatividade da equipe do museu que, inicialmente, desenvolveu conteúdos para o virtual a partir de seu acervo físico, em seguida, promoveu o encontro com a arte e a cultura na cidade de Belo Horizonte aproveitando as “janelas” disponíveis e inovou com o aprendizado durante o processo, concebendo uma exposição exclusiva para a web. As métricas das redes sociais mostram a resposta favorável do público.

Em dezembro de 2021, o Espaço reabriu suas portas ao público. Para além da preocupação com os protocolos sanitários, de modo a garantir experiências seguras de visita-ção para o público e para a equipe, coloca-se o desafio de manter uma programa-ção que atenda agora a dois públicos: o presencial e o virtual. As mudanças ocorridas trazem inquietações quanto à permanência da missão e visão das instituições museais, no sentido de descobrir como podem responder às necessidades atuais da sociedade e ser mais inclusivas para públicos amplos e diversos, pois a escala e alcance das ações na virtualidade se mostram expressivas em um mundo demasiado conectado.

Referências Bibliográficas

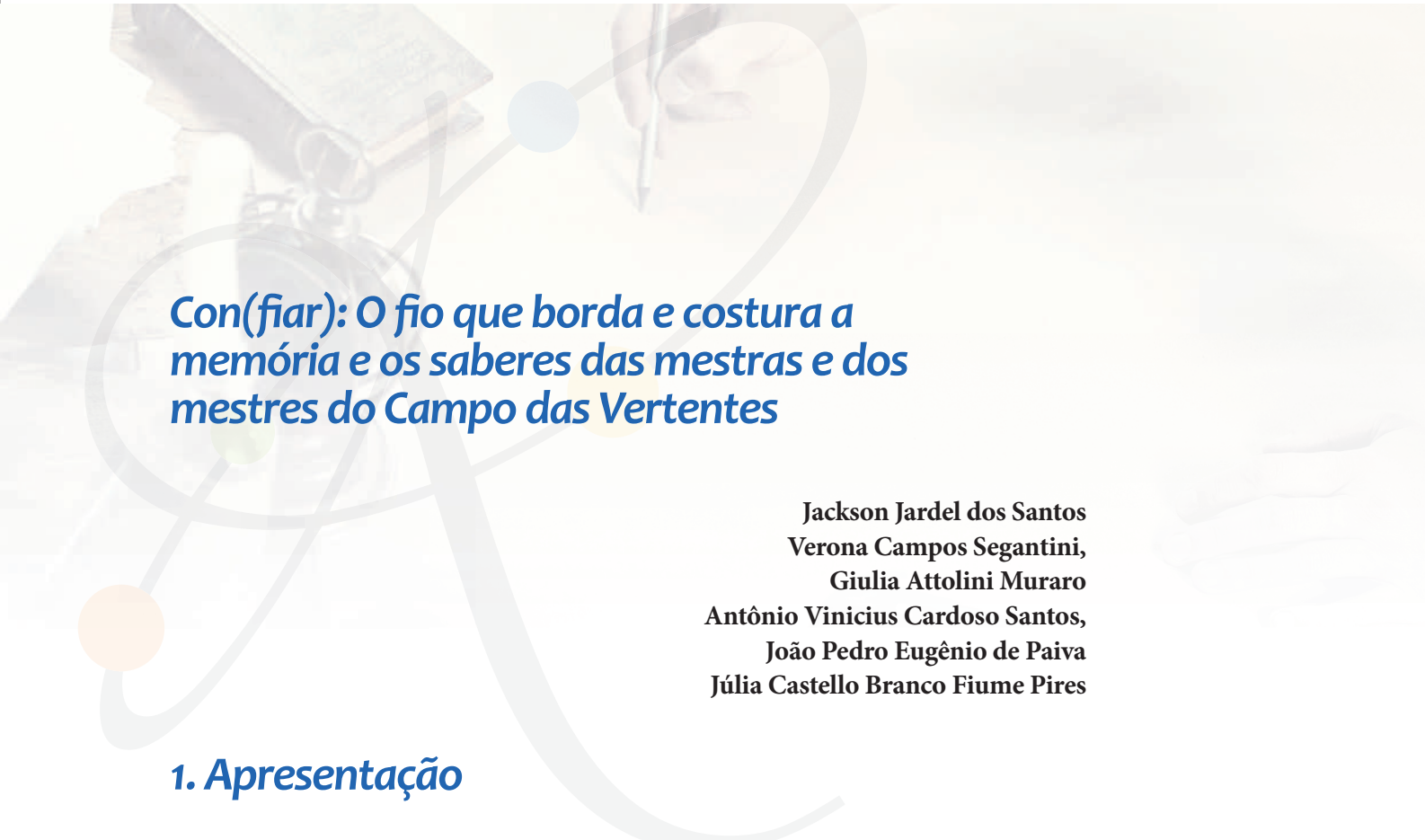
- BIRAGLIA, Alessandro; GERRATH, Maximilian H. E. E. Corporate sponsorship for museums in times of crisis. *Annals of tourism research*, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7526523/>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.
- BÔAS, Gláucia K. V. O saldo da pandemia: perspectivas de mudanças para os museus de arte. *Revistas UECE*, v. 19, n. 38, jan./abr. 2021.
- CASTELFRANCHI, Yuri. O museu como catalisador de cidadania científica. In AMORIM, L.; MASSARANI, L.; NEVES R. (Org.). *Divulgação científica e museus de ciências: o olhar do visitante - Memórias do evento*. (p. 37- 46). Rio de Janeiro, RJ: RedPOP/Museu da Vida, 2016.
- FORPROEX - Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.
- FREITAS, Thatyana P. R. et. al. Museus de ciências em tempos de pandemia: uma análise no Insta-gram do Museu da Vida. *Revista Práxis*, v. 12, n. 1 (Sup.), 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

STUDART, Denise G. Pandemia global de Covid-19 e impactos para os museus: crise ou oportunidade? **Revista Museu**, maio 2020.

UNITED NATIONS. **COVID-19 crisis closes 90 percent of museums globally**. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/05/1064362>. Acesso em: 02 jul. 2020.





Con(fiar): O fio que borda e costura a memória e os saberes das mestras e dos mestres do Campo das Vertentes

Jackson Jardel dos Santos
Verona Campos Segantini,
Giulia Attolini Muraro
Antônio Vinicius Cardoso Santos,
João Pedro Eugênio de Paiva
Júlia Castello Branco Fiume Pires

1. Apresentação

Este artigo tem como propósito apresentar a concepção e os desdobramentos de um dos projetos desenvolvidos pela equipe do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, vinculado à Pró-reitoria de Cultura da UFMG e em parceria com a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA). Iniciado em 2021, no contexto da pandemia, o projeto Con(fiar) foi uma das formas de aproximação e interlocução com a comunidade, perspectivando o fortalecimento da presença da UFMG na cidade em suas múltiplas formas de atuação nos campos da cultura e do patrimônio.

Antes de iniciarmos a reflexão sobre a concepção, o desenvolvimento e os desdobramentos desse projeto, é importante contextualizarmos a criação de alguns espaços culturais em Tiradentes por iniciativa da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, instituída 1970 com a proposta de colaborar com os poderes públicos, em especial com o Governo do Estado de Minas Gerais e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para preservação e recuperação do centro histórico, tombado desde 1938. A Fundação traz em seu nome uma homenagem ao Presidente do IPHAN, que atuou na instituição desde sua criação, em 1937, até 1968, quando se aposentou, tornando-se reconhecido pelo seu legado na conformação de políticas para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. A partir da década de 1970, várias ações foram desenvolvidas por iniciativa da FRMFA atendendo à sua finalidade estatutária de contribuir com os poderes públicos para a preservação da cidade. Em 1997, a responsabilidade de sua gestão foi transferida para a UFMG que, para ampliar e consolidar a

sua atuação em Tiradentes, criou, em 2010, o Campus Cultural UFMG em Tiradentes, atualmente vinculado à Pró-reitoria de Cultura da UFMG.

Atualmente, o Campus integra três espaços culturais da cidade, localizados no centro histórico, que recebem aproximadamente 30 mil visitantes e desenvolve múltiplas ações, projetos e iniciativas de produção do conhecimento, de caráter formativo e extensionistas que se orientam a partir de uma perspectiva de transversalidade da cultura e de sua democratização. O Centro de Estudos e Biblioteca, inaugurado em 1973, que reúne documentos, coleções bibliográficas especiais e periódicos, tem como propósito fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas, sobretudo história, arquitetura, patrimônio material e imaterial e outros temas de interesse para a cidade.

O Quatro Cantos Espaço Cultural está instalado no principal cruzamento da cidade, entre a Rua Direita e a Rua da Câmara em um dos únicos sobrados da cidade, construído no final do século XVIII ou nos primeiros anos do século XIX. O imóvel, que pertence ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), abriga, atualmente, ações formativas e artísticas, sendo um dos principais espaços de promoção da cultura, recebendo iniciativas propostas por diferentes agentes culturais que atuam na cidade.

O Museu Casa Padre Toledo (MCPT), inaugurado em 1971 e que integra a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, está instalado em uma das mais relevantes edificações civis de Minas Gerais do séc. XVIII. Com um significativo patrimônio artístico integrado em tetos pintados e pinturas decorativas nas paredes, reúne também expressivo acervo formado por objetos variados, que incluem mobiliário, utensílios domésticos, obras de arte e ornamentos religiosos, sobretudo dos séculos XVIII e XIX.

O Museu, único na cidade até os anos 2000, se configurou como um importante espaço de memória e identidade para os moradores. Desde a sua inauguração, passou por vários processos de requalificação, sobretudo de restauração de seus elementos arquitetônicos e patrimônio artístico integrado. Entre 2010 e 2012, passou por um expressivo processo de restauração e de mudança da sua concepção expográfica que provocou, em conjunto com outras transformações em curso na cidade, mudanças nas formas de interação com os moradores.

A partir de 2013, com a presença de servidores técnico-administrativos e professores da UFMG na cidade, foram idealizadas várias iniciativas, como oficinas, visitas mediadas e atividades culturais que buscaram ampliar as formas de interlocução com a cidade, inclusive com projetos que eram desenvolvidos nas escolas e bairros periféricos buscando fortalecer os vínculos com os antigos moradores e jovens de Tiradentes. Seu plano museológico, elaborado em 2018, a partir de diagnósticos e da reflexão sobre sua atuação na cidade, apontou para a definição de sua vocação como um importante centro de interpretação da história, da paisagem urbana e natural, que referencia o patrimônio material e imaterial da cidade.

A partir 2019, o MCPT assumiu como principal desafio ser um espaço de reflexão, de construção da memória e de difusão do conhecimento e valorização do patrimônio referente à Inconfidência Mineira e sobretudo da conformação e mudanças do território e do cotidiano da antiga Vila de São José Del-rey e da atual Tiradentes. Várias ações foram implementadas para requalificar as estratégias de difusão do conhecimento a partir da diversificação de abordagens e de temáticas, buscando ampliar o acesso e estreitar o diálogo com diferentes públicos, sobretudo com os moradores.

É importante ressaltar que, embora essas iniciativas que estavam em curso fossem duramente impactadas pelo contexto pandêmico, foi possível imaginar e implementar outras possibilidades de ampliar, a partir dos veículos digitais, a interação com e entre diferentes públicos.

2. A cidade e o reconhecimento de seus patrimônios

Tiradentes é reconhecida como um dos principais destinos turísticos do Brasil, cujos visitantes são atraídos pelas suas características e singularidades arquitetônicas que referenciam o passado colonial e também pela sua paisagem natural representada pela Serra de São José. Esse processo de reconhecimento e proeminência foi se dando aos poucos e intensificado após os anos 2000.

Há uma ideia difundida de que a cidade, em meados do século XX, encontrava-se em estado de abandono, com expressivo comprometimento do seu patrimônio arquitetônico. Na década de 1980, a partir de diferentes iniciativas, o centro histórico passou por um intenso processo de transformação que envolveu reformas urbanísticas, como a retirada do cabeamento de iluminação externa, implantação de projetos paisagísticos para as praças e adros de Igreja e instalação de pavimento nas ruas. Contudo, esse processo foi acompanhado pelo afastamento dos moradores do centro histórico, que venderam suas casas pela carência de recursos para a manutenção. Os imóveis foram adquiridos, sobretudo, por pessoas de outras cidades que passaram a utilizá-los em períodos de férias ou para atividades comerciais. Outro aspecto que contribuiu com a mudança da cidade foi o crescimento das iniciativas privadas de eventos e festivais que alteram o fluxo de pessoas e as atividades laborativas. Esses e outros elementos se somam e, há alguns anos, pode-se dizer que se conformou na cidade um intenso processo de gentrificação, que repercute em questões sociais, de moradia, emprego e qualidade dos serviços públicos.

Pode-se dizer que aconteceu um processo de esvaziamento do perímetro de tombamento urbano como lugar de moradia e que grande parte dos moradores só estão no centro histórico para o exercício do trabalho em hotéis, pousadas, restaurantes e lojas,

que ocupam quase a totalidade dos imóveis. Pouco estão integrados às propostas dos festivais e à oferta de atividades culturais na cidade. Há, portanto, um distanciamento físico, simbólico e afetivo entre os moradores e a cidade que habitam.

Alguns projetos e iniciativas buscam, de certa forma, compreender essas dinâmicas sociais e pensar estratégias de valorização dessa população, de reconhecimento de seus saberes e de reforço das memórias e identidade. As memórias, os sentidos e os afetos pela cidade de Tiradentes foram tema de um projeto desenvolvido em 2018 pelo professor Carlos Henrique Falci, da Escola de Belas Artes da UFMG, no âmbito do Programa de Professor Residente³² do Campus Cultural UFMG em Tiradentes. O projeto “Lugares Imaginários de Memória” percorreu as ruas da cidade entre agosto e dezembro daquele ano, indo ao encontro das narrativas sobre as experiências vivenciadas pelos moradores que residem fora do centro histórico, mais especificamente nos bairros Pacu, Mococa, Alto da Torre, Várzea de Baixo e Cascalho.

Os relatos orais coletados por esse projeto permitiram vislumbrar e imaginar uma Tiradentes que está muito além da visão e da materialidade das coisas, sobretudo daqueles que passam pela cidade como visitantes esporádicos. Através dos cheiros, sabores e sons da cidade que foram narrados, percebemos a íntima relação que se estabelece entre o tiradentino com seu lugar e com o seu passado. A cidade natal, ou escolhida para habitar, é um lugar de sociabilidades, que se expressa nas relações cotidianas de uma vida comunitária, de trocas. A cidade é extensão do lar e “a afeição duradoura pelo lar é, em parte, o resultado de experiências íntimas e aconchegantes” (TUAN, 2013, p. 169) que tiveram neste lugar. Sentem-se afortunados e não trocariam a cidade em que vivem por nenhuma outra.

Os sentidos têm o poder de despertar a nossa memória da cidade. Alguns cheiros, aromas e perfumes podem fazer com que seus habitantes os associem a lugares, momentos e experiências que estavam adormecidas. Um habitante, nascido e criado no centro histórico de Tiradentes, fala um pouco do que o simples cheiro do Rosmaninho³³ e da terra molhada provocam em sua memória.

Rosmaninho na Semana Santa. Tem a ver comigo, com minha infância, com a igreja, com momentos da minha família. Agora, tem um cheiro da cidade molhada no centro histórico. Cheiro de memória, alternância de fragrância, da água, da

32. O programa de Professor Residente tem por objetivo permitir o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão no Campus Cultural UFMG em Tiradentes, visando o desenvolvimento das atividades da Universidade nessas esferas e a sua inserção e colaboração com a comunidade da região. A seleção do proponente é realizada por chamada pública, onde podem participar os docentes da UFMG, em exercício, aposentados ou eméritos, por meio da apresentação de projetos. Os projetos devem ser desenvolvidos durante um semestre.

33. ROSMANINHO. *Hyptis carpinifolia* Benth. (*Mesosphoerum carpinifolia*), da família das Labiadas. Erva pequena, folhas sésseis, oblongas, irregularmente dentadas, rugosas, pubescentes, coriáceas, ferrugíneo-tomentosas; flores azuis, dispostas em capítulos interrompidos. Piauí até Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. É planta muito aromática. Pio Correa, M. 1984 (1969-1978). Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. Volume V. Ministério da Agricultura, IBDF: Rio de Janeiro (página 621). In: <http://www.dataplant.org.br/>

terra, do pau-a-pique, da telha de cerâmica, da documentação antiga e musical da banda, com o rapé da Dona Margarida, mistura de fragrância. (Entrevistado 1, em entrevista a Carlos Falci, 2018)

O aroma de uma erva, que se assemelha ao da alfazema e é encontrada nos campos de Tiradentes, traz à tona algumas de suas memórias. Ao senti-lo, ele revive a sua infância e os momentos com a sua família. Presente também na memória afetiva de outras pessoas entrevistadas pelo projeto, esses aromas representam alegria e esperanças, trazem de volta aquele cheiro: “depois da seca. E esse cheiro do mato é muito bom!” Para outros, o cheiro de terra molhada remete às hortas nos quintais, cada vez menos presentes na cidade. Essa relação com os quintais é expressa também na lembrança do aroma de limão capeta e da goiaba, frutas que nascem espontaneamente pela ação dos passarinhos, segundo as memórias dos moradores registradas pelo projeto (2018).

Entre cheiros e sabores, a cozinha e os quintais são lugares de afeto e construção de memória e identidade. A broa de fubá é citada, mais de uma vez, pelos moradores e, em um dos depoimentos, tem até endereço certo, de tão gostosa que era: “Broa de fubá da Dona Dagmar, que morava aqui. E eu fugia de casa pra pular o muro da casa dela pra pedir broa de fubá” (Entrevistado 1, em entrevista a Carlos Falci, 2018). Da memória de infância, surgem as lembranças das pequenas estripulias de pular muros e das árvores de fruta.

Uma cidade que tem uma rua chamada “Jogo de bola” mostra como algumas brincadeiras e costumes podem perdurar entre os seus habitantes por gerações, chamando-nos a atenção para um som que hoje não é tão comum de se ouvir. Esse som, “de menino jogando bola na rua, que até hoje tem, graças a Deus”, faz parte da paisagem sonora do lugar, citado por outro entrevistado por Falci (2018). Como aponta Ecléa Bosi (1983), sons que se complementam e se integram nas ruas, como o badalar do sino do Rosário e os sons de foguete, “principalmente quando estão começando as novenas da Santíssima Trindade e quando terminam”. Essas sonoridades envolvem a vida, o trabalho, as manifestações de fé que marcam os tempos, os momentos de trabalho e de festejo.

No livro de Lendas de Tiradentes, lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT), aspectos das práticas religiosas e crenças que se traduzem em patrimônio imaterial da cidade é a tradição das cruzes feitas com papel crepom e outros materiais colocadas nas portas da casa. Em um dos contos se diz que, há muitos anos, houve uma epidemia de varíola que matou muita gente, e então, o povo procurou o padre para fazer uma novena. As pessoas estavam muito nervosas na igreja e “o padre entrou dizendo que tinha tido uma visão de um anjo que lhe disse para que cada fiel colocasse uma cruz sobre a porta de sua casa. Assim, todas as pessoas que estivessem doentes ficariam curadas” (IHGT, 2011, p. 10), e desde esse tempo, o costume se mantém. A outra versão, mais comum, conta que todas as pessoas que têm a cruz e “a enfeitam na véspera do dia três de maio, recebem a visita de Nossa Senhora de madrugada”. Ao

caminhar pelas ruas da Tiradentes, encontramos, ainda, algumas dessas cruzes, muitas delas em lugares que, mesmo não sendo mais moradas, buscam manter essa tradição.

A região do Campo das Vertentes é reconhecida pela multiplicidade de manifestações culturais e a diversidade de seu patrimônio imaterial, que expressam as heranças, os saberes preservados e os modos de fazer artesanais. Ao longo do século XX, o conceito de “Patrimônio Cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental, transitando da referência aos grandes monumentos artísticos do passado, como memória a ser perpetuada de uma sociedade, para uma concepção mais ampla, segundo a qual o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas, é também entendido como patrimônio. Assim, paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais, nas diferentes esferas.

Em Tiradentes, ainda estão presentes, sobretudo nos bairros novos criados nas bordas do centro histórico, as oficinas, marcenarias, fabriquetas e pequenos ateliês, muitos deles associados às casas de seus moradores, em quintais, cômodos internos ou externos. Os tapetes fabricados em antigos teares, os bordados, os móveis, as esculturas sacras, os doces e quitandas, as cachaças que são produzidos pelos moradores tornam-se elementos de desejo e comercializados até internacionalmente. Contudo, nem sempre esse reconhecimento vem acompanhado do interesse em conhecer quem são esses sujeitos, suas trajetórias e saberes, onde e como vivem.

As expressões culturais dos habitantes de Tiradentes e cidades vizinhas estão manifestas no patrimônio tangível e intangível e ambos devem ser preservados. Tanto o patrimônio construído fisicamente quanto aquele que se constrói enquanto expressão – no modo de criar, de tocar o sino, de fazer tapetes de rua, de falar, de bordar, de contar histórias, de fazer doces, de fazer queijo, de fazer cachaça, de rezar – se complementam e estão intimamente ligados, sendo, então, necessário o seu reconhecimento.

Toda e qualquer manifestação cultural está vinculada a determinado espaço que lhe assegurou a possibilidade de acontecer, repetir e se desenvolver historicamente. Não haveria, por exemplo, o Registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais,³⁴ que tem como referência as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes, se não existissem tanto os templos católicos setecentistas, tombados pelo patrimônio, quanto os sinos em sua materialidade. Assim, a manifestação da cultura, a materialidade produzida pelas mãos humanas e o lugar em que acontecem são indissociáveis, sendo que o patrimônio tangível tombado deve manter o seu patrimônio intangível relacionado bem perto e vivo. Para Halbwachs (2003), nossas memórias mais afetuosas estão entranhadas às pedras da cidade onde nos constituímos, a despeito do tumulto de nossa atual sociedade. Para esse autor, nascido

34. O Toque dos Sinos em Minas Gerais foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em dezembro de 2009.

em Reims em 1877, “não somente casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda a parte do grupo que está em permanente contato com elas e confunde sua vida com a vida das coisas” (2003, p. 161). Esse é o desafio para uma cidade como Tiradentes, que comporta dinâmicas sociais complexas.

Sobre as pedras da cidade estão apoiadas as nossas memórias, mas não são apenas nelas. A cidade não é definida apenas por seus aspectos de “pedra e cal”, ela “não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 1972). Ela tem seus cheiros, cores e sabores, sentidos e afetos, que são compartilhados por aqueles que a habitam e que povoam as suas lembranças.

Pensando a cidade como patrimônio cultural, consideramos que o habitante local é aquele que reúne as condições mais favoráveis para fruir do patrimônio ali construído. Ao transitar pelas ruas, estabelecer encontros, utilizar dos serviços oferecidos, participar dos eventos culturais e religiosos, o habitante não apenas “olha de perto” a cidade, como também a sente, vivencia, tem as mais íntimas experiências e se emociona ao puxar da memória o que viveu. A cidade é quase parte de si, está entranhada em quem nela cresceu e vive, em seus habitantes. As experiências de cada habitante de uma cidade não se traduzem em palavras, e muitas vezes não temos consciência dessas experiências também. Mas basta o despertar dos sentidos para que as lembranças aflorem. A memória, muitas das vezes, precisa do corpo e dos sentidos para aflorar. O cheiro de uma broa de fubá pode trazer para perto a infância longínqua. Dessa forma, os acontecimentos simples podem se transformar em profundo sentimento de lugar e pertencimento

Contar histórias sobre uma cidade é, portanto, algo dinâmico, que envolve emoções, imagens, pessoas, lendas, tempos e lugares. Nas cidades, estão ou estiveram sujeitos que desenvolvem as suas ações, nelas, as vivências são sentidas e as experiências, partilhadas. Nas andanças por Tiradentes, passamos por ruas e becos, vemos o rio das Mortes e a Serra de São José, conhecemos seus bairros, paramos em largos e monumentos. Portanto, ao falar das cidades, precisamos também considerar elementos que se manifestam na sua forma tangível e intangível, nos aspectos materiais e na vida cotidiana.

Reforçando o papel social da Universidade, que se propõe a reconhecer a multiplicidade das formas de conhecer, dialogar, compartilhar e valorizar os saberes legitimados e socialmente relevantes presentes nas comunidades tradicionais e populares, o Con(fiar) contribui para que essa diretriz se fortaleça.

3. Con(fiar): concepção e desdobramentos

O projeto de extensão “Con(fiar)” tem como propósito realizar o registro das memórias e trajetórias de pessoas, dedicando-se às histórias dos mestres e mestras de ofício e portadores de saberes e heranças culturais da cidade de Tiradentes, de comunidades

rurais da região do Campo das Vertentes. Um dos princípios norteadores do Campus Cultural UFMG em Tiradentes é a relação efetiva com a região em que está localizado, estimulando a reciprocidade e troca de saberes entre a universidade e as comunidades local e regional. Dessa forma, o projeto tem como desafio pensar estratégias para contribuir com a preservação, valorização e promoção da identidade cultural da região.

Em sua primeira fase, se propõe à realização de filmes documentários, buscando registrar e valorizar os diferentes modos, práticas e partilha de conhecimento. Ao definirmos, inicialmente, a prática do audiovisual como estratégia, o filme/documentário passa a figurar não apenas como resultado, mas parte constituinte da própria concepção, investigação, execução e divulgação do projeto. O trabalho de campo, que envolve o reconhecimento do território, o encontro com moradores e a partilha das memórias, torna-se componente fundamental na metodologia do projeto.

Pensado em um contexto de pandemia, seus primeiros desdobramentos com a veiculação dos episódios em diferentes dispositivos midiáticos repercutiram na ressonância do Campus e do projeto para diferentes públicos e também se configuraram como forma de interação entre pessoas. Muitos, ao receberem um vídeo pelo celular, nos devolviam comentários sobre uma lembrança ou mesmo com um agradecimento por terem recebido notícias de pessoas que estavam distantes uma das outras.

Desde 2021, quando o projeto “Con(fiar)” iniciou seu percurso, contamos também com a colaboração de várias pessoas da região, tornando possível o mapeamento e o contato com escultores de arte sacra, santeiros, ceramistas, mestres de cantaria, bordadeiras, ferreiros, congadeiros, produtores de queijo, de doces e cachaças, sapateiros e muitos outros mestres e mestras que perpetuam ofícios e saberes. A partir de então, foi sendo realizado o registro dos processos criativos e do fazer de cada um dos mestres identificados e foram sendo realizadas sessões de entrevistas com o propósito de identificar as referências culturais, trajetórias e vínculos com a região. As entrevistas aconteceram individualmente ou em grupo e são guiadas por perguntas norteadoras, mas sem a rigidez de um script pré-formatado. Desta forma, buscou-se dar reconhecimento aos sujeitos, acentuando suas expressões, movimentos e falas. É dada a liberdade para questões que se mostrem interessantes no momento dos diálogos, tornando a conversa mais dinâmica. O projeto envolveu habitantes que residem em Tiradentes, São João del-Rei, Coronel Xavier Chaves, Resende Costa, São Tiago e outras cidades que integram a região do Campo das Vertentes.

O interesse se concentrou na escuta, nas memórias vivas, no valor dado às coisas, aos fazeres, às práticas culturais e aos momentos escolhidos. Além disso, em cada entrevista, também foram valorizados os silenciamentos, as emoções e as sutilezas da voz, que por vezes, falaram mais alto que a palavra. Ainda assim, muitas passagens não foram registradas pela câmera e foram contadas como confidências. Se continuássemos escutando, ouviríamos muito mais, pois, como disse Ecléa Bosi, “lembrança puxa

lembança e seria preciso um escutador infinito” (BOSI, 1983, p. 3). Fomos chamados a ouvir e a contar histórias, a ver o fio que tece a vida desses habitantes que tão gentilmente compartilharam e confiaram suas experiências. “Confiar amortece a trama complexa da existência. Fiar amortece a trama complexa da existência.” (RIBEIRO, Dinalva. Doc. Conversa fiada, min. 26:58).

Das várias características atribuídas aos mineiros, talvez sejam duas as que mais se destacam: a que mineiro trabalha em silêncio e a que é desconfiado. Esta timidez e desconfiança, por vezes, apresentam-se como dificultadores do processo. São mestres e artesãos que, muitas vezes, não se sentiam à vontade em frente às câmeras, mas que se dispuseram a compartilhar suas experiências.

A primeira série de documentários registrou a trajetória de José Trindade Xavier, filho do saudoso “Chico Doceiro”³⁵ e de Marcos e Mariana Paineira, netos do também saudoso “Tião Paineira”³⁶. Essas famílias que deram continuidade ao legado de seus mestres, uma na arte de fazer doces e a outra na de fazer cerâmicas, e desta forma, garantiram a transmissão de saberes às novas gerações.

Na arte de confeccionar a “Cruz de Nossa Senhora”³⁷, que é fixada nas portas das residências tiradentinas, encontramos Dona Lilia Fonseca, que resgatou uma tradição relacionada à religiosidade dos habitantes e que foi deixada pelos seus pais. Para os males que parecem não ter remédio, conhecemos a benzedeira Dona Erci, tiradentina cuja fama ultrapassa as fronteiras da cidade, e na Semana Santa, chega a atender mais de 200 pessoas por dia. Com serenidade, contou que começou a benzer aos oito anos e até hoje continua usando apenas o terço como instrumento de cura.

O escultor Carlos Calsavara, de São João del-Rei, filho de pai pedreiro e carpinteiro, disse que a arte sacra o escolheu. Desde criança, “tinha acesso a essas ferramentas, então, era muito comum ter um dedinho cortado de serrote”, e ali desenvolveu as habilidades para o trabalho manual, talvez por influência do pai. Para Carlos, São João del-Rei nunca ficou sem uma geração de escultores sacros vivos, e desta forma, ele segue um legado na cidade.

35. Francisco de Paula Xavier, o “Chico Doceiro”, nasceu no distrito de Bichinho (Vitoriano Veloso), em Prados. Começou a fabricar seus doces em 1965 que ganharam fama na cidade entre os moradores e turistas, sendo um dos mais conhecidos o canudinho de doce de leite. Faleceu em outubro de 2017 aos 86 anos.

36. Sebastião Augusto de Freitas, o “Tião Paineira” nasceu em 1928 na cidade de Tiradentes onde aprendeu o ofício da profissão de ceramista com o pai, que havia aprendido com seu avô. Exímio contador de histórias, teve a sua história marcada pela tradição do barro. Faleceu em abril de 2018 aos 90 anos.

37. Esta tradição religiosa, do dia de Santa Cruz, é renovada anualmente na cidade de Tiradentes e em algumas cidades mineiras. Os devotos acreditam que Nossa Senhora visita, no dia 3 de maio, todo lugar que tiver uma cruz enfeitada na porta.

O Con(fiar) registrou as histórias de duas mulheres que produzem o Queijo Minas Artesanal³⁸, Joelma e Lúcia. Joelma Tarôco é da quarta geração da família que veio da Itália em 1888 e se estabeleceu na Colônia do Felizardo, em São João del-Rei, e Lúcia é natural de São João del-Rei e atualmente mora em Tiradentes. Ela tem lembranças de sua infância, quando via a avó fazendo o “queijinho” fresco para consumo próprio. Trabalhou por dez anos na indústria de laticínios, até se mudar para o sítio em que produz queijo artesanal.

Visitamos a família Chaves, produtora de cachaça artesanal na cidade de Coronel Xavier Chaves. Lá, ouvimos as histórias de Rubens Resende Chaves, descendente de José de Resende Costa Pai, na sexta geração, e de Antônia Rita da Encarnação Xavier, irmã caçula do Tiradentes, na sétima geração. Conversamos também com Fernando Chaves, ou Nando, filho de Rubens. Em 1980, se tornou vendedor de cachaça, e em 1990, assumiu o estabelecimento como mestre alambiqueiro, sempre ajudando o pai no cultivo do solo, no manejo da lavoura da cana, na produção da cachaça e na comercialização. José Sérgio, outro filho de Rubens, é turismólogo e auxilia na produção de cachaça. Por fim, falamos com Francisco, nona geração da família que está fazendo e bebendo cachaça. É filho do Nando, formado em zootecnia pela UFLA, e em 2020, começou a produzir cachaça com o pai. A família nos contou que o Engenho Boa Vista, que produz a cachaça Século XVIII, foi construído em 1717, mas só em 1755, segundo tradição oral da família, começou a produzir cachaça e nunca mais parou, sendo considerado o alambique mais antigo em funcionamento do Brasil.

As sapatarias foram deixando de existir, mas algumas ainda resistem, como é o caso da sapataria de Geraldo Trindade das Dores, natural de São João del-Rei e foi sapateiro desde 1958, com 12 anos de idade, exercendo o ofício por 60 anos ininterruptos. Ao longo dos anos, vivenciou muitas mudanças no ofício, desde as dificuldades de maquinário, quanto a qualidade inferior da matéria-prima. Concedeu-nos a entrevista em setembro de 2022 e, infelizmente, faleceu meses depois.

Minas Gerais possui uma infinidade de quitandas com receitas tradicionais, e no mapeamento realizado pelo Con(fiar), conhecemos o bolinho de feijão feito pela Dona Antônia, em Tiradentes. Se, na Bahia, ele é o acarajé, patrimônio da culinária, em Minas, o bolinho de feijão fradinho tem sua versão mais simples. São diversas receitas encontradas na região do Campo das Vertentes, com sutis diferenças entre os temperos, e apresentamos esta tradição da cozinha africana em um dos episódios do projeto.

O Con(fiar) é um projeto feito a partir da partilha de narrativas. As coisas que por nós passaram, que nos tocaram, que nos aconteceram ao longo da vida e que Larrosa chama de experiência, irão desaguar inevitavelmente nas nossas memórias. Também

38. O Queijo Minas Artesanal, a partir do leite cru, foi inscrito pelo IPHAN no Livro de Registro dos Saberes em junho de 2008, sendo uma tradição persistente e em dinâmica transformação em sua cultura, trazendo o sentimento de identidade aos mineiros e a sobrevivência de numerosas famílias.

nos inspira a ideia de experiência, como algo que é passado de pessoa a pessoa e, de acordo com Walter Benjamin (1892-1940), é a fonte da qual nascem as narrativas. Verena Alberti também assinala que a linguagem faz o trabalho de selecionar os acontecimentos, organizá-los e comunicar as experiências de acordo com o sentido de quem viveu o acontecimento.

A passagem da experiência – daquilo que foi vivenciado – em linguagem recebe muitas vezes o nome de narrativa, entendendo-se narrativa como a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido. Evidentemente a experiência sozinha, pura e simples, não é capaz de ser comunicada; comunicar experiências pressupõe sua organização de acordo com um sentido. (ALBERTI, 2004, p. 92)

As pessoas entrevistadas pelo Con(fiar) contaram histórias que venceram as distâncias de tempo, “do longe temporal contido na tradição” (BENJAMIN, 1986b), e carregam saberes em suas narrativas. Ao partilharmos narrativas e memórias com e entre habitantes de Tiradentes e das cidades pertencentes à região do Campo das Vertentes, encontramos sujeitos de experiência. Histórias compostas por memórias, sentimentos, sonhos, desilusões e acontecimentos aparentemente irrelevantes e que, por isso, nem sempre registradas.

Como uma forma de ampliar e dar ressonância a este projeto e às narrativas registradas na série documental, contribuindo com a perspectiva de ampliar as formas de interação e diálogo entre a comunidade e o Museu Casa Padre Toledo, foi idealizada uma exposição temporária em setembro de 2022, durante a Primavera dos Museus. A exposição foi um primeiro desdobramento do projeto que prevê outras ações, como a produção de materiais impressos para ampliar as possibilidades de comunicação com diferentes públicos. Todos os vídeos estão também disponíveis nas mídias sociais do campus e podem ser utilizados como recursos para ações de educação patrimonial e de reconhecimento de Tiradentes e região. A abertura da exposição, que contou com a exibição de alguns episódios, foi um momento de reflexão provocada pelo encontro entre esses mestres e mestras que referenciam o patrimônio imaterial em múltiplas manifestações.

Em diálogo com o compromisso da UFMG em relação à valorização e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e socialmente relevantes, o projeto Con(fiar) foi idealizado como forma de reconhecimento do patrimônio imaterial e dos saberes plurais da região.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e Prosa**. São Paulo: Nova Aguilar, 1992.
- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a. [Obras Escolhidas. v. 1]
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. [Obras Escolhidas. v. 1]
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Velhos Amigos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (orgs): **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FORTUNA, Carlos. “Centros históricos e patrimônios culturais urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra”. Oficina do CES, 254. 2006. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/11110/1/Centros%20hist%c3%b3ricos%20e%20patrim%c3%b3nios%20culturais%20urbanos.pdf>>. Acesso em 08 mai. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano”. In: **Patrimônio: Atualizando o debate**. IPHAN: 2006. p. 33-76.
- SANT’ANNA, Márcia. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

Figura 1: Antônio Ferreira - quitandeira, moradora de Tiradentes que faz o bolinho de feijão fradinho



Créditos da foto: Giulia Muraro

Figura 2: Lília Fonseca - artesã, moradora de Tiradentes que confecciona a “Cruz de Nossa Senhora”



Créditos da foto: Giulia Muraro

Figura 3: Rubens Resende Chaves, Nando Chaves, José Sérgio e Francisco Chaves - Três gerações de uma família de Coronel Xavier Chaves que fabricam a cachaça artesanal Século XVIII



Créditos da foto: Giulia Muraro

O Centro de Coleções Taxonômicas como espaço para Pesquisa, Ensino e Extensão

João Renato Stehmann
Fabrício Rodrigues Santos
Kirstern Lica Follmann Haseyama

1. O Centro de Coleções Taxonômicas

Coleções taxonômicas são acervos de organismos ou parte deles, mortos ou vivos, cientificamente organizados, que documentam a vida passada e presente na terra. As amostras são preservadas de diferentes formas, dependendo do tipo de organismo e da finalidade da coleção. Ao redor do mundo, há cerca de quatro bilhões de amostras depositadas em Museus e Coleções Científicas. Elas reúnem os testemunhos da existência dos organismos que a ciência descreve. O número parece grande, contudo, é insuficiente para conhecermos a biodiversidade existente no planeta, estimada em quase 8,5 milhões de organismos eucariotos (MORA *et al.*, 2011) e 1 trilhão de organismos, considerando também procariotos (LOCEY & LENNON, 2016). Considerando apenas os eucariotos, menos de 20% é conhecido pela ciência, o que faz do trabalho de catalogação da biodiversidade ainda um grande desafio.

O Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG) é uma referência na pesquisa e ensino na área das ciências da vida e há mais de 50 anos armazena amostras-testemunhas dos organismos objetos de estudo acadêmico. Esse acervo cresceu muito nas últimas décadas, como resultado da expansão dos laboratórios de pesquisa e dos programas de pós-graduação na área ambiental e biotecnológica, além de demandas para o enfrentamento da crise ambiental que vivemos. Assim, a criação do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG), em 2015, como órgão complementar do Instituto, objetivou organizar e gerir estes acervos. São atribuições do CCT-UFMG armazenar, catalogar e disponibilizar os depósitos de material biológico e de espécimes da biodiversidade, especialmente a brasileira, para servirem como apoio à pesquisa, ensino, extensão e inovação científica, bem como facilitar a formação de recursos humanos e divulgar o conhecimento científico em relação à biodiversidade.

Atualmente, o CCT-UFMG engloba 27 coleções e é gerido por um Conselho Técnico-Científico, contando com um corpo de 14 curadores e oito servidores de Apoio Técnico-Administrativo em Educação (TAE). Estima-se o acervo atual em cerca de

dois milhões de amostras, constituindo o maior acervo biológico de Minas Gerais e um dos maiores do Brasil. A figura 1 mostra alguns espaços e a diversidade de acervos encontrados no CCT-UFMG.

2. Acervos biológicos para subsidiar o ensino e a pesquisa

As coleções biológicas têm recebido especial atenção nas últimas décadas e são fontes de informação insubstituíveis no ensino e na pesquisa da diversidade da vida e do meio ambiente, e na abordagem de questões contemporâneas, fomentando descoberta de novos organismos, novos usos e aplicações biotecnológicas, como também alertando para a extinção acelerada da biodiversidade em decorrência das transformações que o planeta vem sofrendo (MEINEKE *et al.*, 2018).

No ensino, as coleções taxonômicas são espaços importantes na formação de alunos de graduação e de pós-graduação, que participam do processo contínuo de obtenção de amostras e produção de conhecimento acadêmico, desenvolvendo projetos de pesquisa, ensino e extensão que resultarão em monografias, dissertações, teses e artigos científicos publicados. No convívio junto aos laboratórios associados aos acervos taxonômicos, oportuniza-se o ganho de experiência das práticas museológicas, que terão aplicação futura nas atividades profissionais, especialmente na área das ciências biológicas. No ensino de ciências, os objetos possuem funções variadas, pois ilustram, demonstram, apoiam, provocam, explicam, transformam, de forma que promover experiências, como organizar coleções e usar objetos nas estratégias didáticas, tem o potencial de não somente ensinar ideias, conceitos e processos da ciência, mas a própria história do conhecimento científico (MARANDINO *et al.*, 2014).

O CCT-UFMG é uma referência para os componentes da biodiversidade brasileira e mantém um enorme e variado acervo, com vários registros únicos e raros, além de materiais tipos de várias espécies descritas por pesquisadores da UFMG e de outras instituições. Os materiais tipo, ou tipos nomenclaturais, são espécimes usados na descrição de espécies novas e que servem de referência para a comunidade científica a respeito da identidade de uma espécie. Os tipos nomenclaturais são fundamentais para o estudo da biodiversidade e a sua perda pode acarretar na impossibilidade da identificação de uma espécie, notoriamente quando há outras muito similares ou as descrições são insuficientemente detalhadas. Assim, seu acervo funciona como a fonte primária de referência mundial para muitas espécies novas de plantas, animais, fungos e microrganismos. Amostras de exemplares podem ser consultadas por pesquisadores, caso necessitem estudá-las.

Os depósitos no CCT-UFMG datam do início da própria UFMG e incluem materiais coletados em diferentes períodos e de vários grupos taxonômicos, principalmente da biodiversidade de Minas Gerais. Por exemplo, muitos depósitos foram provenientes de empreendimentos das áreas de mineração e barragens hidroelétricas, a partir de atividades de pesquisa e consultoria ambiental em nosso estado. Outros depósitos oriundos de inúmeros ecossistemas são provenientes de atividades acadêmicas vinculadas a projetos de pesquisa e estudos de graduação e pós-graduação na UFMG e em outras instituições. Por exemplo, desde 1998, existe o Projeto Ecológico de Longa Duração (PELD), financiado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (<https://www2.icb.ufmg.br/peld>), que tem como área focal o Parque Estadual do Rio Doce (PERD) e tem depositado inúmeros espécimes de microrganismos, fungos, plantas e animais coletados intensamente nos últimos 20 anos. Dessa forma, o CCT-UFMG apresenta, em suas coleções, um importante registro temporal e espacial dos componentes da biodiversidade de vários ambientes brasileiros que permitem acompanhar os impactos antropogênicos, isto é, as mudanças no ambiente que são promovidas pela interferência humana.

Como exemplo, podemos citar a biodiversidade dos vales do Rio Doce e do Rio Paraopeba (bacia do São Francisco), que foi intensamente estudada por muitos grupos de pesquisa da UFMG durante várias décadas, resultando em inúmeros depósitos testemunhos no CCT-UFMG dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. Estes depósitos representam o registro temporal da biodiversidade no vale do Rio Doce, com alguns depósitos datando da década de 1940, mas a maioria foi depositada a partir dos anos 1990, com a intensificação das pesquisas ecológicas, botânicas, zoológicas, genéticas e microbiológicas na UFMG. Desta forma, o CCT detém um registro único de espécies de fauna e flora do vale do Rio Doce, que incluem espécies susceptíveis a mudanças de qualidade da água, como algumas plantas ripárias, anfíbios, peixes, libélulas e outros insetos aquáticos. Da mesma forma, há registros da fauna e flora dos ambientes terrestres desta região em diferentes épocas, que podem permitir, por exemplo, estimar o impacto ambiental nas áreas do vale do Rio Doce afetadas pelo rompimento da barragem Fundão, da SAMARCO/Vale/BHP, em novembro 2015, no município de Mariana, em Minas Gerais, o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil. Da mesma maneira, os depósitos de espécimes e material biológico da Serra do Curral e do vale do Rio Paraopeba, onde ocorrem vários empreendimentos de mineração de ferro, podem ser utilizados para quantificar e monitorar o processo de degradação e restauração ambiental, devido ao recente desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), com rejeitos de mineração da empresa Vale, em janeiro de 2019.

O CCT-UFMG possui depósito de espécimes de plantas de fragmentos florestais em diferentes estados de conservação, além de várias espécies animais relacionadas diretamente ao processo de regeneração florestal, como animais dispersores (mamíferos e aves) e polinizadores (morcegos, beija-flores, abelhas e outros insetos) para vários

ecossistemas brasileiros. Com estes registros, o estudo de espécies susceptíveis à degradação ambiental pode também auxiliar projetos futuros de restauração ecológica, como o que está sendo proposto para a recuperação da área afetada pelo desastre de Mariana ao longo do vale do Rio Doce. Por exemplo, na coleção de insetos do CCT-UFMG, há milhares de espécimes de himenópteros, como abelhas, vespas e formigas do vale do Rio Doce, em Minas Gerais, que são componentes da biodiversidade que podem servir como bioindicadores de qualidade ambiental, e podem ser utilizados no monitoramento da restauração das áreas florestais degradadas.

As coleções do CCT são atualmente utilizadas em inúmeros projetos que envolvem acesso a recursos genéticos, alguns deles relacionados à bioprospecção de princípios ativos de espécies silvestres e ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos para diferentes finalidades, que podem resultar no pedido de patentes. Na Coleção de Microrganismos do CCT-UFMG, se encontram muitos depósitos de variedades e espécies de leveduras isoladas de diferentes ecossistemas naturais e ambientes urbanos e industriais, com grande potencial biotecnológico, algumas já comercializadas e utilizadas em destilarias de cachaça do Brasil. A Coleção de Microrganismos possui o maior acervo brasileiro de leveduras da biodiversidade tropical, além do maior acervo de fungos endofíticos (associados com plantas) e do ecossistema Antártico. Estes fungos de ambientes extremos, como a Antártica, podem servir de fontes de novas biomoléculas ativas contra microrganismos patogênicos, ervas daninhas, parasitas, assim como enzimas e diversos outros produtos biotecnológicos, que podem gerar inovação para a indústria nacional.

3. Acervos biológicos para subsidiar a extensão universitária

Em ecologia, nicho fundamental é o espaço potencial que pode ser ocupado por uma espécie, já o nicho realizado é aquele ocupado, de fato, por ela. Usando esse conceito como metáfora, podemos dizer que o nicho fundamental das coleções taxonômicas universitárias na área de extensão é enorme, mas o efetivamente realizado ainda é pequeno. Como, então, expandi-lo? A seguir, relatamos algumas ações realizadas no âmbito do CCT-UFMG nesses sete anos de existência, bem como outras que podem ser implementadas, permitindo a expansão das atividades de extensão universitária.

4. Exposição **Colecionar o mundo: objetos+ciência+cultura**

A exposição “Colecionar o mundo: objetos+ciência+cultura” foi realizada de julho a dezembro de 2018, no Espaço do Conhecimento, junto à Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Coordenado pela Rede de Museus, contou com a participação do CCT-UFMG e de outros espaços da rede (BRUZZI *et al.*, 2018). Para o CCT-UFMG, mostrar a diversidade de objetos colecionados, geralmente de usos restritos para pesquisa e longe do imaginário da maioria das pessoas, foi um grande desafio. Essa exposição foi muito importante por propiciar uma oportunidade de dialogar com o público, que está cada vez mais distante do universo material, especialmente do natural, e do seu significado, devido à evolução massiva das tecnologias digitais.

Nesse sentido, a primeira grande dificuldade foi selecionar os objetos que pudessem contar ou compor histórias para o público não acadêmico, num contexto de centenas de milhares de amostras guardados nos múltiplos acervos do CCT-UFMG. Para isso, foram feitas várias reuniões entre a curadoria dos 27 acervos junto com os TAEs e a equipe da curadoria da exposição. No âmbito do CCT-UFMG, não havia uma metodologia para empréstimo de amostras para uma finalidade não científica, visto que os protocolos existentes sempre respaldaram os empréstimos para fins de pesquisa científica, mas não culturais. A grande preocupação estava na garantia da conservação das amostras, visto que elas faziam parte do acervo tombado para pesquisa e não numa coleção didática ou de reserva, que pudesse ser utilizada para outros fins. A garantia da adequação e climatização do espaço foram determinantes para que os objetos fossem liberados para a exposição.

A participação do CCT-UFMG ocorreu em cinco sessões, abarcando três áreas focais de estudo em Minas Gerais para os quais existe um grande acervo de amostras: Espinhaço Quartzítico, Espinhaço Canga e Rio Doce, sendo a primeira uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta e as duas últimas, palcos de grandes desastres ambientais causados pelo rompimento de barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Textos de apresentação das áreas selecionadas contextualizaram o ambiente, suas peculiaridades e as espécies icônicas. Assim, foram selecionados elementos identitários de cada formação ambiental, como uma espécie típica, endêmica ou ameaçada de extinção.

Para cada amostra (objeto) selecionada para exposição, coube informar a descrição, número de exemplares, condições de acondicionamento, tamanho do nicho, informações para etiquetas e necessidades especiais. Os objetos selecionados representaram a diversidade de organismos presentes nos acervos do CCT-UFMG, como ratos silvestres, morcegos, aves, pererecas, insetos (borboletas e abelhas), plantas prensadas montadas em cartolina (exsicatas), musgos e amostras de madeira. Foram expostos em estantes

especialmente confeccionadas para a exposição, baseadas no projeto expográfico que detalhou a ocupação do espaço, o mobiliário e a iluminação. A figura 2 ilustra parte da diversidade de amostras do CCT-UFMG, representada na exposição.

Também foram expostas reproduções de aquarelas de plantas e animais produzidas no Laboratório de Ilustração Científica do CCT-UFMG, onde arte e ciência se encontram, quebrando a interface mórbida das amostras preservadas para o estudo científico. A ilustração científica acompanha a vida dos cientistas, como os naturalistas viajantes do século XIX, e constitui uma forma de documentação e representação da diversidade biológica usada até os dias de hoje. Muitas espécies estão eternizadas em gravuras feitas pelos artistas que, usando diferentes técnicas, retrataram com fidelidade a morfologia dos organismos e os elementos da natureza. Essas imagens são até hoje referências indispensáveis para estudos taxonômicos.

5. CCT Ciência: canal de divulgação científica

Os acervos do Centro de Coleções Taxonômicas foram construídos com base na pesquisa científica, cujos resultados são publicados em periódicos especializados, com alcance limitado aos especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Em média, são publicados anualmente mais de 100 artigos nas áreas da biodiversidade, do meio ambiente e de biotecnologia, somente por grupos de pesquisa da UFMG que usam diretamente as coleções. Diversas dessas publicações tratam de temas atuais e de interesse da sociedade em geral, pois falam sobre a fauna e a flora brasileiras, espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, relação de parentesco entre os organismos, descoberta de novas espécies ou linhagens, técnicas modernas de pesquisa, entre outros assuntos. Contudo, a linguagem técnica exigida nas publicações científicas dificulta a compreensão do conteúdo, que fica limitado à comunidade científica. Tentando fazer uma ponte entre o CCT-UFMG, o público acadêmico e o não acadêmico, foi idealizada a publicação do boletim CCT Ciência.

A produção dos boletins é realizada por uma equipe que se reúne semanalmente, coleta e organiza dados, define o conteúdo, entra em contato com o autor da pesquisa ou curador da coleção, redige o texto, seleciona as imagens e faz a editoração. Pronta a matéria, ela retorna para ser validada pelo responsável pela pesquisa ou curador do acervo. Vale destacar a atuação dos bolsistas de extensão vinculados ao programa SIEX Centro de Coleções Taxonômicas, que são responsáveis pelo sucesso da iniciativa. Desde a sua criação, em 2019, foram produzidos 17 boletins, disponíveis em coletâneas anuais no site do CCT (<https://www2.icb.ufmg.br/cct/CCTCiencia.html>). Todo início de ano, um número do boletim trata dos novos táxons descritos cientificamente pela equipe do CCT-UFMG, geralmente mais de uma dezena de espécies, muitas delas curiosas,

outras já nascendo ameaçadas de extinção, além de linhagens de microrganismos com potencial de aproveitamento biotecnológico.

Para impulsionar a divulgação, são paralelamente confeccionadas postagens junto ao Instagram (<https://www.instagram.com/cct.ufmg/>), contendo imagens relacionadas ao tema do boletim, bem como perguntas, para dar uma maior interação com o usuário. O número de seguidores tem aumentando paulatinamente nas redes sociais, com grande alcance junto à população em geral.

6. Memórias: histórias dos acervos que ainda não foram contadas

Duas coleções individuais merecem destaque no CCT-UFMG pelo seu caráter histórico e potencial expositivo, a de plantas do botânico Mello Barreto e a coleção de libélulas do professor Angelo Machado. As histórias desses dois personagens se complementam e são testemunhas da dedicação e da paixão que cada um tinha pelos organismos que estudavam. Essas ações integram hoje o projeto SIEX CCT Memória: histórias taxonômicas, que objetiva resgatar documentação e histórias associadas à formação dos acervos taxonômicos. Metodologicamente, elas abarcam um extenso trabalho de organização do acervo, informatização, arquivo de documentos e produção de conteúdo para diferentes mídias, como artigos, exposições e postagens nas redes sociais.

Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, ou apenas Mello Barreto, como era conhecido, pode ser considerado um personagem esquecido no mundo da botânica e da ciência atual, pois há poucos estudos publicados sobre a sua vida e obra. Ele nasceu em 1892, no Rio de Janeiro, onde ficou até completar seus estudos secundários, em 1910. Em busca de clima mais adequado à sua saúde, mudou-se para Belo Horizonte, onde iniciou carreira pública, ocupando diversos cargos até 1915, quando se dedicou à administração de fazendas de familiares (LANA, 2009). Nesse período, circulou também pelas cidades de Teresópolis e Petrópolis, no Rio de Janeiro, e Cambuquira, em Minas Gerais. Entre os anos de 1926 e 1928, esteve em Cataguases e Leopoldina, retornando para Belo Horizonte em 1932. Retornou ao serviço público, passando por vários cargos até ser nomeado diretor do Jardim Botânico do Estado, em 1932, que ficava sediado na Fazenda da Baleia, em Belo Horizonte. Apesar de possuir apenas o curso incompleto de Agronomia, foi reconhecido Botânico em 1935, por mérito de notório saber (LANA, 2009; MAZZA DOURADO, 2009). O Jardim Botânico de Belo Horizonte teve uma curta duração, sendo reduzido a uma seção de Botânica do Instituto Agrônomo do Estado, em 1934. Foi também professor de História Natural na Faculdade de Medicina da UFMG, permanecendo no cargo de 1937 a 1939.

Como legado do período em que esteve no serviço público em Belo Horizonte, Mello Barreto deixou um acervo de mais de cinco mil amostras de plantas, das quais mais de uma centena serviu de base para descrições de espécies novas para a ciência (tipos nomenclaturais). Dedicou-se particularmente ao estudo das plantas da família Melastomataceae, à qual pertence a quaresmeira (*Pleroma granulosum* (Desr.) D. Don), uma espécie de flores arroxeadas, muito cultivada como ornamental nas cidades brasileiras. Ainda, publicou a descrição formal de 22 táxons, mais da metade dos quais pertencentes a essa família botânica, que é muito rica em espécies nas serras mineiras. Como reconhecimento ao seu trabalho botânico, foi homenageado em mais de duas dezenas de nomes de espécies, como *Dyckia mellobarretoii* L.B.Sm. e *Pleroma mellobarretoii* (Brade) P.J.F. Guim. & Michelang. (www.ipni.org).

Seu enorme conhecimento botânico sobre a vegetação de Minas Gerais foi adquirido pelo estudo e durante as viagens que realizou para as diferentes regiões do estado, muitas vezes em companhia de outros botânicos. Destacamos aqui, a parceria com Roberto Burle-Marx, que veio a se tornar o mais famoso paisagista brasileiro. Eles realizaram diversos projetos paisagísticos em conjunto entre as décadas de 1930 e 1940, como o do Barreiro junto ao Grande Hotel de Araxá, os jardins da casa Kubistchek e algumas praças na Pampulha, em Belo Horizonte. Na figura 3, pode-se ver uma amostra de *Heterocoma lanuginosa* (família Asteraceae, do girassol) do acervo do herbário BHCB, coletada por eles, em 1943, na região do Triângulo Mineiro. A dupla foi pioneira na introdução de espécies nativas da flora mineira nos projetos paisagísticos, um planejamento ousado para a época, quando predominavam as concepções paisagísticas europeias, que privilegiavam as formações geométricas e o uso de espécies exóticas (LANA, 2009). Burle-Marx continuou investindo nos projetos paisagísticos por décadas, expandindo o uso de espécies nativas, enquanto Mello-Barreto dedicou-se, na década seguinte, à administração pública, mais especificamente do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, que dirigiu até a sua morte, ocorrida em 1962.

Ângelo Barbosa Monteiro Machado, tratado ao mesmo tempo carinhosa e respeitosamente como professor Ângelo, era um homem apaixonado pelas libélulas. Ele gostava de dizer, com seu espírito bem-humorado, que “a grande importância das libélulas é fazer do Ângelo Machado um velho feliz”. No entanto, a sua relação com o grupo começou ainda muito jovem, sendo que o seu primeiro artigo científico, que continha a descrição de uma fêmea de libélula desconhecida da ciência, foi publicado quando ele tinha apenas 19 anos. Apesar desse início precoce, a entomologia permaneceu como um *hobby* durante longos anos. Médico de formação, entre 1959 e 1987, ele foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando na área de neuroanatomia. Após a sua aposentadoria do Departamento de Morfologia, ele ingressou no Departamento de Zoologia da mesma universidade, passando a se dedicar profissionalmente ao estudo dos insetos. Mesmo durante o período em que a entomologia era um *hobby*, ele continuou

a estudar as libélulas e começou a sua própria coleção. Na época, eram permitidas no Brasil coleções privadas de invertebrados, como insetos, aranhas, entre outros, então, ele organizou uma dentro da sua própria casa. Começando com poucos exemplares coletados em sua adolescência, especialmente na fazenda dos pais, no vale do Rio Doce, ele continuou suas expedições de coleta, e também contou com trocas, doações e compras de exemplares (PINTO, 2016). De acordo com o professor, o marco zero da coleção foi um exemplar de *Micrathyria almeidai* Santos, 1945 (da família Libellulidae, um grupo bastante comum desses insetos), coletado por ele em 1951, em Vespasiano, Minas Gerais. No entanto, esse exemplar de importância histórica ainda não foi localizado e possivelmente foi perdido, demonstrando claramente a importância das ações de curadoria, conforme exposto abaixo. Apesar disso, devido às aquisições de materiais de outros coletores, há exemplares ainda mais antigos na coleção, como uma libélula coletada em 1917.

Desde as primeiras coletas, foram 68 anos investidos no crescimento do acervo. O valor de uma coleção pode ser medido por diversos números e a quantidade de exemplares é uma delas. De acordo com os registros mantidos pelo professor, são 35.250 exemplares dentre mais de 1052 espécies identificadas. Dentre elas, 873 são de origem neotropical, o que equivale a uma representatividade de quase metade das 1796 espécies conhecidas na região (OYALA, 2019). No entanto, como uma parte significativa do acervo não está identificada ao nível de espécie, esse número deve ser ainda maior. Todos os estados do Brasil, exceto o Rio Grande do Norte, estão representados, assim como todos os países da América do Sul, exceto pelo Paraguai. No entanto, a coleção tem uma cobertura mais significativa de algumas regiões, incluindo muitos exemplares de diversas coletas realizadas nos anos 1950 e 1960, em áreas remotas da Amazônia associadas a comunidades indígenas. Esses registros possuem dados históricos que podem auxiliar no entendimento de impactos antrópicos sobre essas áreas e embasar ações de preservação. Um exemplo dessa importância dos registros históricos está muito mais próximo da sede da coleção. Um dos materiais tipo do acervo é da espécie *Navicordulia kiautai*, Machado & Costa, 1995 (da família Corduliidae), que foi descrita com base em exemplares coletados no Parque Municipal Ursulina Andrade de Melo nos anos 1980, atualmente uma área verde em uma região extremamente antropizada de Belo Horizonte. Há também espécies de todas as grandes regiões biogeográficas (Afrotropical, Australasiana, Neártica, Oriental e Paleártica). Além das espécies recentes, a coleção conta com dois fósseis, provenientes da Chapada do Araripe, no nordeste do Brasil.

Mas, o que torna esta coleção um acervo de valor imensurável, são os seus 113 tipos nomenclaturais primários. Embora a maioria destes (92) seja de espécies descritas pelo próprio professor, a coleção foi utilizada por diversos membros da comunidade acadêmica, já que também possui 12 holótipos descritos por pesquisadores sediados em outras instituições no Brasil e no exterior. Para colocar esses números em perspectiva,

aquela que foi a maior e mais importante coleção de libélulas da América do Sul, a do Museu Nacional do Rio de Janeiro, MNRJ, tinha 105 tipos nomenclaturais primários (ALMEIDA *et al.*, 2021). Por isso, após a destruição de quase todo o acervo do MNRJ, em 2018, a coleção do professor Ângelo tornou-se a mais importante da América Latina. Dentre todos os holótipos presentes na coleção, destacamos o de *Heteragrion tiradentense*, Machado & Bedê (Megapodagrionidae). Esta espécie foi descrita a partir de material coletado na Serra de São José (Minas Gerais) e a sua descrição faz parte dos estudos das libélulas que acabaram por embasar a criação, em 2004, do Refúgio de Vida Silvestre Libélulas da Serra de São José, a primeira reserva do Brasil focada na conservação de libélulas (BEDÊ *et al.*, 2015). Por fim, como explicitado anteriormente neste capítulo, uma das funções das coleções biológicas é servir de repositório do material testemunho de projetos de pesquisa e o material desta coleção já foi utilizado em mais de 120 artigos científicos.

Em 2015, o professor ofereceu a doação de sua coleção para a UFMG, com a condição de que a transferência fosse levada a cabo somente após a sua morte. Com o falecimento do professor, em 6 de abril de 2020, aos 85 anos, as 160 gavetas entomológicas que compunham a coleção principal, várias latas com material a ser trabalhado, uma coleção de livros e separatas, entre outros itens, foram transferidas para o ICB-UFMG, em 19 de junho de 2021. De acordo com o desejo do professor, a coleção será mantida como um acervo à parte do restante. Por isso, ela está sendo tratada como Coleção Especial Ângelo B. M. Machado, do Centro de Coleções Taxonômicas da UFMG (ABMM), como um acervo fechado, sem adição de novos espécimes.

Desde então, a equipe de servidores da Coleção Entomológica do CCT tem trabalhado na restauração da coleção. Fazem parte desses esforços, por exemplo, a implementação de um novo sistema de acondicionamento do acervo, utilizando sacos plásticos de polietileno, que deve, concomitantemente, proteger os exemplares, em longo prazo, dos ataques de pragas e facilitar a visualização e o acesso ao material. A maior parte dos espécimes encontra-se atualmente em envelopes de papel, muitos dos quais improvisados com materiais que não são específicos para essa finalidade. Muitos dos exemplares também estão extremamente danificados, sem possibilidade de reparo, enquanto outros estão sendo trabalhados individualmente para a retirada de fungos. Também estão sendo preparadas etiquetas impressas uniformizadas. Esse trabalho é extremamente delicado minucioso, não somente pelo fato de que muitos exemplares não estão em bom estado de preservação, mas muitos envelopes contêm informações telegráficas escritas a mão, sendo necessária a comparação com a literatura e as centenas de fichas catalográficas da coleção para resolver dúvidas a respeito da procedência e identificação. Essas fichas, que contêm alguns dados sobre os exemplares do início da coleção (número de catálogo, sexo, procedência, data, coletor e outras informações organizadas por espécie), já foram digitalizadas. Um exemplo de como esse trabalho

pode ser complexo, foi a descoberta de vários envelopes com uma única informação: “Catarina”. Foi necessária uma busca pelas localidades listadas nos mais de cem artigos relacionados à coleção para se concluir que, provavelmente, trata-se do Manancial Catarina, no Parque Estadual do Rola-Moça. Além de informações incompletas, uma coleção histórica também sofre com localidades com nomes alterados, ou que mudaram de status (por exemplo, cidades que viraram distritos ou bairros, e vice-versa). A tentativa da associação correta à localidade geográfica é de suma importância para agregar valor ao acervo, já que a procedência é um dos dados básicos para que um exemplar possa ser utilizado em um trabalho científico. Concomitantemente, está sendo feito o trabalho de tombamento do material, que consiste na digitalização dos dados da coleção. Devido ao estado de conservação e à forma como a coleção era organizada, esses processos são lentos e necessitam de pessoal especializado em entomologia para que sejam feitos com o cuidado e as técnicas adequadas para garantir a melhor preservação desse acervo, cujo valor científico e histórico são incalculáveis. Mesmo sem a adição de novos materiais na coleção, a importância dela deve continuar a crescer, já que especialistas no grupo estão trabalhando no acervo, devendo auxiliar na identificação de material em nível específico, e até mesmo descrevendo novas espécies, cujos materiais testemunhos ficarão depositados no acervo, e disponíveis para a comunidade científica.

7. Considerações finais

Quais são os desafios a serem enfrentados pelo CCT-UFMG para consolidar e ampliar as ações de extensão? Antes, é bom esclarecer que, diferente da maioria dos espaços museológicos voltados para ações de extensão universitária junto à Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura (Rede de Museus), a atuação do CCT-UFMG é uma tarefa complexa, pois necessita de um corpo técnico-científico especializado e de estratégias próprias e ações afirmativas, tendo em vista a assimetria existente entre pesquisa e ensino, pilares com os quais dialoga naturalmente.

A digitalização dos acervos e a formação de um banco de imagens a eles associados constituem janelas de oportunidades nos tempos atuais, em que a tecnologia digital se expandiu imensamente numa velocidade sem precedentes. Algumas iniciativas nesse sentido, embora tímidas, foram realizadas no CCT-UFMG, especialmente junto ao Herbário, integrando mais de 13 mil imagens de exsicatas e plantas vivas ao Herbário Virtual da Flora e dos Fungos (MAIA *et al.*, 2014). Expandir essa iniciativa aos demais acervos é uma meta a ser perseguida em médio e longo prazos.

Mais importante do que mostrar o acervo, é vivenciar o fazer ciência utilizando as amostras (objetos) como base para os estudos na área de biodiversidade e estimulando projetos investigativos e de ciência-cidadã, em que os visitantes possam realizar ou

simular o trabalho dos cientistas, cujos resultados se desdobram em ações comprometidas com a transformação da sociedade e os valores sociais. Nada mais oportuno neste momento pós-pandemia do que reafirmar o valor da ciência na busca de soluções para os problemas que surgem ao longo da história da humanidade.

O espaço físico atual do CCT-UFMG é uma grande limitação para a expansão de ações de extensão, integrando a comunidade acadêmica com os demais setores da sociedade, uma vez que as salas das coleções taxonômicas no instituto são espaços precários e inadequados para recebimento de um público mais amplo. A realização de ações de extensão compartilhadas com outros espaços, como o Museu de História Natural e Jardim Botânico, a Estação Ecológica e o Espaço do Conhecimento, que dialogam e exploram entre si os temas da ciência da biodiversidade, poderiam ser estratégias alternativas. O problema do espaço físico só será resolvido com a construção do prédio de Coleções Taxonômicas, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG, que possibilitará a melhoria da infraestrutura e a salvaguarda adequada dos acervos, bem como a expansão potencial das ações de extensão do CCT-UFMG.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos Técnicos Administrativos em Educação do CCT-UFMG, Priscila Dias e Gustavo Silva Santos, pela compilação de informações e pela revisão do texto versando sobre Ângelo Machado e Mello Barreto, respectivamente. Agradecemos à Enaile Dias Siffert, pela produção das figuras, e ao Espaço do Conhecimento da UFMG, por ceder e autorizar o uso das fotografias da exposição *Colecionar o Mundo: objetos+ciência+cultura*.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. V.; PINTO, A. P.; CARVALHO, A. L. Digitizing primary data on biodiversity to protect natural history collections against catastrophic events: the type material of dragonflies (Insecta: Odonata) from Museu Nacional of Brazil. **Biodivers Inf Sci Stand.**, v. 5, e75284. 2022.
- BEDÊ, L.; MACHADO, A. B. M.; PIPER, W.; SOUZA, M. M. Odonata of the Serra de São José – Brazil's first Wildlife Reserve aimed at the conservation of dragonflies. **Not. Odonatol.**, v. 8, n. 5, p. 117–155, 2015.
- BRUZZI, T.; LIMA, D.; FERREIRA, J. (Orgs.). **Exposição Colecionar o mundo: objetos+ciência+cultura**. Belo Horizonte: Espaço do Conhecimento UFMG, 2018. 124p.
- LANA, R.S. **Arquitetos da paisagem: memoráveis jardins de Roberto Burle Marx e Henrique Lahmeyer de Mello Barreto**. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009. 348 p.

- LOCEY, K.J.; LENNON, J.T. Scaling laws predict global microbial diversity. **Proc Natl Acad Sci U S A**, v. 113, n. 21, p. 5970-5975, 2016.
- MAZZA DOURADO, G. **Modernidade verde: Jardim de Burle Marx**. São Paulo: Senac, 2009. 386 p.
- MAIA, L.C.; VIEIRA, A. O. S.; PEIXOTO, A. L.; CANHOS, D. A. L.; STEHMANN, J. R.; BARBOSA, M. R. V.; MENEZES, M. **Construindo redes para promover o conhecimento da biodiversidade brasileira: a experiência do INCT-Herbário Virtual**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017. 111p.
- MARANDINO, M.; RODIGUES, J.; SOUSA, M. P. **Coleções como estratégia didática para a formação de professores na pedagogia e na licenciatura de ciências biológicas**. Apresentação de trabalho no V Enebio/ II Erebio, SP, p. 1- 12, 2014.
- MORA, C.; TITTENSOR, D. P.; ADL, S.; SIMPSON, A. G. B.; WORM, B. How Many Species Are There on Earth and in the Ocean? **PLoS Biol.**, v. 9, n. 8, e1001127, 2011.
- MEINEKE, E. K.; DAVIES, T. J.; DARU, B. H.; DAVIS, C. C. Biological collections for understanding biodiversity in the Anthropocene. **Phil. Trans. R. Soc. B**, v. 374, 20170386, 2018.
- NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. Biological collections: ensuring critical research and education for the 21st century. Washington, DC: The National Academies Press. 229p. 2020.
- OYALA, M. Odonatos en Latinoamérica: la riqueza de nuestra región. **Hetaerina**, v. 1, n. 2, p. 4-5, 2019.
- PINTO, A.P. The dragonfly's face of the multidimensional Dr. Angelo Barbosa Monteiro Machado: a short bio-bibliography. **Zootaxa**, v. 4078, n. 1, p. 8-27, 2016.

FIGURA 1. Diversidade de acervos do Centro de Coleções Taxonômicas.



Fotos: Enaile Dias Siffert.

FIGURA 2 - Exposição “Colecionar o mundo: objetos+ciência+cultura”.



Exposição realizada no Espaço do Conhecimento da UFMG, de julho a dezembro de 2018.
Fotos: Núcleo de Audiovisual do Espaço do Conhecimento da UFMG.

FIGURA 3. Exsicata histórica do acervo botânico do Centro de Coleções Taxonômicas



Amostra do herbário BHCb coletada em 1943 por Mello Barreto e Burle-Marx na região do Triângulo Mineiro.
Foto: Isabela Akemi Borges.



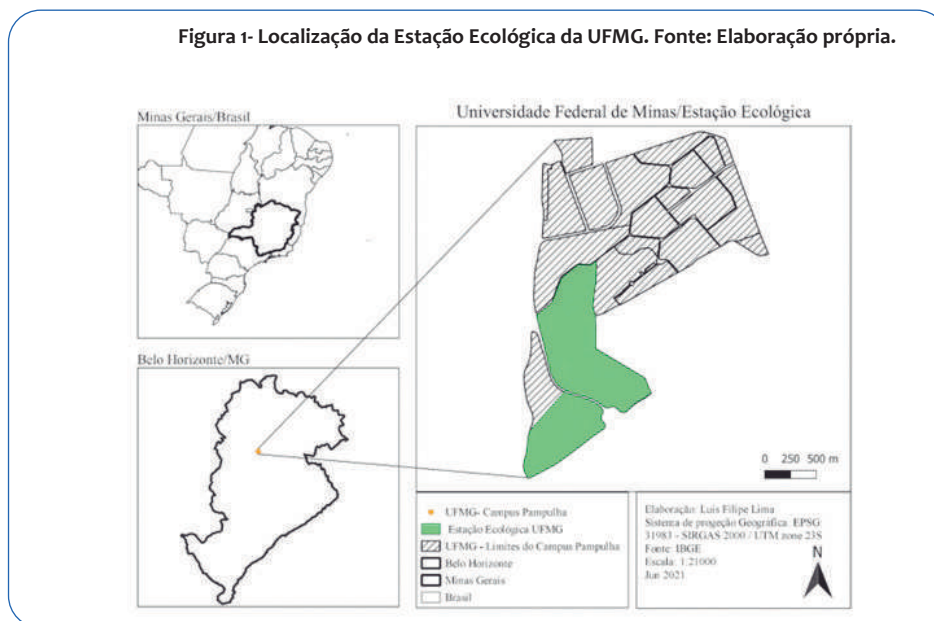
Estação Ecológica da UFMG: abrindo trilhas para uma educação ambiental crítica

**Abraão Santana Domingos
Andréa Siqueira Carvalho
Luís Filipe Lima
Maria Auxiliadora Drumond
Maria Clara Lage Ferreira
Matheus Arcanjo**

1. Introdução

A Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais (EEco-UFMG) é uma importante área verde protegida de Belo Horizonte, voltada ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Localizada no *Campus Pampulha*, com seus 114 hectares predominantemente cobertos por vegetação (85%), está entre os maiores fragmentos urbanos do município (Xavier, 2018). Sua presença dentro da UFMG, uma das maiores universidades do país, promove o debate sobre a importância das áreas protegidas na sociedade atual, tanto no âmbito preservacionista, como na perspectiva integradora da sociedade com o ambiente. A EEco UFMG compreende aproximadamente um terço da área total do *Campus Pampulha* da UFMG (DPFO, 2006) (Figura 1), proporcionando aos discentes, docentes e ao público visitante a oportunidade de experienciar o contato com um “laboratório vivo”.

Figura 1- Localização da Estação Ecológica da UFMG. Fonte: Elaboração própria.



Relevante para o contexto de conservação da biodiversidade, a EEco, com remanescentes dos biomas Mata Atlântica e de Cerrado, possui grande heterogeneidade ambiental, abrigando espécies comuns em ambientes urbanos, como o mico-estrela, o tucano-açu, o caracará e outras menos comuns em áreas urbanizadas, como o caxinguelê, a jacupemba e o teiú. Merece destaque o registro na estação do raro gavião-pombo pequeno, ameaçado de extinção no âmbito mundial (RODRIGUES & DIAS, 2009). A EEco UFMG também apresenta elevada riqueza de espécies nativas da flora, apresentando também espécies exóticas que retratam o histórico de uso e ocupação da área.

Há aproximadamente 80 anos, o local era ocupado por uma fazenda com produção agropecuária, a Fazenda Dalva, que foi desapropriada em 1942 pelo então governador Benedito Valadares e destinada à sede da Cidade Universitária. Dois anos depois, em 1944, a área em que hoje se encontra a EEco UFMG, contígua à área da Cidade Universitária, foi cedida pelo prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, para a criação do Lar dos Meninos, que tinha como objetivo abrigar crianças e jovens desabrigados e instruí-los para exercerem certos ofícios, como o de cartonagem e o de fabricação de tijolos. Em 1948, o Lar foi repassado à administração da Pequena Obra da Divina Providência, passando a ser chamado Lar dos Meninos Dom Orione. Posteriormente, a área também foi utilizada como depósito de entulho, configurando-a como um bota-fora até o ano de 1987 (DAL PONT, 2008). Os diferentes usos desse espaço deixaram uma herança histórica e cultural que pode ser vista nos dias atuais, como a Olaria ou ruínas de antigas ocupações. Toda essa história construiu a identidade da atual Estação Ecológica da UFMG.

Embora a primeira menção oficial à preservação da área tenha se dado em 1976 (Portaria nº 698), quando foi criada uma comissão responsável por executar o Programa Ecológico do *Campus* Pampulha, foi a partir da década de 80, que surgiu uma proposta mais concreta de utilização científico-preservacionista do espaço, protagonizada, principalmente, pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e pelo Instituto de Geociências (IGC). A área até então conhecida por Estação Experimental e Parque Ecológico passou a ser chamada, a partir de 1988, por Estação Ecológica, como até nos dias atuais. Em 1990, a EEco UFMG passou a ser reconhecida pelo município como Setor Especial 1 (Lei Municipal nº 5657), destinado aos espaços de preservação, tais como parques urbanos e monumentos históricos (Belo Horizonte, 1990). Por fim, em 1992, a EEco conquistou seu lugar como área protegida, quando foi tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, contrapondo a proposta de uso do espaço para a construção das Faculdades de Odontologia e Farmácia. A consolidação deste espaço como uma área verde urbana, no interior de um *campus* universitário, destacou o papel da UFMG na construção de um novo paradigma em relação às questões ambientais, reforçando o protagonismo das universidades na transformação do pensamento e das ações conservacionistas. Isso contribuiu para a valorização desse espaço dentro da universidade, mas, sobretudo, para enfatizar a responsabilidade desta no desenvolvimento científico, cultural e na construção de posicionamentos frente ao diálogo com a sociedade contemporânea. Em 2015, a Estação Ecológica passou a ser uma Diretoria da Pró-Reitoria de Extensão e teve seu primeiro regimento interno, atualizado em 2021. Recentemente, teve seu Plano de Manejo aprovado pela Câmara de Extensão da UFMG, que norteará suas ações para os próximos cinco anos.

2. A Estação Ecológica da UFMG na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

A EEco UFMG compõe a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, que promove a execução de projetos que visam preservar o patrimônio cultural e científico da universidade. A EEco, como parte integrante dessa Rede, busca parcerias para desenvolver ações educativas e proporcionar experiências diversas aos visitantes, por meio das práticas desenvolvidas de maneira acolhedora e inclusiva.

A Estação Ecológica recebe não apenas a comunidade universitária, mas toda a população interessada em conhecer o espaço e realizar as atividades propostas. A maior parte dos visitantes corresponde aos estudantes da educação básica (ensino fundamental, médio e matriculados no programa de Educação para Jovens e Adultos-EJA) e universitários. E ainda, são atendidos servidores da UFMG. Além desses, o espaço proporciona

práticas de forma inclusiva para pessoas com deficiências, crianças e idosos. O público recebido desfruta do contato direto com uma área verde capaz de possibilitar experiências transversais, fora das paredes escolares. Essas vivências junto ao meio natural podem chamar a atenção para a complexidade das relações existentes nesse ambiente.

As atividades desenvolvidas também são de grande importância no processo de formação dos monitores e funcionários da EEco. Elas se configuram em um espaço de diálogos e vivências sobre as mais diversas questões socioambientais, a partir do empenho em cumprir os objetivos propostos pela Rede de Museus, preservando o patrimônio cultural e científico, divulgando saberes e estimulando a extensão universitária.

O PROECO tem desenvolvido um papel fundamental na ampliação do diálogo com a população, promovendo uma interação universidade-sociedade por meio da prática da educação ambiental. Isso se dá, principalmente, a partir da realização de trilhas e oficinas, através de uma abordagem crítica capaz de contribuir com a construção de mudanças socioambientais necessárias para avançarmos coletivamente rumo a uma relação sociedade/natureza mais sustentável e justa.

3. O surgimento do Programa Estação Ecológica e suas bases interdisciplinares

Desenvolvido a partir do Projeto Caminhadas Ecológicas, que realizava caminhadas pelas trilhas da EEco (GONTIJO E NEVES, 2004), foi instituído, no ano 2000, o PROECO, cujo objetivo central é praticar a Educação Ambiental, sendo a principal ação extensionista da EEco-UFMG. Atualmente, este programa se dá por uma equipe composta majoritariamente por discentes da UFMG, que desempenham atividades como monitoras(es) de EA. Esses estudantes ministram as atividades do programa principalmente junto a escolas públicas e privadas dos municípios de Belo Horizonte e região e são também incentivados a realizar pesquisas (individual ou coletivamente), tornando as práticas de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis. Tais práticas são marcadas pela interdisciplinaridade de conhecimentos, que deriva em grande parte da diversidade de formações no quadro de monitores. Durante muito tempo, o corpo de monitores foi limitado a estudantes da Geografia e das Ciências Biológicas. Atualmente, além dos cursos já mencionados, também têm estado presentes alunos de Ciências Socioambientais, Antropologia, Museologia, Pedagogia, Direito, Nutrição, Teatro, Engenharia Ambiental, Educação Física e Medicina.

A interdisciplinaridade possibilitou ao PROECO se reinventar, adicionando criticidade aos processos de educação ambiental, na medida em que os monitores trocam conhecimentos nas atividades realizadas em conjunto. Além disso, a prática cotidiana,

que se constrói para além do ambiente teórico da sala de aula, exige, por si só, um olhar multidimensional dos monitores sobre as práticas extensionistas. Sob esse olhar, tais práticas constituem uma importante fonte de formação para os estudantes, além de estreitarem a relação entre a Estação Ecológica e a sociedade, a partir da ampliação do diálogo, ao aproximar as atividades de educação ambiental da realidade do visitante.

4. O Programa Estação Ecológica e a prática extensionista

A extensão universitária, através do Programa Estação Ecológica, acaba se tornando o “espírito da Estação”, possibilitando que os princípios de interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de formação do estudante, da geração de impactos e da transformação social, presentes no documento de Política Nacional de Extensão Universitária, estejam em vigor (FORPROEX, 2012) e possam ser concretizados no cotidiano da prática das trilhas e oficinas.

A extensão é a ligação que se estabelece entre a universidade e o público externo, visando à interlocução das atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa, através de processos ativos na formação das pessoas. Essas práticas auxiliam na popularização da ciência, promovendo o diálogo com a população em geral sobre questões socioambientais, saberes acadêmicos e tradicionais. Por ser o pilar (dentre a pesquisa e o ensino) que visivelmente mais aproxima a academia da comunidade em geral, carrega responsabilidade no compartilhamento de conhecimentos e saberes. Desse modo, a extensão é fundamental para divulgar ações, voltar os olhares da sociedade ao espaço acadêmico e ao fazer científico e provocar mudanças individuais e sociais.

Devemos considerar, ainda, sua relevância para os estudantes que participam dos programas, projetos e outras ações de extensão. De acordo com Araújo, é função dos programas de extensão universitária:

“(...)compartilhar o conhecimento produzido na academia e capacitar profissionalmente o estudante, antes que ele se integre ao mercado de trabalho. Essa extensão, todavia, não deve ter um caráter assistencialista, mas sim emancipatório e popular.”
(ARAÚJO, 2013, p.43)

O PROECO, enquanto ação extensionista, abre oportunidades para que monitores e visitantes se tornem participantes ativos nas práticas educativas, além de permitir o acesso de públicos diversos às atividades, buscando emancipar indivíduos capazes de refletir sobre as questões socioambientais que interferem na qualidade de vida de toda a

sociedade. A oportunidade da prática da educação ambiental associada ao contexto de uma área verde protegida cria um caráter muito particular, especialmente, pela realidade dos grandes centros urbanos. As ações desenvolvidas objetivam atuar em diferentes frentes, partindo da identificação de uma problemática e buscando refletir, desenvolver e agir para lidar com tal questão. Sempre tendo em vista que:

“A educação ambiental não tem a finalidade de reproduzir e dar sentido universal a valores de grupos dominantes, impondo condutas, mas de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e a preservação da vida.” (LOUREIRO, 2003, p.43).

Inicialmente, o programa concentrou sua atuação no interior da EEco. Numa perspectiva de aproveitamento das potencialidades do espaço, desenvolveu a prática da Educação Ambiental na realização de eventos, trilhas e oficinas, e procurou tratar das mais diversas problemáticas a partir de uma visão crítica. Com o tempo, o programa se deparou com a necessidade de atuar para além dos muros da UFMG, construindo ações que interagiam de forma cada vez mais direta com a população em geral. Atualmente, existem seis projetos ativos vinculados ao PROECO, sempre abordando a temática ambiental em seus mais variados aspectos, tais como: construção de identidade ambiental, conservação da biodiversidade, recuperação de áreas degradadas, reciclagem, impactos ambientais e saúde. Os projetos são revisados por toda a equipe (coordenação, bolsistas e voluntários), passando por modificações, sempre que necessário, numa busca permanente de adequação à realidade do público participante. Analisando as ações propostas ao longo do tempo, é possível verificar um fortalecimento da extensão, em crescente estreitamento do diálogo entre a universidade e a população. Ressalta-se que as atividades presenciais que foram suspensas devido à necessidade de isolamento social, em decorrência da pandemia da COVID-19, foram retomadas, gradativamente, a partir do início de 2022. O Quadro 1 apresenta os projetos existentes e suas áreas de atuação.

Quadro 1- Projetos desenvolvidos pelo Programa Estação Ecológica

Nome do Projeto	Resumo
Projeto Caminhadas Ecológicas	É o principal projeto desenvolvido na EEco. Tem como base caminhadas em trilhas de interpretação ambiental, nas quais os visitantes são acompanhados por monitores universitários. No trajeto, os participantes têm contato direto com temas, aspectos e problemas do ambiente, tais como: urbanização, clima, flora, fauna, assoreamento, desmatamento, poluição, recuperação de áreas degradadas, compostagem, qualidade de vida e conceitos básicos em ciências da terra (geografia e geologia), ciências biológicas (botânica, zoologia e ecologia) e socioambientais.



Nome do Projeto	Resumo
De Carajás a Minas Gerais: trocas e laços para a Educação Ambiental	Este projeto é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, PA. Busca-se construir ações e materiais de educação ambiental, que dialoguem e colaborem para o enfrentamento das problemáticas locais, de forma pedagógica e respeitando as características do público. Estimulando sempre a troca de ideias, compartilhando os desafios, pensando e agindo de forma conjunta.
Reciclando Diálogos	Tem como objetivo integrar cooperativas de materiais recicláveis e a população de Belo Horizonte, que ainda possui pouco acesso à coleta seletiva. Através da produção de materiais informativos e práticas de educação ambiental, o projeto propõe estreitar laços entre as cooperativas e a comunidade em geral.
Cartilhas Ambientais	O projeto busca ampliar o público atendido pelo PROECO na pandemia através de parcerias com cursinhos populares da região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse diálogo, o Projeto tem desenvolvido cartilhas ambientais que adicionam criticidade aos conteúdos ambientais presentes na formação dos cursinhos.
Mais Verde, Mais Vida	O projeto parte da necessidade de desenvolvimento de ações que busquem a conservação da flora nativa ameaçada de extinção, unindo o plantio de mudas com o desenvolvimento de ações de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Busca atuar preferencialmente em áreas de vulnerabilidade social, onde haja demanda por intervenções e a população tenha interesse em construir as ações de forma coletiva e continuada.
Projeto Vida	O Projeto Vida consiste na realização de atividades lúdicas que auxiliam os alunos a expressar de várias maneiras o conhecimento adquirido durante a caminhada. Proporcionam um espaço para o debate sobre vários temas ambientais, enriquecendo a percepção do grupo em relação ao ambiente e servindo como avaliação informal das trilhas.

No último ano de atendimento presencial ao público antes da pandemia (2019), o PROECO atendeu aproximadamente 14.000 pessoas entre atividades de caminhadas ecológicas, oficinas e eventos. As caminhadas (Figura 2) podem ser realizadas em três percursos pré-estabelecidos por nível de dificuldade. O primeiro e mais curto é a trilha do sossego, com aproximadamente 600 m de extensão, é recomendado para alunos do ensino infantil, fundamental I e idosos. O segundo percurso possível abrange a trilha da Sede, Trilha do Cerrado, Trilha das Goiabeiras e a Trilha do Bambuzal, sua extensão é de aproximadamente 1600 m. A terceira possibilidade é a Trilha das Borboletas, o percurso de maior extensão, com aproximadamente 3200 m, perpassando por diferentes tipos de paisagem. As duas últimas são recomendadas para alunos do ensino fundamental II e do ensino médio. Durante a realização destas atividades, é possível levantar questões ligadas à fauna e flora local, à importância das áreas verdes urbanas, a percepção dos alunos sobre o ambiente, os domínios de paisagem do Brasil, aspectos do microclima local, características e tipos de solos e sobre os atuais modelos de produção e consumo.

Figura 2. Caminhada com uma escola, acompanhada por um monitor, na área da Estação Ecológica da UFMG. (Acervo do PROECO - 2019)



As caminhadas ecológicas (Figura 3) tem um grande potencial em despertar e construir uma identidade dos estudantes com o ambiente natural, incentivando a valorização das áreas verdes, tanto como espaços necessários para o equilíbrio do meio, quanto como locais onde há possibilidade de desenvolvimento de atividades de lazer, bem-estar e contemplação, como ressaltam Menghini e Guerra (2008).

Figura 3. Caminhada com visitantes, acompanhada por um monitor, na área da Estação Ecológica da UFMG. (Acervo do PROECO - 2019).



Quanto às oficinas, atualmente são ofertadas oito possibilidades, através delas, são abordadas diferentes questões socioambientais, sempre de forma pedagógica, crítica e a partir da realidade dos participantes (Quadro 2).

Quadro 2 - Oficinas realizadas pelo Programa Estação Ecológica

Nome da oficina	Resumo
O dilema do Bicho-pau	A oficina busca apresentar as principais características biológicas que distinguem os insetos de outros animais. Através do contato direto com espécimes de bicho-pau, a oficina também busca despertar o participante para o papel ecossistêmico dos insetos e desmistificá-los como animais perigosos ou repulsivos.
DescARTE	A oficina trabalha a destinação dos resíduos sólidos e seus impactos ambientais através de métodos variados, como origamis feitos com material reciclado, maquetes e jogos de perguntas e respostas. A oficina abrange temáticas como obsolescência programada, tempo de decomposição de materiais e consumismo.
Energia	A oficina busca compartilhar e debater com o público questões relacionadas ao uso e à produção de energia elétrica, enfatizando os impactos ambientais decorrentes do processo produtivo, as potencialidades e limitações das tecnologias de produção sustentável e as formas de geração mais difundidas no Brasil e no mundo. É realizada também uma discussão sobre o papel dos sujeitos na busca de economizar este recurso e os setores responsáveis pela maior parte da demanda por energia elétrica.
Pigmentos	Esta oficina é uma proposta que visa apresentar conceitos relacionados às cores, às aplicações e aos usos históricos de tintas em diferentes culturas, a importância dos pigmentos para a arte e a forma de produzir tintas a partir de recursos naturais. Trata-se de uma oficina com apresentações teóricas e atividades práticas (Figura 4).
Cartões ecológicos	Oficina que propõe a produção de cartões de presente, confeccionados a partir de recursos encontrados na área da EEco (folhas, galhos, terra, fragmentos de rocha, solo, sementes, dentre outros materiais). Busca-se apresentar um outro conceito de presente, que sobrepõe a ideia consumista de compra e troca de produtos industrializados, gerados a partir da alienação do sistema de produção e consumo. Dessa forma, adiciona um caráter pessoal e artesanal ao objeto construído pelos visitantes do espaço.
Teia alimentar	A oficina busca apresentar e discutir o conceito de “teia alimentar”, através de materiais pedagógicos apropriados para diferentes públicos. Trata-se de uma atividade participativa, em que os visitantes colaboram com a construção da discussão sobre a temática a partir do material confeccionado especificamente para a oficina. São apresentadas diferentes espécies da fauna, visando fortalecer a identificação dos participantes com os animais e com o conceito de teia alimentar.
Solos e rochas	A oficina foi elaborada com o intuito de apresentar aos participantes o conceito, os usos possíveis, a variedade, o processo de formação e a microbiologia dos solos. A atividade abarca discussões teóricas e metodologias práticas, que facilitam o processo de compreensão da temática abordada.
Plantar, muda!	A oficina tem como objetivo apresentar questões ligadas à flora, estimulando o debate sobre temáticas como: desmatamento, monocultura, espécies florestais ameaçadas, a importância das unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, produção de mudas e cuidados necessários. É composta por discussões teóricas e ações práticas, sendo que, ao final da oficina, os alunos realizam o plantio de uma muda (espécies variadas) e ficam incumbidos de cuidar da mesma.

O programa promove, ainda, diversos eventos, como, por exemplo, o “Eco Kids”, que funciona no período de férias das escolas. Esta é uma atividade que, de forma lúdica, pretende aproximar as crianças e adolescentes das áreas verdes e das questões socioambientais. Configurando, ainda, em uma ação com potencial de construir uma identidade do espaço da EEco para a comunidade de Belo Horizonte, atribuindo a ele significados, a partir de vivências.

A extensão contribui de forma significativa para as mudanças sociais, uma vez que reconhece a construção em conjunto do conhecimento e da interpretação dos conflitos, a fim de viabilizar coletivamente formas de enfrentamento e superação dos problemas. Nesse sentido, através da extensão universitária, a Estação Ecológica estrutura sua intervenção social pela prática da Educação Ambiental, em busca de colaborar com uma nova realidade socioambiental. A Educação Ambiental Crítica se constitui como uma poderosa ferramenta dialógica de transformações sociais.

Figura 4. Oficina de pigmentos desenvolvida com crianças na Estação Ecológica da UFMG. (Acervo do PROECO - 2019).



4. Considerações finais

Nesse sentido, a EEco tem cumprido sua função como espaço de ensino, pesquisa e extensão na UFMG. Superando os desafios impostos pela pandemia do COVID-19, em 2020-2021, desenvolveu várias atividades nas Redes sociais, sobretudo no Instagram, com a mesma abordagem da Educação ambiental crítica, envolvendo o público e ampliando o seu alcance. Por meio do novo regimento da EEco, foi ampliada a participação institucional no Conselho Diretor e criado o Núcleo de Apoio Acadêmico, com o objetivo de avaliar e aprovar os projetos de pesquisa, ensino e extensão propostos para execução na área. Durante esse período, construímos, ainda, com a contribuição de vários atores da sociedade, o Plano de Manejo, que acaba de ser aprovado pela Câmara de Extensão. Esta ferramenta deverá ser, a partir de agora, norteadora das ações dessa área protegida. Ainda há muito a ser feito, mas o espaço tem desempenhado função relevante para a atuação da UFMG junto à sociedade.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. **Filosofando**, v. 1, n.1, p. 38-47, 2012.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DAL PONT, Karina Rousseng. De “bota-fora” a Estação Ecológica da UFMG: pequenas conquistas e a construção de significados ambientais urbanos. In: STARLING, Heloísa Maria. Minas Gerais: Brasil, 2008.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2021.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003. Disponível em: <<https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/897>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e Dialética: contribuições a práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.
- MENGHINI, Fernanda Barbosa; GUERRA, Antonio Fernando Silveira. **Trilhas interpretativas: Caminhos para a Educação Ambiental**. ANPEDSUL, Itajaí SC, 2008.

Herbário Norte Mineiro: Ensino, Pesquisa e Educação Científica

Rúbia Santos Fonseca

Diego Tavares Iglesias

Márcio Venícius Barbosa Xavier

Carlos Emílio de Sant'Ana Pinter Pastorello

Elaine Soares de Almeida

1. Introdução

A unidade básica da biodiversidade é a espécie (PITMAN & JØRGENSEN, 2002). A biodiversidade é uma das principais riquezas do Brasil, que se destaca pelo maior número de plantas do mundo (GIULLIETI et al., 2005). Todas as espécies reconhecidas pela ciência possuem material testemunho depositado em uma coleção de história natural. Para plantas, essa coleção é o Herbário, que se caracteriza como um acervo de plantas ou partes delas, desidratadas e organizadas conforme uma sistemática (FUNCK, 2004; JUDD et al. 2009). Cada amostra botânica é associada a um conjunto de informações, que incluem coletor, data de coleta, localidade, além de características do ambiente onde foi encontrada (FONSECA & VIEIRA, 2015). Os herbários são essenciais para estudos de taxonomia, sistemática, ecologia, anatomia, morfologia, biologia da conservação, biodiversidade, etnobotânica, paleobiologia, além de serem amplamente usados para ensino, visitação pública e divulgação de ciência (FUNCK, 2004).

Os herbários são repositórios científicos permanentes, por isso, em pesquisas com plantas, o material testemunho deve ser depositado em herbários oficialmente reconhecidos (FONSECA & VIEIRA, 2015). Há mais de 500 anos, plantas vêm sendo coletadas e depositadas em herbários por todo o mundo (NESBITT, 2014). Cada amostra vegetal é produto da exploração ativa da natureza por um estudante, cientista ou naturalista e, como tal, é reflexo dessa experiência em campo (MONFILS et al., 2017). Mais de 390 milhões de espécimes estão depositados nos 3100 herbários distribuídos pelo mundo (THIERS, 2020). No Brasil, existem 266 herbários, com 172 ativos; juntos, esses acervos conservam cerca de 9.103,530 espécimes (CATÁLOGO DA REDE DE HERBÁRIOS, 2020). O herbário mais antigo do Brasil é o Herbário do Museu Nacional do Rio de Janeiro (sigla R, veja THIERS, 2020), fundado em 1831, que mantém em seu acervo 550.000 espécimes. Enquanto a maior coleção é mantida no Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RB), com

800.000 espécimes. Estes são os maiores herbários do Brasil, responsáveis por manter representantes da flora de todo o país. Enquanto os pequenos herbários são comumente focados em floras regionais (VIEIRA, 2015). Apesar do grande montante de espécimes já depositados, muitas áreas carecem de coletas botânicas frequentes e de herbários para apoiar a pesquisa florística na região (VERSIEUX et al., 2017).

As coleções de história natural têm uma longa história de envolvimento do público na educação científica. Pessoas de todas as idades gostam de visitar museus, observar a diversidade e aprender sobre a natureza (MARANDINO 2009; MONFILS et al., 2017). Para os herbários, o estímulo e a promoção das visitas de público geral são ainda mais valiosas, já que, na sociedade atual, há um fenômeno denominado “cegueira botânica”. Desse modo, as pessoas são incapazes de observar a presença e a importância das plantas na sua vida e no seu bem-estar (SALATINO & BUCKERIDGE, 2016). Isso acarreta uma série de prejuízos, como desvalorização da diversidade, dos profissionais da área e desconhecimento científico. A vivência em coleções biológicas promove interação com a biodiversidade e contribui para a alfabetização científica da sociedade (MARANDINO, 2009).

O norte de Minas Gerais é uma região de destaque nacional em relação à sua fitogeografia e singularidade ambiental, por ser uma zona de tensão entre três biomas, o cerrado, a caatinga e a mata atlântica (ARRUDA et al., 2013). Em transições de biomas, podem ser encontradas vegetações e espécies características de cada bioma, além de elementos únicos (AB’SABER, 2003). Por isso, esses ambientes devem ser priorizados nos estudos. No entanto, essa complexa região ecológica é pouco conhecida e estudada. Analisando o número de registros para a região norte de Minas Gerais, na rede do INCT- Herbário Virtual da Flora e dos Fungos do Brasil (INCT-HVFFB), foi encontrada a proporção de 0,007 amostras coletadas por km². Valor extremamente baixo quando adotados os índices mais conservadores para pesquisas com flora, que aconselham 1 exemplar/km² (SHEPHERD, 2003), demonstrando que muito esforço ainda deve ser feito na catalogação da flora regional. Visando contribuir com o conhecimento sobre a diversidade vegetal norte mineira, subsidiar pesquisas botânicas e promover o ensino, foi fundado o Herbário Norte Mineiro (MCCA). Porém, a carência de espaços museológicos de história natural na região e a demanda da comunidade por espaços não formais para ensino de ciências colocaram o herbário frente a um desafio: atender à comunidade, não apenas no ensino superior, mas proporcionar uma imersão científica também à educação básica, por meio de práticas extensionistas. Para tanto, foram desenvolvidas diferentes atividades voltadas para a educação científica do público, divididas em três linhas de ação: Visitas mediadas ao herbário; Herbário na Escola: coleção itinerante; e Divulgação científica da botânica nas redes sociais. Neste capítulo, foram abordados os mecanismos envolvidos no planejamento e desenvolvimento das ações, os alcances e os desafios encontrados para transformar uma coleção biológica em um espaço de educação científica para a comunidade.

2. O Herbário Norte Mineiro: Breve Histórico

O Herbário Norte Mineiro (Sigla: MCCA), fundado em 2016, está situado no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), no Campus Regional da UFMG em Montes Claros, o maior município da região norte de Minas Gerais. Essa coleção tem como missão apoiar na documentação da diversidade vegetal da região norte de Minas Gerais e dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão na área da botânica associada às ciências biológicas e agrárias. No mesmo ano da sua fundação, em 2016, o Herbário foi afiliado à Rede Brasileira de Herbários; em 2018, foi credenciado junto ao Index Herbariorum (indexador internacional dessas coleções) e ao INCT Herbário Virtual da Flora e dos Fungos do Brasil (INCT-HVFFB). Em 2019, se vinculou à Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. O Herbário Norte Mineiro é a única coleção biológica aberta para visitação no campus do ICA/UFMG.

O MCCA constitui-se de coleção dinâmica e participativa, em grande crescimento; conta com o apoio de docentes, de técnicos de nível médio e superior, e de estudantes de graduação e pós-graduação, que estão vinculados a projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos nesse espaço. Essa coleção é usada em disciplinas dos cursos de graduação em Engenharia Florestal, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental e Zootecnia, e de pós-graduação em Ciências Florestais e Produção Vegetal.

O Herbário dá suporte a pesquisas com o uso e reconhecimento de plantas, especialmente plantas nativas, confirmando as identidades e tombando o material testemunho. Atualmente, o acervo é composto por 5110 espécimes, oriundas de coletas nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste, predominantemente dos estados de Minas Gerais e Bahia. O material botânico é originário, principalmente, dos cerrados e matas secas (floresta estacional decidual) do semiárido mineiro.

Seguindo a tendência de publicitar digitalmente as coleções biológicas do país, todas as informações dos espécimes do MCCA encontram-se no Jabot, plataforma de registros de exsicatas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Além disso, em 2019, quando o herbário foi vinculado ao projeto de disponibilização digital de coleções botânicas do INCT-HVFFB, toda a coleção foi informatizada e as imagens disponibilizadas na plataforma virtual CRIA SpLink (Figura 1). Por meio desta rede, os dados também são disponibilizados nas plataformas virtuais Global Biodiversity Information Facility (GIBF) e Integrated Digitized Biocollections (IDigBio), que permitem consultas mais amplas aos registros e obtenção online de outros indicadores sobre a coleção.

Figura 1. Padrão de imagem de exsicatas disponibilizado na plataforma virtual CRIA SpLink.



Apesar do curto período de existência desse acervo, pesquisas em andamento com o uso dessa coleção revelaram novas ocorrências de espécies para o estado de Minas Gerais, Bahia, além de espécies novas para a ciência (MARQUES et al., 2020), demonstrando a relevância dos pequenos herbários no inventário de floras locais e o seu potencial para a educação científica, promovendo a vivência prática nas ciências botânicas.

3. Divulgação e Educação Científica

3.1. Visitas mediadas

Desde sua fundação, o Herbário Norte Mineiro recebe visitas de estudantes e professores da educação básica, principalmente de turmas de Ciências do ensino fundamental e Biologia do ensino médio. Porém, como o acervo era originalmente voltado às atividades de pesquisa e treinamento técnico do ensino superior da instituição, o roteiro utilizado possuía uma linguagem tecnicista, e os temas não necessariamente possuíam relação

direta com os objetivos do ensino-aprendizagem da educação básica. Visando ao atendimento personalizado às turmas e à colaboração de forma prática com o conhecimento de sala de aula, foram desenvolvidos novos roteiros educativos para as visitas mediadas, que vão muito além da simples apresentação das metodologias e práticas utilizadas na formação e gestão do acervo. Esses roteiros são dinâmicos e podem englobar temas variados, de ecologia a botânica, de acordo com a solicitação do professor e com os objetivos de aprendizagem da visita, com abordagens sempre pautadas no estímulo ao pensamento científico e no entendimento da relação e impacto dessa ciência no cotidiano da sociedade (Tabela 1).

Tabela 1: Temas desenvolvidos na forma de roteiros educativos para turmas da Educação Básica.

Tema	Atividade	Objetivo
Diversidade morfológica das plantas e identificação de espécies	Apresentação de exemplos de variações morfológicas de órgãos reprodutivos e vegetativos (folhas, flores e frutos).	Desenvolver a visão sobre a complexidade da morfologia das plantas e de como essas informações podem ser úteis na identificação de espécies. Subsidiar e estimular o modo de pensamento do botânico na tomada de decisão na identificação das espécies.
Classificação biológica	Apresentação de amostras de várias espécies, pertencentes a dois ou três gêneros distintos, com características que permitam separá-los e agrupá-los em categorias.	Desenvolver uma experiência prática de separação de espécies em grupos, objeto básico da classificação biológica. Usar ferramentas científicas de identificação de espécies. Subsidiar e estimular o modo de pensamento do botânico na tomada de decisão na identificação das espécies.
Novas espécies	Apresentação de amostras de espécies que foram recentemente descritas na região.	Desenvolver a compreensão de que a biodiversidade local ainda é pouco conhecida e precisa ser estudada, evidenciando o papel importante da coleção neste processo. Apresentar e praticar o método científico da sistemática vegetal, permitindo ao estudante compreender os critérios para se propor e validar cientificamente uma nova espécie de planta. Estimulando o pensamento investigativo.
Diversidade das vegetações	Apresentação de amostras de espécies de diferentes vegetações locais e imagens dos ambientes onde ocorrem.	Desenvolver a noção de complexidade ambiental dos ecossistemas locais, e o conceito de habitat, a qual cada espécie está adaptada.
Conservação das espécies	Apresentação de amostras de espécies endêmicas da região, espécies ameaçadas de extinção e espécies amplamente distribuídas no território brasileiro.	Desenvolver os conceitos de endemismo, abundância, raridade, e como estes aspectos de distribuição podem influenciar na extinção de uma espécie.
Interação com os polinizadoras	Apresentação das bases conceituais da morfologia floral e do mutualismo planta-polinizador.	Desenvolver a capacidade de analítica e decisória, por meio da análise das flores e da previsão das suas interações ecológicas.

Essa diversificação temática dos roteiros foi um passo importante para a consolidação do herbário como espaço não formal de aprendizado de ciências naturais. A escrita de roteiros didáticos, voltados para cada grupo de visitantes, demonstrou ser essencial no processo, assim como a interação prévia com o docente e sua participação na construção dessa atividade pedagógica. Também foram propostos e executados roteiros e atividades pedagógicas adaptados a diferentes cursos superiores, aproximando-os do cotidiano da futura área de trabalho. Por exemplo, para o curso de Farmácia, a atividade abordou práticas e conceitos da sistemática vegetal com o uso de espécies medicinais, para a Zootecnia, as forrageiras tomaram posição central na atividade. Apesar das possibilidades de planejamento e abordagens teóricas nas atividades de extensão, o principal desafio à consolidação da rotina de divulgação de ciência e melhoria da qualidade dos roteiros e atividades pedagógicas no Herbário Norte Mineiro é a falta de espaço físico para a implantação de uma exposição permanente, composta por objetos próprios e continuamente aberta à comunidade. Atualmente, as atividades pedagógicas são desenvolvidas no mesmo espaço em que técnicos e pesquisadores da coleção trabalham diariamente, o que, por um lado, permite certa vivência com a prática científica, limita os horários disponíveis para visita e o número de visitantes.

3.2. Herbário na escola: coleção itinerante

Visando atender e interagir com um público maior, incluindo pessoas que, por diferentes motivos, não teriam acesso às visitas ao Herbário, foi proposta a atividade de Herbário na Escola, que se trata de um estande itinerante que visita feiras de ciências do ensino básico. Tudo começou na Feira de Ciências do Norte de Minas Gerais, realizada anualmente pelo Instituto de Ciências Agrárias. Esse evento envolve escolas de ensino fundamental, médio e ensino superior, com estandes de divulgação científica, orientados por um tema norteador em cada edição. Desde 2018, o Herbário Norte Mineiro passou a participar, com o intuito de divulgar a ciência botânica, as coleções biológicas e a flora nativa de maneira lúdica. A participação nesse evento demandou o planejamento de um estande, um modelo de exposição, desenvolvimento de roteiro conceitual e, por fim, a produção de materiais, que além de exercerem sua função na narrativa do estande, pudessem ser facilmente transportados.

O primeiro desafio implicado nesta prática de “Herbário itinerante” foi incluir não apenas uma apresentação do que é um Herbário, mas também atividades lúdicas que atraíssem a atenção dos participantes do evento e os conduzam a um aprendizado marcante e prazeroso. Para isso, o estande contou com múltiplos jogos e atividades interativas (Figura 2), com temas como polinização de flores, dispersão de frutos, morfologia vegetal

e vegetações do norte de Minas Gerais. Foram utilizados jogos de cartas, quebra-cabeça e caixa surpresa.

Figura 2. Participação em feira de ciências com o estande Herbário na Escola.



O sucesso do estande nessa feira fez com o que Herbário fosse convidado a expor em outras feiras e eventos, por isso, o estande, jogos e materiais desenvolvidos foram levados para feiras de ciências escolas públicas de Montes Claros e de outros municípios, como Porteirinha e Bonito de Minas. Para cada exposição, foram realizados planejamento e análise de espaço, da realidade da escola e do público-alvo. A partir disso, o estande foi pensando e um conjunto distinto de objetos e narrativa foi construído para cada evento.

De forma geral, nesses eventos, para a condução das brincadeiras, foi necessário preparar os participantes com conceitos de botânica, que logo seriam praticados nos jogos. Os visitantes de diferentes séries escolares foram cativados pelas dinâmicas, e a competitividade gerada pelos jogos promoveu a integração de pessoas, que aplicavam os conceitos botânicos nos diferentes jogos em forma de desafio. Por outro lado, atividades como jogo da memória, quebra-cabeça e caixa-surpresa, que demandam apenas a capacidade de observação dos visitantes, sem a exigência do domínio de conceitos ou vocabulário biológico, permitem a participação de maior número de pessoas na ação. Os participantes relataram que essas experiências, mesmo que pontuais, foram marcantes e colaboraram para um aprendizado efetivo dos temas.

Um desafio à exposição em estandes é o rápido fluxo de visitação, pois as feiras de ciências possuem múltiplos estandes. Por isso, o roteiro de visita ao estande precisa ser atrativo e de rápida execução, já que os visitantes estão ansiosos para visitar outros estandes. A narrativa do estande deve ser planejada para interagir e levar o visitante a permear uma rota conceitual bem determinada, que permita atingir os objetivos da

exposição. Outro fator importante é que público destas ações, geralmente, possui faixa etária e escolaridade diversificadas, exigindo, assim, a inclusão de atividades com variados graus de dificuldade à afinidade etária.

3.3. Divulgação da ciência das plantas nas mídias digitais

Em uma sociedade na qual o acesso à informação está cada vez mais concentrado no ambiente digital, principalmente entre os mais jovens, divulgar o conhecimento científico através destas tecnologias passa a ser prioridade. O papel das redes sociais na divulgação de conhecimento ficou ainda mais claro durante a pandemia de Covid-19, quando as atividades presenciais, inclusive em museus e coleções, foram temporariamente suspensas. Neste período, o Herbário Norte Mineiro concentrou suas atividades extensionistas no formato digital, principalmente através de páginas nas redes sociais. Essas ações focaram na publicação de séries didáticas nas redes sociais, com informações e curiosidades a respeito de plantas da nossa flora nativa, espécies que são usadas na arborização urbana local, além de plantas comumente cultivadas em casa e de fácil acesso à maior parte do público (Tabela 2).

Tabela 2. Atividades virtuais desenvolvidas pelo Herbário Norte Mineiro entre 2019 e 2021.

Atividade	Objetivo	Descrição
Planta do mês	Apresentar mensalmente a espécie arbórea com florada de destaque na arborização da região norte de Minas Gerais. Evidenciando as principais características morfológicas, usos e curiosidades da espécie.	Produção de posts sobre <i>Ceiba pubiflora</i> e <i>Ceiba speciosa</i> , <i>Tabebuia roseoalba</i> , <i>Jacaranda brasiliana</i> , <i>Albizia Lebbeck</i> , <i>Cenostigma pluviosum</i> , <i>Delonix regia</i> , <i>Cassia fistula</i> e <i>Peltophorum dubium</i> .
Ipês do norte de Minas Gerais	Apresentar características morfológicas para diferenciar as principais espécies de ipês presentes no Norte de Minas.	Espécies trabalhadas: <i>Handroanthus chrysotrichus</i> , <i>Handroanthus ochraceus</i> , <i>Tabebuia aurea</i> , <i>Tecoma stans</i> , <i>Tabebuia roseoalba</i> , <i>Tabebuia rosea</i> e <i>Handroanthus impetiginosus</i> . Em nomes populares: ipês amarelos, ipê-mirim, ipê-branco, ipê-rosa e ipê-roxo.
Vídeos	Produzir conteúdo audiovisual com temas relevantes, de modo a levar a compreensão do conhecimento botânico e dos métodos usados para obtê-lo.	Publicação dos vídeos: - Baruzeiro: Conheça essa potente árvore do Cerrado; - A relação entre Herbário e Medicina; - Herbário, uma coleção de plantas que conta a história do tempo; - O Herbário Norte Mineiro;



Atividade	Objetivo	Descrição
Podcast - Herborizando Conhecimento	Produzir conteúdo de áudio com temas atuais e relacionados a biodiversidade.	O podcast está disponível desde 2020. A série conta com 6 episódios: - Ciência, Degradação Ambiental e o Covid-19; - Biodiversidade e Biomas do Norte de Minas; - Biodiversidade a maior farmácia do planeta; - O que é Bioma?; - Herbários Coleção do Passado e Presente para o Futuro; - Utilização de metabólitos secundários no controle de parasitas;
Textos	Produzir textos de base científica, porém adaptados para o público leigo.	Foi produzido o texto: Herbário: catalogação da diversidade, patrimônio de toda a sociedade.
Botânica em casa	Produzir série de postagens sobre plantas comuns nas casas e apartamentos. Evidenciado as principais características morfológicas, usos, curiosidades da espécie, e informações científicas, que podem ser observadas sem precisar sair de casa durante o isolamento social.	Produção de posts sobre as espécies: ixora, primavera, capuchinha, sete-léguas, hibisco, vinca, flamboyanzinho, petúnia-mexicana, camará, azulzinha, alamanda, onze-horas, ipê-mirim, margarida, coração-magoado, kalanchoe e flor-de-maio.
Série Belas Nativas da Flora Norte Mineira	Produzir série de postagens sobre espécies nativas emblemáticas da região. Trazendo a beleza, a ecologia, curiosidades e o conhecimento científico já produzido sobre espécies típicas da mata seca do norte de Minas Gerais.	Foram abordadas as espécies: <i>Allamanda calcicola</i> , <i>Ceiba rubriflora</i> , <i>Ceiba pubiflora</i> , <i>Ficus bonijesulapensis</i> e <i>Cavanillesia umbellata</i> .
“Lives”	Realizar divulgação científica sobre a diversidade vegetal.	Foram conduzidas as “lives”: - Árvores urbanas de Montes Claros; - Vivências em Dendrologia no Campo Rupestre: Histórias e Perspectivas; - Vivências em Dendrologia em Florestas mineiras e amazônicas; - Como planejar a arborização urbana.
Exposições virtuais	Produzir uma forma de interação entre os norte mineiros e a flora durante a pandemia. Essa interação é promovida por meio de exposições virtuais com imagens e curiosidades de plantas que compõem a vivência nessa região. Convidando o público a interagir com as “peças” e compartilhar sua história com essas plantas marcantes.	Foram produzidas as exposições: - Exposição virtual Vegetações Norte Mineiras e Plantas Típicas; - Exposição Virtual Árvores Conspíquas no Cerrado Norte Mineiro; - Exposição Virtual Vegetações e Plantas dos Gerais;

As divulgações ocorreram nas seguintes mídias sociais: Herbário Norte Mineiro (@herbarionortemineiro), Botânica Geraes (@botanicageraes) e o canal no Youtube Botânica Geraes), que juntos contam com mais de 1719 seguidores, quase 180 mil visualizações dos conteúdos e mais de 16 mil engajamentos, isto é, comentários, curtidas, envios, repostagens e salvamentos das publicações (Figura 3). As postagens que atingiram maior público foram formuladas como enquetes digitais, grandes curiosidades e descobertas da área da botânica e conhecimento botânico sobre espécies comuns nos lares. Foi também criado um canal de Podcast, denominado Herborizando Conhecimento, que aderiu aos serviços de streaming por meio da plataforma de distribuição Anchor. Esse canal já possui centenas de ouvintes, com idades que variam entre 18 e 44 anos.

As atividades realizadas em meio digital possuem alcance significativamente maior que as ações realizadas presencialmente, além de facilitar o acesso aos conteúdos de interesse de cada indivíduo, pois o público do meio digital é heterogêneo. A disseminação da informação científica nas redes sociais é rápida, principalmente quando abordada de maneira lúdica e de fácil assimilação. Porém, este tipo de ação apresenta alguns desafios, como saber se a informação que está sendo divulgada está realmente sendo assimilada, se a linguagem empregada está sendo de fato compreendida, se é possível promover um aprofundamento teórico, levando em conta o público que já acompanha as páginas, entre outros. A dificuldade de se obter um *feedback* com o público, tão importante no processo de ensino aprendizagem, dificulta na avaliação da eficácia das ações extensionistas realizadas nas redes sociais. Por isso, apesar de a disseminação das coleções e museus em meio digital ser considerada um avanço, é importante refletir sobre a relevância das atividades presenciais nesses espaços, que permitem a públicos infinitamente menores uma marcante imersão científica. Nesse contexto, as práticas de educação científica digitais e presenciais devem atuar em conjunto, permitindo o acesso aos acervos presentes na Universidade a um público variado em fatores sociais, etários e geográficos.

Figura 3. Exemplo de postagem realizada nas redes sociais do Herbário Norte Mineiro.



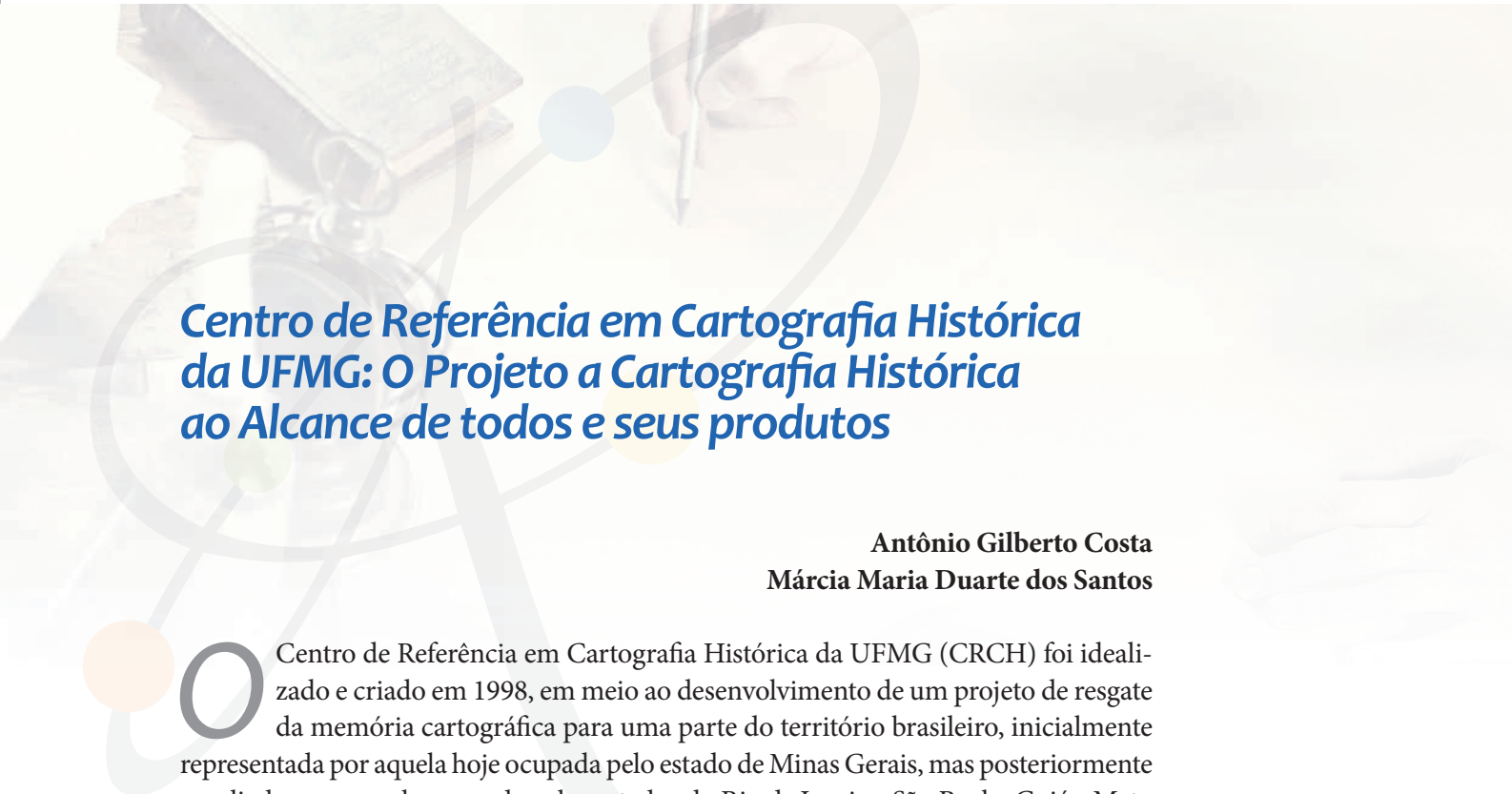
4. Considerações Finais

As novas gerações têm levado museus e coleções a repensar seus modelos de gestão e atuação. Aproximar a sociedade dos acervos é um grande desafio, principalmente em coleções primariamente científicas, como os herbários. Essas coleções, no entanto, se constituem em espaços não formais privilegiados para a educação científica de amplo público. Por isso, roteiros dinâmicos de visitas, com práticas pedagógicas ativas e participativas, são capazes de despertar curiosidades e possibilitar situações investigadoras, que fomentarão o desenvolvimento do pensamento científico. As atividades realizadas fora da coleção e dos muros da instituição, como a participação em feiras de ciências em escolas, também se demonstraram impactantes e eficazes na extroversão da coleção e difusão da ciência das plantas. Principalmente, quando associadas a ferramentas lúdicas, como jogos e brincadeiras, que atendam a múltiplos públicos. A dinâmica social frente à pandemia exigiu uma reinvenção das ações da coleção, que passaram a contar obrigatoriamente com a divulgação científica em mídias digitais. As atividades digitais demonstraram êxito na atração do público à temática das coleções biológicas, no entanto, muita reflexão ainda é necessária para a promoção exitosa da educação científica nesses canais.

Referências Bibliográficas

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- ARRUDA, Daniel Meira et al. Phytogeographical patterns of dry forests sensu stricto in northern Minas Gerais State, Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 85, n. 2, p. 623-634, 2013.
- CATÁLOGO DA REDE DE HERBÁRIOS. **Rede brasileira de herbários**, 2020. Disponível em: <https://www.botanica.org.br/catalogo-da-rede-brasileira-de-herbarios/>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- FONSECA, Rúbia Santos; VIEIRA, Milene Faria. **Coleções botânicas com enfoque em herbário**. Viçosa: Editora UFV, 2015.
- FUNK, Vicki Ann. 100 Uses for an Herbarium: well at least 72. **American Society of Plant Taxonomists Newsletter**, 2003. Disponível em: https://repository.si.edu/bitstream/handle/10088/11385/bot_2003_pr_Funk_100Uses.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.
- GIULIETTI, Ana Maria et al. Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 52-61, jul. 2005.
- JUDD, Walter S. et al. **Sistemática vegetal: um enfoque filogenético**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARANDINO, M. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. **Museologia e Patrimônio**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2009.

- MARQUES, D.; FONSECA, R. S.; IGLESIAS, D. T.; NAKAJIMA, J. N. *Heterocypsela brachylepis* (Compositae: Vernonieae: Dipterocypselinae), a new species from the Brazilian dry forest. **Kew Bulletin**, v. 75, p. 32, 2020.
- MONFILS, Anna K; POWERS, Karen E.; MARSHALL, Christopher J.; MARTINE, Christopher T.; SMITH, James F.; PRATHER, L. Alan. Natural history collections: teaching about biodiversity across time, space, and digital platforms. **Southeastern Naturalist**, v. 16, n. 10, p. 47-57, 2017.
- NESBITT, Mark. Use of herbarium specimens in ethnobotany. In: SALICK, Jan; KONCHAR, Katie; Nesbitt, Mark (eds). **Curating biocultural collections: A Handbook**. Kew: Royal Botanic Gardens. p. 313-328, 2014.
- PITMAN, Nigel C. A; JØRGENSEN, Peter M. Estimating the size of the world's threatened flora. **Science**, v. 298, n. 5595, p. 989-989, 2002.
- SALATINO, Antonio; BUCKERIDGE, Marcos. Mas de que te serve saber botânica? **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 177-196, 2016.
- SHEPHERD, GEOGE JOHN. **Avaliação do estado do conhecimento da diversidade biológica do Brasil: plantas terrestres**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.
- THIERS, B. [continuously updated] **Index Herbariorum: a global directory of public herbaria and associated staff**. New York Botanical Garden's Virtual Herbarium. Acesso em: 17 jun. 2020.
- VERSIEUX, Leonardo M. et al. Integrative research identifies 71 new plant species records in the state of Rio Grande do Norte (Brazil) and enhances a small herbarium collection during a funding shortage. **PhytoKeys**, v. 86, p. 43-74, 2017.



Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG: O Projeto a Cartografia Histórica ao Alcance de todos e seus produtos

Antônio Gilberto Costa
Márcia Maria Duarte dos Santos

O Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG (CRCH) foi idealizado e criado em 1998, em meio ao desenvolvimento de um projeto de resgate da memória cartográfica para uma parte do território brasileiro, inicialmente representada por aquela hoje ocupada pelo estado de Minas Gerais, mas posteriormente ampliada para aquela ocupada pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia e Espírito Santo. Funcionando inicialmente em Diamantina, no Instituto Casa da Glória, o centro foi transferido em 2006 para Belo Horizonte e passou a ocupar as dependências do chamado Palacinho, e teve suas portas reabertas ao público no início de 2007.

Ao longo desse tempo, o desenvolvimento de atividades e projetos no CRCH, cuja existência baseia-se em princípios semelhantes aos do século XIX, quando geólogos, geógrafos, botânicos e cartógrafos já desenvolviam trabalhos em conjunto, além de contribuir com a difusão e com o conhecimento de nosso patrimônio cultural e artístico, tem permitido a disponibilização do seu espaço e do seu acervo para um grande número de visitantes, com destaque para professores e estudantes de diversas instituições, de diferentes graus.

Nesse seu tempo de existência, o CRCH já atendeu, no âmbito do seu principal projeto: A Cartografia Histórica ao Alcance de Todos (SIEX 400387), e a partir da organização de exposições de curta, média e longa duração de seu acervo, mais de 15.000 visitantes. Não obstante o perfil variado desse conjunto de pessoas, considerando nível de escolaridade, idade, ocupação e outras características, destaca-se entre elas os docentes como um grupo que tem sido muito atraído pelas atividades do Centro, correspondendo a uma parcela significativa do público citado.

Ao se colocar ao alcance do público uma parte dessa memória, abrangendo documentos significativos e relacionados às questões da história da cartografia e da geohistória do Brasil, pode-se propiciar ganhos importantes para sua formação técnico-científica e cultural. Nesse sentido, um dos aspectos relevantes do centro e de seus projetos tem sido viabilizar a utilização dos seus espaços e da sua infraestrutura tornando possível

aprendizagens conceituais e de procedimentos, relacionadas, sobretudo, ao domínio da cartografia. Desse modo, podem se beneficiar do desenvolvimento do trabalho pretendido, tanto os docentes que não tiveram acesso, na sua formação básica, à educação cartográfica, como os que desejarem ampliar sua formação nessa área.

1. Experiências Construídas e Metodologias Desenvolvidas Visando à Difusão da Cartografia Histórica

Ao longo de quase 25 anos de existência, envolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão, foi possível desenvolver metodologias que buscaram e buscaram alcançar cada vez mais o público interessado na área da Cartografia Histórica. Para o êxito desse processo, contribuíram o empenho de pesquisadores e as sólidas parcerias do CRCH com inúmeras instituições nacionais e internacionais, que trabalham nessa área.

Então, se, por um lado, as atividades em desenvolvimento no CRCH têm contribuído para o aumento da produção intelectual sobre a geohistória de parte do território brasileiro, a história de sua cartografia, assim como sobre a sua toponímia, por outro lado, a produção de materiais didáticos, a organização de exposições diversas, a produção de livros, CD Roms, repositórios digitais e comunicações em anais de eventos científicos, nacionais e internacionais, que cada vez mais, envolvem as comunidades, bem como a proposição e o desenvolvimento de ações mediadas, têm contribuído para tornar evidente o valor científico-técnico-cultural dos documentos histórico-cartográficos junto a estudantes, pesquisadores e outros interessados.

Desse conjunto de metodologias desenvolvidas no CRCH e com o intuito de alcançar seu público-alvo, destacam-se três, que, a seguir, serão em parte comentadas. A primeira, pensada para desenvolvimento em formato presencial, tem a ver com o desenvolvimento de ações mediadas e envolvendo os acervos do CRCH. Uma segunda, iniciada em tempos de pandemia e que será mantida, tem a ver com a produção de vídeos que são disponibilizados pelo Instagram do CRCH, e que, desde 2020, constitui um canal alternativo de comunicação sobre assuntos da Cartografia Histórica. Uma terceira tem formato digital e se encontra disponibilizada para acesso aberto por meio do site do CRCH.

Assim, com meios adequados, obtidos com recursos advindos de projetos de financiamento junto a agências externas e à Rede de Museus, tem sido possível ao CRCH tornar mais abrangente e eficiente a difusão do conhecimento de um conjunto significativo de documentos cartográficos e iconográficos sobre o território brasileiro, cujos originais compõem o patrimônio técnico, científico, cultural e artístico de várias instituições

arquivísticas, nacionais e estrangeiras. A seguir, essas metodologias selecionadas serão descritas.

1.1. Ações Educativas no CRCH

As ações educativas em desenvolvimento no CRCH contam com mediações realizadas por bolsistas de extensão, que fazem parte de uma cota ligada à Rede de Museus da UFMG. Todos os mediadores são orientados por professores responsáveis pela pesquisa no centro, mas cada um acaba desenvolvendo sua maneira própria de atender e passar informações aos visitantes.

As ações podem ser escolhidas e agendadas pelo público, acessando o site do chamado Circuito da Cartografia Histórica, que se encontra hospedado junto ao do setor educativo do MHNJB. Esse público que busca o CRCH por meio de agendamentos, sempre observando a idade mínima de 11 anos, é formado, essencialmente, por grupos de estudantes do ensino básico e mesmo do ensino superior, oriundos de instituições privadas e públicas de ensino, mas também por outros grupos de não escolares, como aqueles formados por jovens ou por pessoas da 3ª. idade, funcionários de empresa etc.

A realização do circuito só é possível mediante esse agendamento e pagamento de taxa de entrada. Considerando a localização do CRCH, eventuais atrasos em relação ao horário acertado podem implicar em modificações nas atividades do circuito. Essas modificações serão definidas pelo setor responsável quando da chegada da escola ou grupo de visitantes. Visando ao bom andamento da mediação, o número de participantes desses grupos não deve ser superior a 25. Caso isso aconteça, os participantes são divididos em grupos menores. Enquanto um grupo participa da mediação propriamente dita, o outro aguarda em espaço adequado e aos seus integrantes são oferecidas possibilidades de atividades alternativas envolvendo jogos educativos, quebra-cabeças e jogos da memória, sempre com temáticas na área da Cartografia Histórica. Entre a chegada e a saída, toda a atividade tem em média uma duração de 01:30 hora. Para o público espontâneo, visitas e mediações no CRCH acontecem, mas sempre aos finais de semana, e nessas situações, não existe a necessidade de um número mínimo de participantes.

Dentre as várias possibilidades para o tratamento de questões relacionadas com a Cartografia Histórica e tendo por referência o acervo de documentos e as exposições temporárias e permanentes do CRCH, foram desenvolvidas e propostas mediações com base nas seguintes temáticas: 1 – A formação territorial de Minas Gerais na Cartografia Histórica; 02 - Vilas e cidades e 3 – História da Cartografia, descritas de forma sucinta a seguir. Para as duas primeiras mediações, o mediador tem por referências as informações que constam de texto e da relação de mapas apresentada por Costa (2007a, b).

AÇÃO 1: - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS NA CARTOGRAFIA HISTÓRIA. A ação compreende quatro partes e é conduzida tendo por base documentos cartográficos com registros e informações sobre o território mineiro, produzidos entre fins do século XVII e fins do XIX.

1ª. Parte: Primórdios. A parte inicial da mediação remonta ao início do século XVII, tratando dos primórdios da colonização da América Portuguesa, quando essa se restringia ao seu litoral. Em sequência, o mediador informa que tal situação foi modificada com a descoberta de metais preciosos, em especial o ouro, no interior desse território. A partir disso, a mediação trata do início de uma formação espacial diferente das demais regiões presentes nessa colônia portuguesa, a qual foi marcada por suas especificidades e que resultou no Estado de Minas Gerais como hoje o conhecemos. Então, fica demonstrado aos visitantes, agendados ou espontâneos, que tal configuração, hoje tão característica, encontra na Cartografia Histórica a sua gênese e o seu desenvolvimento, de modo que a utilização e a análise de mapas antigos permitem compreender de forma representativa fatos históricos e políticos que contribuíram para a formação do território mineiro.

2ª. Parte: A formação da Capitania de Minas Gerais. O mediador dá sequência informando que, na colônia portuguesa, antes, e até mesmo durante a sua interiorização, existia um imaginário do sertão como algo desconhecido e, portanto, selvagem e perigoso. Contudo, a conjuntura de meados do século XVII exigiu que tal desafio fosse ultrapassado. Ele justifica essa mudança de posição da parte da coroa portuguesa, pois essa não mais encontrava vantagens comerciais nas índias e os bandeirantes se deparavam com uma dificuldade na captura de indígenas para mão-de-obra nas lavouras, de modo que a descoberta de metais preciosos significava uma vantagem para ambos. A partir disso, ele informa sobre o início, e por iniciativa privada, da busca por tais metais, os quais logo foram descobertos. O ano de 1693 data a primeira exploração oficial de ouro no território das minas.

Fazendo um rápido histórico dessa situação, o mediador passa, então, a trabalhar mais diretamente com os documentos cartográficos e suas informações, como demonstrado a seguir:

À princípio, a região mineira fazia parte da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro. Entretanto, a dificuldade do controle sobre o fluxo do ouro, assim como a divergência de interesses entre os paulistas e os emboabas, que culminou na Guerra dos Emboabas, fez com que a Coroa tomasse a decisão de implementar uma melhor administração nas minas, criando, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.

Com esse mesmo intuito administrativo, por volta de 1714, foi produzida a primeira representação cartográfica que identificava o território mineiro: o *MAPA DAS MINAS DE OURO E S. PAULO E COSTA DO MAR QUE LHE PERTENCE*, de autor desco-

nhecido. Segundo Costa (2011), o documento cobre os sertões e toda a faixa litorânea compreendida entre a região sul do atual estado da Bahia e o sul de Santa Catarina.

Apesar desse esforço visando melhor administrar o território das minas, as divergências continuaram e, somadas à instauração da Lei da Moeda (que visava a uma maior arrecadação de impostos sobre o ouro), culminaram, em 1720, na Revolta de Vila Rica. Para acalmar os ânimos, nesse mesmo ano, D. João V determinou a criação da Capitania de Minas Gerais, a primeira no interior da colônia, visando a uma maior autonomia para a região, assim como um maior controle sobre ela.

Além das divergências de interesses, é informado que havia um outro potencial motivo para revoltas que deveria ser evitado: a fome daqueles que viviam no território mineiro. A exaustão dos recursos naturais de alimentação, assim como a dificuldade em se obter abastecimento externo, fizeram com que a atividade agrícola se desenvolvesse nas minas concomitantemente à mineração (Ferreira, 2010). Essa atividade, que no início do século XVIII, era secundária, foi responsável, juntamente com a atividade comercial, pela maior parte das povoações originadas em meados desse mesmo século, na época do declínio da atividade aurífera. Durante esse período, o povoamento disseminou-se por outras regiões da Capitania, a qual, até então, tinha em seu centro-sul a maior concentração populacional e econômica (Fonseca, 2012).

A *CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES. Anno 1767* é a primeira representação de todo o território da Capitania de Minas Gerais, que, naquele período, ainda não tinha a conformação que possui atualmente. Além disso, naquela época, a produção cartográfica tinha como objetivo a demarcação dos limites entre as Capitânicas (e depois entre as províncias) (Costa, 2011). Outras representações relevantes do período são a *PLANTA GERAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAES* e a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804*, sendo que a última, produzida por Caetano Luis de Miranda, traz correções da primeira, a qual possuía equívocos.

3ª. Parte: Anexações e desmembramentos do território mineiro. Encerradas as explicações sobre o período em que Minas Gerais foi uma capitania, o mediador passa aos tempos em que o Brasil passou a fazer parte de um reino, ao lado de Portugal e Algarves e segue informando que, apesar da importância da atividade extrativista de metais preciosos, assim como da agricultura e do comércio no processo de povoação da Capitania de Minas Geraes, questões políticas também influenciaram a conformação do território das minas, em especial nesses tempos de reino. Nessa parte da mediação, é tratada a questão do atual Triângulo Mineiro, por exemplo, que foi anexado ao território mineiro em 1816, por determinação de D. João VI. Naquela época, tal extensão de terra era conhecida como Sertões da Farinha Podre e pertenceu até 1748 à Capitania de São Paulo, e depois, à de Goiás. Outra anexação ocorrida, mas já no período do império,

foi a da Comarca do Rio São Francisco, desanexada de Pernambuco como punição aos pernambucanos pela Revolta de 1824. Diferente da primeira, essa anexação não permaneceu no território mineiro e passou a incorporar, já em 1827, o território da Bahia (Costa, 2011).

Todas essas informações são tratadas pelo mediador com o auxílio de documentos cartográficos, incluindo aqueles que demonstram antigas fronteiras para o território mineiro, com a ausência do mencionado Triângulo Mineiro e com limites entre Minas Gerais e Pernambuco, representados ao longo do rio Carinhanha. Em seguida, os resultados dessas modificações são demonstrados naquele que é o primeiro documento cartográfico conhecido a registrar a anexação do território dos Sertões da Farinha Podre e limites com a Bahia, que é a *CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAES Erigida sobre os documentos mais modernos, pelo V.^{CDEJ}. DE VILLIERS DE LILLE ADAM. GRAVADA NA LITHOGRAFIA IMPERIAL DE V.^R LARÉE. Publicada no Rio de Janeiro por GANIER IRMÃOS, Ru D'Ouvridor no. 69. RIO DE JANEIRO 1849*, reforçando que, quando esse documento foi produzido, o Brasil já era independente de Portugal e a Capitania de Minas Gerais passara a ser a Província de Minas Gerais. Sobre os motivos para essa demora de 33 anos para a produção desse mapa, o mediador informa que, segundo Costa (2011), eles provêm das prioridades conferidas às questões de limites do país e não entre províncias, a dificuldades técnicas e financeiras para a produção e mesmo para a atualização dos documentos cartográficos:

Para além de algumas ações isoladas dos governos provinciais, como dos de Minas e do Rio de Janeiro, ou de particulares, pode-se afirmar que até meados do século XIX, não houve muito empenho por parte do Governo Imperial para a produção dos mapas de suas províncias, seja porque este despendia sempre maiores atenções para as questões dos limites do território com outros países e colônias, estas últimas situadas na parte norte do continente sul-americano, seja pela falta de pessoal em número suficiente para atender a estas e às outras demandas. Assim, os documentos cartográficos produzidos no início do período imperial para algumas províncias, como a de Minas Gerais, em sua maioria constituíam apenas cópias não atualizadas do período colonial [...]

4ª. Parte: O projeto do Deputado Cruz Machado. Na última parte da mediação, as explanações acontecem no espaço expositivo do CRCH voltado para as representações do território da província de Minas Geras. Nessa parte da mediação, a abordagem trata de um projeto muito pouco conhecido e divulgado, segundo o qual a conformação tão característica do Estado de Minas Gerais poderia não existir. Isso teria sido um fato se a proposta de 1873 de redefinição dos limites da Província de Minas Gerais, de autoria do deputado Antônio Cândido da Cruz Machado, tivesse sido aprovada. Segundo informa a mediação, naquela época, eram comuns tais projetos em todo o Império do Brasil,

os quais, às vezes, geravam profundas mudanças nas divisas, assim como a criação de novas províncias (Costa, 2011).

Para tratar da questão, o mediador se vale do documento cartográfico *PROVINCIA DE MINAS GERAES segundo o projecto de nova divisão do Império pelo Deputado. CRUZ MACHADO e mandada lithographar pelo Ill.^{mo} ex.^{mo} S.^{ñr} conselheiro JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA, MINISTRO DO IMPERIO e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silveiras. 1873*, com a representação da divisão proposta pelo Deputado Cruz Machado. Informa ainda que, segundo Costa (2011):

[...] se o projeto tivesse sido aprovado, o sudoeste e o sul mineiros mais parte do território oeste, norte e nordeste de São Paulo dariam lugar à Província do Sapucahy, parte de Goiás e mais o Triângulo e o oeste mineiros constituiriam a Província de Entre Rios, o noroeste e parte do norte mineiros seriam a Província de Januária, enquanto o nordeste daria lugar à Província de Caravelas e em parte à Província de Santa Cruz, que alcançaria o litoral entre Ilhéus, na Bahia e São Mateus no Espírito Santo.”

A mediação se encerra com a apresentação das justificativas de Cruz Machado, segundo as quais seriam reduzidos os efeitos negativos de um desigual povoamento das diversas partes da província mineira, assim como contribuiria para a criação de novos centros administrativos. Contudo, ele não foi aprovado e Minas Gerais manteve sua conformação característica.

AÇÃO 2: - VILAS E CIDADES. A ação é conduzida tendo por base documentos cartográficos com registros para as principais vilas e cidades do território mineiro, criadas entre o início do século XVIII e o início do XX. A mediação, executada em quatro partes, tem início com a instalação de vilas e da cidade de Mariana na região central das minas, nos primeiros anos da Capitania de Minas Gerais, e se encerra com a inauguração da cidade de Belo Horizonte, que substituiu Ouro Preto, enquanto capital mineira.

1ª. Parte: A mediação tem início com as informações sobre a descoberta de ouro ao final do século dezessete no interior de maior colônia da Coroa Portuguesa, o que fez com que essa não tardasse para impor o seu domínio na região, que mais tarde ficou conhecida como Minas Gerais. É dado conhecimento de que uma das principais formas de implementação de tal domínio deu-se por meio de uma organização político-territorial importada da metrópole, em que as povoações mineiras possuíam funções administrativas – civis e eclesiásticas – para, teoricamente, servir aos interesses reais. Essa forma de organização produziu uma hierarquização entre os núcleos urbanos mineiros, a qual foi responsável por diversas disputas de interesses entre eles ao longo dos séculos XVIII e XIX. A seguir, o mediador trata da criação e apresenta um breve

histórico sobre o desenvolvimento de três destes importantes núcleos – as atuais cidades de Mariana, Ouro Preto e Belo Horizonte – que possuíram algo em comum na história de Minas Gerais: foram, em diferentes períodos, suas capitais.

2ª. Parte: Nessa parte, a mediação passa a tratar da criação de **Mariana**, com o mediador informando que os afluentes da bacia do rio Doce foram palco de grandes descobertas de ouro nas minas a partir de 1693, com “os mais espetaculares tendo sido os do vale do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, e, não longe dali, da serra do Ouro Preto – verdadeiros Eldorados que atraíram um enorme fluxo de aventureiros” (Fonseca, 2011).

Com base em documento cartográfico, ele informa que, a partir do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, surgiu, em 1696, o embrião que daria origem ao arraial com o mesmo nome deste curso d’água, que foi o núcleo primitivo Mata Cavalos. Nele, foi construída uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, cuja representação pode ser observada no mapa *MAPA DAS MINAS DE OURO E S. PAULO E COSTA DO MAR QUE LHE PERTENCE*, de 1714, e já utilizado na mediação anterior. Em sequência, é informado aos visitantes que não demorou até que a descoberta de ouro nessa região se espalhasse e que, em pouco tempo, o arraial passasse a contar com uma numerosa população, o que permitiu que o mesmo demandasse tratamento diferenciado junto à Igreja e ao Estado. Sendo assim, em 1701, atendendo a uma solicitação feita em 1698, foi criada uma paróquia na capelinha do Carmo. Dez anos depois, em 1711, o arraial se transformou em Vila juntamente com Vila Rica (Ouro Preto) e Sabará, com o nome de Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e Albuquerque e depois apenas Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Sobre a história das capitais de Minas, é informado que esse núcleo urbano foi a primeira vila do território mineiro, assim como a sua primeira capital. Este último fato ocorreu quando ele ainda era arraial, em 1709, depois da criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Contudo, tal posição não durou muito tempo, e já em 1720, após a criação da Capitania de Minas Gerais, a Vila de Nossa Senhora do Carmo perdia o seu título de capital para Vila Rica.

Sobre Mariana, é informado ainda que, além de ter sido pioneira nos pontos já destacados, a Vila de Nossa Senhora do Carmo se tornaria, em 1745, a primeira cidade da Capitania de Minas Gerais. O motivo disso está relacionado a uma enchente sofrida pela até então ainda vila, em 1742. Para lhe socorrer, houve a criação do Bispado de Minas Gerais e a sua elevação à categoria de cidade. Outra consequência dessa enchente, foi o início de uma ampla reorganização do traçado urbanístico de Mariana, que compreendia a construção de um novo centro urbano. Para demonstrar tal reorganização, o mediador tem a seu dispor uma importante representação cartográfica, que é o *Mapa da Cidade de Mariana*, sem data e possivelmente elaborado entre 1796 e 1801.

3ª. Parte: Na sequência, a mediação trata de **Ouro Preto e Belo Horizonte**, pois uma seguiu a outra, enquanto capital mineira. É demonstrado que a origem de Ouro Preto apresenta pontos em comum com a de Mariana e que a sua posição de sede da Comarca de Ouro Preto e de Capital da Capitania de Minas Gerais impulsionaram o seu desenvolvimento, sendo que esta última característica, inclusive, preveniu a sua decadência depois do declínio da atividade aurífera no território mineiro. Contudo, é também informado que, por conta da sua importância central na economia do ouro, a vila foi palco de dois grandes movimentos revoltosos: a revolta de Vila Rica, de 1720, e a Inconfidência Mineira, de 1789.

Uma representação cartográfica de destaque de Vila Rica nos fins do século XVIII e trabalhada na mediação é a *PLANTA DE VILLA RICA DE N. S. do PILLAR*. Nela, são demonstradas as ocupações ao longo das vertentes meridionais da Serra do Ouro Preto e de seus morros. Além disso, seguindo Costa (2004, 2007b), o mediador demonstra as influências do sítio inóspito onde se deu a instalação da vila, dado às suas características topográficas, com reflexos na sua morfologia urbana, que é singular. Fica demonstrado, ainda, como a implantação e o crescimento da vila foram influenciados por elementos geográficos e pela atividade econômica.

4ª. Parte: Nessa última parte da mediação, é tratada a questão da transferência da capital mineira para **Belo Horizonte**. Aos visitantes, é informado pelo mediador que, ao fim do século XIX, depois da Proclamação da República, um tópico ressurgiu em Minas Gerais: a mudança de sua capital. Citando autores como Viscardi (2007), é dito que a pressão para tal mudança teve início em 1890, por meio da imprensa, especificamente de um jornal de Juiz de Fora, O Pharol. É também mencionada a disputa de interesses entre Ouro Preto, temerosa de perder o seu título de capital, assim como as vantagens que isso lhe atribuía, e Juiz de Fora, cidade que, com uma justificativa de modernidade e de ser a região econômica e culturalmente mais desenvolvida de Minas Gerais, buscava receber o título da primeira.

A mediação caminha para o seu final com a informação de que, em 1893, a decisão de mudar a capital já havia sido tomada e que cinco locais disputavam o título de capital: Curral del Rei, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora. Aarão Reis, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi designado pelo então governador de Minas Gerais, Afonso Pena, como o chefe da comissão que estudaria os locais com o intuito de apontar qual o mais apropriado para receber o título de capital. Os parâmetros deste estudo eram a escolha de um local higienizado, ordenado e moderno, segundo os padrões franceses (Viscardi, 2007). Após a realização desses estudos, apenas Curral del Rei e Várzea do Marçal continuaram na disputa, sendo que Viscardi alegara que se percebia todo um direcionamento para a escolha recair sobre Curral del Rei. E foi

o que aconteceu com uma diferença de apenas 2 votos. Em 1897, Curral del Rei, futura Belo Horizonte, tornava-se a atual capital do Estado de Minas Gerais.

Nessa mediação, entre outros documentos cartográficos, a referência é para a *PLANTA CADASTRAL DO ARRAIAL DE BELLO HORIZONTE*, que é uma representação cartográfica que remete a esse período, tendo sido produzida em 1894, pela Comissão Constructora da Nova Capital/Estado de Minas Gerais.

AÇÃO 3: - HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA. Do conjunto de ações educativas colocadas em prática no CRCH, essa trata das técnicas e da produção de mapas, desde os primitivos, como os rupestres, por exemplo, que eram, desde épocas remotas, essenciais para a sobrevivência dos seres humanos. Dessa forma, fica claro aos visitantes que a cartografia precedeu a escrita. Na sequência, a mediação cuida de informar sobre a evolução desta ciência que possibilitou feitos extraordinários para a humanidade e ainda os possibilita. A partir disso, a análise de tais representações ao longo da história permite a compreensão das perspectivas de mundo de diversas culturas antepassadas, a compreensão de fatos históricos, além de permitir a visualização dos avanços tecnológicos e da evolução dessa ciência, os quais possibilitaram os seus usos e as suas aplicações na atualidade.

1ª. Parte: Idade Antiga. A mediação tem início com os babilônios e suas representações cartográficas mais antigas já encontradas, sendo a *Babilônia e os quatro cantos do mundo* uma delas. Este mapa, que foi feito de tabuinha de argila, data de 500 a.c. e ilustra bem a visão de mundo que os babilônios tinham naquele momento. Em seguida, são mencionadas as contribuições gregas, que nessa mesma época, foram vitais para o desenvolvimento da cartografia por meio de suas expedições militares e de navegação, as quais impulsionavam os trabalhos de cosmógrafos, astrônomos e matemáticos, os primeiros a buscar métodos científicos capazes de representar a superfície terrestre. Uma cópia do Planisfério de Cláudio Ptolomeu, datado de 150 D.C., constitui a base da mediação, que informa, ainda, sobre sua famosa obra *Geografia*, a qual é formada por oito volumes, em que o autor descreve mais de 8.000 lugares. No planisfério, são representados apenas três continentes: a Europa, a Ásia e a parte norte da África, e o oceano Índico vem representado como um mar fechado. Essa configuração permite uma série de considerações, lembrando que o mundo segundo Ptolomeu se mostrava rodeado por mares desconhecidos e com mistérios que só seriam desvendados após a Idade Média.

2ª. Parte: Idade Média. Em seguida aos tempos dos gregos e romanos, durante a Idade Média, é repassada a informação de que todos os avanços feitos até então na cartografia foram substituídos por uma representação simbólica de forte caráter religioso em detrimento da precisão e da representação fidedigna do espaço. Um dos exemplos trabalhados é o *Mapa de Psalter*, de 1250. Este mapa que faz parte de um livro de salmos

do século XIII, coloca a Terra como centro do universo e Jerusalém como o centro da Terra. Além disso, na sua confecção, foram ignoradas as descobertas geográficas feitas durante as cruzadas, as quais não foram representadas nele, uma vez que o intuito desse mapa era o de ensinar aos fiéis e não o de representar corretamente o espaço. Outro exemplo apresentado é o *Mapa de Hereford*, de 1290. Assim como o primeiro, Jerusalém ocupa o centro. Além disso, Cristo e a Virgem Maria são representados juntamente com eventos de diversos períodos.

3ª. Parte: Idade Moderna. Trabalhados os documentos da Idade Média, a mediação avança com aqueles produzidos na Idade Moderna, ou no Renascimento, quando a cartografia volta a ter um caráter que beneficia mais a precisão, uma vez que é nesse período que ocorrem as grandes navegações marítimas, às quais a cartografia era fundamental. Nessa parte, é chamada a atenção dos visitantes para os grandes avanços nessa ciência com a utilização, por exemplo, da bússola, do astrolábio e da rosa-dos-ventos.

Da exposição no CRCH, que serve de base para a mediação, consta uma cópia do *Mapa de Frau Mauro* (1459), que foi produzido num período de transição entre a Idade Média e a Moderna. Apesar de o mapa possuir traços religiosos, ele é destacado como um dos que marcam o início da Idade Moderna, pois já apresenta notável precisão, ainda que tenha sido feito antes das grandes navegações. Além disso, foi um dos primeiros mapas ocidentais a representarem o Japão.

Outro feito desse tempo e que é tratado na mediação tem a ver com a descoberta do continente americano, em 1492. Da exposição, consta uma cópia do *Planisfério de Martin Waldseemüller*, produzido quinze anos depois, em 1507, e que é o primeiro mapa conhecido no qual a palavra América aparece sobre a parte sul do hemisfério ocidental. Nesse documento, é chamada a atenção para a costa brasileira, que já aparece bastante detalhada, fruto de informações colhidas por Américo Vespúcio. Já a cópia do *Planisfério de Cantino*, de 1502, que também faz parte da exposição, é apresentado como sendo o primeiro documento cartográfico que se conhece a ter representado o Brasil, o que evidencia a sua importância para o estudo da primeira fase da Expansão Marítima.

Ainda sobre o tema continente americano, há uma cópia do *Mapa de Piri Reis*. Este foi construído em 1513 e de forma bastante precisa pelo almirante turco Piri Reis. Contudo, ele é fonte de diversos debates, uma vez que ele descreve territórios da América do Sul, na época, ainda não oficialmente explorados, incluindo o litoral da Antártida.

Apesar de ter tido um grande avanço na Idade Moderna, nem todos os mapas do período necessariamente eram precisos e/ou possuíam muitos detalhes. Como exemplo disso, são apresentados na mediação os borrões feitos na América Portuguesa, como o *Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro Frio e REGIÃO DAS MINAS GERAIS*

COM UMA PARTE DOS CAMINHOS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO PARA AS MINAS E DOS AFLUENTES TERMINAIS DO SÃO FRANCISCO.

A mediação termina com a apresentação de uma imagem de satélite, de 2019, e comparações são feitas entre essa e o Planisfério de Cantino, que apesar das condições da época, apresenta excelentes resultados com a sua cartografia do litoral. Aqui, é chamada a atenção dos visitantes, pois, na atualidade, a cartografia conta com diversos recursos tecnológicos, como aerofotografias, imagens orbitais, sistemas de posicionamento geográfico (GPS), sistemas de informação geográfica etc., desenvolvidos primordialmente em função de guerras e não disponíveis nos tempos dos grandes descobrimentos. Tais avanços permitirão uma maior facilidade para a captação, para a produção e para a atualização dos dados cartográficos. Além disso, a reprodução de mapas atualmente é bastante facilitada e, conseqüentemente, mais acessível.

1.2. Vídeos educativos no Instagram

A segunda metodologia selecionada para ser aqui descrita tem a ver com a criação de uma conta na rede social *Instagram*, onde foram compartilhadas fotos e vídeos sobre o CRCH e sobre temas envolvendo a Cartografia Histórica. Com destaque para os trabalhos dos bolsistas de extensão do CRCH/Rede de Museus Bernardo de Pinho Tavares Dornela, Samira de Almeida Houry e Carlos Eduardo Quadros, foram realizadas, até o momento, 15 postagens de vídeos relacionados com as seguintes temáticas: (1) a temática indígena vista por meio de documentos cartográficos; (2) a questão das canalizações e seus reflexos para a cidade de Belo Horizonte, de fins do século XIX até os dias atuais; e (3) a história da Cartografia dos tempos de gregos e romanos.

Com o desenvolvimento da temática indígena, buscou-se compreender como se deu a ocupação de territórios indígenas de tempos coloniais até os atuais, em especial para o território mineiro, e sempre com base em documentos cartográficos. Com a temática das canalizações, a proposta foi apresentar as alterações realizadas nos cursos d'água – retificações e canalizações – ao longo dos 123 anos de Belo Horizonte, partindo do Ribeirão Arrudas e sua margem esquerda, e tendo como referência a proposta de Aarão Reis para a Nova Capital, elaborada em 1895, bem como a sua previsão para expansão e a sua proposta de relação do traçado urbano com o percurso dos cursos d'água. Na última postagem, foi apresentado um resumo da evolução histórica do tratamento dado aos cursos d'água de Belo Horizonte, entre 1895 e 2021.

As postagens atuais tratam da A história da Cartografia dos tempos dos Gregos e dos Romanos, que será seguida pelos temas: A Cartografia de Meados do Séc. XV até os primeiros anos de 1500, no tempo das grandes navegações; e A Cartografia na

transição do séc. XVII para o XVIII, com o desenvolvimento científico permitindo o levantamento de longitudes.

1.3. Repositório Digital de dados sobre a toponímia histórica de Minas Gerais

A adoção dessa metodologia só se tornou possível após o desenvolvimento de inúmeras pesquisas envolvendo o estudo de mapas históricos, que são fontes de dados primários valorizadas por várias áreas de conhecimento, e que tem sido objeto de estudos recorrentes, referentes ao amplo território colonial português na América e aos seus registros cartográficos. O levantamento e o tratamento de dados daquelas fontes, com vistas ao conhecimento da toponímia e da geografia de Minas, foram, entretanto, impulsionados, entre 2013 e 2016, com o desenvolvimento do projeto Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino, no CRCH e com o apoio do CNPq.

A realização da pesquisa em questão propiciou a elaboração de uma produção bibliográfica variada, mas que não esgotou o potencial das informações reunidas sobre os topônimos de Minas Gerais. Por essa razão e pelo fato de ser sempre possível uma releitura de dados levantados e interpretados, ponderou-se sobre a relevância de se disponibilizar tais informações aos interessados na cultura, na língua, na geografia e na história do território mineiro. Decidiu-se, então, pela elaboração de um repositório digital, que foi disponibilizado em ambiente web, em agosto de 2017, em sua primeira edição, intitulado *Toponímia Histórica de Minas Gerais, Registros em Mapas dos Setecentos aos Oitocentos Joanino* (SANTOS, SEABRA e COSTA, Orgs: 2017). A segunda edição deste repositório, como a primeira, está sendo preparada, a partir de recursos do orçamento do Centro de Referência em Cartografia Histórica/Rede de Museus da UFMG, para ser apresentada aos segmentos de estudiosos visados, a partir de agosto do ano em curso.

As características do repositório

O Repositório reúne informações sobre nomes e lugares, formados durante o processo de ocupação e definição do território de Minas Gerais que se encontram registrados em mapas. Esses documentos, elaborados do Setecentos ao Oitocentos Joanino e referentes à representação de todo o território da capitania e aos de suas comarcas, circunscrições político-administrativas da América Portuguesa, encontram-se sob a guarda de bibliotecas e arquivos, no Brasil e em Portugal. Eles correspondem aos originais e às cópias de época, manuscritos e coloridos, e apresentam, na composição dos cartuchos do título, da legenda e da escala, desenhos primorosos, incluindo os dos signos que configuram

o espaço de representação. A par desses aspectos estéticos, ressalta-se o valor das representações para os estudos da geografia e da história do território de Minas Gerais e para os de sua memória linguística dos períodos do Colonial e do Reino Unido a Portugal e Algarves.

As informações apresentadas no Repositório resultam de análises geográficas e linguísticas realizadas, diatópica e diacronicamente. Elas destacam a natureza, a origem e a motivação dos nomes estudados, bem como a categoria geográfica das localidades e as circunscrições político-administrativas e regionais as quais pertencem. Essas informações dizem respeito, tanto ao elo geográfico, tangível, material, entre os lugares e os seus nomes, a saber, os acidentes geográficos, quanto à denominação que especifica e distingue esses acidentes, os seus nomes próprios.

Os acidentes geográficos estudados, tendo em vista a composição do banco de dados histórico do repositório, restringem-se aos da dimensão humana do território, construída ao longo dos períodos Colonial e Joanino, nas Minas Gerais. Esses acidentes correspondem às:

1. povoações, expressivas das hierarquias político-administrativas e eclesiásticas que se encontravam vigentes nos períodos estudados, a saber, cidade, vilas, vilas sede de comarcas, arraiais capelas, arraiais freguesias ou paróquias, e arraiais;
2. instalações de guardas, quartéis, destacamentos, e, ou patrulhas militares, e as de registros, contagens ou postos reais;
3. áreas habitadas pelos gentios e suas aldeias.

A estrutura do repositório

O conjunto de informações geográficas e linguísticas sobre os acidentes e seus nomes próprios foi armazenado em um banco de dados que faz parte da estrutura do Repositório. Esta estrutura compreende também um sistema de busca – simples e avançada, que permite o acesso aos dados pelos usuários da publicação, concernentemente seus interesses de pesquisa. Embora os elementos citados tenham sido considerados fulcrais, na organização do Repositório, considerou-se importante propiciar aos usuários o conhecimento: das fontes de dados, usadas para o levantamento das informações em questão; das imagens cartográficas estudadas e suas referências – as cartográficas e bibliográficas; e o do referencial teórico e metodológico, concernentes às análises efetuadas e aos resultados apresentados.

Tendo em vista a aceitação dos segmentos de público aos quais o Repositório se destina, os avanços dos estudos sobre a cartografia e toponímia, a necessidade de revisão e atualização de alguns campos das variáveis e seus valores, apresentados na primeira edição, tornou-se necessária a organização da segunda edição, já referida anteriormente.

A segunda edição do repositório irá apresentar características que conformaram a primeira, reiterando um amplo acesso à informação reunida sobre os lugares e os seus

nomes próprios, e aos fundamentos da pesquisa realizada para levantá-la e organizá-la. Não obstante, algumas funcionalidades presentes na primeira serão ampliadas e aperfeiçoadas, tal como o sistema de busca, que se espera tornar mais amigável aos usuários do sistema.

Esses usuários, interessados no ato de nomeação em Minas Gerais e de seu patrimônio linguístico histórico, irão contar também com um glossário em que os termos que definem ou que estão presentes nos campos das variáveis geográficas e linguísticas e seus valores, concernentes aos topônimos, poderão ser conhecidos.

Contribuições dessas metodologias para o estabelecimento de novas formas de difusão de conhecimentos da cartografia histórica

Ao longo de quase 25 anos de existência, a serem completados em 2023, o CRCH ainda pode ser considerado como sendo o único centro de referência em Cartografia Histórica do Brasil. Durante boa parte desse tempo, foram adotadas metodologias com alcances diferenciados, mas tendo sempre por base a montagem de exposições, seja no espaço do CRCH, seja em espaços externos e, nesses casos, motivadas pela realização de eventos, como os Seminários às Quintas, durante a Semana dos Museus, ou durante a Primavera dos Museus, eventos estes organizados pelo IBRAM, ou a convite de inúmeras instituições em diferentes cidades mineiras, ou em cidades de outros estados brasileiros.

Para além dessas exposições, temporárias e permanentes, estas últimas representadas nos espaços do CRCH, por exemplo, pelas exposições: Cartografia Histórica e Toponímia: Conexões possíveis; Paisagens Culturais: Expressões da Toponímia e da Cartografia Histórica de Minas Gerais e Transformações do Mundo registradas em Mapas, e que constituem as bases para as nossas ações mediadas, outras iniciativas envolveram a produção de materiais didáticos como jogos e cartilhas.

Mas, a partir da implementação de novas metodologias, como estas que envolvem as redes sociais (cartografia_historica no Instagram), assim como a disponibilização de informações por meio da web (Repositório Digital de Dados), estamos alcançando diariamente novos públicos externos, diversificados e em maior número, que, após tomarem conhecimento da existência do CRCH, certamente constituem potenciais visitantes para as exposições do CRCH.

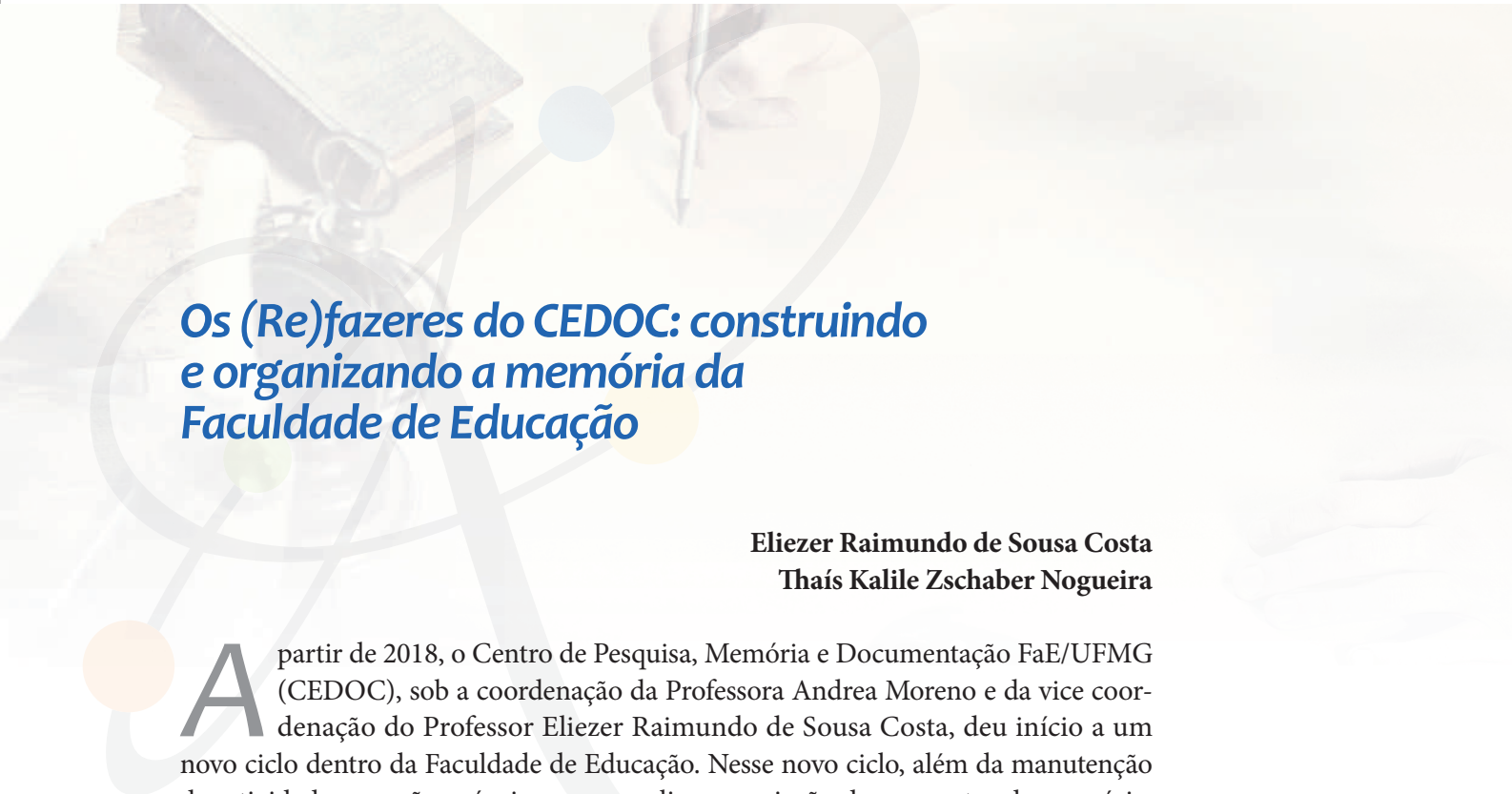
Assim, pode-se afirmar que, a partir da adoção dessas ações ou metodologias escolhidas, surgiram novos rumos para o Centro de Referência em Cartografia Histórica, e estes, se ainda não foram adotados, podem e devem ser reproduzidas em outros espaços da Rede de Museus da UFMG.

Referências Bibliográficas

- COSTA, A. G. (Org.); SANTOS, M. M. D.; RINGER, F. E.; FURTADO, J. F. **Cartografia da Conquista do Território das Minas**. 1. ed. Lisboa/Belo Horizonte: KAPA e UFMG, v. 01. 244p, 2004.
- COSTA, A. G. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de Cartografia e os Mapas da América portuguesa e do Brasil Império In: **Roteiro Prático de Cartografia**: da América portuguesa ao Brasil Império. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007a, p. 83-224.
- COSTA, A. G. Relação de Mapas, Plantas, Cartas e Outros Documentos In: **Roteiro Prático de Cartografia**: da América portuguesa ao Brasil Império. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007b, p. 225-250.
- COSTA, A. G. A Cartografia do Território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Porto. **Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, 2011.
- FERREIRA, Márcio Antônio do Carmo. **As rotas de abastecimento das minas gerais no período de 1698-1750: impactos na formação regional e territorial do Brasil**. Trabalho de conclusão de curso de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil, 2010.
- FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. 1. ed. Trad. TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). **Toponímia e Cartografia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 2017. Disponível em: [www.http://repositoriotoponomia.com.br/](http://repositoriotoponomia.com.br/); www.ihgmg.org.br. Acesso em: 30 de maio de 2022.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). **Atlas Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponomia/index.html>. Acesso em: 30 de maio de 2022.
- SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C. Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e do Joanino: Dos Registros Cartográficos Históricos a um Atlas Digital. **Revista Caletroscópio**, v. 4, n. especial, p. 547-557, 2016.
- SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C, COSTA, A.G. Exposição Cartografia Histórica e Toponímia: Conexões Possíveis, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana2015/index.html>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T C, COSTA, A.G. Paisagens Culturais – Expressões da Toponímia e Cartografia Histórica, Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/index.html>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. A Capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, 2007.



Os (Re)fazeres do CEDOC: construindo e organizando a memória da Faculdade de Educação

Eliezer Raimundo de Sousa Costa
Thaís Kalile Zschaber Nogueira

A partir de 2018, o Centro de Pesquisa, Memória e Documentação FaE/UFMG (CEDOC), sob a coordenação da Professora Andrea Moreno e da vice coordenação do Professor Eliezer Raimundo de Sousa Costa, deu início a um novo ciclo dentro da Faculdade de Educação. Nesse novo ciclo, além da manutenção das atividades que são próprias e que explicam a criação de um centro de memória, buscava-se também o seu estabelecimento como um setor vinculado à Diretoria da Faculdade de Educação. Isso motivou a elaboração de um regulamento especificando e qualificando essa condição e a organização de atividades com vistas à qualificação do pessoal envolvido nas atividades do Centro.

Para a elaboração e aprovação do regulamento, foi organizada uma comissão pela Diretoria da Faculdade de Educação, na gestão da Professora Daisy Moreira Cunha e do Professor Wagner Ahmad Auarek, composta por docentes, pesquisadores e por um bibliotecário. A comissão foi presidida pelo Professor Luciano Mendes de Faria Filho e composta pela Professora Ana Paula Giavara, pelo Professor Eliezer Raimundo de Sousa Costa e pelo bibliotecário Ivanir Fernandes Leandro.

A elaboração e aprovação do regulamento se constituiu em um importante passo com vistas a qualificar o Centro como um setor que tem identidade e atribuições próprias dentro da Faculdade de Educação. De acordo com o regulamento, o CEDOC ficou subordinado, institucionalmente, à Diretoria da FaE, e passou a contar com um Conselho Diretor amplamente representado pelos diversos setores da Faculdade, direção, departamentos acadêmicos, biblioteca, setor de arquivo e grupos de pesquisa e extensão, totalizando um conjunto de sete pessoas.

Entre as atribuições do Conselho Diretor em relação ao acervo, estão elencadas: a elaboração de normas para a sua constituição; avaliação de medidas para o seu tratamento e proteção; normas para o seu acesso e instruções de uso e a aprovação de projetos em desenvolvimento pelo Centro.

Nesse novo cenário do CEDOC, definido com a aprovação do regulamento em 2020, o estabelecimento de políticas e parcerias capazes de dar suporte à equipe do Centro foi

considerado determinante para os trabalhos com o acervo, sendo que esta é composta, no atual momento, por docentes e discentes de áreas distintas como, Arquivologia, Ciência Sociais, Educação, Geografia, História, Museologia, entre outras. Essa equipe tem caráter temporário, principalmente quando se considera que as/os estudantes estão vinculadas/os aos diversos programas de incentivo a discentes, cujas bolsas têm duração determinada, justificando a necessidade constante de formação de pessoal. As habilidades requeridas são aquelas específicas para lidar com acervos de um centro de memória e envolvem, por exemplo, as formas de guarda: se determinados documentos podem ser guardados da maneira como foram recebidos, ou se, para preservação e garantia de sua integridade, é necessário algum tipo de intervenção.³⁹

O trabalho com o acervo de um centro de memória, a fim de atender às expectativas, propósitos e diretrizes de sua existência, deve seguir orientações e normas que são definidas por órgãos competentes. No caso brasileiro, a competência é do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)⁴⁰ e, dada a natureza multidisciplinar da equipe, a estratégia de formação dentro dessas normas vigentes possibilita que o acervo seja estruturado com vistas à sua plena funcionalidade.

De acordo com Ana Celeste Indolfo⁴¹, o mundo globalizado tem exigido a construção de normalizações para o fluxo de informações, de forma integrada e interligada, com mais qualidade, eficácia e transparência. Essa normalização implica, por exemplo, no uso de terminologias que consigam designar com alguma exatidão os objetos, assim como promover a padronização de rotinas, regras e modos, dando ordem ao desempenho das atividades de diferentes instituições. A autora indica que

Para o Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos, a aplicação de normas em arquivos inclui desde “as boas práticas, códigos, diretrizes, manuais” até as “normas técnicas”, uma vez que “as normas informam, guiam ou prescrevem atividades”, devendo ser desenvolvidas baseadas em uma necessidade identificada, por meio de pesquisas. Sua divulgação é essencial para que elas sejam implementadas, e a colaboração entre os arquivistas é fundamental para que sejam aplicadas, adaptadas e revistas⁴².

39. MORENO, Andrea e outros. CEDOC/FaE - preservar, organizar e divulgar. In FARIA FILHO, Luciano Mende de e outros (orgs.) Formação docente na UFMG: história e memória. Belo Horizonte: Mazza edições, 2016.

40. O Conselho Nacional de Arquivos foi criado em 1991 pela Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e está vinculado ao Arquivo Nacional. INDOLFO, Ana Celeste. Vinte anos da Lei de Arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, Renato NASCIMENTO, Adalson (orgs) Universidades & Arquivos. Gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Fino Traço editora, 2014.

41. INDOLFO, Ana Celeste. Vinte anos da Lei de Arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, Renato NASCIMENTO, Adalson (orgs) Universidades & Arquivos. Gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Fino Traço editora, 2014.

42. Idem. pag. 10.

No Brasil, o direito concedido ao cidadão de receber de órgãos públicos informações de seu interesse foi estabelecido pela Constituição de 1988, o que levou à promulgação da Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. A partir da vigência dessa lei, procurou-se harmonizar os fazeres e as práticas de arquivos por meio da capacitação técnica e do domínio de habilidades por parte de quem aplica e/ou usa as normas, ou seja, servidores públicos lotados em serviços arquivísticos. Isso porque o CONARQ, que define a política nacional de arquivos, tornou a normalização de adoção compulsória pelos órgãos do Poder Executivo Federal, não admitindo omissões, alterações ou adaptações sem a aprovação do Arquivo Nacional⁴³.

Nesse sentido, a coordenação e a equipe do CEDOC buscaram, e continuam buscando, acessar meios e recursos que sejam capazes de auxiliar na formação da equipe para trabalhar com o acervo, objetivando a compreensão e uso adequado dos afazeres pertinentes ao espaço. O CEDOC é um setor institucional, responsável pela guarda, tratamento e extroversão do acervo de natureza histórica da Faculdade de Educação, sendo também um espaço museológico, já que, entre suas propostas de ação, está também a realização periódica de exposições sobre temas diversos que envolvam a história da faculdade, permitindo que visitantes possam estabelecer conexões com esses acontecimentos históricos. Por isso, reitera-se a importância de que a equipe do Centro seja habilitada em distintas áreas correlatas aos seus afazeres, buscando saberes técnicos e teóricos para lidar com o acervo em toda a sua dinâmica, estabelecendo contato com especialistas de outras instituições e da UFMG, nos diversos departamentos e cursos que abrigam campos como: Arquivologia, Biblioteconomia, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Museologia.

Nessa nova fase do CEDOC, o apoio e a orientação da Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ/UFMG) foram de grande relevância.

De acordo com o Manual de Gestão de Documento Arquivísticos, a tentativa de dar organicidade às iniciativas descentralizadas de gestão de documentos e arquivos na UFMG levou à criação da DIARQ, por meio da Portaria 73, de 10 de julho de 2013⁴⁴. A criação da DIARQ resultou, então, da preocupação em organizar estratégias e procedimentos relativos à guarda e ao manejo de documentos, notadamente em relação à tabela de temporalidade. Para tanto, vinha promovendo encontros com os diversos setores

43. Idem. pag. 13.

44. Manual de Gestão de Documento Arquivísticos da UFMG. Belo Horizonte: DIARQ, UFMG, 2019, p 4.

da universidade, entre os quais estavam os departamentos da Faculdade de Educação e o CEDOC⁴⁵.

A tabela de temporalidade tem por objetivo definir os prazos de guarda e destinação de documentos. De acordo com suas orientações, os documentos devem ser avaliados, para efeito de guarda e/ou eliminação, pelo seu valor de prova. O conjunto documental das instituições tem o tempo de guarda definido em corrente, intermediário ou permanente. Documentos definidos pela tabela como correntes ou intermediários devem ficar sob a guarda de seus geradores, pois ambos, com maior ou menor frequência, podem ser requeridos para consultas. Já os documentos definidos pelos geradores como destinados à eliminação podem, e devem, ser reavaliados, pois podem ser eliminados ou destinados à guarda permanente. Esse último caso ocorre quando estes registros podem ser “considerados importantes para fins de prova, informação e pesquisa”⁴⁶. Especificamente em relação à Faculdade de Educação da UFMG, os documentos que compõem o acervo do CEDOC são, em grande parte, originários desse último campo⁴⁷.

O CEDOC se constitui como um centro de documentação, pesquisa e memória e os documentos que compõem o seu acervo são, por definição, de natureza histórica. Para a recepção e inserção desses documentos, o centro está desenvolvendo sua política própria de aquisição.

Considerando a diversidade do acervo, e tomando como referência sua origem, ele foi segmentado e organizado em fundos institucionais e pessoais. Como acervos de fundos institucionais, foram considerados todos aqueles procedentes dos departamentos da Faculdade de Educação, de natureza administrativa ou acadêmica. Sua organização se deu conforme os preceitos arquivísticos, preservando sua denominação de proveniência: Biblioteca, Cadernos escolares, CEALE, CECIMIG, CENEX, Colégio Universitário, Convites, cadernos e dúvidas, DAE, DECAE, DMTE, Educação do campo, Educação em Revista, Educação indígena, Educar, FaE, Fotografias, GEHEM, MOBREAL, Monografias, PABAE, PPGE, PROFAE, Pró-jovem, PRONERA, SEEMG, UAB, Veredas.

45. Uma das questões que levaram ao surgimento da DIARQ, estava a ausência, na UFMG, de uma política institucional para lidar com os diferentes acervos mobilizados por diversos grupos de pesquisa pelos vários departamentos acadêmicos da universidade, que já vinha sendo acompanhado pela Rede de Museus. Especificamente em relação aos arquivos de documentos, a Rede de Museus apontava a ausência de uma política institucional que afetava, em especial, os centros de memória, que era a definição de arquivo corrente e permanente. MARQUES, Rita de Cássia; SEGANTINI, Verona Campos. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. In NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (orgs) Universidade, memória e patrimônio. Belo Horizonte: Mazza edições, 2015.

46. Manual de gestão de documentos arquivísticos da UFMG. Belo Horizonte: DIARQ, UFMG, 2019. P 17.

47. O CEDOC mantém no seu acervo documentos permanentes da Faculdade de Educação, como também outros documentos e materiais doados por professores, ex-professores e doadores de acervos que mantenham conexões com os objetivos do Centro. Para citar um exemplo, temos o fundo Alaíde Lisboa onde se encontra materiais relativos às diversas etapas de sua vida, seja na sua carreira acadêmica, política, de escritora e pessoal. Esse fundo foi doado pela família.

Por acervo de fundos pessoais do CEDOC, foram considerados aqueles procedentes de doação privada por parte de familiar ou pelo próprio cedente: Alaíde Lisboa, Benone Guimarães, Glaura Vasquez de Miranda, Lúcia Monteiro Casasanta, Luciano Mendes de Faria Filho, Magda Becker Soares, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Maria do Carmo Xavier, Maria Laetitia Corrêa e Rita Amélia Teixeira.

A fim de dar sequência ao manejo do acervo em acordo com as práticas da arquivologia, a equipe do CEDOC se dedicou simultaneamente aos trabalhos e ao estudo da dinâmica própria dos arquivos, com vistas a garantir a sua organização em conformidade com as definições estabelecidas para o setor.

As atividades de qualificação propostas foram organizadas para ocorrer em dois formatos: formação interna dinamizada pela própria equipe; e encontros com pesquisadores de áreas específicas.

Os estudos internos foram desenvolvidos mensalmente pela equipe do CEDOC. Entre os objetivos dos encontros, estava a discussão de textos, definidos coletivamente para leitura prévia e que deveriam ser suporte teórico e técnico para o desenvolvimento dos trabalhos. Dessa forma, subsidiaram a formação, as seguintes referências: o livro “Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória”, organizado por Meilly Assbú Linhales e Adalson Nascimento⁴⁸, e os artigos “Arquivos e Educação: a construção da Memória Educativa”, de Maria João Mogarro⁴⁹, e “A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense”, de Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry⁵⁰. Tais textos contribuíram de forma particular por se tratar de relatos e análises de experiências vividas por diversos pesquisadores em lugares diferentes, versando sobre processos relativos à prática de guardar, cuidar, tratar e inventariar acervos históricos para a História da Educação.

Os pesquisadores especialistas que trataram de temas específicos nos encontros com o CEDOC foram os seguintes: Maria Ângela Ribeiro Bosco Dummont, Katya Braghini, Diná Marques, Adalson Nascimento e Diogo Baptista Pereira.

Maria Ângela Ribeiro Bosco Dummont foi servidora da Faculdade de Educação, atuando junto ao Centro de Ensino Ciências e Matemática de Minas Gerais (CECIMIG), da FAE/UFMG. Esteve no CEDOC em setembro de 2019, quando relatou o trabalho de organização dos arquivos do CECIMIG, resultado de sua pesquisa de mestrado. Enquanto secretária do CECIMIG, Dummont, com a ajuda de Letícia Nogueira Soares, bolsista de Iniciação Científica Júnior, organizou os arquivos deste Centro. Esse trabalho foi a continuação da

48. LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (orgs). Belo Horizonte: Fino Traço editora, 2013.

49. MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. Revista Brasileira de História da Educação, SBHE, n. 10, jul/dez. 2005. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

50. SILVA, Vera Lúcia Gaspar da, PETRY, Marília Gabriela. A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense. Revista Brasileira de História da Educação, SBHE, n. 11, jan/abr. 2011. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

pesquisa desenvolvida entre 2014 e 2016, quando realizou o Mestrado Profissional na FaE e possibilitou a separação e classificação de documentos que estavam em 366 caixas em duas salas distintas da FaE. Como resultado dessa classificação, foram encontrados, de um lado, documentos que não pertenciam ao CECIMIG e, por isso, foram recolocados em novas caixas e devolvidos para os locais onde foram encontrados e, de outro lado, a separação de todos os documentos do Centro relativos ao período de 1965 a 2016. Os documentos do CECIMIG, depois desse trabalho, foram separados por datas, de forma que aqueles que estavam entre as décadas de 1960 e 1990 foram destinados à guarda permanente, e os documentos dos anos 2000 permaneceram na sala 510 do CECIMIG. Os documentos destinados à guarda permanente estão, desde então, sob guarda do CEDOC.

Katy Braghini é professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora e Mestre em educação pelo mesmo Programa e graduada em História pela Universidade de São Paulo. Entre os diversos programas de pesquisa dos quais participa, Braghini coordena os Programas de Pesquisa “A história da escola por seus objetos” e o “Núcleo de Estudos Escola e seus objetos (NEO)”, sendo seus principais objetivos o estudo e pesquisa sobre a cultura material. Esse encontro ocorreu no mês de agosto de 2019. A presença da pesquisadora permitiu a troca de experiências e conhecimentos em torno da montagem e organização de um centro de memória, bem como na extroversão, especialmente no que diz respeito à divulgação dos trabalhos e do acervo. Como fruto desse encontro, o CEDOC iniciou o trabalho efetivo em redes sociais e no Espaço do Conhecimento da UFMG.

A divulgação do CEDOC passou a ser uma das atividades constantes do Centro. De maneira regular, iniciou-se a publicação semanal, sob a denominação de “Documento da Semana”, pelas redes sociais, de materiais procedentes do acervo, priorizando, naquele momento, o Facebook e o Instagram. Entre os objetivos dessas publicações, estão a divulgação do acervo e a promoção da imagem do CEDOC. Para tanto, foram selecionados alguns documentos e, sobre eles, foi feita uma pequena descrição para publicação.

De forma eventual, a equipe participa junto ao Projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil, do seu programa de rádio, veiculado pela emissora de rádio UFMG Educativa, por meio de entrevistas e do Jornal Pensar a Educação em Pauta, por meio da Coluna Entrememórias. É importante ressaltar o alcance do projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil, que é bastante reconhecido por significativa parte da comunidade de pesquisadores da História da Educação.

Em outubro de 2019, o CEDOC divulgou seu trabalho no Espaço do Conhecimento da UFMG. Por intermédio de um edital específico do Espaço do Conhecimento, âmbito destinado à difusão do conhecimento científico e produção de diversos saberes,

o CEDOC foi selecionado e esteve presente com um teaser⁵¹ divulgado por meio da Fachada Digital. Trata-se da fachada frontal do prédio localizado no circuito Praça da Liberdade em Belo Horizonte, que é revestida por material vítreo especial, permitindo que ela se transforme em uma grande tela de projeção. Nela, são transmitidos conteúdos científicos e culturais por meio de imagens, filmes e atividades interativas.

Diná Marques, Restauradora e Conservadora de Documentos Gráficos, Biblioteconomista, Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação, é bibliotecária documentalista da Biblioteca Universitária da UFMG e responsável pelo Setor de Obras Raras, esteve presente junto da equipe do CEDOC em diferentes momentos, ajudando a entender as melhores formas de guardar o acervo.

Em visita à seção de Obras raras da Biblioteca Universitária, tivemos a oportunidade de entender, com a orientação de Diná Marques, como organizar envelopes com papel filifold para a guarda de materiais gráficos, sobretudo de livros. Entre as motivações do encontro, estava o acervo de cartazes doado ao CEDOC pelo professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. Considerando a quantidade e a tipologia dos suportes desse acervo, discutimos formas de planificar cartazes que estavam guardados em rolos, bem como tratar aqueles que, para serem expostos, foram acondicionados em suportes que, com o tempo, poderiam danificá-los. Ainda como contribuição de Diná Marques, o CEDOC teve a oportunidade de participar de Reunião Aberta promovida pela Comissão de Atualização da Política de Desenvolvimento de Acervos do Sistema de Biblioteca (SB) da UFMG, em novembro de 2019.

O ano de 2020, com o contexto de pandemia do novo Corona Vírus, obrigou ajustes nos formatos de trabalho. Depois de uma breve pausa iniciada em março de 2020, os encontros de formação foram retomados com a participação de especialistas, em formato remoto. Houve dois encontros no período, um em junho e outro em julho. O primeiro foi com o Professor Adalson Nascimento e o segundo, com Diogo Baptista Pereira.

Adalson Nascimento é professor da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Tem doutorado em História da Educação, mestrado e graduação em História. Vem desenvolvendo trabalhos com arquivos permanentes, organização de arquivos e arquivos escolares e universitários.

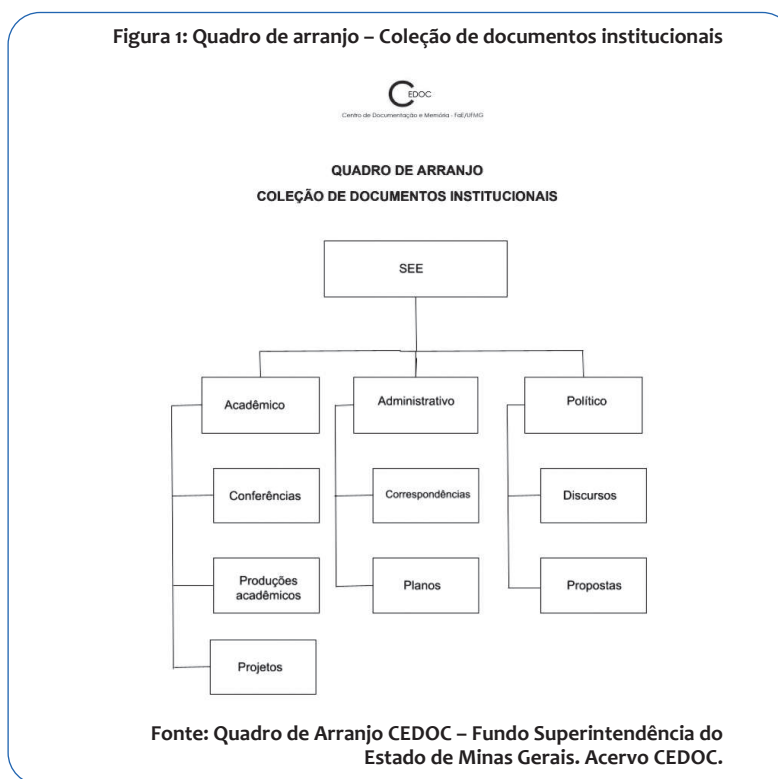
O encontro com o Professor Adalson Nascimento priorizou, dado o perfil multidisciplinar da equipe do CEDOC, a introdução de noções básicas, demonstrando que a prática arquivística depende de ciência e técnica. Para sustentar essa discussão, as indicações de leitura foram o livro “Arquivos para quê?: textos escolhidos”, do Professor

51. <https://drive.google.com/file/d/1wuuaXaWTCcC7dfaeU4ksWBvjdAgX-1-c/view?usp=sharing>

Bruno Delmas⁵² e, o texto “Como classificar e ordenar documentos de arquivos”, de Janice Gonçalves⁵³.

A discussão proposta por Bruno Delmas tem o propósito de afirmar a necessidade da existência de arquivos. Além da função essencial de prova, haja vista ser o arquivo um repositório de documentos que podem evidenciar várias situações, o autor discorreu sobre a importância dos arquivos em perspectivas nacionais. Nesse caso, os arquivos se colocam como elementos vitais para a afirmação de determinada nacionalidade, bem como de direitos individuais contra a ação do Estado. Por isso, acervos arquivísticos costumam ser objeto de intensa disputa.

O segundo texto foi o de Janice Gonçalves. A argumentação do texto partiu de oficinas dirigidas para pessoas que já trabalhavam com arquivos, mas sem a formação e as informações necessárias para uma boa organização de acervos documentais. Assim, a publicação ofereceu os primeiros passos para a prática arquivística, na direção de classificar, ordenar, identificar e analisar documentos. Essas lições têm sido importantes para orientar a equipe do CEDOC a organizar o seu acervo, o que pode ser exemplificado pela documentação apresentada a seguir.



52. DELMAS, Bruno. Arquivos para que?: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

53. GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

Figura 2: Descrição de fundos arquivísticos – Coleção de documentos institucionais

CEDOC

Centro de Documentação e Memória - FAE/UFMG

DESCRIÇÃO DOS FUNDOS ARQUIVÍSTICOS

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

NOME DO FUNDO
Superintendência de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE)
NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Os documentos estão descritos em: nomes do documento, data, série, função, suporte, autoria e número de folhas.
NOME(S) DO PRODUTOR
Neidson Rodrigues quando gestor da Superintendência
DATA LIMITE
1983-1984
HISTÓRICO/BIOGRAFIA
Órgão do Governo do Estado de Minas Gerais responsável por organizar o ensino no Estado. Os documentos desse fundo são do período em que o professor Neidson Rodrigues (1942-2003) foi gestor dessa Superintendência.
CONTEÚDO
Conferências, projetos, produções acadêmicas, correspondências, planos e discursos.
TIPOS DOCUMENTAIS
Textual
SUPORTES
Impressos (papel)
SISTEMA DE ARRANJO
Os documentos foram organizados por série, função e cronologia e está arquivado em caixas políondas na estante B1 do arquivo deslizante da sala 1109.
INSTRUMENTO DE PESQUISA
O material foi inventariado e está disponível no catálogo manual virtual e impresso no CEDOC.
CONDIÇÕES DE ACESSO
Todos os fundos arquivísticos e acervos do CEDOC estão disponíveis para consulta local no horário de 08hrs às 12hrs e das 13hrs às 17hrs. O usuário deverá preencher as fichas de cadastro do consulente, podendo fazer contato e cadastro anterior pelo e-mail: cedocfaeufmg@gmail.com.
DIMENSÃO TAMANHO
Como o acervo do Cedoc ainda não foi medido por metro linear, faremos o dimensionamento do acervo por numero de caixas. O fundo Superintendência Estadual de Educação é composto por uma caixa.
ASPECTOS FÍSICOS DE CONSERVAÇÃO
O material encontra-se em bom estado de conservação possuindo apenas pequeno amarelamento de algumas páginas.
PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO
Os documentos foram higienizados e colocados em pastas com papel alcalino (sulfite) no período de 12/2018 a 07/2019. No processo de higienização foi feita a retirada de materiais danosos e de poeira.
ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS
Todas as pesquisas que fizerem uso de material consultado no CEDOC/FaE/UFMG devem citar nos textos produzidos a origem dos documentos, conforme Lei Nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).
PRODUÇÃO DA FICHA
Ana Claudia Avelar
PRODUÇÃO DO INVENTÁRIO
Thais Kalile
REFERÊNCIAS
BRASIL, Lei (1998). Direitos Autorais. Das Obras Intelectuais. Cap I, Art. 7. DALBEN, A. I.; OLIVEIRA, M. R. N. S.; VILELA, R. A. T. Lembrando Neidson Rodrigues. Rev. Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 22, 2003. FONSECA, N. M. L. Entrevistando Neidson Rodrigues. Rev. Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 22, 2003.

Fonte: Ficha Descritiva CEDOC - Fundo Superintendência do Estado de Minas Gerais. Acervo CEDOC

Figura 3 – Inventário do acervo de documentos institucionais

INVENTÁRIO DO ACERVO DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS									
FUNDO ARQUIVÍSTICO: SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE)									
LOCALIZAÇÃO	Nº DOC	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	DATA	FUNÇÃO	SÉRIE	SUPORTE	AUTORIA	Nº DE FOLHAS	OBSERVAÇÃO
SEE/B1/CX1/PT 01		SESSÃO DE ABERTURA DO I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO NA FASE ESTADUAL	1963	ACADÊMICO	CONFERÊNCIAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	5	
SEE/B1/CX1/PT 02		DA AÇÃO COLEGIADA A RENOVÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA	s.d.	ACADÊMICO	PRODUÇÕES ACADÊMICAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	5	
SEE/B1/CX1/PT 02		2 A FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA ESCOLA	s.d.	ACADÊMICO	PRODUÇÕES ACADÊMICAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	18	
SEE/B1/CX1/PT 02		3 MEDITAÇÃO - A AÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA	7/19/1963	ACADÊMICO	PRODUÇÕES ACADÊMICAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	8	
SEE/B1/CX1/PT 02		4 RENOVÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA	10/15/1964	ACADÊMICO	PRODUÇÕES ACADÊMICAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	8	
SEE/B1/CX1/PT 02		5 TEXTO - GRAMSCI	s.d.	ACADÊMICO	PRODUÇÕES ACADÊMICAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	16	
SEE/B1/CX1/PT 03		1 PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA - CICLO BÁSICO	ago.-84	ACADÊMICO	PROJETOS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	6	
SEE/B1/CX1/PT 03		2 PROJETO NOVO CIDADÃO	nov.-84	ACADÊMICO	PROJETOS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	8	
SEE/B1/CX1/PT 04		1 MENSAGEM DA SUPERINTENDÊNCIA EDUCACIONAL AOS DIRIGENTES DE ESCOLAS	1/25/1984	ADMINISTRATIVO	CORRESPONDÊNCIAS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	2	
SEE/B1/CX1/PT 05		1 TABELA CONTENDO PLANO DE METAS E AÇÕES	s.d.	ADMINISTRATIVO	PLANOS	PAPEL	NEIDSON RODRIGUES	19	
SEE/B1/CX1/PT 06		1 PRONUNCIAMENTO DO SECRETÁRIO OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO NA SEMANA DO ALEJADINHO	11/18/1963	POLÍTICO	DISCURSOS	PAPEL	OCTÁVIO ELÍSIO ALVES	11	
SEE/B1/CX1/PT 07		1 MUDANÇA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	mai.-84	POLÍTICO	PROPOSTAS	PAPEL		19	
SEE/B1/CX1/PT 07		1 PROPOSTA DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS PARA REDEFINIÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEPLAN/PR	s.d.	POLÍTICO	PROPOSTAS	PAPEL		14	

Fonte: Inventário CEDOC – Fundo Superintendência do Estado de Minas Gerais. Acervo CEDOC.

Diogo Baptista Pereira é doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Gestão de documentos e arquivos pela UNIRIO e graduado em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. A conferência com Diogo Pereira aprimorou a discussão iniciada pela professora Katya Braghini. A partir da apresentação dos diversos e diferentes suportes para a escrita ao longo do tempo, Diogo ajudou a pensar sobre a importância do guardar e do que é importante guardar. Do mesmo modo, as formas de comunicação, como a extroversão, estabelecidas pelas redes sociais, dada a atenção ao público alcançado pelos canais do CEDOC, garantindo a linguagem adequada a cada um.

Nesse sentido, o trabalho que vem sendo desenvolvido no CEDOC corrobora com a ideia de se retroalimentar, na medida em que a equipe se prepara, se forma, pesquisa e organiza seu próprio acervo. Por sua vez, este fazer somente se justifica se for feita a sua extroversão.

Para tanto, não faz sentido se o fim for para ele mesmo. Aliás, conforme Antônio Cícero:

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma
Em cofre perde-se a coisa à vista*

*Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
do que um pássaro sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por se declara e se declama um poema:
para guardá-lo:
para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
guarde o que quer que guarda um poema:
por isso, o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar
Antônio Cícero⁵⁴*

Referências Bibliográficas

- CÍCERO, Antônio. Guardar. In: **Guardar – poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para que?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- INDOLFO, Ana Celeste. Vinte anos da Lei de Arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, Renato NASCIMENTO, Adalson (orgs). **Universidades & Arquivos. Gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço editora, 2014.
- LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (orgs). **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. Belo Horizonte: Fino Traço editora, 2013.
- MARQUES, Rita de Cássia; SEGANTINI, Verona Camps. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (orgs). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2015.
- MORENO, Andrea et al. CEDOC/FaE - preservar, organizar e divulgar. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. (orgs.) **Formação docente na UFMG: história e memória**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2016.
- MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 10, 2005.
- NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (orgs). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2015.

54. CÍCERO, Antônio. Guardar. In **Guardar – poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da, PETRY, Marília Gabriela. A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 11, 2011.

VENÂNCIO, Renato NASCIMENTO, Adalson (orgs). **Universidades & Arquivos. Gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICOS DA UFMG. Belo Horizonte: DIARQ, UFMG, 2019.



Caminhos e modos orientadores para a gestão do Centro de Memória da Escola de Enfermagem

Fernanda Batista Oliveira Santos

Tercia Moreira Ribeiro da Silva

Gabriela Vieira de Castro

Steffhane Silva Nonato e Letícia Moreira Maia

1. Introdução

A Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais comemorará 90 anos de existência no ano de 2023. Este marco reflete o investimento de uma escola quase centenária na formação de profissionais de saúde. Considerando-se esta trajetória, é natural pensarmos na produção e conservação de histórias e memórias institucionais. Nesse âmbito, o Centro de Memória da Escola de Enfermagem (CEMENF) vem trabalhando ao longo de 16 anos com importantes contribuições.

Desde a criação do espaço, o CEMENF está vinculado à Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, a Rede de Museus conta também com outros 15 espaços de unidades diversas, mostrando que as iniciativas de cuidado com a história e memória são uma prerrogativa macro institucional, pautada nos Planos de Desenvolvimento da Universidade.

Neste capítulo, as autoras buscaram pautar os principais investimentos contemporâneos do CEMENF, lançando luz ao instrumento gestor - Plano Museológico. Este recorte se fez necessário para a viabilidade do que se desejou retratar: a história da Escola de Enfermagem da UFMG, seu trabalho para a consolidação de um espaço memorial e a possibilidade de construção de instrumentos de gestão que vêm sendo fomentados como política no âmbito da Rede de Museus.

Acredita-se que só é possível discutir, na atualidade, modos orientadores para a gestão de um lócus, porque um trabalho valoroso de guarda de acervo foi empreendido até aqui. Desejamos, com este movimento, honrar as histórias da instituição e seu corpo social e projetar novas frentes de trabalho por caminhos validados e por outros ainda não explorados.

2. Breve histórico: um centro de memória para a escola de enfermagem da UFMG

A Escola de Enfermagem da UFMG foi fundada em 07 de julho de 1933, por iniciativa do governo do estado de Minas Gerais. Recebeu o nome de Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em homenagem ao médico sanitarista, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública nos anos 1920, responsável por introduzir no Brasil um modelo de enfermagem pautado na institucionalização do saber e na cientificidade (SANTOS, 2004).

Identificam-se três grandes ciclos na história desta Escola: 1933 - 1950, a partir da sua fundação, a Escola Carlos Chagas foi dirigida por enfermeiras laicas com notoriedade no cenário da enfermagem brasileira. Responsáveis pelo desenvolvimento da identidade institucional estadual, estas enfermeiras enfrentaram dificuldades para a manutenção da estrutura estadualizada, o que culminou com a federalização da Escola Carlos Chagas, tornando-a parte da UFMG e anexa à Faculdade de Medicina (SANTOS, 2014); 1950 - 1968, este período foi marcado pela direção da Escola Carlos Chagas pelas enfermeiras religiosas ligadas à gestão do Hospital São Vicente, atual Hospital das Clínicas. Os processos eram submissos à Faculdade de Medicina. A partir da Reforma Universitária de 1968, inicia-se o processo de laicização institucional, que foi marcado pelo retorno das enfermeiras laicas à direção da Escola Carlos Chagas; 1968 - progressivamente, até o momento atual, a Escola de Enfermagem da UFMG se tornou autônoma, no que concerne à gestão e desenvolvimento de atividades que asseguraram o fortalecimento dos pilares institucionais: ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2018).

Criada para ser uma instituição modelar no ensino de enfermagem no Brasil (SANTOS, 2014), a Escola de Enfermagem da UFMG preservou a sua história e memória em cada ciclo, como foi possível. As pioneiras de 1933 a 1950 guardaram documentos de gestão, recortes de jornais e fotografias; as religiosas também o fizeram quando estiveram à frente da direção da escola; e não tem sido diferente dos anos 1968 aos dias atuais. Este material foi passado de geração em geração e grande parte dele encontra-se no Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG.

Neste sentido, vale ressaltar que os centros de memória são espaços institucionais que objetivam guardar, organizar e disseminar a documentação histórica para o público interno e externo à instituição, preservando documentos, subsidiando pesquisas e gerando produtos acerca da história institucional. No Brasil, eles começam a surgir a partir de 1970, como resposta a uma demanda de informação especializada sobre as instituições (ITAÚ CULTURAL, 2013).

Os primeiros esforços para a criação de um espaço de memória para a Escola de Enfermagem da UFMG datam dos anos 1980, com a atuação da enfermeira Profa. Izaltina Goulart de Azevedo, diretora da Escola nas gestões 1968-1972 e 1981-1982, na

busca e na guarda de documentos e objetos históricos. A docente preocupava-se em manter viva a história da instituição e do corpo social que se constituiu em torno desta.

Neste sentido, sabe-se que a construção de espaços memoriais constitui uma alternativa importante de preservação da memória de grupos sociais e é uma ferramenta de resgate da cultura social, política e institucional (GOMES, 2016). Além de estar relacionada à formação da identidade social, a memória é um objeto de disputa, de forma que, se interessa a todos, é essencial para a luta pelo reconhecimento de um grupo ou história (BARREIRA, 1999).

Apesar dos esforços empreendidos desde os anos 1980, a criação efetiva do espaço de memória da Escola de Enfermagem da UFMG ocorreu somente em 2006, como resultado dos movimentos anteriores à sua institucionalização, dos esforços coletivos da comunidade da Escola de Enfermagem e da expansão da sua estrutura física para a abertura e oferta do curso de graduação em Nutrição (SANTOS, 2018). Essa expansão permitiu que o CEMENF fosse sediado nas salas localizadas no primeiro andar do prédio da Escola de Enfermagem da UFMG, que pertenciam, até então, à diretoria da escola, passando a ocupar um espaço físico de cerca de 90m², apontado nas fotos 1 e 2.

Foto 1: Espaço de visitas e exposição do CEMENF. Fonte: CEMENF - UFMG



Foto 2: Espaço de co-working e pesquisas do CEMENF. Fonte: CEMENF - UFMG



O Centro de Memória da Escola de Enfermagem, desde a sua criação, em 2006, integra a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, completando, em 2023, 16 anos de história e trabalhos empreendidos pelas coordenações (Profa. Geralda Fortina dos Santos e a Profa. Rita de Cássia Marques - gestão 2006 a 2009; Profa. Rita de Cássia Marques - gestão 2009 a 2022; Profa. Fernanda Batista Oliveira Santos e a Profa. Tércia Moreira Ribeiro da Silva - gestão 2022 - atual).

Desde então, os acervos preservados permitiram o estudo e a produção de pesquisas no âmbito da graduação e da pós-graduação dos cursos de Enfermagem, Nutrição e de outros cursos da área da saúde. Além das pesquisas, o CEMENF envia esforços para cumprir com a máxima extensionista de criar vínculos com a comunidade interna e externa à Universidade Federal de Minas Gerais.

Nos últimos anos, o Centro de Memória da Escola de Enfermagem vem se consolidando como um espaço referência para a enfermagem do Brasil e da América Latina, em razão dos seus investimentos no ensino da história da enfermagem e da saúde. As capacitações de docentes e discentes da área, o incremento das mídias sociais e o fortalecimento das produções extensionistas e de pesquisa foram responsáveis pela projeção social e visibilidade do CEMENF.

3. O CEMENF e seu investimento em ações midiáticas: pontuações contemporâneas para a gestão do espaço

Em janeiro de 2019, a prática de receber grupos de estudantes para a visita do espaço do CEMENF foi sistematizada em um projeto de extensão denominado “Visita Mediada: o CEMENF de portas abertas”. Este projeto é fomentado pela Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, e oportunizou as visitas ao acervo, numa perspectiva de diálogo, ampliando as oportunidades de aproximações do público com a história da Escola de Enfermagem da UFMG, assim como a história da enfermagem, da saúde e da própria Universidade.

Até março de 2020, quando se iniciou a pandemia da COVID-19, o CEMENF recebeu mais de 1800 visitas presenciais pelo projeto. A partir de março de 2020, todas as atividades da Universidade foram suspensas como estratégia para mitigar a pandemia da COVID-19, o que motivou a criação do projeto de extensão “Visita Mediada”, que promoveu a virtualização dos seus processos e a oferta da visita tutorada ao acervo do CEMENF na modalidade virtual.

A capacitação virtual em História da Enfermagem, promovida em parceria com o Museu da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Associação Brasileira de Enfermagem, foi a primeira atividade virtual promovida pelo CEMENF. A capacitação, que ocorreu por meio de 5 *lives* durante os meses de abril e maio de 2020, objetivou a socialização dos conhecimentos em história da enfermagem pelos docentes da área. Mais de 130 professores de História da Enfermagem, profissionais ativos e estudantes, participaram da capacitação virtual, que possibilitou, ainda, o estabelecimento de metodologias ativas para o ensino de História da Enfermagem (ex.: jogos da memória, bingos e mãozinha bate-bate).

Diante dos resultados profícuos alcançados pelas capacitações virtuais em história da enfermagem, o CEMENF intensificou as atividades na sua rede social Instagram @ufmgcemenf. Esta rede social favoreceu o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre a história da enfermagem entre estudantes, professores e profissionais de todo o Brasil. Ainda hoje, o Instagram do CEMENF recebe virtualmente alunos e professores de outros estados brasileiros, além de ter promovido os primeiros passos para a internacionalização do projeto visita guiada, atendendo a Universidad del Bosque e Universidad Nacional (Bogotá/Colômbia), como representante da América Latina, e a Fundación Index (Granada/Espanha), como representante da Europa.

Na página do CEMENF no Instagram, são adotadas estratégias que oportunizam a criação de um canal de comunicação profícuo e favorável ao compartilhamento do conhecimento em História da Enfermagem, como: publicações para o *feed* e para os

stories, sendo esse último mais interativo, com enquetes e caixas de perguntas para os seguidores; disponibilização de um drive elaborado pela coordenação do projeto e pelos discentes - CEMENF UFMG INDICA - com sugestões de livros, filmes, artigos, documentários e outros materiais didáticos de qualidade. Este conteúdo, compartilhado por meio do drive, se estabeleceu como um repositório de boas práticas em história da enfermagem, referência para os pesquisadores da área.

Com 1500 seguidores ativos e mais de 280 publicações no *feed*, a rede social do Instagram @ufmgcemenf compartilha conteúdos pelo menos duas vezes por semana, sobre diversos temas, dentre eles: História da Enfermagem, o Curso de Enfermagem e a Universidade Federal de Minas Gerais. Essa iniciativa permitiu a troca de saberes entre estudantes e professores de diversas regiões do Brasil, fortalecendo o ensino em História da Enfermagem e oportunizando a visita virtual ao Centro de Memória.

Com a melhoria dos indicadores de saúde em Belo Horizonte, a UFMG deu início à retomada gradual e segura dos seus espaços, adotando estratégias para a acomodação gradual de alunos, servidores e professores. Na etapa 1, foi estabelecido teto de 20% de ocupação dos espaços físicos da universidade, sendo privilegiadas as atividades que não poderiam ser conduzidas no modo remoto. Neste momento, parte da equipe discente e de professores retornaram ao CEMENF para a preparação de materiais para a retomada da visita guiada de forma virtual e para que se fizesse uma revisão e atualização de material para as visitas virtuais. Assim, em 2021, o projeto de extensão retomou sua atuação principal.

Em agosto do mesmo ano, uma nova modalidade de visitas tutoradas teve início no espaço: as visitas guiadas para estudantes do ensino médio. Durante a atividade, algumas pautas importantes são abordadas, tais como: apresentação da UFMG, seus processos seletivos e curiosidades (como a assistência estudantil) sobre uma das melhores universidades federais do país e América Latina; apresentação do curso de enfermagem da UFMG, o melhor curso de graduação em enfermagem do país, e seus diferenciais; discussão sobre a carreira profissional de um enfermeiro; curiosidades históricas que retratam os quase 90 anos de tradição da Escola de Enfermagem da UFMG e apresentação do acervo do CEMENF-UFMG. Até o momento, o espaço já recebeu mais de 3 mil estudantes de mais de 15 estados brasileiros, além do Distrito Federal, em suas visitas guiadas.

Após traçar a trajetória que o CEMENF percorreu durante todo esse período, é notório, por meio do intenso intercâmbio com novas estruturas e corpo social ampliado, a importância de se ter um instrumento de gestão que seja capaz de orientar o espaço de forma estratégica, estabelecendo alguns conceitos, como: missão, valores, objetivos e diagnóstico situacional do espaço (IBRAM, 2021). À vista disso, em 2021, a pesquisadora do espaço (Profa. Fernanda Batista Oliveira Santos) assumiu, junto aos seus orientandos, uma atividade ofertada pela Rede de Museus e Espaços de Ciência e

Cultura de confecção de planos diretores para os espaços. A Diretoria da instituição foi favorável a essa participação, visto que o CEMENF começou a ser fortemente buscado pelos novos parceiros como modelo de espaço memorial da enfermagem que conduz atividades integradas.

4. Um plano museológico para o CEMENF: instrumento norteador de suas ações e gestão

Essa necessidade está alinhada a alguns marcos importantes referentes ao cuidado com o patrimônio cultural, dentre eles, a implementação da Política Nacional de Museus, em 2003, e a criação do Estatuto de Museus (LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009), em 2009. E, por meio do Estatuto, foi determinada a indispensabilidade da elaboração e implantação de um plano museológico (ALMEIDA, 2013). Estas iniciativas foram fundamentais para o impulsionamento de estratégias relacionadas à melhoria da gestão dos museus.

O plano museológico é uma ferramenta que auxilia na gestão das ações do museu e na salvaguarda dos acervos, sendo imprescindível sua elaboração e implementação (XAVIER, 2015). Nesse sentido, o CEMENF, após assumir essa condição de modelo e apoio a outros espaços de memória da enfermagem brasileira, e buscando atender a legislação vigente para museus, vem envidando esforços e desenvolvendo estratégias para se aproximar cada vez mais desta realidade.

Em 2021, a equipe do CEMENF, orientada pela Profa. Fernanda Batista Oliveira Santos, mobilizou-se para participar da atividade da Rede de Museus “Oficina para a elaboração de planos estratégicos para os espaços da Rede de Museus”, com o objetivo de desenvolver o Planejamento Estratégico do espaço e, posteriormente, unir esforços para a elaboração do plano museológico, com o apoio de um museólogo. Com o término previsto para março de 2023, o CEMENF já concluiu 3 das 7 etapas previstas ao longo do cronograma, incluindo atividades como: Importância do planejamento estratégico / Proposta de trabalho / Caracterização; Diagnóstico Geral; Plataforma conceitual e objetivos estratégicos.

A Rede de Museus da UFMG vem oferecendo suporte contínuo para a confecção dos planos dos espaços. O trabalho em rede com as etapas supracitadas já permitiu o alcance de resultados importantes para o direcionamento das atividades do espaço, a saber: o CEMENF não possuía instrumento de fundação. Realizou-se um trabalho integrado à diretoria da Escola de Enfermagem da UFMG para que o mesmo fosse reconhecido junto à egrégia congregação como espaço institucional desde o ano de

2006. Tal instrumento reforça a posição do CEMENF no organograma institucional com vinculação direta à Diretoria da Escola.

5. Considerações finais

A comemoração de 20 anos da Rede de Museus da UFMG é um marco memorável para o Centro de Memória da EEUFMG, uma vez que este espaço nasceu unificado a essa estrutura de suporte. Ao longo do ano de 2022, o CEMENF realizará os próximos passos previstos no cronograma da oficina para a elaboração de planos estratégicos, que prevê atividades relativas aos programas: institucional/gestão de pessoas/acervos; de exposições/educativo e cultural/pesquisa; e arquitetônico urbanístico/segurança/socioambiental/acessibilidade universal. E, finalmente, em 2023, o espaço encerrará as atividades com o programa de comunicação/financiamento e fomento.

O plano museológico almejado pela equipe do museu coroa toda essa história e aponta para novos tempos em um contexto de muitos aprendizados inovadores, tais como: pós-pandemia e virtualização do conhecimento. É desejável que o CEMENF faça, em rede pela Enfermagem e pela saúde, o trabalho que a Rede de Museus ofereceu a seus espaços nesse período de 20 anos.

Referências Bibliográficas

SANTOS, Geralda Fortina et al. A Enfermeira Carlos Chagas: alunas diplomadas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas no período de 1933 a 1950. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 8, n. 4, p. 475-482, 2004.

SANTOS, Fernanda Batista Oliveira. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas: projeto, mudanças e resistência - 1933-1950**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Fernanda Batista Oliveira. **A trajetória histórica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais: desdobramentos da federalização 1950-2004**. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CENTROS DE MEMÓRIA: MANUAL BÁSICO PARA IMPLANTAÇÃO. – São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 490p.

BARREIRA, Ieda de Alencar. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, 1999, p. 87-93.

EEUFMG. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.enf.ufmg.br/index.php/2016-06-27-17-09-21/nossa-historia>>. Acesso em: 18 de Maio de 2022.

UFMG CEMENF. Belo Horizonte, 8 abr. 2021. Instagram: @ufmgcemenf. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ufmgcemenf/>>. Acesso em: 8 de abril de 2022.

SANTOS, Fernanda Batista Oliveira. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas: projeto, mudanças e resistência - 1933-1950**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. **Plano Museológico - orientações para os museus**. Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/planos-museologicos-orientacoes-para-os-museus/plano-museologico-orientacoes-para-os-museus>>. Acesso em: 18 maio de 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 19 maio 2022. ALMEIDA, Cícero Antônio F. Plano museológico—marco de regulação da gestão museal no Brasil. *Gestão Museológica*, p. 27, 2013.

XAVIER, Janaina Silva. **PLANO MUSEOLÓGICO: Uma discussão para o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2015, 175p.

SANTOS, Fernanda Batista Oliveira. **A trajetória histórica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais: desdobramentos da federalização 1950-2004**. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.



O Centro de Memória da Odontologia e o projeto “Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos – Implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG”: parceria para a salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio científico-cultural universitário

**Maria Inês Barreiros Senna
Marcus Marciano Gonçalves da Silveira**

1. Centro de Memória da Odontologia: breve histórico

O Centro de Memória da Odontologia (CMO) foi criado em 2007, como parte das comemorações do centenário da Faculdade de Odontologia (FAO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Suas origens, entretanto, remontam à transferência da unidade acadêmica para a nova sede no campus Pampulha, ocorrida em 2000. Na ocasião, um pequeno grupo de professoras⁵⁵, considerando a possibilidade de perdas irreversíveis em decorrência da mudança de sede, realizaram importantes iniciativas ligadas à salvaguarda da memória institucional. As comemorações do centenário da Faculdade de Odontologia abrangeram diferentes atividades, como um baile de gala, lançamento de placa comemorativa, publicação de um livro⁵⁶, realização da exposição temporária “Caminhos da Nossa Escola” e a proposta de criação do CMO,

55. Professora Laura Helena Pereira Machado Martins do Departamento de Odontopediatria e Ortodontia e Professora Helenaura Pereira Machado Carvalhais e Professora Tulimar Pereira Machado Cornacchia, do Departamento de Odontologia Restauradora.

56. STARLING, Heloísa Maria Murgel; FURTADO, Júnia Ferreira; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves et. AL. (Orgs.). **Odontologia: história restaurada**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 207p.

que incorporou a seu acervo uma importante coleção particular doada pela família⁵⁷ de Affonsino Altivo Diniz, dentista prático atuante na cidade de Santa Luzia e região entre o final do século XIX e meados do século XX. Foram doados 33 objetos, restaurados posteriormente por equipe do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR) da Escola de Belas Artes da UFMG⁵⁸. A exposição de longa duração “Centro de Memória: Ciência e Cultura no Discurso da Odontologia” foi inaugurada em 25 de outubro de 2012⁵⁹, sob a curadoria da Professora Laura Helena Pereira Machado Martins e com projeto museológico⁶⁰ desenvolvido por professores da Escola de Belas Artes e do curso de Museologia da UFMG.

O CMO foi institucionalizado como órgão acadêmico e administrativo complementar da Faculdade de Odontologia em 2013 (Resolução nº 02/2013, de 30/09/2013, cap. III, art. 4º) e seu Regimento (Resolução nº 02/2017, de 27/10/2017) foi aprovado em 2017 pela Congregação. De acordo com o Regimento Interno, o CMO tem atribuições de museu, de núcleo de pesquisa e de centro interdisciplinar, devendo atuar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão sobre a memória e história da Odontologia.

O acervo museológico do CMO foi constituído por recolhimentos realizados por iniciativa da coordenação e doações feitas por professores, sem que houvesse, entretanto, uma política definida para aquisições ou descartes ou mesmo algum registro sistematizado sobre as procedências e as doações das peças. Além disso, em fevereiro de 2016, a sala utilizada como reserva técnica foi requisitada pela Direção da unidade e o acervo do CMO foi transferido, de forma desorganizada, para um depósito localizado na Biblioteca. Em março de 2016, a nova coordenação do CMO realizou uma análise situacional baseada em observação e comunicação pessoal⁶¹ que revelou que as ações de diagnóstico, organização, pesquisa, interpretação, recuperação, conservação e divulgação do acervo não estavam sendo realizadas de forma adequada.

A implementação de um programa de gestão do acervo com o objetivo de realizar a documentação dos distintos objetos de ciência e tecnologia, de ensino e outros que compõem o patrimônio científico-cultural da FAO-UFMG foi definida como eixo

57. A doação foi iniciativa da sua neta, Maria Cecília Diniz Nogueira, professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que também atuou de forma decisiva para a obtenção de financiamento para a restauração do acervo e sua posterior exibição.

58. Equipe composta por dezoito estagiários, sob coordenação do Professor Luiz Antônio Cruz Souza e especialistas em conservação-restauração Alessandra Rosado, Conceição França e Kleumanery Melo.

59. Maiores informações podem ser acessadas em CENTRO de Memória da Odontologia. **Catálogo Virtual da Exposição Permanente do Centro de Memória da Odontologia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/cmo/wp-content/uploads/2018/09/eBook-Centro-de-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

60. Foi viabilizado com recursos financeiros disponibilizados pela Reitoria da UFMG, na gestão do Prof. Ronaldo Tadêu Pena (2006 - 2010) com apoio da Pró-Reitoria de Administração e da Diretoria de Cooperação Institucional (COP). Na Faculdade de Odontologia, foi fundamental o apoio da Diretoria da Faculdade nas gestões do Prof. Ricardo Santiago Gómez (2004-2008) e do Prof. Evandro Neves Abdo (2009-2016).

61. Comunicação Pessoal. Professor Márcio Rodrigues, subcoordenador do CMO - gestão 2014-2016.

estruturante de ação do CMO. O objetivo desse trabalho é relatar parte das ações de salvaguarda realizadas a partir da adesão ao “Projeto de Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG”, decisão considerada estratégica diante das necessidades imediatas do espaço e da perspectiva, aberta pela iniciativa, de aquisição de licença e utilização de *software* específico para a documentação e gestão de acervos museológicos.

2. O Projeto “Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG” e a construção coletiva de uma política de salvaguarda para o patrimônio científico-cultural da UFMG

O desenvolvimento e a implementação de projetos articulados em rede que garantam a salvaguarda e a gestão adequada do patrimônio cultural, científico e tecnológico da UFMG começam pela obtenção de informações básicas a respeito do acervo museológico da universidade. O Comitê Internacional para a Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM) destaca como a qualidade do processo de musealização depende de toda a cadeia de procedimentos relacionados à documentação, uma vez que a função de salvaguarda não apenas exige a comprovação da legitimidade da custódia, como também dá suporte a todos os trabalhos de pesquisa e comunicação dos acervos.⁶² De acordo com o marco regulatório brasileiro, incorrem em “infração administrativa”⁶³ os museus e os processos museais que não possuem “documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”⁶⁴.

Com o intuito de apoiar os espaços na realização de inventários preliminares e na adoção de um sistema informatizado de documentação e gestão de acervos, esse projeto foi formulado e iniciado no âmbito dos GTs (Grupos de Trabalho) de Gestão da Informação e de Tratamento de Acervos do Núcleo Integrador da Rede de Museus, a partir de sua aprovação pelo Conselho Coordenador, em 2017. Desde então, vem realizando,

62. DECLARAÇÃO dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC/ICOM. São Paulo: Sec. de Estado de Cultura de São Paulo; Assoc. de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca/SP, 2014.

63. BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto n. 8.124**, de 17 de outubro de 2013.

64. BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 11.904**, de 14 de janeiro de 2009.

em parceria com as equipes dos espaços, além de inventários preliminares (que incluem fotografias de identificação, definição de vocabulários controlados e construção de sistemas de localização), a mitigação parcial de fatores de risco e a reorganização de reservas técnicas. Trata-se de trabalho essencial para a consolidação das políticas de acervo, pois precede a elaboração de planos de documentação e dá suporte à formalização de políticas de aquisição e descarte.

A iniciativa é um desdobramento do projeto “Diagnóstico das condições de inventariação e informatização dos metadados referentes ao acervo dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG”, realizado no âmbito do Edital PRPQ/PROEX para a Rede de Museus e concluído em fevereiro de 2016. O diagnóstico, efetuado em 2015-2016, constatou que diversos espaços integrantes da Rede de Museus “vêm realizando esforços de inventariação dos seus acervos arquivístico, museológico e bibliográfico, bem como de informatização dos metadados a eles referentes, em um processo que apresenta grande heterogeneidade de métodos e estágios de consolidação”⁶⁵. Com o objetivo geral de “implementar, nos espaços integrantes da Rede de Museus, procedimentos normalizados de gestão de acervos, de acordo com diretrizes reconhecidas internacionalmente”, o projeto contou com a adesão imediata de mais quatro espaços, além do CMO: Centro de Memória da Enfermagem, Centro da Memória da Engenharia, Centro de Memória da Veterinária e Museu de Ciências Morfológicas.

Contando com o apoio do GT de Tratamento de Acervos do Núcleo Integrador da Rede de Museus, o projeto teve início com a participação de sua equipe em diversas iniciativas de capacitação.

O curso “Documentação de Acervos Museológicos” foi realizado entre os dias 6 e 10 de fevereiro de 2017, na Escola de Ciência da Informação, como parte do projeto “Protocolos para documentação e gestão do Acervo Artístico da UFMG”. Além de bolsistas deste projeto, profissionais ligados à Rede de Museus foram convidados a participar da ação de capacitação. O curso, com a duração de 40 horas, foi ministrado pelos professores Ana Panisset (ECI-UFMG), Juliana Monteiro (Comitê para Desenvolvimento de Coleções-ICOM), Alexandre Leão (EBA-UFMG) e Giulia Giovani (EBA-UFMG), e abordou as seguintes temáticas: a) Introdução à documentação em museus; b) Implantando um sistema básico de inventário; c) Sistema de descrição/catalogação: campos de informação e terminologia controlada; d) Categorias de Informação do CIDOC; e) Manual de procedimentos: métodos e políticas de documentação; f) Fotografia para inventário; g) Marcação de objetos, manipulação e transporte de objetos, higienização de acervos.

65. Na ocasião, verificou-se que o CMO ainda não possuía inventariação sistemática dos seus bens culturais, havendo registro, com descrição completa, apenas das peças constituintes da exposição de longa duração, sem o uso de sistema informatizado. Cf. SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da et al. **Relatório final de pesquisa do projeto “Diagnóstico das condições...”**. Belo Horizonte, 2016. p.11-2. Não publicado.

Entre os dias 2 e 23 de agosto de 2017, o Professor Alexandre Leão (Escola de Belas Artes) ministrou também o curso “Fotografia Básica para Registro Inicial de Acervos”, no Laboratório de Preservação de Acervos da ECI. Com uma carga horária total de 12 horas, a iniciativa contou com a participação de bolsistas e colaboradores, incluindo a equipe do CMO.

No dia 22 de setembro de 2017, a Professora Giulia Giovani (Escola de Belas Artes) ministrou, por sua vez, o *Workshop* “Noções de manuseio, higienização e identificação de estado de conservação para o inventário básico”, com carga horária total de 3 horas, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. Foram abordadas noções sobre: 1) manuseio de acervos; 2) higienização de acervos; 3) equipamentos de segurança individual (EPI's) e 4) avaliação de estado de conservação. A iniciativa também contou com a participação da equipe do CMO.

Além de ofertar cursos de capacitação, a Rede de Museus adquiriu “kits” para a realização do inventário preliminar, incluindo equipamentos e materiais para proteção individual, manipulação, higienização básica, medição, identificação e registro fotográfico do acervo. Uma vez elaborados os instrumentos necessários para a realização do inventário preliminar previsto para esses espaços (planilha e manual de procedimentos), os trabalhos foram iniciados, com o apoio essencial da Pró-Reitoria de Extensão e da Pró-Reitoria de Pesquisa, por meio do Edital do Programa de Bolsas de Extensão da PROEX (Edital PBEXT) e do Edital de Bolsas de Iniciação Científica em interface com a Extensão para a Rede de Museus.

No **Centro da Memória da Engenharia**, têm sido realizados, desde 2017, a inventariação, higienização mecânica e acondicionamento adequado das peças de acordo com os materiais disponíveis na Reserva Técnica. Anteriormente, os objetos se encontravam em prateleiras, sem qualquer tipo de proteção. Para amenizar o problema do acúmulo de poeira, foram dispostos 14 armários de metal e 12 arquivos (obtidos por meio de doações da Faculdade de Letras e da Faculdade de Educação) para o acondicionamento das peças. Os novos armários e arquivos foram higienizados e forrados com uma camada de tecido TNT. Realizou-se também a reorganização da lógica de armazenamento do acervo, reunindo objetos com função e/ou material semelhante. Foram majoritariamente catalogados itens das áreas de Engenharia Eletroeletrônica e de Telecomunicações, por serem objetos de dimensões menores e possuírem local de armazenamento adequado tanto no segundo andar quanto na Reserva Técnica. No segundo andar do Centro de Memória, localizam-se a sala dos rádios, a sala dos telefones e a sala das balanças. Os objetos do acervo nestes espaços estão em exposição e a maioria se encontra protegida por vitrines ou estão colocados em prateleiras. Foi realizada a troca de identificação das peças, colocação do novo código de identificação e preenchimento de informações referentes ao inventário preliminar (numerações anteriores, identificação, dimensões,

estado de conservação e localização). Os trabalhos de fotografia do acervo ainda não foram iniciados.

No **Centro de Memória da Veterinária**, devido a obras realizadas na reserva técnica, os trabalhos do projeto se iniciaram apenas em junho de 2018. Foi realizada a higienização mecânica de todo o acervo museológico, localizado nas estantes e arquivos da reserva técnica. O acondicionamento foi feito simultaneamente com a limpeza e cobertura dos móveis com TNT. Os objetos foram reorganizados no espaço de acordo com sua tipologia de materiais, realocando-se os objetos mais pesados para facilitar o acesso. Entretanto, algumas ocorrências no interior da reserva, durante a pandemia de COVID-19, revelam que o acervo ainda não está em condições adequadas, já que objetos museológicos, em geral, tendem a ser sensíveis à umidade do ambiente. Os objetos higienizados ocupam cerca de oito armários e quatro arquivos de aço. No caso dos armários, o uso do TNT mostrou ser inadequado para uso prolongado em ambientes abertos e com grande umidade, tendo o material se deteriorado e contaminado parte dos objetos, o que demandará uma segunda etapa de higienização mecânica. Em 2022, foi iniciada a transposição do inventário preliminar para o sistema de documentação e gestão de acervos adotado pela UFMG. Os trabalhos de fotografia do acervo, por sua vez, encontram-se em fase de conclusão.

No **Centro de Memória da Escola de Enfermagem**, apesar das dificuldades relativas à falta de espaço físico, foi feita a reorganização da reserva técnica e a implementação de um sistema de localização. As peças foram higienizadas, numeradas, medidas e avaliadas de acordo com o seu estado de conservação. Além disso, foram identificadas, com o auxílio de vocabulários controlados. Verificou-se a necessidade de ampliação da área da reserva técnica, de maneira a permitir o acondicionamento adequado de peças de vestuário e objetos em madeira e a continuidade dos trabalhos de inventariação, incluindo a execução do registro fotográfico do acervo.

No **Museu de Ciências Morfológicas**, foi consolidada planilha contendo dados já catalogados referentes ao acervo e firmada parceria com o Professor Alexandre Leão (Escola de Belas Artes), visando à realização de fotografias de documentação.

No dia 19 de março de 2019, coordenadores, servidores e bolsistas dos espaços da Rede de Museus assistiram à apresentação realizada pelo Professor Fernando Cabral, diretor-geral da empresa “Sistemas do Futuro”, a respeito do software de gestão de acervos “In Arte”, adotado pelo Setor de Acervos Artísticos da Diretoria de Ação Cultural e recomendado para o restante dos espaços integrantes da Rede de Museus. Na oportunidade, a Professora Ana Panisset apresentou o trabalho já desenvolvido naquele espaço, utilizando a plataforma citada. Foram destacadas questões concernentes à normalização dos procedimentos, notadamente a importância da utilização sistemática de terminologias e vocabulários controlados para se garantir a qualidade da recuperação de informações em bases de dados informatizadas. Ainda no primeiro semestre de 2019, realizou-se a

compilação de uma listagem de terminologias a serem compartilhadas pelos espaços da Rede de Museus, contendo mais de 4700 termos extraídos do “Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa”⁶⁶ e do “Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros”⁶⁷.

3. A inventariação preliminar do acervo do CMO

No período imediatamente anterior ao início das atividades do projeto “Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG”, o acervo não exposto do CMO – composto por objetos museológicos e material bibliográfico e arquivístico (incluindo fotografias) – se localizava em situação precária no depósito da biblioteca da Faculdade de Odontologia.

A princípio, foi realizada a higienização e o reordenamento do mobiliário disponível, de maneira a possibilitar a realização do trabalho de inventariação do acervo museológico. Em seguida, efetuou-se a higienização mecânica e o reacondicionamento da coleção de quadros e pinturas (composta por 44 itens), com a orientação e o apoio da equipe do Acervo Artístico da UFMG. O acervo bibliográfico e arquivístico passou pelo mesmo processo.

É importante destacar que o material fotográfico recebeu tratamento especializado, com o apoio discente do percurso de papel do curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis da Escola de Belas Artes.⁶⁸ Após a aquisição de materiais adequados (Poliéster e papel Filifold) pelo CMO, foram confeccionadas caixas e jaquetas utilizadas na proteção das fotografias. Ao final do processo, elaborou-se, ainda, um manual que especifica os materiais e as etapas do trabalho.⁶⁹

Seis pinturas do acervo de retratos de ex-diretores e personalidades políticas também passaram por um processo de restauração, com o apoio do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da EBA/ UFMG, por meio da disciplina “Restauração Pictórica”.

O inventário preliminar foi iniciado, compondo listagem em planilha eletrônica com a informação considerada inicial sobre os objetos (numeração atual e numerações prévias, identificação/designação, dimensões, estado de conservação, localização, nomes

66. Disponível em: <http://thesauronline.museus.ul.pt/> Acesso em: 19 maio 2022.

67. Disponível em: <http://www.tesaumuseus.com.br/> Acesso em: 19 maio 2022.

68. Os procedimentos foram realizados sob a orientação do graduando Maycon Felipe Amaral.

69. Cf. CARVALHO, Karine Cássia de Melo. **Procedimentos para acondicionamento de fotografias**. Belo Horizonte, 2019. Não publicado.

de arquivos das respectivas fotografias, nome do responsável pela inventariação e notas de caráter geral). Para possibilitar a correta identificação de objetos, foi selecionada uma bolsista da área de Odontologia, uma vez que a designação dos objetos requer, em muitos casos, pesquisa minuciosa sobre materiais odontológicos em diversas fontes (livros, catálogos de equipamentos, instrumentos e produtos odontológicos, catálogos e bases de dados de espaços custodiadores de acervos congêneres etc.). A Rede de Museus também montou um *set* para o registro de imagens do inventário preliminar do acervo museológico do CMO, no qual foram realizadas mais de 1.600 fotografias.

Com a conclusão do inventário preliminar, passou-se à etapa final prevista pelo projeto, que consiste na implementação e utilização – pela equipe do CMO – do sistema integrado de informação a respeito do patrimônio científico-cultural da UFMG.

4. O acervo do CMO e o projeto-piloto de uso da plataforma digital de gestão do patrimônio científico-cultural da UFMG

Com a paralisação das atividades presenciais em decorrência da pandemia de COVID-19, os esforços foram concentrados na execução do projeto-piloto de auditoria e migração de dados do inventário preliminar concluído no Centro de Memória da Odontologia para o Sistema de Gestão de Acervos Museológicos “In Arte”⁷⁰, em parceria com a Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Diretoria de Ação Cultural.

A expectativa é de que seja formalizada, em breve, a composição de um Comitê Gestor responsável pela normalização dos procedimentos referentes à utilização do sistema informatizado adotado pela UFMG. Como resultado das primeiras articulações entre os responsáveis atuais pela utilização da plataforma, a compilação de terminologias a serem inicialmente compartilhadas pelos espaços da Rede de Museus no campo de designação de objetos, contendo mais de 4500 termos, foi inserida no sistema. Em seguida, o projeto-piloto para a definição de rotinas de controle de terminologia e para a auditoria/migração de metadados e multimídia (fotografias) foi iniciado a partir do inventário preliminar realizado no CMO.

Contando, atualmente, com 502 objetos e 28 conjuntos de objetos – o que representa quase a totalidade do acervo – a primeira etapa de população do banco de dados possibilitará ao CMO e à Faculdade de Odontologia da UFMG a adoção de rotinas em conformidade com os protocolos museológicos de salvaguarda e gestão do seu acervo.

70. Com a adesão do Museu de História Natural e Jardim Botânico ao sistema, foi possível ampliar a licença do “In Arte” para o uso de módulos adicionais referentes a outras tipologias de acervo, instalando-se o sistema “In Patrimonium” para a documentação e gestão do acervo museológico da UFMG.

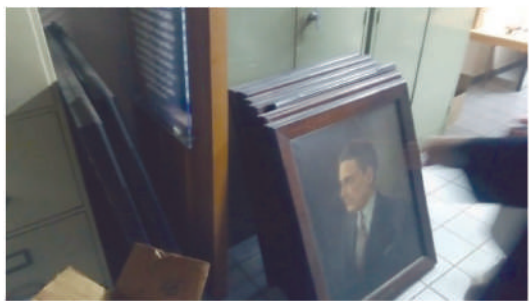
Além disso, favorecerá sensivelmente o desenvolvimento de pesquisas e a comunicação da ciência e da tecnologia, ao permitir o compartilhamento, por meio da Internet, das informações colhidas, incluindo o tesouro odontológico desenvolvido a partir dos trabalhos de identificação.

Tendo em vista os avanços relatados, acreditamos que a elaboração e efetivação do programa de acervos, parte essencial do planejamento estratégico do CMO para os próximos anos⁷¹, têm sido bastante favorecidas pela parceria com a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura, responsável pela coordenação do projeto ora exposto. Destaca-se, todavia, o grande desafio a ser enfrentado não apenas pelo CMO, como também pelos demais espaços envolvidos nesta iniciativa: implementar e garantir a permanência de equipes próprias responsáveis pelas rotinas de gestão de acervos, subsídio essencial a todos os trabalhos de salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio científico-cultural da UFMG.

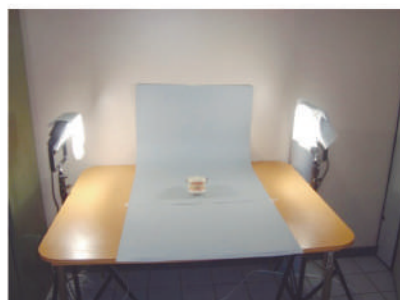
71. O acervo arquivístico do CMO está armazenado no depósito da Biblioteca e ainda não foi inventariado. Projeto de tratamento desse acervo será realizado sob a orientação da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG (DIARQ/UFMG). A custódia do acervo arquivístico da Faculdade de Odontologia é da Superintendência Administrativa e existe também uma Comissão de Arquivos na unidade. Em 2021, o CMO também aderiu ao Projeto “Diagnóstico e planejamento estratégico para o aprimoramento da Gestão de Riscos em espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG”, que será conduzido pela Rede de Museus visando “identificar, reduzir e bloquear riscos referentes à integridade física do patrimônio científico-cultural dos espaços da Rede de Museus, favorecendo o planejamento de medidas preventivas, de controle e de respostas a eventos emergenciais e potencializando a definição estratégica de ações, prioridades e alocação de recursos com relação ao conjunto de acervos, equipamentos e edificações de espaços da Rede de Museus”.

Imagens (fotografias dos autores)

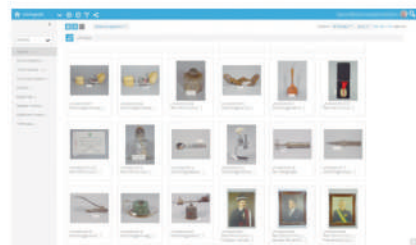
a) Situação anterior (depósito da Biblioteca da Faculdade de Odontologia)



b) Equipes em ação



c) Resultados



Referências Bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto n. 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

DECLARAÇÃO dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC/ICOM. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da, MARQUES, Rita de Cássia, SANTOS, Talita Leal, SERPA, Frederico Henrique Silva. **Diagnóstico das condições de inventariação e informatização dos metadados referentes ao acervo dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG**. Belo Horizonte: Rede de Museus da UFMG, 2016. 21 p. (Relatório Final de Pesquisa).

SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido / Collections Trust. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

STARLING, Heloísa Maria Murgel; FURTADO, Júnia Ferreira; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves et. al. (Orgs.). **Odontologia: história restaurada**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 207p.

Centro de memória da farmácia da UFMG: história de formação e atuação profissional

**Gerson Antonio Pianetti
Lucinéia Maria Bicalho**

1. Introdução

A história da Farmácia coloca em evidência a importante contribuição dessa ciência no desenvolvimento social, por meio da promoção da saúde dos indivíduos e da colaboração no desenvolvimento da pesquisa científica, bem como na promoção da educação formal e informal. No Brasil, a atuação dos profissionais e estudiosos da área, ao longo da história do país, mostra o contributo da área na formação da nação, que extrapola o exercício da profissão, mesclando sua atuação ao desenvolvimento social, econômico e político nacional.

O Centro de Memória da Farmácia - CEMEFAR, criado na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, tem como principal linha de atuação a salvaguarda da história e da memória da Farmácia no Brasil e da história da formação acadêmica oferecida pela Faculdade de Farmácia da UFMG, há mais de um século. Para tanto, promove estudos e pesquisas em seu próprio acervo histórico arquivístico e museológico, que documentam a cultura material e imaterial que dão visibilidade e suporte à história da área, na UFMG. São também utilizadas outras formas de pesquisa e estudos em fontes secundárias, que ajudam a ampliar o contexto e contar a história da promoção da saúde e da contribuição na formação social do Brasil dada pela área da Farmácia. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no Cemefar movem-se entre a história da ciência e da farmácia, entre a sociologia e a política, entre a ciência da informação e a museologia e entre o ensino e a pesquisa, e têm, na extensão, um importante campo de atuação para a divulgação das ciências, em geral, e da ciência farmacêutica, em particular.

Pretende-se, pois, neste capítulo, apresentar os principais aspectos que compõem a história do Cemefar/UFMG, instituição que integra a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, e registrar algumas de suas ações, desenvolvidas desde 2011, ano de sua criação, e os produtos delas resultantes. Serão abordadas ações educativas, no ensino e na extensão, além da singularidade na condução de seu funcionamento, o que marcou e influenciou a trajetória da instituição. Também será objeto de reflexão, neste

capítulo, a necessidade de constantes adaptações acadêmicas curriculares para atender ao intenso desenvolvimento das ciências, em todas as áreas de conhecimento, e em especial na área da saúde e da produção de fármacos, cujos procedimentos, descobertas e inovações provocaram grandes avanços da profissão.

2. História da Farmácia

A história da farmácia é milenar. Citada em Eclesiástico 38; 4-8, é também referenciada nas Tábuas Suméricas encontradas na Mesopotâmia no século XIV a.C., que descreviam fórmulas farmacêuticas que tentavam a cura. Os avanços científicos foram ganhando os tempos, passando pela China (2700 a.C.), onde o Imperador Shen-Nong demonstrou em seu próprio organismo as reações antídotos de várias preparações farmacêuticas, deixando importante obra sobre o uso de plantas medicinais intitulada *Pen Ts'ao* (A Grande Fitoterapia), até se chegar a Hipócrates (377 a.C.), o mais célebre médico da antiguidade e o iniciador da observação clínica que negava os poderes curativos dos deuses e procurava as explicações para as doenças no mundo que os cercava e não nos deuses. Hipócrates ensinava que o médico deveria observar cuidadosamente o paciente e registrar os sintomas da doença passando ao tratamento por meio de remédios preparados pelo farmacêutico.

Segundo Edler (1996), a história da farmácia, no Brasil, remonta ao período colonial e contou com grande contribuição do conhecimento dos índios brasileiros e dos europeus: “se os bárbaros” se renderam a muitas técnicas e medicamentos trazidos da Europa, também os “cientistas” se surpreenderam com a potencialidade medicinal da flora brasileira, e com a maneira perspicaz e eficaz com que pajés e/ou curandeiros a manipulavam” (EDLER, 1996, p. 18). A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, impulsionou a criação dos primeiros centros de estudos científicos, tendo sido criada, neste mesmo ano, a *Escola de Medicina da Bahia* e a *Escola de Medicina, Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro* (EDLER, 2006). Esses três centros científicos permaneceriam na vanguarda da ciência médica nacional até a promulgação da primeira Constituição Republicana do Brasil, e a consequente proposta de um sistema educacional descentralizado, que resultou na instauração do curso de Farmácia em outros estados (FIGUEIREDO, 2005). A Farmácia seria reconhecida como ciência, no Brasil, em 1832, quando foram instituídos cursos junto às Faculdades de Medicina já existentes, com duração de três anos. Em Minas Gerais, alguns anos mais tarde, em 1839, foi criada pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais a primeira Escola Livre de Farmácia, na cidade de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais.

Os estabelecimentos farmacêuticos ou as antigas boticas tinham como responsáveis a figura de uma pessoa que salvava vidas e mitigava as dores. A partir do início do

século XIX, a produção industrial de medicamentos, em maior escala, pelos laboratórios farmacêuticos acabou por transformar cada vez mais os estabelecimentos em espaços de mero comércio varejista, afastando as possibilidades de agregação social existentes (EDLER, 2006).

Nesse contexto, o saber farmacêutico também precisou se adequar e as universidades passaram, cada vez mais, a ser responsáveis pela formação técnica do profissional de farmácia. Observa-se, historicamente, um processo de transformação do ofício dos antigos boticários em farmacêuticos modernos no Brasil, transformando a farmácia em um campo de conhecimento científico.

Com essa carga histórica, foi criado o Curso de Farmácia na recém-inaugurada Belo Horizonte, capital das Minas Gerais, em 1911. A profissão, já àquela época, gozava de interesse público nacional e era reconhecida como de nível superior, tendo colocado no mercado nomes de peso nas ciências da saúde. Em Belo Horizonte a Escola de Odontologia e Pharmacia passa a formar profissionais na área específica da saúde contribuindo, também, na formação literária e política de seus jovens alunos, alguns dos quais vieram, mais tarde, a registrar seus nomes no panteão da própria história brasileira, como seus expoentes Carlos Drummond de Andrade, Helena Grecco, Aluísio Pimenta e José Elias Murad, dentre outros.

A criação da atual Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG tem em seu pilar a Faculdade de Farmácia, associada a outras unidades de ensino, bases fundamentais em sua constituição, em 1927. Posteriormente, na reconfiguração das universidades federais brasileiras, em 1968, a Faculdade de Farmácia se viu obrigada a prescindir de parte de seu acervo histórico, cultural e material por ocasião da política nacional de criação de Institutos Básicos nas principais universidades federais do Brasil, para onde não somente grande parte desse acervo foi transferida, assim como alguns de seus brilhantes professores e pesquisadores. Contudo, importantes peças da cultura material do fazer farmacêutico e algumas obras raras da literatura na área foram preservadas na Unidade, além de importante arquivo histórico, que hoje integram o acervo do Cemefar.

Em 2004, com a mudança da sede da Faculdade do seu prédio no Bairro Santo Agostinho, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, para o Campus da Pampulha, teve início importante movimento de recolhimento e recuperação de diversos equipamentos, utensílios e outros objetos que não estavam mais sendo utilizados por professores ou nas pesquisas científicas em laboratórios de pesquisa ou de ensino. Estes objetos foram cuidadosamente resgatados pelos professores Gerson Antônio Pianetti e Jane Maciel de Almeida Baptista, então dirigentes da Unidade e, naquele cenário, resguardados da melhor forma possível, já antevendo a criação de um centro de memória. Outro tipo de material “inútil” condenado ao descarte e que foi resgatado pelos dirigentes foram os documentos de alunos que ali passaram nas décadas de vinte, trinta, quarenta, principalmente. Esse importante conjunto ficou armazenado por uma década para que,

em oportunidade futura, pudessem ser estudados e expostos ao público em um espaço dedicado à história das ciências farmacêuticas. Dentre documentos e objetos resgatados, foram encontrados instrumentos e equipamentos utilizados em históricas pesquisas científicas, fotos, registros de reuniões e outros atos administrativos da instituição, além de matrículas, atestados, exames de admissão, provas e outros documentos de estudantes que se tornaram ilustres figuras da sociedade brasileira.

A posse deste material exigia a responsabilidade de seu acondicionamento adequado para a sua preservação e a necessidade de tratamento ao conjunto de itens, a fim de possibilitar sua extroversão ao público como forma de difundir a história da farmácia e a memória da Faculdade de Farmácia da UFMG, com o objetivo de promover e incentivar a pesquisa sobre este importante campo de atuação profissional, que teve e tem papel de destaque na constituição da sociedade brasileira e da promoção de sua saúde.

3. Criação do CEMEFAR/UFMG

Para ser considerado patrimônio cultural, a sociedade deve atribuir aos objetos valores culturais que indiquem serem merecedores de preservação. Segundo Granato e Lourenço (2013), à medida que a sociedade evolui, novos valores são atribuídos a “novos patrimônios”, que surgem ampliando a diversidade e a representação do patrimônio cultural como um todo. O valor atribuído ao patrimônio cultural universitário é resultado, portanto, do reconhecimento dos membros de uma determinada comunidade acadêmico-científica de sua importância para o saber construído em áreas específicas do conhecimento científico e tecnológico. Seus membros comungam valores próprios da universidade como um todo, mas desenvolvem, internamente, valores e formas de convivência próprios de cada disciplina ou campo científico (BICALHO, 2018).

Assim sendo, os centros de memórias têm origem na intenção de certas pessoas de valorizar a história e a memória de grupos e instituições das quais fazem parte, ou seja, de valorizar o patrimônio cultural de um determinado grupo. Normalmente, atuam por meio da salvaguarda e exposição pública de “acervos institucionais e pessoais que representam experiências vividas por uma organização ou grupo específico, com os objetivos de preservar a memória, garantir sua transmissão e organizar fontes para o surgimento de novos conhecimentos” (BICALHO, 2011, p. 18).

No âmbito das instituições de ensino superior, esses “espaços de memória”, físicos e virtuais, se dedicam à preservação de acervos materiais e imateriais relacionados aos processos e produtos de pesquisa e à formação de profissionais em disciplinas ou áreas específicas. Eles objetivam divulgar informações sobre determinado campo da ciência e acabam retratando “a diversidade dos olhares, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura. A memória é ali tratada

como uma forma de fortalecer a identidade cultural de grupos que se reconhecem em determinados fazeres ou acontecimentos que fizeram parte de sua história. São procedimentos e usos comuns de determinados instrumentos, utensílios, práticas, metodologias e teorias que, conjuntamente, formam classes de pesquisadores e profissionais capacitados para determinadas funções na sociedade.” As formas de convivência social desenvolvidas pelo grupo formam memórias comuns que também interferem na formação profissional e pessoal das comunidades acadêmico-científicas (BICALHO, PIANETTI, 2017, p. 1425).

Ressalte-se que a preservação dos acervos universitários tem sido cada vez mais considerada, em nível mundial, estando ocorrendo, segundo Julião (2015), uma tomada de consciência da importância de se defender coleções e museus universitários, cabendo à universidade a responsabilidade de assegurar a proteção de suas coleções para usufruto no presente e no futuro, tanto da comunidade interna como do grande público.

Seguindo essa tendência, o Centro de Memória da Farmácia – Cemefar foi aberto ao público em agosto de 2011, por ocasião das comemorações do centenário de criação do Curso de Farmácia na UFMG, ocorrido em 27 de agosto de 1911. A pesquisa científica esteve na base de toda a trajetória e definiu, em grande parte, o funcionamento posterior do Cemefar, que se manteve voltado à exploração de seu acervo, com ênfase na história da Faculdade e da área da Farmácia, base para o desenvolvimento das atividades de ensino.

Durante o período que antecedeu a abertura do espaço de memória, em 2011, o Professor Pianetti, em parceria com o Grupo Scientia, que se dedica à pesquisa em História das Ciências, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG), submeteu projeto de pesquisa a uma chamada nacional dirigida às Instituições Federais de Ensino Superior, dentro do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES, tendo sido aprovada bolsa de pesquisa institucional, que tinha, entre outros objetivos, reforçar com qualidade as “atividades de ensino e orientação nos níveis de graduação e pós-graduação”, “potencializar a pesquisa científica” e “oportunizar, a jovens doutores, experiência acadêmica em pesquisa, desenvolvimento, orientação Acadêmica e inovação”. Assim, as atividades do Cemefar tiveram início concomitantemente ao projeto de pesquisa, intitulado *Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais: 100 anos de uma história em Movimento*, cujo desenvolvimento está a ele associado. O projeto contou com a participação de pesquisadores da área da História e da Farmácia como supervisores e teve como objetivo principal analisar a trajetória institucional da Faculdade de Farmácia da UFMG, sob um prisma histórico-social, isto é, valorizando sua contribuição acadêmica no contexto social em que está inserida. Como consequência, esperava-se, também, instigar a reflexão da instituição sobre seu dever, sua memória, ou, em uma palavra, sua própria historicidade, envolvendo elementos sociais, políticos e científicos próprios das pesquisas da história das ciências.

Figura 1 – Coleção de vasos de porcelana do acervo museológico do Cemefar.
Fonte: Foto institucional



A montagem da exposição de longa duração, em 2011, marca o início das atividades do Cemefar, que contava com espaço de reserva técnica e um rico acervo arquivístico histórico a explorar, que já havia sido organizado anteriormente. As atividades do projeto de pesquisa tiveram início pouco tempo depois, em abril de 2012, sob a supervisão do Prof Gerson Pianetti e da Profa. Betânia Figueiredo, coordenadora do Grupo Scientia, tendo como bolsista a Dra. Irene Nogueira de Rezende, que permaneceu até março de 2012. Durante este período, foram iniciadas as atividades no espaço físico destinado ao Centro de Memória e estabelecida a presença da pesquisa entre suas atividades, o que resultou no desenvolvimento de pesquisa e sua publicação como artigo científico e na forma de apresentações de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais. No período seguinte de vigência da bolsa, de abril de 2013 a novembro de 2016, a Doutora em Ciência da Informação, Lucinéia Bicalho, deu sequência ao trabalho iniciado e à pesquisa, ampliando os esforços com vistas a uma gestão que garantisse a manutenção do Cemefar e aumentasse sua participação na comunidade acadêmica e a divulgação da Farmácia, externamente.

4. Gestão participativa e interdisciplinar

Como resultado da pesquisa de pós-doutorado, no primeiro ano do projeto, foi feita e relatada pesquisa a partir da área de História, que já mostrava a vocação interdisciplinar do Cemefar, cujos resultados foram publicados sob o título “Literatura, História

e Farmácia: um diálogo possível”, em periódico da área de Farmácia, em 2015, pela pesquisadora bolsista (REZENDE, 2015). Na sequência, o Cemefar passou a contar também com a perspectiva da Ciência da Informação, especialmente do campo da Gestão da Informação, e da Museologia, área esta fundamentada nos ensinamentos da chamada Nova Museologia, surgida na década de 1980, quando os museus passaram a ser inseridos no movimento pela democratização da cultura, com grandes alterações em seu papel e a transformação de suas atividades em objeto de reflexão teórica e política (DUARTE, 2003). Segundo a autora, tais mudanças transformaram o museu em um instrumento de aprendizagem e animação sociocultural permanente, articulado com as histórias das pessoas, para além de suas coleções. Também foram aplicadas, na prática, as teorias acerca das práticas interdisciplinares, surgidas na segunda metade do século XX, no âmbito das ciências, com reflexos muito positivos devido ao surgimento de novas formas de abordar questões importantes que exigem o emprego de mais de uma perspectiva para análise ou solução de problemas. As abordagens normalmente denominadas multi, inter e transdisciplinar apontam, nesta sequência, para uma espécie de “*continuum*” que avança em relações cada vez mais profundas e intrínsecas das disciplinas envolvidas, conforme diz Pombo (2004). Além desses campos conceituais básicos, fizeram parte da constituição e do desenvolvimento do Cemefar, conhecimentos oriundos de diversas áreas específicas, por meio de profissionais formados e estudantes das áreas de farmácia, história, biblioteconomia, museologia, arquivologia e letras.

Desde a criação do Cemefar, houve intensa colaboração e apoio da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG (que intermediava as relações com a administração central da Universidade, especialmente com as Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão) e de outras instituições, como o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF/MG), a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag) e o Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para fins Industriais do Estado de Minas Gerais (Sindusfarq).

A partir de 2013, as atividades do Cemefar foram intensificadas, tendo como resultado um aumento significativo no número de submissão de projetos e obtenção de bolsas de extensão, de iniciação científica e de estágios de graduação, sempre privilegiando a formação interdisciplinar da equipe, com estudantes advindos dos cursos de História, Farmácia, Museologia, Biblioteconomia e Letras, que se engajavam em projetos específicos, mas sem perder a perspectiva interdisciplinar, com o envolvimento em todas as atividades desenvolvidas, de forma colaborativa. O intenso e coordenado trabalho tornou possível várias realizações, como, por exemplo, a pesquisa, preparação e montagem de três exposições museológicas, além de estudos que resultaram na publicação de capítulos de livro, artigos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais e várias participações em eventos acadêmico-científicos locais.

Na busca da promoção da história e da memória, vários projetos de pesquisa e extensão foram desenvolvidos e executados. A divulgação científica foi intensificada por meio da criação de *site* hospedado no portal eletrônico da Faculdade de Farmácia e páginas em redes sociais com alimentação periódica de conteúdos produzidos no Cemefar e divulgação de atividades, fortalecendo, assim, a comunicação com públicos variados e aumentando a visibilidade do Cemefar até onde a Internet podia alcançar. Localmente, foram desenvolvidas diversas formas de promover o aumento da visitação externa e interna à Faculdade e à UFMG, tais como uma apresentação semestral aos calouros e visitação deles ao Centro, em colaboração com disciplina curricular obrigatória. No campo das ações voltadas a escolares de nível fundamental e médio, as atividades criadas foram executadas dentro do projeto aprovado pelo CNPq intitulado “Circuito das Vocações”, juntamente a outros três espaços, sob a coordenação da Rede de Museus.

A administração do Centro, como um todo, buscava fortalecer sua participação em órgãos internos da administração universitária, em busca de oportunidades de novas parcerias. O baixo valor orçamentário sempre foi um fator limitador à manutenção e promoção do acervo com qualidade e expressividade, o que, normalmente, ocorre na gestão das instituições de ensino no Brasil. Entretanto, a Direção da Faculdade de Farmácia, à qual o Cemefar é submetido diretamente, soube entender a importância de resguardar a memória para a construção e permanência institucional, e por isso, sempre apoiou o trabalho desenvolvido no Cemefar, oferecendo as condições de manutenção básica que garantem parte de seu funcionamento, além de outros suportes em momentos de maior necessidade, o que permitiu que se mantivesse aberto à visitação pública.

5. Principais Atividades

A condução das atividades ligadas a qualquer tipo de memória exige, particularmente, a participação de profissionais conhecedores dessa arte, com formação e competência. Ao contrário, a falta de profissionais de diversas áreas específicas, a alta rotatividade de bolsistas, profissionais em formação, torna o trabalho muito difícil. Essa grande dificuldade, presente no trabalho desenvolvido no Cemefar, foi amenizada pela presença constante das bolsistas de pós-doutorado, especialmente no período em que havia alguém com formação em Gestão da Informação e do Patrimônio Histórico e Cultural. Todo o arcabouço de conhecimento teórico e aplicado foi utilizado, no período de três anos, também na reformulação das ações do Cemefar, junto à Coordenação, para criação de um espaço dinâmico, com oferta de fruição e interpretação visual aos visitantes, possibilidades de realização de atividades técnicas e científicas, voltadas para a formação de estudantes de graduação e para o fortalecimento das relações com a comunidade local e com a classe farmacêutica em geral. A ausência dessa profissional, após três anos de

atividades, levou a uma grande e progressiva perda das atividades que garantiam o funcionamento pleno do Cemefar, causando enorme prejuízo à continuidade de suas ações.

Como resultado do período de grande atividade do Cemefar, houve a realização de exposições temáticas, publicações científicas e participações em diversos espaços, incluindo uma expressiva repercussão em mídia impressa e eletrônica, local e nacional, e em redes sociais. Internamente, a exposição de longa duração foi reformulada, a reserva técnica reorganizada e a documentação das peças em exposição completamente atualizada. Foram criadas várias atividades educativas e de pesquisa sobre o acervo arquivístico. Foram estabelecidas importantes parcerias, dentre as quais com a Biblioteca da Faculdade de Farmácia, não apenas no trabalho de catalogação do acervo bibliográfico, mas também na instalação de um espaço denominado “Biblioteca de Memória” em suas dependências; com o Setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária, a parceria levou a higienizações de importantes obras do acervo histórico do Cemefar. Além disso, e talvez um dos principais aspectos positivos do trabalho realizado, foi o caráter de formação dos bolsistas e estagiários que colaboravam de forma intensa entre si, sob a orientação da bolsista de pós-doutorado, desempenhando tarefas fundamentais ao funcionamento do Centro e à formação de suas competências profissionais e pessoais.

Para enumerar algumas das atividades desenvolvidas, desde a criação do Centro, citam-se, a seguir, algumas exposições realizadas, os principais trabalhos publicados, além de dados, informações e curiosidades que marcaram alguns momentos da história, de mais de uma década, do Cemefar/UFMG.

6. Exposições

A exposição de longa duração do Cemefar foi inaugurada em 2011, por ocasião da abertura de seu espaço, em 2010, com acervo organizado em duas grandes temáticas: o ofício do farmacêutico, com instrumentos para diagnóstico de doenças, produção, controle e dispensação de medicamentos; a pesquisa científica, composta por aparelhos eletrônicos, microscópios, espectrofotômetros e polarímetros, além de itens que se encaixam nas duas temáticas, como as vidrarias e os instrumentos de aquecimento de substâncias, como bicos de Busen e banho-maria.

“A Essência da História da Faculdade de Farmácia/UFMG” foi a primeira exposição de curta duração, realizada com objetivo primeiro de estabelecer o diálogo com a comunidade da Faculdade, mostrando que a maior razão de o Centro existir é a valorização da própria história, que ultrapassava seus 100 anos de atividades de formação acadêmica e profissional e sua participação na vida social e política da UFMG e da sociedade em geral. As imagens reproduzidas nos painéis instalados no hall de entrada da Faculdade, à

porta de entrada também do Cemefar, foram selecionadas a partir do acervo fotográfico Faculdade e retratam e documentam aspectos importantes da trajetória da instituição e de seus personagens, em torno dos seguintes conjuntos temáticos: “Moradias”, ilustrada com todas as sedes por onde trafegou o curso, “Eventos socioinstitucionais” ocorridos, “Formação acadêmico-profissional” oferecida, “Memória pelos Objetos” utilizados no ensino e na pesquisa, “Memória pelas Produções Bibliográficas” de livros raros ou de grande valor histórico, e “Destaques na História”, fatos escolhidos pela sua expressividade na história da Faculdade. A exposição teve grande número de visitantes, e inseriu o Cemefar no contexto da Faculdade de Farmácia.

Um fato curioso e que gerou desdobramentos posteriores, foi o reconhecimento de um estudante do curso, na década de sessenta, durante visita espontânea e casual de uma de suas filhas, gerando grande surpresa e contentamento. O então estudante, que fora do Diretório Acadêmico, se transformou em um profissional de sucesso, com grande rede de laboratório de análises clínicas no interior de Minas Gerais, deixando vários descendentes farmacêuticos.

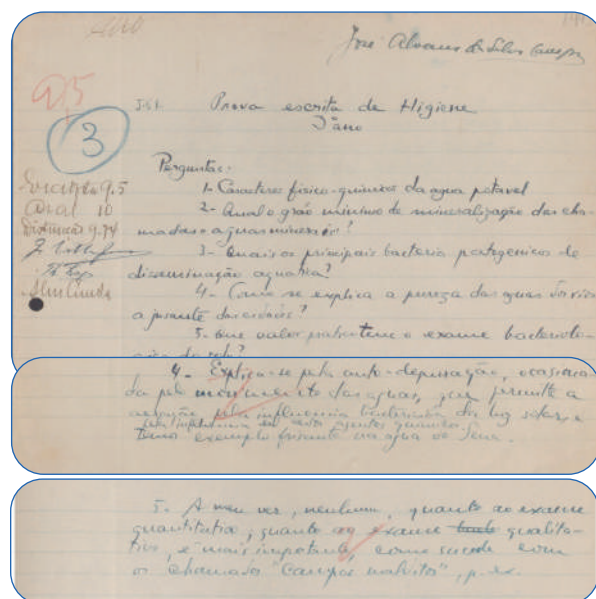
Contudo, a exposição que alcançou maior sucesso foi, sem dúvida, “Drummond, Alquimia Poética”, realizada entre 16 de novembro de 2015 e 06 de fevereiro de 2016, que homenageava o poeta brasileiro, farmacêutico e que frequentou o Curso de Farmácia na UFMG, de 1923 a 1925. Foi realizada uma intensa e extensa pesquisa, começando pelos arquivos históricos da Faculdade de Farmácia, que guarda importantes documentos relacionados à vida acadêmica de Drummond, resgatados da destruição por ocasião da mudança da sede para o Campus Pampulha. Trata-se de declarações, solicitações de matrícula, provas e outros documentos originais, que serviram para contar a história do poeta farmacêutico, com auxílio de informações obtidas em outras fontes primárias e secundárias, localizadas em arquivos e bibliotecas públicas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além de fotografias de acervo particular e de relatos orais de pessoas que com ele conviveram. A exposição foi dividida cronologicamente, enfatizando, inicialmente, a “*Formação da Identidade*”, “*Veia Poética*” já possível de identificação antes de se tornar poeta, “*Carlos, o farmacêutico poeta*”, que mostra sua formação profissional, e o último, que mostra “*O poeta pleno*”.

A Faculdade de Farmácia e o Centro de Memória foram agraciados pela presença da viúva de um dos maiores amigos do poeta, o farmacêutico Antônio Amorim Martins, para quem foi dedicado um dos raros poemas manifestos da profissão. A senhora Georgeta Martins, no dia da inauguração, do alto de seus mais de noventa anos, deixou extasiada uma seleta plateia ao contar “causos” da relação acadêmica dos dois colegas, bem como de toda uma vida dentro de uma farmácia a partir dos anos vinte em uma cidade do interior de Minas. Dona Georgeta, de personalidade marcante, irrequieta e espirituosa, vivia em Cláudio, cidade próxima a Belo Horizonte, e foi localizada graças a ajuda de médico da cidade. Sua fala de mais de uma encantou os presentes e trouxe

reminiscências aos mais antigos. Tornou-se “farmacêutica prática”, com experiência em muitas situações em que o farmacêutico era obrigado a agir, especialmente em cidades do interior, no início do século passado. A convivência da família com o poeta foi registrada por fotos e cartas remetidas entre os dois colegas, que foram devidamente ilustradas pela amiga, na cerimônia de abertura da exposição. Na ocasião, foi proferida palestra intitulada “Drummond antes de Drummond” pelo professor de Literatura Brasileira Sérgio Alcides, sobre as influências vividas por Drummond, antes de seu ingresso na Faculdade de Farmácia da UFMG e, obviamente, antes de ele se tornar o grande poeta brasileiro.

A exposição teve grande repercussão na mídia local e nacional, com reportagens e entrevistas concedidas, além de expressiva visitação pública interna e externa com pessoas oriundas de outras cidades mineiras e de diferentes estados brasileiros. Infelizmente, não houve registros gravados das entrevistas, nem da cerimônia de inauguração, contudo, foi montada uma exposição permanente no espaço interno do Cemefar, dedicada ao ilustre ex-aluno, com *fac-similes* das provas que prestou no curso, além de outros documentos e fotos (Figura 2).

Figura 2 – Prova escrita de Carlos Drummond de Andrade (1925), acervo arquivístico.
Fonte: foto institucional.



7. Publicações

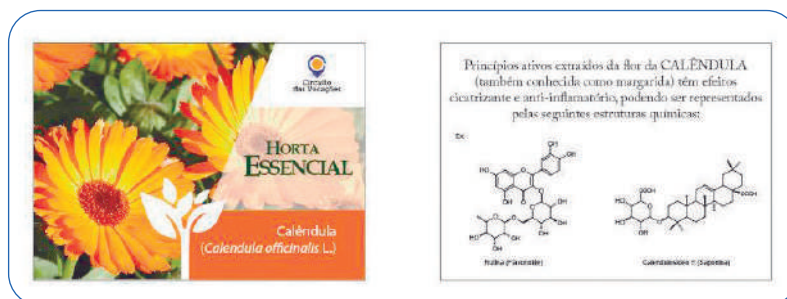
Foram publicados, como resultado de estudos e pesquisas produzidos no Cemefar, os seguintes trabalhos: 2 Capítulos de livros (2017 e 2018); 1 artigo publicado em periódico nacional (2015); 4 trabalhos completos publicados em eventos nacionais (2012, 2013 e 2014); 16 resumos publicados em eventos nacionais (2012 a 2016); 1 Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (2011) e diversas palestras, conferências e aberturas de cursos de farmácia não apenas em Minas Gerais, mas em outros estados da Federação.

8. Ações Educativas

O atendimento ao público interno e externo à Faculdade mereceu atenção da coordenação do Centro e foram criadas diversas atividades lúdicas para o público escolar com entrega de brindes para o público adulto, além de intenso treinamento da equipe de mediação. As ações voltadas para grupos de alunos dos níveis fundamental e médio tiveram seu momento mais profícuo com a criação e implementação do Circuito das Vocações, projeto coordenado pela Rede de Museus. Na ocasião, foram desenvolvidos alguns materiais, tais como: vídeo institucional de apresentação do Cemefar; ação educativa lúdica com aplicação de jogo de tabuleiro com informações sobre a Farmácia, sua história, campos de atuação, tipos de formação oferecidas pela UFMG etc. Também foi produzido, dentro do projeto intitulado “Horta Essencial”, um brinde, distribuído a todos os alunos, constituído de um “envelope” de plástico transparente, dentro do qual havia sementes de uma planta medicinal, com explicação de suas propriedades terapêuticas e sua fórmula química (Figura 3). Outras formas de trabalhar o conteúdo foram desenvolvidas e estão registradas nos arquivos do Cemefar, aguardando oportunidade para inserção em novos projetos educativos.

Figura 3 - Ações educativas desenvolvidas no Cemefar/UFMG (acima: estudantes jogando a “Trilha da Farmácia”; abaixo: envelope transparente para semente de calêndula (frente e verso).
Fonte: Foto institucional.





9. Equipe

O trabalho no Cemefar, desde sua criação, vem sendo desenvolvido exclusivamente por bolsistas de graduação, sob orientação do coordenador e da pesquisadora de pós-doutorado, até os dias de hoje, importante colaboradora do projeto. A Pró-Reitoria de Extensão, por intermédio da Rede de Museus, foi responsável pela manutenção de dois estagiários, anualmente, além de outros dois que colaboraram na implementação do Circuito das Vocações, projeto aprovado com recursos do CNPq. O Conselho Regional de Farmácia disponibilizou recursos para uma bolsa de estagiário. Outros dois estudantes de graduação fizeram estágio profissional no Cemefar, na área da Museologia. Com bolsa de programa assistencial da Fundação Mendes Pimentel, da UFMG, mais um estudante fazia parte da equipe. Completa a lista dois estagiários, (2015 e 2016), cujas bolsas de Iniciação Científica eram mantidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, também intermediadas pela Rede de Museus. Atualmente, o Cemefar conta com um professor na sua Coordenação e um servidor Técnico-Administrativo em Educação, arquivista, em tempo parcial. A Dra. Lucinéia Bicalho segue atuando como Pesquisadora Colaboradora do Cemefar, voluntária, sem carga horária pré-definida.

10. Ações extramuros

Com base na competência e dinamismo da equipe, o trabalho do grupo foi reconhecido nacionalmente e recebeu convite do Conselho Federal de Farmácia-CFF para relacionar, catalogar e higienizar todo o acervo da Associação Brasileira de Farmacêuticos-ABF, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A ABF possui rico acervo museológico e bibliográfico, dentre os quais os manuscritos da primeira edição da Farmacopeia Brasileira, datada de 1926, obra original do Farmacêutico Rodolfo Albino da Silva. Atravessando séria crise política e financeira, a ABF viu seu acervo comprometido pela falta de cuidados específicos e propôs ao CFF resgatá-lo para manutenção, até que a entidade centenária conseguisse se reerguer. A

equipe do Cemefar foi, então, convidada a realizar a árdua tarefa de avaliação, catalogação e limpeza de mais de quinhentas peças de uso farmacêutico do século dezenove e, por uma semana de trabalho consecutivo, foi possível documentar o acervo identificando todos os itens (equipamentos, utensílios e vidraria, principalmente), atribuindo-lhes numeração própria e registro fotográfico. Em relação ao acervo bibliográfico, o trabalho foi realizado pela bibliotecária Diná Marques que, com sua equipe de estagiários, esteve à frente de registrar todas as obras literárias da entidade. Esse trabalho trouxe um aprendizado indelével aos bolsistas na realização dessa ação. Como desdobramento, decisões internas para a salvaguarda daquele rico patrimônio nacional têm sido tomadas, com o intuito de se buscar condições para a criação de um museu nacional que conte a história da farmácia.

11. Considerações finais

Parte importante da história do Centro de Memória da Farmácia construiu o presente artigo de um espaço nascido pela dedicação de pessoas, tornando-se fundamental para a história dos farmacêuticos egressos da UFMG. O ritmo das atividades do Cemefar diminuiu significativamente, desde 2017, culminando com seu fechamento ao público externo em 2019, devido à pandemia de Covid-19. Recentemente, em junho de 2022, as atividades foram retomadas apesar de não existirem, ainda, condições que permitam que seja mantido aberto para visitas espontâneas devido, especialmente, à falta de pessoal. O Cemefar continua contando com o apoio institucional da Faculdade de Farmácia e da Rede de Museus da UFMG. A responsabilidade institucional na retomada dos trabalhos permanece e deverá contar, por alguns anos, com o apoio voluntário de professores aposentados, dentre os quais, o próprio fundador do Cemefar. Novos projetos deverão ser submetidos a órgãos internos e externos que tenham interesse na História da Farmácia no Brasil com vistas à concretização de parcerias que deem condições para que o Cemefar seja mantido em atividade e aberto ao público. Há também proposta de busca de financiamento junto a drogarias e indústrias farmacêuticas que queiram atrelar suas marcas a ações culturais e educativas dentro da área. Assim, permanece vivo o propósito de fazer do Centro de Memória da Farmácia um espaço que desperte o interesse sobre a história farmacêutica e sobre a participação da Faculdade de Farmácia nessa construção, fundamento de sua criação.

Referências Bibliográficas

- BICALHO, L. M. Musealidade de objetos de ciência e tecnologia: produção contemporânea In: NAZOR, Olga; ESCUDERO, Sandra; CARVALHO, Luciana Menezes. **Musealidad y patrimonio em la teoria museológica latino-americana y del Caribe**. Avellaneda: Undav Ediciones, 2018, p. 119-168
- BICALHO, L. M.; PIANETTI, G. A. Gestão de instituição cultural dedicada à memória da farmácia: desafios do trabalho interdisciplinar. In: MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Anais do X Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/UFMG, 2017, p. 1423-1443
- BICALHO, Lucinéia Maria. **Centros de Memória em Espaços Acadêmicos**. 2011. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2011.
- DUARTE, A. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6., n. 2, 2013.
- EDLER, Flávio Coelho. **Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As Boticas no século XIX em Minas Gerais. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lúcia Beatriz de Paula; SCHMIDT, Paulo (Org.) **Farmácia: ofício e história**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Belo Horizonte, 2005.
- GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. Preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3, p. 435-453, 2013.
- JULIÃO, Leticia. Museus e coleções universitárias. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (Orgs.) **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).
- POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.
- REZENDE, Irene Nogueira de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.813-828, 2015.



Isolamento social e a reinvenção do museu: produções virtuais do Centro de Memória da Medicina

Anna Luiza Soares Chagas
Ethel Mizrahy Cuperschmid,
Lucas Thiago Fernandes Andrade
Natália Rocha Santos,
Ráisa Mendes Fernandes de Souza
Raquel de Mattos Romanowski

1. Introdução

Com o advento da pandemia de Covid-19 e início do trabalho remoto, os espaços culturais de forma geral foram obrigados a criar alternativas para prosseguir oferecendo seus serviços, mesmo que de forma parcial e adaptada. Nesse contexto, o Centro de Memória da Medicina (Cememor) da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) deu início à construção de produtos que pudessem ser divulgados unicamente em ambiente virtual, ação totalmente inédita por parte da equipe do Centro até então.

Para Santos e Faustino (2017), centros de memória são espaços universitários que visam à recuperação e a preservação da memória e da história da instituição a que eles pertencem. Além disso, podem ser usados como uma ferramenta de gestão e de organização institucional.

Segundo Carolina Lauretti (2011):

Os centros de memória são um equipamento cultural ou documental de uma organização, funcionando como um arquivo ampliado. Ocupam o lugar do arquivo tradicional e aumentam o seu alcance com historiografia produzida sobre os documentos que custodiam. Eles teriam estendido sua jurisdição para documentos não acumulados naturalmente, além de criar outros, para além das funções intrínsecas da organização, tais como análises, sistematizações e os registros de história oral. E a tendência seria reunir documentos síntese, mais próximos do centro de decisão

institucional. Eles não substituem o arquivo da organização, mas se sobrepõem a ele ganhando a visibilidade de local de visitação.

O Cememor, localizado na Faculdade de Medicina da UFMG, foi inaugurado em 1979 e hoje é responsável pela salvaguarda de uma vasta coleção museológica, arquivística e bibliográfica. Detentor de um acervo de cerca de 100 mil itens, é formado por um museu onde são organizadas exposições físicas permanentes e temporárias contendo instrumentos cirúrgicos, placas de consultórios médicos, peças de cera, partes de estruturas do corpo humano mantidas em formol, atlas de anatomia antigos, seringas, ampolas de vidro, frascos de remédios, equipamentos de radiologia, reproduções de documentos que registram a história da Faculdade, dentre outros. As visitas de grupos que requerem mediações do setor educativo ocorrem por meio de agendamento prévio e as visitas individuais podem ser feitas a qualquer momento dentro do horário de funcionamento do setor.

A coleção bibliográfica, centralizada principalmente na biblioteca, reúne livros da área médica nacionais e estrangeiros cujo período temporal varia do ano de 1615 até 1959, data de corte estabelecida em vista do espaço disponível para a reunião desse acervo (FIGURA 1). A biblioteca ainda está em etapa de seleção e processamento técnico, mas já possui em torno de 500 títulos catalogados e disponíveis no catálogo *on-line* da UFMG. A consulta aos títulos é apenas local, ou seja, sem possibilidade de empréstimo domiciliar, e também é realizada mediante agendamento prévio.

FIGURA 1 – Acervo de obras especiais



Fonte: elaborado pelos autores

O acervo arquivístico é composto por fotografias, documentos administrativos, cartas, dentre outros documentos que testemunham a criação da Faculdade e o desenvolvimento da saúde em Belo Horizonte e em Minas Gerais (FIGURA 2).

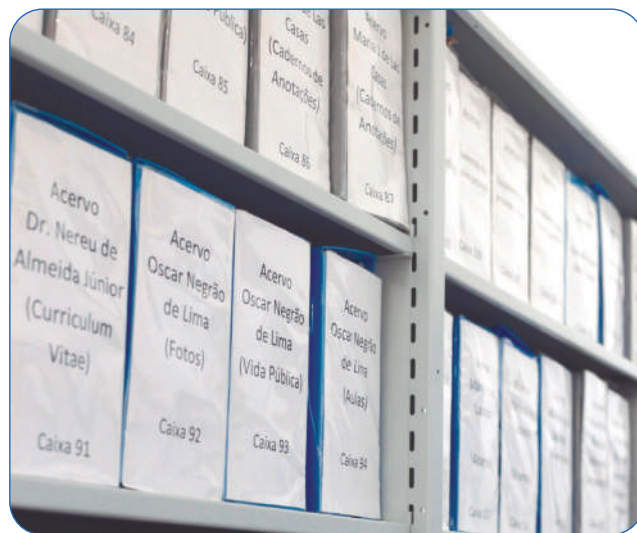
Além de todos esses espaços, o Cememor também dispõe do Corredor da Memória, que são cinco TV's de LED dispostas do lado de fora do setor e que exibem as exposições virtuais elaboradas pela equipe. Antes do trabalho remoto, as exposições virtuais eram exibidas apenas no Corredor e algumas foram postadas no site, porém em formato de imagens estáticas. O Corredor foi criado no intuito de convidar as pessoas que transitam pelo prédio a conhecer o museu ou mesmo divulgar as exposições virtuais para aqueles que não dispõem de tempo para uma visitação completa.

Diante do dinamismo das atividades normalmente desenvolvidas pelo Cememor e dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, esse capítulo tem como objetivo geral apresentar a diversidade de atuação do Cememor nos anos de 2020 e 2021. Seus objetivos específicos são:

- Identificar todas as iniciativas relacionadas à pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Cememor nesse período;
- Difundir os produtos advindos desses projetos, apesar das limitações impostas pela pandemia de Covid-19;
- Delinear os trabalhos a serem desenvolvidos futuramente a partir dessas experiências.

Assim, a partir de agora, as atividades e produtos elaborados serão apresentados de acordo com seu planejamento e obstáculos enfrentados.

Figura 2 – Acervo arquivístico do Cememor



Fonte: elaborado pelos autores

2. Do corredor da memória para as redes sociais: exposições virtuais no trabalho remoto

Segundo Franco (2018), as exposições são o principal meio de comunicação dos museus com seus públicos. A origem das exposições se confunde com a origem dos museus, pois as transformações ocorridas no papel e na atuação das próprias instituições museais influenciaram o modo de pensar e realizar exposições.

Já as exposições virtuais são ações desenvolvidas por um museu virtual ou por um museu físico que tenham uma vertente *on-line*. Nesse sentido, o conceito de exposição virtual se assemelha muito ao significado de museu virtual, ou seja, trata-se de “uma coleção de registros digitais, imagens, textos, arquivos de áudio e outros dados históricos, científicos ou de interesse cultural acessada através de uma mídia eletrônica (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017). A diferença entre esses dois termos é que a exposição virtual não tem o objetivo de reproduzir fielmente a experiência de visita, como é o caso do conceito de museu virtual.

Ademais, as exposições e os museus virtuais vão além das reproduções e da catalogação de obras de artes, uma vez que permitem ampliar a interação com o público e torná-la mais dinâmica, demonstrando que nem sempre é necessário ter um edifício para que esse patrimônio e conhecimento sejam divulgados e popularizados.

Ao longo do trabalho remoto, foram elaboradas dezesseis exposições virtuais, sendo quatro delas exibidas já no ano de 2022. Todas foram dispostas no Quadro 1 por ordem cronológica de exibição e duração:

QUADRO 1 – Exposições virtuais elaboradas ao longo do trabalho remoto

Título da Exposição	Data de exibição	Duração
Alzira Reis: pioneirismo, determinação e luta	25 de setembro de 2020 (exibida inicialmente em um canal provisório)	18 minutos e 48 segundos
Pandemias – Crendices, Ciência e Sociedade	13 de junho de 2020 (exibida inicialmente em um canal provisório)	7 minutos e 41 segundos
Eduardo Ribeiro Borges da Costa	4 de outubro de 2021	1 minuto e 58 segundos
5 de Outubro de 2021: 33 Anos da Constituição Federal de 1988, 33 anos de SUS.	6 de outubro de 2021	4 minutos e 36 segundos
Alfredo Balena	12 de outubro de 2021	2 minutos e 5 segundos
Samuel Libâneo	18 de outubro de 2021	3 minutos
Antonio Aleixo	25 de outubro de 2021	3 minutos e 42 segundos

Título da Exposição	Data de exibição	Duração
Ezequiel Caetano Dias	8 de novembro de 2021	2 minutos e 46 segundos
Hugo Furquim Werneck	22 de novembro de 2021	3 minutos e 10 segundos
Aurélio Egydio dos Santos Pires	29 de novembro de 2021	4 minutos e 36 segundos
Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues	6 de dezembro de 2021	3 minutos e 44 segundos
Zoroastro Rodrigues de Alvarenga	20 de dezembro de 2021	3 minutos e 37 segundos
Olyntho Deodato dos Reis Meirelles	21 de janeiro de 2022	3 minutos e 57 segundos
Octávio Machado	28 de janeiro de 2022	2 minutos e 22 segundos
Cornélio Vaz de Mello	4 de fevereiro de 2022	3 minutos e 25 segundos
Honorato Alvez	11 de fevereiro de 2022	4 minutos e 52 segundos

Fonte: elaborado pelos autores

As duas primeiras exposições virtuais foram inicialmente exibidas no canal pessoal de um dos bolsistas, que gentilmente cedeu o seu espaço para disponibilizar o conteúdo elaborado. Com a organização do canal do Youtube do Cememor e criação de uma conta no Instagram para o setor, essas exposições foram migradas, apresentando, assim, datas de postagem distintas das originais.

Segundo um membro atuante da equipe, esta experiência pode ser descrita da seguinte forma:

Primeiro, concebíamos uma ideia e da ideia, estabelecíamos um projeto. Mas a execução do projeto quando os nossos únicos contatos sociais se davam por câmeras – que muitas vezes eram uma imagem estática ou apenas iniciais do nome e sobrenome de outrem –, designávamos, entre nós, metas para a semana e alimentávamos a pesquisa de tópicos relevantes para os tempos difíceis. E assim por diante, estabelecia-se etapas sugeridas como montagem de um roteiro preliminar com dados pesquisados, refinamento e adaptação linguística do roteiro e, por fim, a concepção visual que fosse amigável, atraente, didática e, acima de tudo, acessível por todos (Lucas Thiago Fernandes Andrade, 2022).

A primeira exposição realizada se propunha a tecer um paralelo entre a pandemia de Gripe Espanhola e de Covid-19, além de colocar em foco a dualidade existente entre

as crendices e a ciência, ressaltando a importância da valorização do sistema público de saúde.

A primeira etapa de todo o planejamento envolveu uma pesquisa minuciosa sobre a Gripe Espanhola no mundo e no Brasil; os medicamentos, as terapias, os hospitais comuns e hospitais de campanha, as vacinas, o isolamento, o uso de máscaras e os processos de higienização, as *fake news* em 1918 e no ano de 2020 sobre as respectivas pandemias, a pandemia Covid-19 em Belo Horizonte e em outros países, o Sistema único de Saúde (SUS), a atuação da UFMG no contexto pandêmico, dentre outros. Também foram mencionadas algumas biografias das vítimas que faleceram em Belo Horizonte e a equipe também elaborou uma pequena homenagem para os profissionais da saúde que atuaram na linha de frente.

O impacto da pandemia e do isolamento social foi um dos principais motivadores para se buscar informações de como o mundo estava lidando com esse novo cenário. A pesquisa se concentrou em imagens relacionadas ao isolamento, às formas de prevenção adotadas, aos anúncios feitos pelos governos, assim como formas de atendimento e hospitais de campanha que foram montados pelos diversos países, buscando aspectos desde sua instalação, os pacientes, a quarentena e a forma como os profissionais da saúde estavam atuando frente à pandemia.

A segunda exposição virtual realizada, essa sobre Alzira Nogueira Reis, foi instigada pelo até então diretor da Faculdade, o professor Humberto José Alves. O objetivo dessa exposição era evidenciar quem foi a primeira médica formada na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e também em Minas Gerais, trazendo à tona os seus feitos e desafios enfrentados. Dessa forma, o Cememor se propôs a abordar o percurso das mulheres no curso de Medicina no Brasil.

Em 2014, acadêmicas da Faculdade de Medicina da UFMG criaram o Coletivo de Mulheres Alzira Reis, com o objetivo de discutir o feminismo e o machismo presentes dentro da faculdade. O grupo se faz presente até hoje e exalta a importância de Alzira Reis na história das mulheres.

Esse projeto foi realizado pela equipe em 2020, sob coordenação de Luciano Amédée Peret Filho (coordenador do Cememor), de Ethel Mizrahy Cupers Schmid (coordenadora de pesquisa do Cememor) e sob consultoria do professor Itamar Sardinha e de Regina Célia Nunes dos Santos, que são colaboradores voluntários do Cememor.

A preparação da exposição ocorreu através de reuniões semanais na plataforma *Microsoft Teams*. A equipe que compunha o setor da época foi dividida nas seguintes funções: coordenação; consultoria; pesquisa bibliográfica; organização de roteiro; preparo do design da exposição; narração; edição de vídeo e interpretação em libras. A composição acadêmica discente da equipe Cememor de 2020 foi: Alexandre Guilherme de Miranda Azevedo Menezes, Ana Beatriz Marques, Anna Luiza Soares Chagas, Daniela da Cruz Oliveira, Fábio Mazieiro Alves Pinto, Gabriela Luisa Binicá Costalonga, Ingrid

Lorrayne Oliveira dos Reis, Izabela de Paula Vargas, Júlia Mayra de Andrade e Souza, Larissa Marques da Fonseca, Lucas Thiago Fernandes Andrade, Maria Cristina Silva, Marina Aragão Hamdan de Freitas, Mariana Nunes Martins, Matheus de Oliveira Ferreira, Mateus Lima Veras, Mirian Ferreira Duarte, Natália Rocha Santos, Ramon Gustavo Bernardino Campos, Raquel de Mattos Romanowski, Pedro Sayago Sathler Gripp e Vera Ligia Satiro. Os acadêmicos pertenciam a diferentes cursos, como História, Biblioteconomia, Medicina, Letras, Museologia e Química. A reunião de uma equipe discente tão grande foi possível graças à iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, que abriu a possibilidade de os alunos participarem como voluntários em atividades de extensão possíveis de serem feitas de modo remoto. A narração foi realizada por Anna Luiza Soares Chagas e Mirian Ferreira Duarte. Lucas Thiago Fernandes Andrade foi o responsável pela edição do vídeo. A interpretação em libras do áudio foi executada por Cristiane do Carmo Silva Caetano.

Com o início do trabalho híbrido, o arquivo da exposição sobre Alzira Reis foi dividido em cinco partes para serem exibidas também no Corredor da Memória, dando oportunidade para aqueles que não possuem redes sociais conhecerem também essa exposição.

Em 26 de janeiro de 2022, Alzira Nogueira Reis foi homenageada pela Congregação da Faculdade de Medicina da UFMG em reunião, sendo aprovada, de forma unânime, a atribuição do nome Alzira Reis a um novo espaço de convivência no prédio da Faculdade de Medicina. Trata-se de um terraço localizado no 4º andar, com área total de 527,56m² e que será inaugurado futuramente, após a instalação do mobiliário.

A terceira exposição virtual, por sua vez, foi concebida enquanto um dos produtos do projeto de extensão “Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte”, iniciado em 2020, coordenado pela bibliotecária Ráisa Mendes Fernandes de Souza e orientado pelo professor José Francisco Guelfi Campos, da Escola de Ciência da Informação. Esse projeto se propunha inicialmente a elaborar exposições utilizando o acervo documental pessoal dos treze fundadores da Faculdade, que foram: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. A documentação pessoal de grande parte dessas personalidades se encontra sob custódia do Cememor, porém, com o trabalho remoto e a impossibilidade de consultar o acervo presencialmente, optou-se pela elaboração das biografias de cada personalidade recorrendo ao acervo de outras instituições de memória. A partir dessas biografias e utilizando alguns documentos digitalizados e disponíveis nos drives do setor, foram elaborados roteiros de narração para compor as exposições virtuais de cada fundador. Foram utilizados os softwares Canva e Capcut

para a edição dos vídeos e inclusão de legendas. As exposições virtuais foram elaboradas pelos bolsistas Gabriela Rocha Fonseca e Luiz Henrique Ramos Diniz, além de serem avaliadas pela coordenadora do projeto.

Já para as exposições virtuais que não estavam no escopo do projeto sobre os fundadores da Faculdade, foram utilizados os *softwares Vegas Pro 17.0* para edições gerais, *Audacity* para tratamento de áudio, *Photofiltre Studio X* para edições de imagens pontuais e o *Microsoft PowerPoint* para demais modificações.

Em vista de tantas exposições virtuais, foi criado um Instagram para o Cememor com o intuito de divulgar esses produtos audiovisuais, além de outras coleções presentes no setor. A equipe do Cememor se mobilizou para promover sua capacitação num curso de Audiodescrição para QRcode e redes sociais com Patrícia Silva de Jesus, a criadora do projeto #PraCegoVer. O treinamento ocorreu durante uma semana em julho de 2021.

A quarta exposição, que se propôs a abordar a importância do SUS, contou com consultoria da pesquisadora voluntária Regina Célia Nunes em todos os passos de seu planejamento, desde as entrevistas realizadas até sua finalização. Dentre os entrevistados, estavam o professor da Faculdade de Medicina Unai Tupinambás, Ana Regina Machado (professora da Escola de Saúde Pública de MG), Eli Iola Gurgel de Andrade (professora titular da Faculdade de Medicina) e Marcos Azeredo Furquim Werneck (professor titular da Faculdade de Odontologia da UFMG). Esta produção continha também narração verbal e em Libras, fundo musical e legendagem. Cada aluno voluntário auxiliou em uma etapa e as informações eram compartilhadas em um drive específico. Então, tentando utilizar recursos disponíveis, cada colaborador fez uso dos softwares em equipamentos próprios. A compilação das informações em formatos nem sempre ideais fez com que a finalização fosse a etapa mais trabalhosa e detalhada de se concluir. A exposição exibida foi insumo para a elaboração de um documentário com duração de pouco mais de uma hora que será exibido futuramente nas redes sociais do setor e no Corredor da Memória.

Apesar da importância dessas exposições virtuais, o Cememor também desenvolveu pesquisas mais teóricas ao longo da pandemia, fortalecendo o caráter dinâmico das atividades do setor e que irão ser apresentadas a seguir.

3. Para além da Expografia Virtual: Projetos de Pesquisas Desenvolvidos no CEMEMOR

A elaboração de exposições pelo Cememor é focada na organização de artefatos da saúde que registram a evolução dessa área.

No caso do Cememor, as exposições são dispostas de acordo com a especialidade, como Ginecologia, Farmácia, Radiologia etc. A Figura 1 mostra uma parte das atuais exposições do Centro.

Figura 1 – Exposições físicas do Cememor



Fonte: elaborado pelos autores

“Expografia” é um termo cunhado pelo museólogo francês André Desvallées, em seu livro “*Manuel de Muséographie*” (1998), e diz respeito à arte e à técnica de pesquisar, conceber e executar uma linguagem e uma expressão que traduzam o programa científico de uma exposição. Essa criação pode ser feita por meio do ambiente, das cores das paredes e dos objetos, da tipografia, da proporção entre os elementos, da cenografia, da iluminação e dos materiais utilizados de modos que esses fatores reflitam o conceito da curadoria e das obras expostas (EXPOGRAFIA, 2022; DESVALEÉS, 1998 *apud* TAAM, 2017).

Além das exposições virtuais exibidas, a equipe do Cememor também se debruçou sobre pesquisas de outras naturezas desenvolvidas em regime de *home-office*.

Uma delas foi o projeto “Pesquisa Biográfica acerca dos Professores Eméritos da Faculdade Medicina”, inserido no projeto de extensão intitulado “Material didático: patrimônio científico da Faculdade de Medicina”, orientado pelo diretor da Faculdade. O levantamento das informações sobre a vida pessoal, acadêmica e profissional destes docentes teve início em março de 2021 no intuito de identificar mais detalhadamente os prêmios e títulos que marcaram a carreira destes professores, os quais foram tão relevantes para a trajetória da própria Faculdade de Medicina. Os dados coletados seriam disponibilizados na aba “Personagens” do site do Cememor. Os sites da Academia

Mineira de Medicina, do Escavador, da Revista Médica de Minas Gerais, da Plataforma Lattes e da Faculdade de Medicina da UFMG foram as primeiras fontes virtuais a serem consultadas. Com a retomada gradual do trabalho presencial, outras fontes físicas foram utilizadas, como a obra de PEDROSO et. al. (2012) e Cruz (2021), bem como as documentações presentes no setor de Seção de Pessoal da Faculdade de Medicina e quadros dos professores eméritos da sala Aurélio Pires, localizada também do prédio da Faculdade.

Outro projeto desenvolvido já em 2021 intitula-se “História da Saúde Mental no Brasil: evolução no tratamento e mudanças de paradigma”, tendo como orientadora a professora da FM Graziella Lage Oliveira. Esse projeto tem por intuito estudar a história da saúde mental no Brasil, avaliando as mudanças de correntes de pensamento, práticas profissionais e terapêuticas na área da saúde. Seu início se dá pela fundação dos primeiros hospitais psiquiátricos no país até os dias atuais.

Na primeira etapa de estudos, pretendeu-se levantar dados sobre a mudança de paradigma e de interpretação da saúde mental no decorrer da história. Os resultados parciais estão dispostos no Quadro 2, que mostra um comparativo entre as continuidades e as alterações sofridas pelo conceito e pelo entendimento de saúde mental, desde meados do século XVIII até atualmente:

QUADRO 2 – Mudanças na Concepção e no Entendimento de Saúde Mental

	Concepção	Entendimento
<i>Segundo Reinado (1840 a 1889)</i>	Doença mental (disfunção cerebral e/ou dos nervos), Loucura como sinônimo de Alienação. Segundo o conhecimento cartesiano, o louco/alienado é o Sujeito da Desrazão.	Orientado pelas ideias de Philippe Pinel e de Jean Esquirol.
<i>Primeira República (1889 a 1930)</i>		Ocorre o surgimento de diversas linhas de pensamento, orientadas pelas ideias de inúmeros psiquiatras e psicanalistas, como Emil Kraepelin, Eugen Bleuler, Sigmund Freud, entre outros.
<i>Era Vargas (1930 a 1945)</i>		
<i>República Populista (1946 a 1964)</i>		
<i>Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985)</i>	Início do questionamento ao modelo manicomial e da transição na concepção e no tratamento. Defesa de uma Psiquiatria Positiva. Reinvidicações de mudanças de assistência. “Loucura” entendida como Transtorno mental. O indivíduo tem necessidades e potencialidades.	Adoção dos ideais e da concepção de Franco Basaglia de uma Psiquiatria Democrática. Coloca-se a doença entre parênteses para ser possível lidar com o sujeito.
<i>Redemocratização e Nova República (1985 – atual)</i>		

Fonte: elaborado pelos autores

Ainda no ano de 2021, também foram iniciados dois projetos de pesquisa fomentados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig): “Estudo de caso e inventário da coleção de teses antigas do Cememor: salvaguarda e difusão do conhecimento”, com a professora da ECI Ana Paula Meneses Alves, e “A história das doenças por meio da fotografia: tratamento e difusão do acervo iconográfico do Centro de Memória da Medicina da UFMG”, orientado pelo professor José Francisco Guelfi Campos.

O primeiro projeto nasceu como continuidade ao anterior, chamado “Salvaguarda e difusão do conhecimento: estudo de caso e inventário da coleção especial bibliográfica”, e que não obteve recursos para ser renovado em 2021. As teses históricas, datadas de 1878 até 1959, são provenientes de diversas instituições brasileiras, em especial da Escola de Medicina de Bello Horizonte, da Faculdade de Medicina da Bahia e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pioneiras no ensino médico no país. O estudo fundamenta-se na necessidade do diagnóstico e da promoção da visibilidade dessa coleção, evidenciando características da comunicação científica no Brasil e divulgando os primeiros trabalhos de importantes nomes da Medicina, como Carlos Chagas, Mario Mendes Campos, Galba Velloso, entre outros. Aborda a gestão e o desenvolvimento de coleções especiais e raras. O objetivo geral dessa pesquisa é a elaboração de um estudo e inventário das teses históricas, de 1930 a 1959, para um diagnóstico do acervo e para possíveis pesquisas na área de memória em saúde. Seus primeiros resultados foram produtos textuais e audiovisuais sobre as marcas de proveniência encontradas nas teses do século XIX e materializadas em forma de dedicatórias dos autores para sua rede de afetos.

Com os avanços das reflexões nas áreas da história da saúde e da iconografia, o segundo projeto de pesquisa desenvolvido pelo Cememor nasce para lançar luz sobre possíveis intencionalidades e discursos embutidos em fotografias de pacientes presentes no acervo do setor. Apresenta como objetivo geral o processamento técnico desta parcela do acervo iconográfico do Cememor, compreendendo a pesquisa sobre os suportes, as técnicas de registro, o conteúdo e o contexto de produção dos documentos. Como resultado, já foi realizado um diagnóstico de toda a coleção iconográfica do setor, que revelou um montante de aproximadamente 40 mil fotografias, dentre eles negativos de vidro e negativos flexíveis, fotografias reveladas e diapositivos visíveis por meio do uso de retroprojektor em aulas dos antigos docentes da Faculdade. Após o diagnóstico, optou-se pelo tratamento da menor porção dessa coleção, que seria os negativos de vidro, que pela primeira vez, estão sendo higienizados, digitalizados, catalogados e acondicionados de acordo com as normas de Conservação Preventiva para esse tipo de suporte.

Com o progresso desses trabalhos, o Cememor pretende investir em outras iniciativas que caminhem na direção de um acervo coeso, organizado e recuperável. Obviamente que esse processo de descrição precisa ser concomitante ao de elaboração de produtos para a divulgação do acervo e aproximação com o público.

Quanto aos próximos passos, o Cememor pretende priorizar a catalogação de determinadas coleções, principalmente pelo seu potencial científico e também estético, características propícias para atrair a atenção de mais visitantes. Essas coleções seriam:

- Obras bibliográficas nacionais publicadas até a década de 1930 e que se encontram pulverizadas em um acervo de mais de 15 mil livros;
- Obras bibliográficas estrangeiras datadas do século XVIII até o XIX;
- Fotografias das turmas de alunos;
- Acervo museológico de vidrarias de laboratório.

É importante salientar que o Cememor irá prosseguir no fortalecimento de parcerias com equipes de outras unidades da Universidade com o objetivo de dar continuidade ao desenvolvimento de novos produtos e serviços.

4. Considerações finais

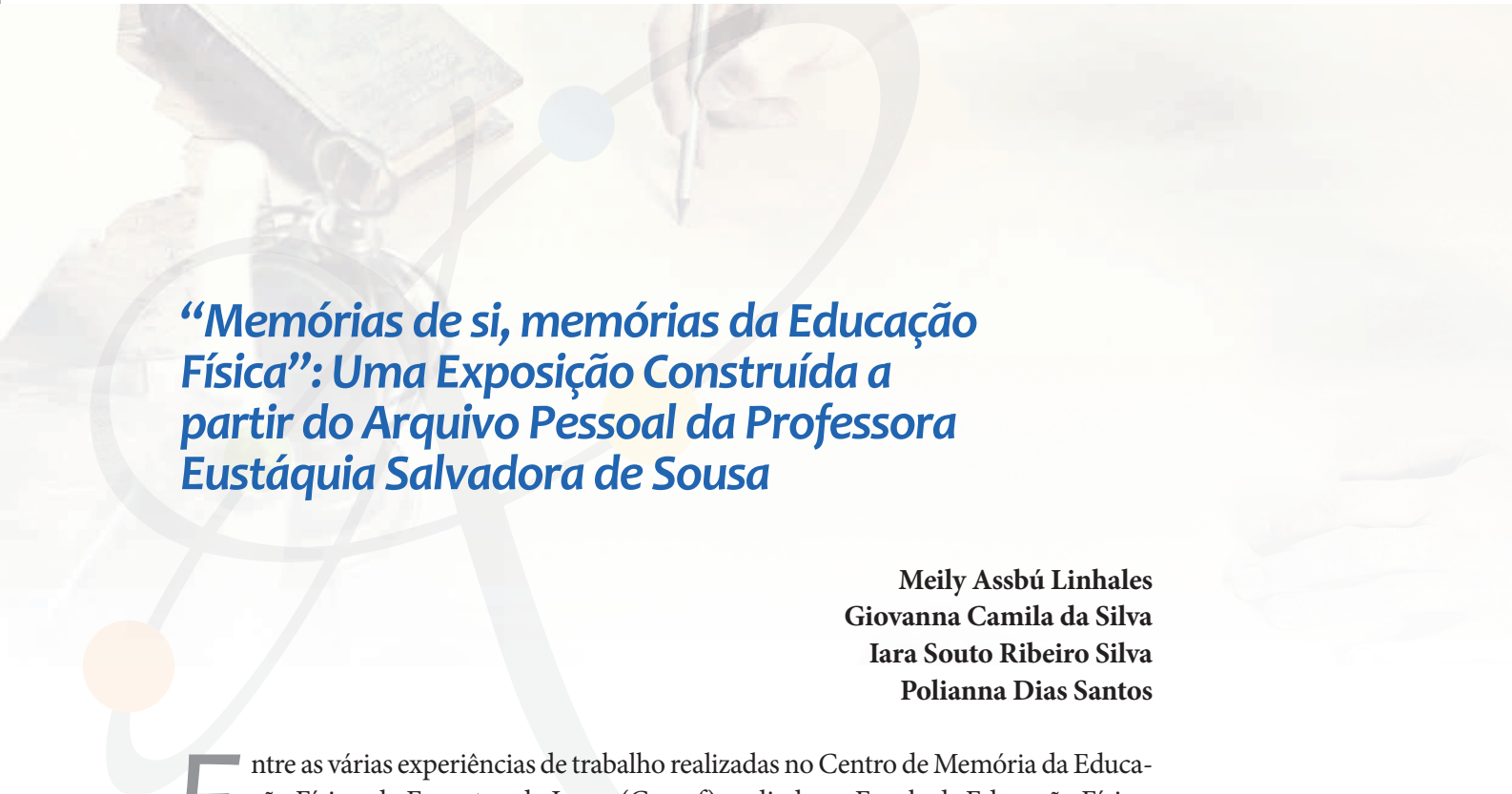
Apesar das adversidades impostas pela pandemia e pelos cortes orçamentários sofridos pela Universidade, o Cememor vem buscando contornar tais limitações para prosseguir oferecendo um serviço de excelência para as comunidades intra e extramuros da Instituição. O Centro também inova com o desenvolvimento de parcerias docentes multidisciplinares, no intuito de superar o desafio de tratar um acervo tão diverso e complexo. Neste contexto, o Cememor extravasa seu papel extensionista de ser um ponto de ligação entre a Universidade e o público externo, tornando-se também um lugar de memória que desenvolve pesquisas sobre o próprio acervo, gerando inúmeros produtos técnico-científicos além dos serviços tradicionais de atendimento ao público e planejamento de exposições físicas, tão comuns aos museus brasileiros.

Torna-se essencial que as universidades apoiem a implantação e desenvolvimento de lugares de memória que sejam responsáveis não apenas pela salvaguarda de artefatos que fortaleçam a identidade institucional, mas também pela expografia dessas coleções. Exposições de coleções abertas ao público ou disponíveis de forma virtual são iniciativas importantes na construção de um caminho para uma universidade mais inclusiva. Para isso, é necessário que as instituições públicas de ensino superior invistam em equipes especializadas e capacitadas para trabalhar a expografia de forma profissional e responsável, além dos investimentos estruturais na área de Tecnologia da Informação, que garantam a preservação digital dos dados e produtos gerados.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Memória da Loucura**: apostila de monitoria. Ministério da Saúde: Brasília, 2008. 80 p. (Série I: História da Saúde no Brasil)
- CRUZ, G. M. G. da (coord.). **Academia Mineira de Medicina**: 50 anos de história (1970-2020). Belo Horizonte: Gráfica Del Rey, 2021. 374 p.
- DESVALLÉES, André. Cent quarante termes museologiques ou petit glossaire de l'exposition. In: BARY, Marie-Odile (dir). **Manuel de muséographie**. Bearritz: Option Culture, 1998.
- EXPOGRAFIA. HOAISS. 2022. Disponível em <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1>. Acesso em: 05 maio 2022.
- FRANCO, M. I. M. **Planejamento e realização de exposições**. Brasília: Ibram, 2018. 230 p. (Cadernos Museológicos: v. 3)
- FREITAS, B. L. A evolução da saúde mental no Brasil: reinserção social. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 1, 2018.
- HENRIQUES, R. M. N. Os museus virtuais: conceitos e configurações. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 5, n. 12, 2018.
- LAURETTI C. F. **Centros de memória e arquivos históricos: semelhanças e diferenças**. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MELO, A. F. de. **História da saúde mental no Brasil**: entre a desassistência e a atenção integral. 49 f. 2012. Monografia (Especialização em Gestão em Saúde) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.
- PEDROSO, E. R. P. **Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG: 1911-2011**. Belo Horizonte: Folium, 2012. 1120 p.
- RAMOS, A. M. L. **Saúde mental, cidadania e sistemas locais**: a experiência de Santos. 1996. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- SANTOS, W. F. dos S.; FAUSTINO, A. M. O que é um centro de memória? In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Faculdade de Ciências da Saúde**. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.fs.unb.br/centro-de-memoria>>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- TAAM, P. Traduzindo o Real em música: Quadros de uma exposição, de Modest Mussorgsky. **Caderno da Jornada do Centro Internacional de Estudos Peirceanos**, v. 1, p. 214-231, 2016.
- TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 73-85, 2001.
- VIRTUAL Museum. **ENCYCLOPEDIA Britannica**. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/virtual-museum>. Acesso em: 18 maio 2022.





“Memórias de si, memórias da Educação Física”: Uma Exposição Construída a partir do Arquivo Pessoal da Professora Eustáquia Salvadora de Sousa

**Meily Assbú Linhales
Giovanna Camila da Silva
Iara Souto Ribeiro Silva
Polianna Dias Santos**

Entre as várias experiências de trabalho realizadas no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), sediado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, escolhemos compartilhar uma ação que permite analisar a articulação entre os processos de preservação e organização de acervos e a produção de exposições. Tais práticas podem ser compreendidas como possibilidades de construção de um profícuo diálogo entre o Cemef e seu público visitante. Partimos dos desafios inerentes à organização de um Arquivo Pessoal de uma professora e caminhamos no sentido de narrar elementos dessa produção arquivística, por meio do trabalho de pesquisa, concepção e montagem de uma exposição. Trata-se de uma experiência que pretendeu desafiar os visitantes a compreender e refletir sobre os sentidos que constituem um percurso docente, perscrutado a partir dos documentos/objetos que uma professora universitária guardou ao longo de sua carreira e, em um dado momento, decidiu doar a um Centro de Memória.

1. O CEMEF: um lugar de memória e pesquisa

O Cemef caracteriza-se como um centro de documentação e pesquisa que, desde 2001, realiza suas atribuições principais por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, qualificando, assim, sua inserção na Universidade Federal de Minas Gerais, a nossa UFMG. Os desafios experimentados nos processos de organização documental, associados aos interesses investigativos relativos à pesquisa histórica no campo da Educação Física, constituíram o Centro em suas vocações básicas: o acervo histórico, as investigações e a produção historiográfica. Comprometido com a salvaguarda patrimonial atinente ao Curso de Educação Física, o acervo do Cemef é composto por uma

variedade de documentos que podem ser caracterizados como de arquivo, biblioteca ou museu. Quanto às suas características temáticas, esse acervo inclui as práticas escolares e não escolares relacionadas à educação do corpo e, ainda, as subtemáticas do esporte e do lazer. Esses temas-chave se desdobram em tantos outros, orientando os estudos históricos e as escolhas que norteiam o trabalho de recuperação, organização, preservação e publicização dos fundos e coleções custodiadas pelo Cemef.

A nomeação do Cemef como um “centro de memória” justificou-se, em um primeiro momento, como participante de uma tradição que, no Brasil, desde a década de 1970, vem designando assim alguns “lugares de memória” que acolhem e preservam acervos institucionais diversos, ao mesmo tempo em que dão suporte à pesquisa histórica.⁷² Em seu processo de consolidação, o desenho institucional adotado caracteriza o Cemef como um *centro de documentação*, articulado a um *centro de pesquisa*, conferindo à Memória e à História suas distinções e, ao mesmo tempo, seus elementos de conexão.

Na última década, o Cemef também expandiu suas ações de extroversão de acervos, dedicando-se à produção de algumas exposições temáticas. Tal iniciativa foi possibilitada pelas condições espaciais da nova sede, inaugurada em 2011, e também pelo crescente processo de finalização dos inventários e outros instrumentos de pesquisa. Esse amadurecimento do trabalho com os acervos também se expressou no processo de elaboração, em 2014, de uma “Política de Acervos”, que anuncia as balizas construídas para a linha de acervo adotada, bem como os procedimentos e rotinas que orientam as ações de recolhimento, preservação e difusão documental. Hoje, a linha de acervos circunscreve os Arquivos Institucionais, os Arquivos Pessoais de Professores, a Coleção História Oral, a Biblioteca, a Coleção de Documentos Avulsos e, ainda, uma Coleção Cemef, que reúne os projetos, exposições e seminários realizados pelo próprio Centro.⁷³

2. Os arquivos pessoais de professores

Os arquivos pessoais do Cemef foram constituídos a partir de acervos doados por docentes que atuaram no Curso de Educação Física desde 1952, ano da fundação do

72. De acordo com Oliveira (2016, p.32), “no início da década de 1970, vê-se surgir no Brasil os primeiros centros de documentação e de memória voltados para a pesquisa histórica: o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972); a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira na Casa Rui Barbosa (1972), que preserva documentos literários, iconografia, correspondência e originais de escritores brasileiros; e o CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (1973), voltado para a preservação dos registros da memória da política no Brasil pós-1930.”

73. Essas e outras diretrizes estão estabelecidas no Planejamento Estratégico Integrador (PEI) e podem ser também consultadas do site do Cemef: <http://projetos2.eeffto.ufmg.br/cemef/>

primeiro curso superior na capital mineira.⁷⁴ Estabelecidos como *Arquivos Pessoais de Professores (APP)*, tais conjuntos nos permitem identificar trajetórias distintas de formação e exercício profissional, bem como interrogar a presença dos sujeitos, titulares do arquivo, no próprio processo de organização do campo pedagógico e acadêmico da Educação Física em Belo Horizonte. No âmbito do Cemef, constatamos que a acumulação pessoal realizada por esses professores possui estreita relação com a história da própria instituição e, nesses termos, tem sido possível problematizar as conexões existentes entre os *Arquivos Pessoais* e os Arquivos Institucionais, bem como o “embaralhamento” de trajetórias individuais e coletivas no processo de afirmação da Educação Física na cidade e no Estado de Minas Gerais.

No trabalho de organização adotado, reconhecemos cada um dos APPs como um conjunto portador de uma identidade própria e tal organicidade reinventa o processo de estruturação dos quadros de arranjo⁷⁵, em estreita relação com a análise das múltiplas atividades dos titulares dos arquivos. Na preparação dos inventários, sempre em diálogo com as orientações metodológicas e as normativas existentes, optamos por reconhecer e operar com uma dimensão ativa e interessada da prática arquivística, que inclui o exercício de produção de sentidos, sempre revelado nas escolhas realizadas e nos arranjos estabelecidos. Como nos convida a pensar Luciana Heymann (2008), os documentos guardados por cada sujeito, ou por seus familiares, compõem um acervo de pistas e sinais de seus titulares: pelo modo como cada documento foi manuseado, pelas pequenas e sutis anotações, pelos rascunhos esboçados, pela originalidade como cada item foi guardado e posteriormente doado. A tal premissa, outra é agregada: para além das marcas pessoais, os APPs constituem também significações reveladoras de laços e vínculos sociais, redes de pertencimento e de formação das quais os indivíduos fizeram parte. Ou seja, esses *Arquivos* nos permitem perceber os modos como cada sujeito marcou seu percurso e, ao mesmo tempo, desvendar elementos que compõem uma história coletiva e social da Educação Física.

Ao analisarmos os documentos que compõem os dez *Arquivos Pessoais de Professores* custodiados pelo Cemef, constatamos a regularidade com que estes sujeitos docentes também podem ser notados em outros fundos e coleções existentes no Centro. Nas coleções de livros, manuais, filmes ou fotografias, ou na vasta documentação reunida

74. Em fevereiro de 1952, foi criada a primeira Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, de caráter público e vinculada à Diretoria de Esportes de Minas Gerais. No mesmo ano foi criada também em Belo Horizonte a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura. Os currículos das duas escolas eram similares. Um ano depois, em 1953, houve a fusão das Escolas sendo denominada, a partir daí, como Escola de Educação Física de Minas Gerais. Com importante destaque no cenário mineiro, a instituição começou a experimentar dificuldades na década de 1960 e, em novembro de 1969, foi federalizada e incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais. (LINHALES; NASCIMENTO, 2013)

75. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 141), o quadro de arranjo caracteriza-se como “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo”.

nos dois Arquivos Institucionais, lá estão os professores, deixando seus sinais, como ativos mediadores na formação docente, na gestão de políticas públicas, nos eventos acadêmicos, nas representações institucionais no Brasil e fora dele, entre outros fatos e ações. Podemos considerá-los como personagens transversais nos acervos do Cemef e, como tal, capazes de oferecer contribuições aos estudos históricos da área. Como nos lembra Carlo Ginzburg (2007), os sujeitos tecem “fios” e deixam “rastros” por meio dos quais, não só as presenças, mas também as ausências podem ser reveladoras de sentidos.

3. A organização de exposições: experiências compartilhadas

Entre as várias atividades desenvolvidas no Cemef, a realização de exposições apresenta-se como importante ação de pesquisa e divulgação dos fundos e coleções do Centro. Oportuniza experiências de formação, na medida em que fomenta diálogos com outros campos de conhecimento, em especial, com a Museologia. Compreender as exposições como práticas formativas tem nos permitido produzir narrativas históricas a partir do patrimônio salvaguardado, ampliar e diversificar a circulação de sujeitos no Cemef e estreitar interlocuções tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior. Desde a concepção, passando pela produção, montagem e recepção do público, as exposições no Cemef nos desafiam à construção de uma argumentação crítica, que seja capaz de sensibilizar os visitantes a interagirem com os objetos e conteúdos dados, a ver e a produzir suas próprias reflexões sobre as relações entre passado e presente (BINA, 2009; RAMOS, 2004). Com peculiaridades suscitadas por efemérides, o ano de 2019 foi um ano de várias exposições no Cemef. Entre junho e setembro, o Cemef sediou a exposição *Memórias de si, memórias da Educação Física: o Arquivo Pessoal da Professora Eustáquia Salvadora de Sousa*. Neste ano, a professora recebeu o título de professora emérita da UFMG em cerimônia realizada na EEFFTO e, em consonância com as celebrações que homenagearam a carreira de Eustáquia na Universidade, a equipe do Cemef decidiu desenvolver uma exposição produzida a partir dos vestígios e rastros presentes em seu Arquivo Pessoal.

Nesse mesmo ano de 2019, a Escola de Educação Física completou 50 anos de federalização, e como parte das comemorações, o Cemef também desenvolveu um projeto de extensão intitulado “História oral: produzindo fontes sobre a Escola de Educação Física da UFMG e os 50 anos de sua federalização”. Foram realizadas várias entrevistas com docentes e técnicos administrativos sobre a história da Escola, no período de 1969 a 2019. Parte central do projeto era dar visibilidade para as narrativas sobre o passado da EEFFTO, a partir do ponto de vista dos diferentes sujeitos, sobre as alterações vivenciadas pela instituição e sua comunidade ao longo de meio século. Foram realizadas

entrevistas públicas, entre elas uma com a professora Eustáquia Salvadora de Sousa. Em cada um dos encontros, o público presente acompanhou o diálogo entre entrevistador e entrevistado, podendo também participar.

Em outubro, o Cemef coordenou uma segunda exposição, intitulada “*A EEFFTO na UFMG: a invenção de um lugar*”, que extrapolou o espaço físico do Centro e ganhou os corredores da Escola. Com características mais celebrativas, adotamos a metodologia de envolver professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da Escola, para a seleção de 50 fotografias que captam fragmentos do cotidiano e das práticas desse lugar, ao longo de cinco décadas. As fotografias selecionadas foram expostas como banners em tecido e também organizadas em uma coleção de postais. Cada imagem foi acompanhada de uma descrição sobre fatos, sujeitos e sentidos a ela relacionada, expressando vestígios de um passado, interpretações de um presente.

E, por fim, nesse mesmo mês de outubro, uma terceira exposição, intitulada *Federalização da Escola de Educação Física de Minas Gerais: entre movimentos antecedentes e decorrentes de sua incorporação à UFMG*, priorizou o refinamento histórico e a atenção aos detalhes que, nos documentos, permitiram revisitar de forma crítica esse processo de incorporação e as resistências que o mesmo suscitou. Com prós e contras, a Escola foi, ao longo dos 50 anos de presença na UFMG, constituindo-se, reestruturando-se e fortalecendo-se institucionalmente. Com uma narrativa expográfica estabelecida a partir de documentação textual, iconográfica e de objetos do Cemef, esta exposição possibilitou refletir sobre os impactos de mudanças no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão e sobre o processo de construção do prédio da EEFFTO, no campus da UFMG.

Para o Cemef, foi um ano de intensas experimentações e desafios, que possibilitaram aprendizados efetivos. Para cada uma das exposições, intencionalidades distintas que, por sua vez, também facultaram aos visitantes diferentes sensações, percepções, emoções e entendimentos sobre um lugar social e político na Universidade, sobre seus sujeitos e práticas. Sobre histórias e memórias.

De modo mais específico, escolhemos aprofundar as reflexões sobre a primeira exposição daquele intenso ano de 2019.

4. A exposição “arquivo pessoal da professora Eustáquia Salvadora de Sousa: memórias de si, memórias da Educação Física”

O processo de concepção dessa exposição teve início em março de 2019 e foi coordenado pela professora Giovanna Camila da Silva, que compartilhou a curadoria com

a professora Meily Assbú Linhales e a museóloga Polianna Dias Santos. Naquele ano, o anúncio de que Eustáquia Salvadora de Sousa receberia, da EEFFTO, o título de professora emérita, traduziu-se como oportunidade para que pudéssemos explorar potencialidades existentes em seu arquivo pessoal, ao mesmo tempo em que o Cemef se integraria à homenagem, dando a ver, por meio de uma exposição, o reconhecimento pelo percurso acadêmico de Eustáquia.

No ano de 2016, a professora iniciou o processo de doação de seu acervo ao Cemef, motivada pela participação em um evento realizado pelo Centro. Tal evento destacou a importância dos Arquivos Pessoais de Professores para a história e a memória da Educação Física mineira, bem como a potencialidade deles para a pesquisa histórica. Eustáquia levou pessoalmente o seu acervo ao Cemef, composto por uma grande quantidade de livros, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias) e certificados pessoais de participação em eventos científicos e esportivos.

Posteriormente, no ano de 2018, outro conjunto de documentos foi acrescentado ao espólio. Esse recolhimento em camadas evidencia, por um lado, o processo de estabelecimento dos vínculos de confiança entre a pessoa doadora e a instituição receptora. Por outro lado, convoca os responsáveis pela organização documental a estabelecer estratégias arquivísticas que permitam esses acréscimos. Eles podem confirmar e ampliar as funções e subfunções estabelecidas para o quadro de arranjo ou podem demandar a criação de novos campos de descrição e classificação. Analisada a variedade documental existente, o referido arquivo foi organizado em cinco séries: Documentos Pessoais; Docência; Entidades Científicas e Acadêmico Profissionais; Pesquisa; e Biblioteca. Cada uma delas, com suas respectivas subséries.

Em entrevista concedida ao projeto de extensão “História Oral: Produzindo Fontes sobre a Escola de Educação Física da UFMG e os 50 Anos de sua Federalização”, em 2019, perguntada sobre como se deu a decisão de doar seu arquivo pessoal para o Cemef, Eustáquia respondeu:

Uai gente, é um sonho alguém ter os seus documentos guardados em um lugar lindo como esse, bem organizado. É uma contribuição que você pode deixar para a história, não é? Daqui quinze, vinte, trinta anos: “Olha, o que que aconteceu na Educação Física naquele tempo? Ah, vai ali no acervo da professora Eustáquia, que você pode achar uma coisinha”. Eu me senti muito honrada e não tinha outro jeito de ser em outro lugar. Tinha que ser aqui mesmo [riso], não tive escolha, viu?!⁷⁶

76. SOUSA, Eustáquia Salvadora de Sousa. Belo Horizonte, 30 ago. 2019. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer/ EEFFTO/UFMG. Entrevista concedida a Wemerson de Amorim. Todas as entrevistas realizadas pelo projeto foram transcritas e incorporadas à Coleção História Oral. Estão disponíveis para consulta na página virtual do Cemef.

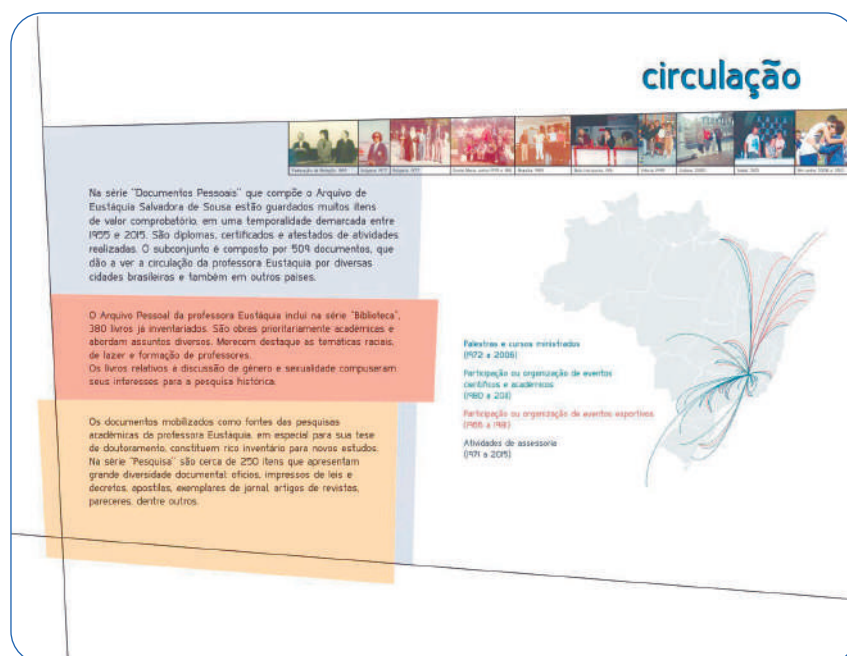
Tomando como ponto de partida os vestígios encontrados nesse Arquivo Pessoal, a narrativa forjada para a exposição pretendeu revelar a multiplicidade de ações realizadas por Eustáquia. Contar seus itinerários profissionais exigiu lê-la, vê-la e ouvi-la em seus guardados, para tomar de empréstimo as palavras de Eliane Marta Teixeira Lopes (1996), quando nos diz da disposição para “contar o outro” como uma possibilidade para as narrativas históricas. O acesso ao inventário do arquivo de Eustáquia e o posterior contato com os documentos permitiram uma imersão que possibilitou a identificação de fontes que, reunidas, ofereceram pistas sobre os processos de formação, os pertencimentos institucionais, os vínculos afetivos, o repertório de saberes e as múltiplas ações de Eustáquia. Escolhemos realçar os espaços de sociabilidade que a constituíram, sua circulação em diferentes lugares no país e fora dele e sua decisiva participação no desenvolvimento de estudos que relacionaram, de maneira pioneira, gênero e Educação Física.

A partir desse arranjo de documentos pré-selecionados e agrupados, começamos o exercício de projetar a narrativa da exposição. Esse processo tornou-se cada vez mais coletivo na medida em que o grupo de trabalho passou a se reunir para a elaboração dos módulos da exposição, recortando, da seleção inicial, os documentos que melhor representavam e se adequavam à narrativa que estava sendo construída. Paralelamente à consolidação do conteúdo, também foi concebida a expografia, o layout, as cores e as formas que tornariam possível traduzir o conceito da exposição.

Os processos de concepção de uma exposição tendem a enfrentar alguns desafios, como, por exemplo, a quantidade de documentos selecionados em relação ao espaço disponível para a sua exposição. Este dilema esteve presente, uma vez que era preciso aproveitar os expositores e painéis existentes no Cemef, e assim, adequar todo o conteúdo às possibilidades físicas do espaço e do mobiliário. Dessa forma, o processo de curadoria dos documentos foi sendo moldado juntamente às possibilidades da expografia. Foram diversos os desenhos pensados e ensaiados, para que vários documentos fossem expostos em sua versão original. A exemplo das fitas cassete utilizadas na pesquisa da professora Eustáquia, o retroprojetor com suas lâminas de aulas, ou mesmo o fotolito da capa do livro “Trilhas e Partilhas”, organizado por ela, em parceria com o professor Tarcísio Mauro Vago, e publicado no ano de 1997. Essa obra representou um importante marco na produção acadêmico-científica da Educação Física belorizontina voltada para o diálogo com as ciências humanas e sociais. Todos esses documentos e objetos do acervo foram revelados com suas características intrínsecas e traziam em sua materialidade marcas da época de sua feitura. Sendo assim, os documentos do acervo foram expostos, em sua maioria, sem a necessidade de reprodução, deixando o destaque dos painéis para a narrativa curatorial. Essa construção somente foi possível em um processo coletivo, no qual os conhecimentos e expertises de todas as áreas fundamentais para a concepção de uma exposição estiveram em diálogo desde a pesquisa, o estabelecimento da narrativa e do conceito, até o design.

Um exemplo disso foi a construção coletiva do painel “circulação”. A partir de uma seleção inicial de documentos sobre a participação de Eustáquia em eventos que aconteceram no Brasil e em outros países, foram sistematizados dados para a concepção de um mapa. Com esse recurso imagético, foi possível realçar os trânsitos e deslocamentos de Eustáquia, seguindo também pistas que emergiram de uma seleção de fotografias pessoais de suas participações em encontros acadêmicos e esportivos (Figura 1).

Figura 1: Painel sobre a circulação e atuação da professora Eustáquia pelo Brasil e pelo mundo



Fonte: Acervo da Exposição “Memórias de si, memórias da Educação Física”

Este painel convidou a compreender diálogos travados, espaços de sociabilidade constituídos e várias atividades exercidas por Eustáquia em sua trajetória profissional. Tais indícios foram encontrados em tipos documentais diversos, como diplomas, atestados e certificados que permitiram identificar uma variedade de instituições e momentos para os quais ela ofereceu suas contribuições.

Outro ponto de destaque foi a criação do design do painel “trilhas”, inspirado no título do livro organizado pela professora (figura 2). Agregando, por meio de palavras, elementos de representatividade de uma trajetória, transformou-se na identidade visual da exposição e em um marcador de livro, servindo como meio de divulgação e como lembrança da exposição. Com alusão a uma placa indicativa de direções, o design apresentou as temáticas mais caras à pesquisa e à atuação da professora Eustáquia.

Figura 2: Paineis trilhas



Fonte: Acervo da Exposição “Memórias de si, memórias da Educação Física”

O design gráfico da exposição mesclou inspirações da estética *Art Déco* e do estilo *Pop Art*, com formas geométricas e inusitadas, linhas retas e marcantes, cores vibrantes e alegres, além do caráter de ruptura e vanguardismo que transmitem. A exposição demandou uma criação que representasse a ousadia, a potência e também a graciosidade, características da trajetória e personalidade de Eustáquia.

Os módulos estabelecidos para a narrativa expográfica permitiram mostrar o modo como Eustáquia escolheu guardar fragmentos de seus itinerários e as maneiras próprias de produzir suas memórias. Representações que a professora forjou de si, dos outros e da Educação Física. A exposição apresentou também as obras e a documentação mobilizadas como fonte em seus estudos, em especial para sua tese de doutoramento, intitulada “Meninos à marcha! Meninas à sombra: História do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994)”. Essa pesquisa produziu dois desdobramentos fundamentais para o campo da Educação Física: o estreitamento com a pesquisa histórica e o desenvolvimento da temática de gênero.

O envolvimento de Eustáquia com o campo da Educação Física se deu por meio de diálogos com diferentes áreas de estudos, expressos nos objetos e nas obras que compõem seu acervo. O interesse pelos estudos de sexualidade, gênero e feminilidade foi evidenciado na exposição pelo lugar de destaque que tais temáticas ocupam na série biblioteca de seu arquivo pessoal.

Em um programa de disciplina ministrada por Eustáquia, carimbos e fotografias davam destaque para a presença da professora na Faculdade de Educação da UFMG. Ali, ela trabalhou com a gestão universitária, sendo vice-diretora e chefe do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Sua presença foi decisiva na disciplina de Prática de Ensino, para o Curso de Licenciatura em Educação Física. Um conjunto de certificados que atestam as ações da professora junto ao Programa de Pós-Graduação na FaE permitiu a produção de um painel intitulado “Partilhas”, que pretendeu realçar a sua participação na formação de muitos docentes que hoje pertencem ao quadro da EEFFTO. Em seus percursos, Eustáquia encontrou muitos sujeitos com quem compartilhou sua dedicação profissional, seu trabalho competente e sua presença afetuosa. Elementos revelados nos muitos vestígios de homenagens, agradecimentos e reconhecimentos de sua atuação encontrados em bilhetes, convites de formatura, placas e medalhas que também tiveram lugar na narrativa expográfica.

Como parte da cerimônia que homenageou Eustáquia Salvadora de Sousa com o título de professora emérita da EEFFTO, a abertura da exposição foi marcada pela presença de um grande público visitante. Familiares, ex-alunos, colegas de trabalho, amigos lembraram histórias, manifestaram curiosidades, reconheceram experiências vividas. Vale destacar o papel que a visitação cumpriu junto a estudantes da licenciatura e do bacharelado em Educação Física, afirmando-se como uma proposta de formação comprometida com a memória coletiva e com o conhecimento histórico. Dimensões potentes para o diálogo com tempos e espaços diversos, para a produção de identidades profissionais e ainda, para a compreensão do mundo em que vivemos.

5. Desdobramentos

Duas semanas depois da inauguração, Eustáquia retornou ao Cemef para uma manhã de agradecimentos. Nesse dia, nosso grupo de trabalho foi surpreendido por uma nova experiência de visitação, mediada pelos olhares, comentários e memórias da própria professora. Ao percorrer todo o espaço expositivo, a professora Eustáquia nos ofereceu uma outra leitura sobre os tempos e espaços da narrativa expográfica e, ao mesmo tempo, experimentou novas interlocuções com seus próprios objetos. Tal circunstância confirma o pressuposto de que “conhecer o passado de modo crítico significa, antes de

tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente.” (RAMOS, 2004, p. 21)

Afirmando a estreita conexão entre “memórias de si” e “memórias da Educação Física”, o olhar de Eustáquia, entremeado por obras, objetos e temas presentes na expografia, ampliou narrativas, atentou para detalhes, descreveu episódios divertidos e curiosos. Nesta manhã de muitas histórias sobre Educação Física, confirmamos a premissa de que um arquivo nunca guarda tudo, embora se constitua como um fio, sempre em busca de outros rastros. Nessa mesma visita, a professora informou seu interesse em doar ao Cemef mais um conjunto de documentos, fotografias, livros e registros pessoais. Fazer novos acréscimos ao seu Arquivo Pessoal - algo previsível nos processos de recepção de acervos - talvez seja uma forma de nos dizer da legitimidade e do valor do Cemef como lugar de acolhimento, custódia e preservação patrimonial.

Referências Bibliográficas

BINA. Eliene Dourado. Museus: espaços de comunicação, interação e mediação cultural. In: SEMEDO, Alice; NASCIMENTO, Elisa Noronha (orgs.). **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola**. v. 2. Porto: Universidade do Porto, 2009. p. 75-86.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HEYMANN Luciana Q. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: **Seminário CPDOC 35 anos: a Interdisciplinaridade nos estudos históricos**. 2008. Rio de Janeiro, Brasil . Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 15 de maio de 2022.

LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO Adalson (orgs.). **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LOPES. Eliane Marta Teixeira. Métodos e fontes na história da educação e educação física. In: **Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Belo Horizonte: UFMG-FEE, 1996.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. **Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo**. Dissertação(mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó, SC: Ed. Argos, 2004.

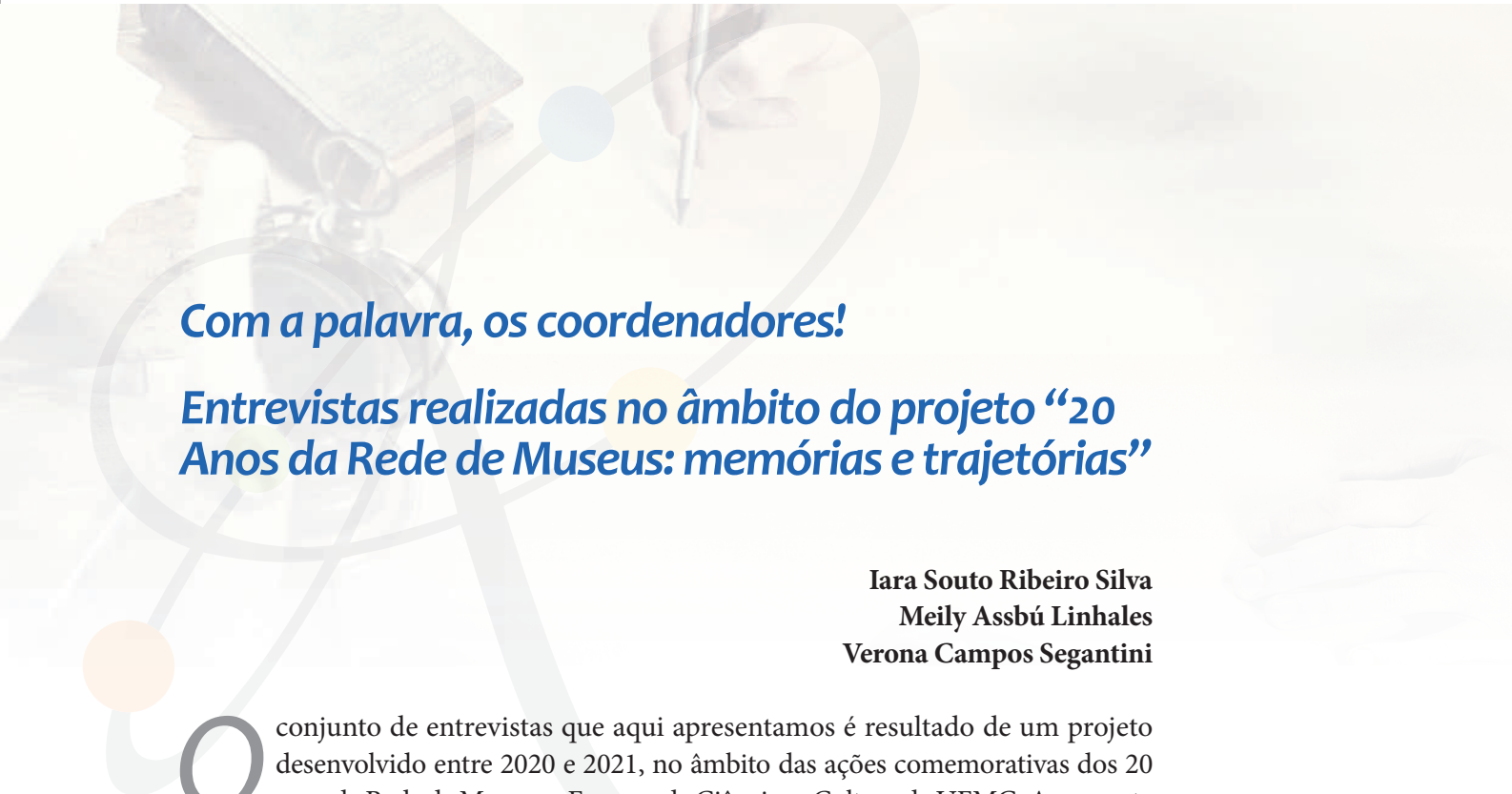
SOUSA, Eustáquia Salvadora de Sousa. Belo Horizonte, 30 ago. 2019. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef). Exposição ‘Memórias de si’.



The background is a solid blue color. Overlaid on this are several faint, light blue geometric shapes. There are three circles of different sizes and several intersecting lines, creating a network-like or orbital pattern. The word "Entrevistas" is centered in the middle of the image.

Entrevistas





Com a palavra, os coordenadores!

Entrevistas realizadas no âmbito do projeto “20 Anos da Rede de Museus: memórias e trajetórias”

**Iara Souto Ribeiro Silva
Meily Assbú Linhales
Verona Campos Segantini**

O conjunto de entrevistas que aqui apresentamos é resultado de um projeto desenvolvido entre 2020 e 2021, no âmbito das ações comemorativas dos 20 anos da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. A proposta foi apresentada ao Conselho Coordenador da Rede e um grupo de trabalho, por nós constituído, ficou responsável pela realização da atividade. O objetivo central do projeto foi registrar, por meio das narrativas de quatro docentes que ocuparam a coordenação da Rede, memórias concernentes às suas trajetórias, aos caminhos que os levaram ao trabalho com o patrimônio universitário e às práticas e desafios enfrentados em suas gestões. Buscamos, então, escutar, da perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos, como se deu a construção e o desenvolvimento da Rede de Museus da UFMG, essa experiência universitária pioneira no país.

Entre 2000 e 2021, a Rede de Museus foi coordenada por Betânia Gonçalves Figueiredo (2000-2004); Maria das Graças Ribeiro (2005-2006) *in memoriam*; Antônio Gilberto Costa (2007-2013); Rita de Cássia Marques (2013-2016) e Letícia Julião (2017-2021). Assim sendo, o projeto tinha pela frente o desafio de realização de quatro importantes entrevistas. Mais uma vez, agradecemos imensamente aos colegas que atenderam prontamente ao nosso convite.

Com a imposição do necessário distanciamento social, a partir de meados de março de 2020, provocado pela pandemia de COVID-19, vivenciamos uma mudança abrupta e radical na forma de trabalho na Universidade, e, inevitavelmente, também na condução dos projetos de pesquisa e extensão da Rede. A dura realidade enfrentada fortaleceu a importância e a relevância de celebrar os 20 anos da Rede de Museus, apesar do isolamento, do luto, do descaso com o patrimônio e as universidades brasileiras e muita desesperança.

As circunstâncias do isolamento social trouxeram inegáveis impactos também para a nossa compreensão sobre o tempo histórico (Hartog, 2020), com repercussões inclusive

sobre a nossa percepção do tempo. O confinamento introduziu um novo vocabulário em nosso cotidiano: *presencial, online, teletrabalho, ensino remoto, atividade síncrona, trabalho híbrido...* Palavras que passaram a fazer parte da rotina de nossa comunidade universitária e adentraram também o projeto em questão, ordenando escolhas e ações inventivas diante desse novo real.

Ficou estabelecida a realização das entrevistas em formato *online*, cuidando para que os nossos propósitos não fossem prejudicados pelo distanciamento. A expectativa era de que, com a metodologia da história oral, conseguíssemos abarcar a fundamental dimensão das subjetividades dos indivíduos no desenrolar das escolhas, dos acontecimentos e dos processos que constituíram o que hoje é a Rede de Museus. A instituição, afinal, é feita por pessoas. A novidade metodológica foi planejar, realizar as entrevistas e trabalhar o material sem nenhuma interação presencial, nem entre nós e nem com os nossos entrevistados. Em um primeiro momento, acreditamos que seria possível realizar as entrevistas presencialmente em algum espaço da Universidade. No entanto, o início de 2021 nos mostrou que sequer tínhamos encarado a face mais dura da pandemia, pois fevereiro e março daquele ano foram os meses com maior número de casos e óbitos no Brasil. Assim sendo, as entrevistas foram realizadas e gravadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, de nossas casas e das casas dos nossos entrevistados, por meio da plataforma virtual Zoom.

A história oral, compreendida por nós como uma área de interseções e também um método que constitui um campo de pesquisa, orientou as escolhas. Seguindo Portelli, compreendemos a história oral como “história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória” (2016). Assim, cuidamos para que a construção do trabalho de memória fosse o fio condutor e não a mera reunião de informações. Um princípio tácito, anunciado por Santhiago e Magalhães, orientou o trabalho: “a entrevista seria o encontro de duas subjetividades, de dois conjuntos de saberes, de dois repertórios linguísticos, etc., mas inclusive – e no meio de tudo isso – o encontro presencial de dois corpos” (2020). Portanto, apesar de a presença física não se realizar, balizas fundamentais para a história oral foram mantidas: o caráter oral das narrativas, as entrevistas síncronas, o caráter memorial do que está sendo elaborado e dito, a produção de espaço para o diálogo (interrupções na fala um do outro), a relação estabelecida entre entrevistado e entrevistadores e a dimensão performática.

Para a elaboração do roteiro de cada entrevista, tomamos os Currículos Lattes dos entrevistados como documentos guia, pontos de partida. Por meio deles, foi possível perceber previamente, ressaltar e aprofundar, nas entrevistas, aspectos da trajetória profissional e acadêmica dos professores. Também nos atentamos para as conexões que apontavam envolvimento e interesses construídos, por cada um, em relação ao patrimônio universitário.

Apesar de todos os cuidados metodológicos, alertamos que o contexto de produção das fontes produziu implicações que não devem ser menosprezadas por quem se aventure

a analisar os documentos textuais e imagéticos gerados a partir desse projeto. Todas as entrevistas foram gravadas em vídeo e podem ser acessadas no site da Rede de Museus (<https://www.ufmg.br/rededemuseus/>). Também de modo virtual, em setembro de 2021, foi realizada uma cerimônia comemorativa dos 20 anos da Rede de Museus e, para esse evento, a partir do material reunido nas entrevistas, foi produzido um vídeo intitulado “Memórias e Trajetórias: 20 anos da Rede de Museus. Para essa tarefa, contamos também com a colaboração de Marcus Marciano Silveira e da bolsista Dominique Correia.

O conteúdo das entrevistas é plural e nos oferece uma riqueza de detalhes relativos a cada etapa de gestão da Rede de Museus. Ao mesmo tempo, nos permite conhecer a construção coletiva, a lida cotidiana com os diferentes espaços da Rede, os desafios compartilhados na busca de condições objetivas de trabalho: os recursos orçamentários, a formação de pessoas, a sistematização de políticas e a legitimação institucional. Não menos importantes, são as perspectivas que também anunciam para a Rede de Museus, por meio de instigantes reflexões sobre os vínculos entre passado, presente e futuro. Para que as entrevistas fossem trazidas a este livro, as mesmas passaram por um exercício de composição no qual escolhemos priorizar as contribuições à Universidade e à Rede de Museus. Nesses termos, alguns trechos mais voltados para as trajetórias pessoais de formação e atuação profissional foram suprimidos.

Esse projeto nos permitiu conhecer ricas trajetórias de vida, docentes comprometidos e engajados na construção da Universidade, memórias emocionadas, exercícios ético-políticos diante dos desafios do patrimônio, cidadanias, pertencimentos. De nossa parte, ao perguntar, escutar, transcrever, editar e disponibilizar, muito aprendemos. Os entrevistados nos transmitiram seus saberes e suas lembranças e, ao fazê-lo, nos envolveram também em seus compromissos com o patrimônio universitário e com esse desafiante rizoma que, na UFMG, se expressa por meio de uma rede de museus, centros de memória, coleções científicas e tantos espaços de ciência e cultura.

Referências Bibliográficas

HARTOG, François. A COVID-19 e as perturbações no presentismo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 22, n. 41, p. 50-56, jul.-dez. 2020.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo, MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, 2020.

UFMG. Rede de Museus. <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>

1. Entrevista realizada no dia 28 de janeiro de 2021, com Betânia Gonçalves Figueiredo

Betânia Gonçalves Figueiredo é graduada em História pela UFMG (1986), doutora em Sociologia pela USP (1996). Foi professora do Departamento de História da UFMG de 1992 a 2017, com atuação na graduação e na pós-graduação. Foi a primeira coordenadora da Rede de Museus, entre 2002 e 2005.

IS: Betânia, primeiro a gente queria agradecer muito que você tenha aceitado dar essa entrevista para a gente. E aí, a gente queria começar perguntando um pouquinho sobre as suas origens familiares mesmo, onde você nasceu, em quais escolas que você estudou na Educação Básica, e aí, o que, nesse seu caminho de formação inicial na escola, te levou a escolher pela graduação em História.

BF: Eu sou resultado da escola pública. Praticamente a minha vida toda, eu venho de uma família pobre, em que fazer curso superior era uma grande novidade. A minha mãe tinha um curso de Contabilidade e o meu pai só foi se formar em Direito quando ele já tinha seis filhos. Então, isso não era algo comum na minha vida. E o interesse pelas Ciências Humanas, ele veio com essa expectativa um pouco de uma pessoa pobre que não podia conhecer o mundo, conhecer um pouquinho do mundo. Então, é por aí o meu caminho com as Ciências Humanas. Quando eu comecei a fazer História, logo logo, eu vi que a vida de professor do Ensino Fundamental era pesadíssima, e aí, como é que eu ia me envolver? E que a História, como a gente trabalhava na UFMG, era uma História, em termos profissionais, completamente idílica, não é? Então, formava-se o historiador para fazer uma pesquisa idealizada - porque, na minha época, nem pós-graduação havia - e fazer um envolvimento com o ensino. E, então, logo que eu me formei em História e comecei a trabalhar, eu percebi que o caminho dos arquivos e dos museus era uma perspectiva importante para que o historiador assumisse. Então, sempre que possível, eu me envolvia com arquivos e museus, porque era alguma coisa que me aliviava de estar em sala de aula e que me proporcionava algum tipo de trabalho. Então, eu tinha duas alternativas: ou eu trabalhava como técnica em Química, eu havia me qualificado para tal, ou eu trabalhava como uma pessoa da História na área de pesquisa, voltada para arquivos e museus, mais para atuar em arquivos e museus do que exatamente pesquisa. Logo que eu terminei a minha graduação, eu entrei em sala de aula e fiquei completamente atordoada, porque eu fiz licenciatura, mas a licenciatura não te prepara para entrar em sala de aula. As questões mais simples: o que que significam os 50 minutos em sala de aula; o que significa lidar com turmas lotadas, paupérrimas,

que vão ali praticamente para se alimentar. Aquilo foi me deprimindo imensamente, e aí eu falei: “eu tenho que fugir desse universo de sala de aula, vou fazer um mestrado”. E aí, na época, eu passei na USP, que era um projeto de ensino de História, e eu passei na Unicamp, na História da UFMG, não havia mestrado. Na época, a Unicamp era uma coisa assim, muito bacana para a gente, os autores que a gente lia estavam todos na Unicamp, eu fui para a Unicamp. Fiz o mestrado, depois do mestrado, “já que eu estou aqui, vou fazer o doutorado”. Mas eu entrei na UFMG só com o mestrado, e na UFMG, logo eu percebi que quem tinha só o mestrado não tinha uma espécie de uma identidade profissional [risos], que era necessário correr para o doutorado. Então, eu fiz isso, corri para o doutorado. Então, foi assim a minha trajetória, então, nem o trabalho do mestrado nem o trabalho do doutorado estão vinculados com Patrimônio, nenhum dos dois. E no Departamento de História, a única disciplina que poderia me aproximar mais do Patrimônio era “Arquivos e Museus”, então, eu me envolvi com “Arquivos e Museus”. Era uma disciplina que não era muito querida pelo Departamento, era uma disciplina que nem sempre tinha professor para dar essa disciplina e eu assumi essa disciplina com essa perspectiva: era possível transformar “Arquivos e Museus” em uma formação complementar do profissional de História. O profissional de História podia, e com certeza, tem uma contribuição importante para dar para a sociedade, não é? E uma das coisas que eu mostrava para os meus alunos é que havia mercado de trabalho para o historiador não só na sala de aula, mas uma série de atividades vinculadas com Patrimônio. E aí, a disciplina deixou de ser um apêndice para o bacharelado e ela passou a ser uma formação para qualquer profissional de História. Tanto aquele que se dirigiria para a sala de aula, como aquele que desejava enfrentar o mercado de trabalho... E essas visitas que a gente fazia com os alunos eram importantíssimas, nos vários espaços de documentação, memória, pesquisa, porque eu sempre fazia questão de perguntar: “Você que está trabalhando aqui, qual é a sua formação?” e vários desses profissionais nos museus, nos arquivos, nos centros de documentação, eram historiadores. Então, não tinha dúvida, havia necessidade de o curso de História, na minha opinião, cada vez mais, qualificar os alunos para o mercado de trabalho pensando nessa potencialidade da pesquisa na área do Patrimônio e da atuação na área do Patrimônio. Em torno de 1999, eu fui chamada na Pró-Reitoria de Extensão, na época, o pró-reitor era o Edison, é um médico. E eles me chamaram porque sabiam dessa disciplina, sabiam que essa disciplina atraía alunos de outros departamentos, outras unidades e queriam me perguntar como é que a gente podia lidar com a quantidade de museus que tinha na UFMG, cada um em um canto. E entre os museus da UFMG, eu visitava poucos até. Porque eram espaços museais muito vinculados aos projetos de pesquisa dos professores, então, isso significava que não havia um horário regular, que eu tinha que agendar uma visita com uma antecedência toda especial, era super complicado. Então, a primeira coisa assim, depois de várias reuniões com o Edison, a gente pensou: “Olha, quem sabe a gente cria alguma

linha que vincule esses espaços e a gente trabalhe desde a qualificação das pessoas que atuam nesses espaços até a potencialidade desses espaços para a comunidade acadêmica”. Então, essa foi a primeira ideia, a ideia de vincular espaços completamente diferentes, distante uns dos outros, você tinha desde o Museu de História Natural, né, que é da origem aí do início da Universidade, até espaços que eram só projetos de pesquisas. Então, era tudo muito diferente, espaços que não necessariamente tinham funcionários, nada disso. Então, a primeira ideia era essa. São espaços distintos, nós vamos colocar uma linha vinculando esses espaços, uma linha simbólica, eles não vão estar agregados em uma instituição, nós vamos chamar essas pessoas para conversar, nós vamos mapear quem trabalha com essas pessoas e nós vamos começar a formar esses grupos. Então, olha só que delicado, nós tínhamos que formar os responsáveis por esses espaços, porque as noções que eles tinham de museu, de arquivo, de acervo, eram super idílicas, vamos chamar assim, não tinha nada de concreto.

IS: Sim. Voltar só um pouquinho mais atrás, no tempo mesmo dessa sua narrativa, na sua época ainda de estudante, na graduação, você se formou nos anos 80, não é? Na sua formação, tinham discussões sobre Patrimônio? Na sua formação, principalmente na graduação, no seu mestrado, nas disciplinas ofertadas, você falou que já tinha disciplina de “Arquivos e Museus”, e depois que você assumiu? Quando virou professora do Departamento... se você pudesse detalhar um pouquinho isso para gente.

BF: Na minha formação, eu não tive absolutamente nada de “Arquivos e Museus”. A disciplina “Arquivos e Museus”, ela era focada apenas para os alunos do bacharelado, então, eu fiz licenciatura e não tive nada, nada, nada de Patrimônio. Nenhuma discussão, nenhuma leitura, nenhuma problematização, nada, absolutamente nada. Eu fui trabalhar com arquivos e museus desde a graduação. Então, eu fui trabalhar no Museu Abílio Barreto. Eu sonhava que um dia ia trabalhar no Museu Abílio Barreto, então eu comecei trabalhando no Abílio Barreto como estudante, estagiária.

IS: De acordo com o seu currículo que a gente olhou, você defendeu, em 1992, o mestrado. E também entrou como professora do Departamento de História em 1992, como é que foi esse seu ingresso como professora do Departamento? Foi ao mesmo tempo que a defesa da dissertação, Betânia?

BF: Na verdade, a defesa foi até acelerada para eu poder me inscrever no concurso, porque, naquela época, o concurso era para mestre. Então, eu tive que acelerar a minha defesa, eu lembro que, na época, eu já não morava mais em Belo Horizonte, eu morava entre Campinas e Rio e a gente usava uns computadores, era o CP-500, que era um computador que você tinha que ler o programa em um “disquete” grandão e depois você colocava os seus dados. Então, você operava aquele computador, eu era digitadora assim, datilógrafa, o nome era datilógrafa, e você operava, então, o computador dessa

forma. Nas vésperas de eu entregar o texto, eu perdi boa parte do material. Então, os meus pais fizeram assim, uma super gentileza de comprar um outro computador, arrumar alugado, eu sei lá o que eles fizeram. Eu vim para Belo Horizonte e trabalhei durante uma semana dia e noite, dia e noite para recuperar tudo, reconstituir tudo e poder entregar [risos] a tempo de defender e prestar o concurso, então, foi assim.

IS: E esse concurso foi para História Moderna, não foi nem para área de arquivos e museus, depois que você entrou como professora do Departamento que...

BF: Não! Não existia concurso para Arquivos e Museus, nunca. Eu nem sei se hoje existe, mas eu acho que nunca existiu. Então eu fiz para Moderna, eram 10 pontos, então eu estudei os 10 pontos, me preparei para os 10 pontos e fiz o concurso para Moderna. Na época do meu concurso, foi o mesmo concurso da Júnia⁷⁷. A Júnia entrou primeiro. Nós duas fizemos o mesmo concurso para Moderna. Ela ficou em primeiro lugar e eu fiquei em segundo lugar, havia só uma vaga, então, eu achei que eu não ia ser chamada, mas acabou surgindo uma segunda vaga e eles acharam melhor e também era por lei, eu já tinha sido até convocada e tal. Não tinha como não me contratar porque eu já tinha sido convocada, então, eles chegaram até a tentar abrir um outro concurso, mas não tinha como, na época, eu já tinha pedido demissão, eu dava aula em uma escola em Niterói, eu havia já pedido demissão, entregue a minha carteira para o Departamento Pessoal da UFMG. Então, eu comecei no Departamento de História dando aula de História do Capitalismo, na verdade. Era uma disciplina também do antigo currículo que tinha a ver aí com uma interpretação de como é que deveriam ser os currículos. E tinha essa disciplina de História do Capitalismo. Então, eu comecei dando aula de História do Capitalismo, depois, eu fui para História Moderna, em alguns momentos, como o meu Departamento, assim... o nosso setor trabalhava com História Moderna e História Contemporânea, eu tive que dar algumas Histórias Contemporâneas. Então, esse é o primeiro momento muito delicado que eu logo fui percebendo que tudo que eu fizesse na área de arquivos e museus e na área de História da Ciência não contariam como créditos para mim no Departamento, nunca contaram. A História da Ciência depois passou a contar, mas a minha atuação em arquivos e museus nunca contou para os pontos que eu tinha que compor ali. Para a minha produtividade no Departamento. E isso era um problema porque, às vezes, eu me envolvia muito com arquivos e museus. Eu lembro que um colega meu falava assim: “se você tivesse o mesmo empenho que você tem com arquivos e museus com o Scientia, o Scientia estaria anos luz à frente do que está hoje”. Mas eu tentava, eu sou muito agitada, então eu tentava ter energia para os dois. Então, foi mais ou menos assim. Então, esse é um calcanhar de Aquiles aí dentro da atuação no Departamento, que, por exemplo, ser coordenador da Rede era

77. Júnia Ferreira Furtado foi professora do Departamento de História da UFMG.

nada, absolutamente nada, nada e dava trabalho! Nesse momento que a gente estava tentando organizar o que é que seria a Rede, convencer. Eu tinha assim, um papel de convencer os meus colegas coordenadores de espaços, que fazer aquelas reuniões faria sentido, que se submeter àquele tipo de organização com poucos vínculos faria sentido, que fazer projetos de forma coletiva fazia sentido, então, era um convencimento quase de corpo a corpo, eu tinha que visitar um por um, conversar com um por um, essas conversas eram individuais primeiro, depois que eu os levava para a Pró-Reitoria de Extensão para conversar com o professor Edison. Então, era muito difícil. Na época, o Edison falava assim: “na área da saúde isso funciona, Betânia. Nós não podemos estar em todos os lugares ao mesmo tempo, então, nós temos que ter uma rede que defina alguns processos comuns”. Então, a gente não usava o termo boas práticas, mas foi isso que a gente tentou iniciar, uma constituição na UFMG. Para que esses espaços díspares, de posição, de recurso, de conhecimento, de organização, de funcionários, tivessem pelo menos um vocabulário comum. As boas práticas na área, para que eles conhecessem uns aos outros, para que eles conhecessem espaços semelhantes no Brasil e no mundo, então, esse era o nosso esforço, era bem básico.

IS: Sua primeira aproximação com o patrimônio universitário, Betânia, foi só a partir dessas conversas com Edison, então? Partiu dele ou antes você já teve alguma aproximação?

BF: Não. Como eu trabalhava com arquivos e museus, eu levava os meus alunos todos os anos para visitar museus e arquivos. Ou, se não, centros de documentação importantes. Então, eu tinha vários parceiros pela universidade, pessoas que me recebiam, que conversavam, que me diziam dos seus problemas, das suas angústias, do que elas conseguiam, do que não conseguiam. Então, eu ia no CECOR, por exemplo, no Centro de Conservação e Restauro, então, ali, eu conhecia as pessoas que trabalhavam, que me diziam se aquilo ali devia ser um curso ou não deveria ser um curso de graduação, quais eram os impasses, quais eram as dificuldades, em quais projetos eles estavam investindo. Eu ia no Museu de Ciências Morfológicas que era um projeto. Não sei até como está hoje e a Maria das Graças Ribeiro, na época, me explicava como é que ela estava fazendo, quais eram as dificuldades, porque que era um espaço tão visitado, porque fazia tanto sucesso. Na verdade, quando eles queriam saber de algum espaço museal da UFMG, a imprensa sempre me procurava e perguntava, porque era a forma mais rápida de eu informar. “Ah, essa, você procura fulano, esse pessoal aqui”. Tinha o Observatório, na Serra da Piedade, então, assim, todos os espaços, o Centro de Memória da Engenharia, o Centro de Memória da Medicina, todos esses espaços eu frequentava e conhecia os coordenadores, o que eles faziam e mais ou menos com os meus alunos, às vezes nem sempre *in loco*, mas na sala de aula, a gente avaliava aqueles espaços, os seus pontos fortes, os seus pontos fracos, as suas incoerências, então, a gente discutia aqueles espaços

como problemas em sala de aula, nós analisávamos esses espaços. Então, eu discutia, a gente trabalhava com uma bibliografia, eu discutia um pouco com os alunos e a gente ia nas visitas. No retorno das visitas, cada vez mais, eles iam também sabendo perguntar, conseguiam se encaixar naquelas realidades e fazer as perguntas mais pertinentes. Então, essa experiência de dar anos a fio “Arquivos e Museus” fez com que eu conhecesse todos os espaços museais da UFMG. Quando o Edison me chamou lá [risos], ele falou o seguinte: “Betânia, você tem que me explicar, por que todo mundo quer banheiro e vitrine nos espaços?”, olha só! [risos], eu morri de rir, não é? Tentei explicar para ele e para dizer para ele: “não, isso não é a solução”. Porque todos esses espaços iam atrás da Pró-Reitoria de Graduação pedir vitrine e pedir banheiros. Aí, eu falei: “olha, eles estão pedindo vitrine porque a ideia que eles têm de acervo é essa, eles não têm uma prática de documentação, de como esse acervo chegou ali, eles não sabem selecionar, eles não estão entendendo que esses espaços só vão funcionar se tiverem uma comunicação com o público, que essa comunicação com o público se faz a partir de uma certa leitura do acervo, não é o acervo integral que tem que estar exposto”. Então, eu fui formando o Edison também [risos]. Era um pouco isso, eu ia conversando com todo mundo, com a maior paciência, explicando tudo para todo mundo e aí, nessas alturas, eu já tinha mapeado todas as pessoas que, pelo menos uma vez na vida, no Lattes, tinham colocado a palavra museu na UFMG. Eu conhecia todo mundo. E aí, a gente começou a atuar. Como é que nós vamos atuar? “Nós vamos atuar tentando estabelecer vínculos entre esses espaços, esses vínculos vão ser principalmente na área de formação no primeiro ano”. Então, vamos lá, esse era o critério. Então, nós vamos começar a conversar com esses professores, todos muito desconfiados, porque era uma tentativa de uma unificação da PROEX.

IS: Esse grupo inicial que fundou a Rede são esses espaços que você já nomeou aqui pra gente?

BF: É, o Centro de Memória de Medicina, o Museu de Ciências Morfológicas, o Museu de História Natural, o Observatório Astronômico, o Centro de Memória da Engenharia, é... eu achei que eram seis ou sete. Ah, isso. Até agora eu renomeei cinco, eram esses os espaços. Por exemplo, o Observatório Astronômico, ele não entendia, o Las Casas⁷⁸, porque que a gente podia entrar com ele na Rede. “Olha, é para um centro de divulgação, esses espaços, de acordo com a literatura, desde o zoológico, podem ser considerados como espaços de coleção, até esse esforço sistemático de observar os astros celestes”. Então, eu tinha que fazer todo o convencimento [risos] para que essas pessoas se unissem a nós. Então, elas aceitaram no primeiro momento, depois a gente bolou um curso, porque os funcionários... essa prática de que vai para os espaços museais e para o

78. Renato Las Casas foi professor do Departamento de Física da UFMG.

centro de documentação aquele funcionário que não dava certo em lugar nenhum. Na época, era isso que acontecia, era exatamente isso que acontecia! Nós jamais sonharíamos com técnicos em assuntos educacionais nos ajudando. Não tinha nada disso, éramos só nós, nós e nós. Não tinha ninguém para ajudar, para pensar, para elaborar, para nada. Então, a gente começou a fazer um curso que, na nossa expectativa, todos deveriam cursar. Era um curso que deveria envolver não só os funcionários, mas também os gestores desses espaços. Então, o que que eu fiz? Eu bolei o curso em módulos, talvez, em algum momento, a gente consiga resgatar isso, talvez esteja impresso e a gente... olha, foi muito inovador mesmo, pensando agora [risos], que nós estamos no meio de uma pandemia tendo que dar aula a distância. O curso era semipresencial, ele tinha momentos presenciais e momentos de dispersão. Nos momentos presenciais, nós cada vez visitávamos um espaço diferente, então, era uma oportunidade de uns conhecerem os outros. Então, havia todo um calendário com antecedência e a gente sabia: “agora nós vamos no Museu de Ciências Morfológicas”. Então, todos os alunos do curso iam para o Museu de Ciências Morfológicas. “Agora nós vamos para o Museu de História Natural”, aí a aula acontecia lá. Aquele encontro em que o diretor daquele espaço, o diretor daquele projeto, o professor responsável explicava um pouco como tudo aconteceu e a gente visitava o espaço. Então, nesse momento, a gente começa a apresentar um espaço ao outro dentro da universidade porque eles não se conheciam. Na medida que eles passam a se conhecer, ideias, então, de formar essa rede vão se fortalecendo. Os funcionários que eram super desqualificados, essa que é a verdade, eles começam a ter uma apresentação tímida, mas do quê que era o mundo dos acervos e dos museus. Isso aí, a gente não tinha nada, mas aí me arrumaram um estagiário, então a gente buscou professores que seriam capazes de escrever aqueles módulos, todos os outros módulos que não tinha professor eu tive que redigir. Então, vamos imaginar: tinha dez módulos, seis módulos eram meus e os outros eram um da Rita com a Anny⁷⁹, um do Bernardo⁸⁰ falando de museu e divulgação de ciência, um do Mauro Condé⁸¹ falando de museu e História da Ciência. Então, era isso, o curso era basicamente isso aí.

IS: Era um curso de aperfeiçoamento, Betânia?

BF: Não, ele poderia ser considerado como um curso de aperfeiçoamento para os funcionários, mas a gente não estava preocupado com a carga horária, nada disso. Depois, ele foi aceito como um curso de carga horária 60 horas, aí a gente aceitou alunos no curso também quando ele foi ofertado outras vezes. E o curso, no final, ele tinha uma visita... Ah! Lembrei do outro espaço, era o espaço lá em Diamantina.

79. Anny Jackeline Torres Silveira é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

80. Bernardo Jefferson de Oliveira é professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da UFMG.

81. Mauro Lúcio Leitão Condé é professor do Departamento de História da UFMG.

IS: Ah, claro! Que era onde o Gilberto trabalhava, Casa da Glória.

BF: É. Isso, era isso. Então, o último local que a gente se reunia, a gente entrava em um ônibus da universidade, ia até Diamantina e lá encerrava o curso no fim de semana. Então, naquele fim de semana, a turma toda reunida, a gente visitava os espaços da cidade, de memória, de patrimônio da cidade, etcetera e depois a gente encerrava o curso no domingo e voltava. Os alunos ficavam ali hospedados na hospedaria do Museu da Glória, que chama?

IS: Casa da Glória.

BF: Casa da Glória. Lá eles têm uma moradia para estudantes e a turma ficava lá. Eu também era para ter ficado lá, mas, na época, a minha filha tinha nascido e para eu ir dar o curso, ela só mamava em mim, tinha que... Ela foi junto com uma pessoa tomando conta para de 3 em 3 horas, 4 em 4 horas mamar [risos]. Então, foi assim, olha, a gente era completamente insano, não é? A gente ia para Serra da Piedade com o ônibus em... subia a Serra da Piedade, todo mundo da universidade e dava tudo certo e a gente voltava inteiro. O que que a juventude faz [risos]. Hoje, se eu fosse pensar nisso [risos], eu não sei se eu correria todos esses riscos não, de colocar esse tanto de gente no ônibus, a turma de noite bebia e não sei o quê, mas no outro dia estava todo mundo lá, responsável e fazendo o curso. Então, assim que a gente começou a ver que era necessária essa qualificação. E essa qualificação aumentou a autoestima de todos os funcionários, porque a nossa instrução era a seguinte: todo mundo que bolasse o curso, colocasse links para que esses alunos... eu estou chamando alunos entre aspas, pudessem clicar naqueles links e ser apresentados para as experiências VIP, do mundo inteiro. Então, era isso, a gente falava “quais são as tipologias de museu?” Ele visitava a Casa Freud, ele visitava todos os museus de História Natural que você pode imaginar, os mais lindos e maravilhosos, ele entendia, por que que o Patrimônio envolve a comunidade e reaquece a economia de determinados setores, não é? Então, a gente dava os exemplos, enfim. Nessa época, eu conheci a Silvânia⁸², porque eu já via, no Lattes dela, que ela tinha envolvimento com museus, então, ela entrou também no grupo, é... a Silvânia também participou, é... de um módulo do curso e assim foi. A gente fez esse curso, a ideia era levantar a autoestima desses estudantes todos e tal, e funcionários para eles verem que eles estavam trabalhando numa instituição que não era o fim da carreira, podia ser o início da carreira. Que aqueles espaços estavam moldando mundo afora e que aqui a gente podia revalorizá-los, porque a nossa universidade era muito

82. Silvânia Sousa do Nascimento - professora da Faculdade de Educação da UFMG.

importante e a gente precisava demais daqueles espaços. Então, a gente foi colocando gás nessa história.

IS: Foram quantas edições, Betânia, você se lembra?

BF: Foram três edições. E concomitante a esse curso, a gente fazia reuniões mensais da Rede de Museus. Nessas reuniões mensais, eu sempre tentava trazer alguém da área, importante, de qualquer lugar do Brasil para vir falar para os nossos colegas, porque não podia mais só eu falando, eu tinha que trazer pessoas que me respaldassem. Então, isso foi ótimo também, porque aí alguns desses pesquisadores eu já conhecia, outros eu fui conhecer em função dos convites. Eu só lia esses textos e comecei a chamá-los para vir aqui. Então, a gente chamou uma professora da Geologia, esse foi super assim, escolhido a dedo. Eu ia escolhendo a dedo. Agora me fugiu o nome dela, mas daqui um pouquinho... Margareth! A Margareth Lopes. Ela foi a primeira bolsista de produtividade na área de Museologia. Então, o primeiro bolsista de Museologia de produtividade no CNPq não tinha nenhum vínculo com as unidades de museus. Nessa época, não existia curso de museus não, ela trabalhava com a Geologia e na Geologia ela trabalhava com os acervos e esse vínculo dela com os acervos museais é que fez com que ela pleiteasse uma bolsa e conseguisse uma bolsa de doutorado nessa área. Então, até isso eu mapeava, eu sabia todos os currículos de absolutamente todo mundo, aí já não era mais só na UFMG, no Brasil, então, ela veio.

IS: Como é que foi esse processo de você ser essa primeira coordenadora da Rede? Porque você falou do convite do Edison, isso foi uma coisa quase que automática, foi uma escolha entre os espaços, foi o Edison que te indicou? Como é que foi essa sua nomeação, vamos dizer assim, para ser coordenadora da Rede?

BF: Olha aqui, essa nomeação... no início nós trabalhávamos com a ideia de que não era necessário institucionalizar nada, entendeu? E isso não é um cargo, não era um cargo, não era uma posição, não tinha remuneração, ninguém tinha que escolher. Nós estávamos ali discutindo, eu, o Edison e o Paulo, que era um professor que já aposentou há mais tempo, da Sociologia, a gente estava discutindo como solucionar um problema recorrente na área de museus da UFMG. Era uma área que não tinha adesão, a atenção devida, mas eles também achavam que tinham problemas nesses espaços, então, não tinha como consultar aos integrantes desses espaços se eles queriam que eu coordenasse, não tinha jeito. Nós estávamos surgindo do nada, nós estávamos inventando uma fórmula, nós inventamos um modelo de gestão ali. Então, o modelo de gestão é: “Betânia, você vai coordenar”, “não tem mandato?”, não tem nem mandato, não tem nada, não tem nada, absolutamente nada. “Você vai coordenar, você vai ver o que é possível e vamos ver se vai dar resultado”, e os resultados foram aparecendo. O segundo movimento importante, além... o terceiro, além do curso, além dos encontros mensais que a gente fazia a cada

hora em um espaço, a gente fez um outro movimento, que era trabalhar em conjunto nas demandas de projetos de pesquisa e recursos. Então, a gente começou a demandar projetos comuns, então, não era mais o Ciências Morfológicas que entrava pedindo dez mil, não era mais a Medicina que entrava pedindo mil, nem o Observatório Astronômico pedindo dez mil, vinte mil, sei lá o quê. Agora era a Rede de Museus, em nome desses espaços que somávamos as nossas forças, somávamos a visita anual. Os espaços não tinham nem uma forma, nem sei se ainda tem hoje, se já tem hoje, tomara que tenha, uma forma padrão de fazer a contagem dos visitantes, nem isso tinha. Então, a gente começou a somar os nossos visitantes/ano, ao invés de dizer: “eu tenho mil visitantes/ano, eu tenho dois mil visitantes”, a gente somava tudo e dizia: “nós temos cinquenta mil visitantes/ano”. Esse conjunto da Rede é capaz de receber cinquenta mil visitantes/ano.

IS: A Rita mencionou para gente um primeiro... foi o primeiro grande projeto que conseguiu recursos financeiros, que seria um projeto da FAPEMIG, coordenado por você. Você tem lembranças de quais eram os objetivos desses primeiros projetos, quanto de recurso vocês conseguiram? Como é que foi a distribuição disso?

BF: Eu sei que, no primeiro ano, a gente conseguiu um milhão de reais, que isso era surrealista em termos do que que a gente mobilizava de dinheiro. Era assim, dinheiro como a gente nunca tinha visto na vida [risos] e nem os espaços. Acho que foram dois ou três projetos, FAPEMIG e CNPq que somados davam isso. Então, isso foi muito impressionante, porque a gente mudou o patamar da conversa, tanto é que vários outros espaços começaram a nos chamar para saber o que que a gente estava fazendo porque aquilo era completamente inusitado. Então, os projetos eram desde preparar o material de divulgação. Eu posso procurar aqui se eu tenho esses projetos ainda ou eu posso entrar na FAPEMIG, entrar no CNPq e tentar resgatar o histórico desses projetos. Então, foi assim, ao invés de pedir 10.000, juntos, a gente podia pedir 100.000 porque tinha uma estrutura muito mais integrada. E aí, eu fiz o projeto mais ousado de todos. E essa história é delicada porque eu tive que interromper e devolver o dinheiro. O mais arriscado de todos foi esse. Eu falei o seguinte: “esse pessoal da Rede de Museus está achando que nós vamos ficar só visitando museus online. Nós vamos mudar isso”. Eu fiz um projeto que cada um ou dois trabalhadores da equipe técnica desses museus iria passar um estágio em um outro museu em algum lugar do Brasil para ter experiência de boas práticas. Então, a primeira pessoa era uma menina que fez mestrado comigo, a Helga, ela foi para o Museu da PUC do Rio Grande do Sul. Porque a experiência do Museu da PUC do Rio Grande do Sul é muito impressionante. Então, a gente queria que o pessoal... eles têm curso de pós-graduação, eles têm financiamento, eles têm recursos, eu não sei se vocês conhecem a trajetória desse museu, mas ele é muito interessante. É vinculado à PUC, ele tem um projeto de itinerância super contemporâneo, imagina, naquela época, já tinha um projeto de itinerância, era um caminhar.

IS: É museu de quê, Betânia? Você falou que ele é da PUC.

BF: De Ciência e Tecnologia da PUC. Ele tem um caminhão que percorre todo o Rio Grande do Sul apresentando uma exposição *pocket* assim. E esse caminhão, ele é saudado nas regiões, nas feiras e tal com foguete, a prefeitura recebe, é uma festa. Então, isso aí começou a colocar ideias na cabeça da gente. A Helga foi entender como é que funcionava o controle dos estagiários. Museus que demandam de muita mão de obra de estagiário, eles têm que ter um controle diferenciado, etcetera e tal. Então, a Helga foi entender como é que era isso. Ela ficou, se não me engano, uns 15 dias em Porto Alegre fazendo essa primeira interlocução. Nós iríamos para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Recife. Aí, no meio dessa confusão toda, a gente devia já ter uns 2 anos de Rede de Museus, eu ganho a minha primeira bolsa de produtividade. E o Departamento também, cada vez mais essas ações da Rede de Museus me consumiam o tempo e esse tempo de trabalho, de organização, não impactava hora nenhuma nos meus relatórios [risos] de produção, não é? E a gente fez o terceiro grande projeto, que era um projeto para FINEP. Esse projeto, acho que só esse devia ser uns dois milhões, só esse projeto da FINEP. Mas a UFMG só podia encaminhar um projeto. Então, ela ficou na mesa com dois projetos: o da FINEP da Rede e o da FINEP de um grupo da Faculdade de Educação, que trabalhava com a formação de professores e parece que era da CECIMIG⁸³. E a CECIMIG estava em um momento muito delicado da vida e estava acabando a CECIMIG, alguma coisa assim, e eles optaram por mandar o da CECIMIG. Lógico que eu fiquei super chateada, porque eu tinha trabalhado horrores nesse projeto, fiquei super chateada e falei “olha, então, está na hora de eu pensar alguma coisa diferente”. Aí, eu ganho uma bolsa do CNPq em História da Ciência. Então, é isso, eu ganhei a bolsa de produtividade do CNPq. O CNPq nem sabe disso, que me tirou da Rede [risos]. Aí, eu não tive, falei: “eu vou cuidar da minha vida”, eu não estava mais ficando em casa, o telefone tocava o dia inteiro, eu trabalhava sábado e domingo, enfim. E como era tudo muito informal, cada vez mais, isso não aparecia na minha produção acadêmica. Então, ali, estava na hora, não tinha mais jeito. Agora, teve outras coisas aí no meio do caminho, algumas coisas que foram super bacanas. Eu lembro que uma única vez a Rede pagou uma viagem para mim, não sei se foi para voltar no Museu de Ciências Morfológicas da PUC do Rio Grande do Sul. Acho que é isso, não tenho certeza, talvez, tenho até dúvida se pagou, acho que não pagou a viagem não. Acho que ela pagou os *slides*, uma coisa assim. Porque, na época, a gente usava *slide*, eu fotografei o museu e trouxe *slide*. E isso deu problema, porque a FUNDEP não entendia por que que a pesquisa necessitava de revelar imagens [risos]. Aí eu tive que explicar que eu não estava ali a turismo e tal, mas então essa é a história que eu conheço um pouco da Rede, sabe? Eu acho que

83. CECIMIG - Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais é um órgão complementar da Faculdade de Educação da UFMG.

ela contribuiu para que a gente colocasse esses espaços em um patamar que chamasse mais atenção. Por um outro lado, que esses pesquisadores entendessem que aqueles espaços não podiam ser só territórios das suas pesquisas. Que aquilo ali era mais do que isso. E mais, que aquilo ali não podia ser só um bel prazer ali das suas atividades, que aquilo ali tinha vínculos com a instituição, que tinha que apresentar resultados. O resultado que a gente cobrava sempre era o resultado em visitação. Aí o recurso que era repassado para a Rede... a Rede recebia o recurso da PROEX e a gente repassava para os espaços. E aí, cada vez mais, a gente dizia o seguinte: “tem que ter uma contrapartida”. E a gente começou a dizer que a contrapartida era o visitante, então alguns espaços que não tinham visitação, recebiam recursos com essa perspectiva. Acho que foi o caso no Centro de Memória da Medicina e foi o caso do Centro de Memória da Engenharia. A Medicina teve que organizar uma exposição porque a gente... esse núcleo que era eu e o Edison, basicamente, a gente começou a dizer: “não, não adianta só dar dinheiro para esses espaços”. Aí, a ideia da vitrine foi abolida. Nenhum projeto, nenhum espaço mais pedia dinheiro para a vitrine! Porque a gente começou a discutir que a exposição tinha outro sentido. Banheiro eles precisavam e esse recurso da FINEP era o único recurso que podia fazer construção, obra física. Então, nesse dinheiro, a gente colocava banheiro em todos os espaços [risos]. Era basicamente, o Observatório Astronômico que precisava muito de banheiro, o espaço da Graça, o Museu de Ciências Morfológicas. Então, com isso, com essa forma de interação, a gente atraiu outros recursos. Por exemplo, em uma das vindas do Jaime Benchimol à Belo Horizonte, eu levei o Jaime para conhecer... da Fiocruz. Eu levei o Jaime, do Rio de Janeiro, eu levei o Jaime para conhecer o Ciências Morfológicas. O Jaime ficou encantado e colocou a Graça em contato com outras agências. Então, a gente fazia esse trabalho que acabava repercutindo e enfim, todos me toleravam. Ninguém podia falar contra a Betânia. Porque eu tinha conseguido trazer recurso, visibilidade, qualificar os funcionários e consegui enfiar a ideia de Rede goela abaixo de todo mundo [risos]. Não foi uma ideia difícil de ser assimilada, você entendeu? Porque ela dava resultado, então foi assim. Aí, nesse momento, eu saí e acho que quem entrou no meu lugar, eu não sei se foi a Rita ou a Graça.

IS: Voltando ainda um pouquinho na sua gestão, Betânia, queria te perguntar como é que você via a articulação e a entrada de novos espaços na Rede? Ou isso não aconteceu na sua gestão? Você falou que vocês faziam o boca a boca para atrair mais espaços, não é? E durante a sua gestão, isso chegou a acontecer, como é que você via isso?

BF: Não chegou a acontecer e eu não via com bons olhos isso. Então, foi na gestão da Graça. A Graça começou a dizer que eram espaços de ciência e cultura. O que eu achei que era uma grande bobagem.

IS: Por que que você não via com bons olhos, Betânia?

BF: Não, eu já de cara achei que aquilo era uma grande bobagem falar que era espaços de ciência e cultura. Mas a gente discutia e, se eu era voto vencido, eu tinha que seguir adiante, não é? Porque eu acho que a ideia de cultura é uma ideia super ampla, que cabe ciência. Então, não precisava de distinguir. E achava que espaços, por exemplo, achava que tinha alguns espaços que não mereciam estar na Rede. Que não tinha muita característica de divulgação de ciência. Eu acho que era esse o apelo. Não era espaço só que faz Extensão com público, tinha que ter a característica de espaços de divulgação de ciência.

IS: E como que foi seu envolvimento, Betânia, com a estruturação de outros projetos e outros espaços de memória da UFMG? Você falou um pouquinho já da relação do Espaço do Conhecimento, mas a gente também relaciona aqui o Museu Casa Padre Toledo, o Centro de Memória da Farmácia, o Centro de Referência da Música... como é que foi essa relação com esses espaços e a criação deles foi depois, então, da sua saída da Rede? Se você quiser falar um pouco do trabalho nesses outros lugares também.

BF: Cada situação foi uma, não é? Na Casa Padre Toledo, foi para apagar um incêndio. Eu era do comitê que participava da Fundação Melo Franco e quando eles apresentaram o projeto da Casa Toledo, eu não sabia de nada, não sabia o que estava acontecendo nem nada disso, fui apresentada ali naquela hora. E eu, na frente do reitor, perguntei: “e o dia seguinte desse museu, alguém pensou? É muito bonito aí tudo que vocês fizeram e tal, alguém pensou no dia seguinte? Quem vai receber esses visitantes? Para quem que é essa exposição?” E fui embora para casa com aquela pergunta ali, pensando ali “gente, esse pessoal é maluco”. Assim, com o maior respeito, que está sendo gravado e tal, não é que é maluco, mas eles não pensam na estrutura toda do que é um espaço museal. Não é assim. Não adianta só fazer uma exposição maravilhosa e linda, encher de *touchscreen*, e isso foi uma coisa que a gente sempre discutiu, e no dia seguinte, esse investimento não ter um retorno à altura do que foi realizado ali. Então, eu sempre tive essa preocupação, eu sempre discuti isso em sala de aula. Os experimentos, que é como a gente chama as apresentações nos museus de ciências, eles podem custar dez ou mil. Às vezes, o de dez tem um sentido, um impacto, uma repercussão muito maior do que custou o mil. Então, a gente tem que olhar com muito cuidado como é que a gente estabelece essas linguagens com o público. As formas com que a gente se apresenta ao público. E, ao longo da minha vida, eu fui chamada pela iniciativa privada para fazer algumas exposições. Isso eu discutia, eu pensava, eu refletia e com meus alunos. A vida toda eu viajei pela universidade, mas sempre viajei pensando nos museus, pesquisando os museus, visitando os museus e preocupada em buscar exemplos para apresentar em sala de aula para os meus alunos, enfim, eu fui coletando experiências de museus de tudo quanto é lugar possível. Ah, lá pelas tantas, quando o Bernardo assumiu o Espaço do Conhecimento, eu peguei três caixas de material e entreguei para ele, falei: “olha, Bernardo, eu não vou mexer mais com isso, eu estou ficando desatualizada, aproveite o

que você achar que é pertinente e joga fora o resto”. Eu ainda tenho que fazer isso com mais material, já doei muita coisa aí para a Escola de Ciência da Informação, para a FAFICH e tenho de acabar de fazer essa organização. E então, era isso, assim, tem uma hora que a gente tem que recuar, porque você observa que todo esse debate que você fez, essa discussão que você fez, ela não está sendo aplicada no momento em que se institui um novo espaço museal, não é? Eu sempre discuto que a razão de ser do espaço museal é público, ele tem que dialogar com o público, não tem jeito, ele tem que fazer uma conversa, um diálogo com o público, mais intensa, menos intensa, mas tem que fazer. Qual é o sentido de ter a Casa Padre Toledo com um público que estiver passando ali pela porta ter vontade de entrar? É mais do que isso. Me chamaram de novo na Reitoria, depois dessa minha pergunta, eu nem lembro mais qual era o [risos] reitor e me pediu para “por favor, me ajude aqui a dar um jeito, faça uma intervenção aqui, tenta melhorar isso aqui”. Então, eu entrei depois que estava tudo pronto e organizado. Tudo pronto e organizado, já quase que na véspera da inauguração. E aí que fui buscar alguém, fui entender a exposição, fui conversar com os funcionários, fui entender como é que eles organizaram o acervo, como é que eles produziram essa ideia de exposição, e começamos a organizar um projeto de ocupação desse espaço após a exposição. Então, fomos buscar monitores, mas não dava para levar de Belo Horizonte, vamos fazer parcerias com a Universidade São João Del Rey, vamos formar esses funcionários. Então, foi mais ou menos isso. Depois, eu dei um prazo para minha intervenção. Eu acho que eram dois ou três meses. Então fiquei dois ou três meses, fiz o que eu tinha que fazer para que aquele espaço ficasse minimamente mais próximo das boas práticas na área de recepção, de acolhimento e fui embora, então também não acompanhei. Porque, enfim, esses lugares já tinham outros coordenadores, eu era quase como, entre aspas, uma interventora, era por um período delimitado, eu nunca tive desejo de ocupar esses cargos e de ficar lá em Tiradentes, nunca, nunca, nunca.

IS: A outra que você fala, também foi nessa situação, Betânia? O Centro de Memória da Farmácia, o Centro de Referência da Música?

BF: Não, teve um projeto que a gente fez, esse projeto é muito simpático, acho que foi esse que ganhou da FAPEMIG. Era um circuito de visitação integrada dentro da UFMG para alunos do Ensino Médio. Chamava-se: Despertar Vocações, então, a gente bolou um trajeto em que os centros de memória, que eram os menos valorizados, recebessem visitantes do Ensino Médio, no sentido de trabalhar um despertar de vocações. Então, ele entraria pela Educação Física, passaria pelo Cemef, eu não sei se na época o Cemef já estava pronto, passaria pela Odontologia, pela Farmácia. E o outro que entraria pela Antônio Carlos e passaria pela Farmácia, pela Odontologia e terminaria no Cemef. Então, com isso, a gente teria um circuito, um fluxo, de visitantes. E acho que também passariam pelo Ciências Morfológicas. E eles cruzariam ali, fazendo visitas dentro do

campus. Era uma forma de a gente atrair especificamente o Ensino Médio, divulgar ciência, atrair essa ideia de despertar de vocações. Com esse projeto, a gente percebeu que tinham alguns espaços que não estavam preparados para tal, então, a gente precisava de capacitá-los para que eles recebessem esses estudantes. Por isso que eu me envolvi com o Centro de Memória da Farmácia. Na época, no da Farmácia, eu tinha uma bolsa de pós-doutorado, então eu falei, vou colocar essa bolsista de pós-doc lá. E eu acho que eu usei duas bolsistas de pós-doc lá, então, até isso! Até isso, imagina, eu nunca tive uma posição com que eu tivesse alguma coisa à minha disposição para eu criar alguma coisa. Era tudo com os meus recursos, com as minhas capacidades, a bolsa de pós-doc que eu consegui era bolsa para divulgação de ciência. Aí, eu coloquei duas bolsistas lá para tentar organizar aquela exposição. Uma não avançou muito, mas a outra avançou bastante e saiu uma exposição desse espaço. Que é a Dulcinéia, não é? Ela conseguiu fazer uma exposição ali naquele espaço e tal. Então, a gente conseguiu. Se não me engano, a gente tentou também levar... Dulcinéia não, Lucinéia⁸⁴. A gente tentou também levar a Lucinéia para ser uma espécie de uma gestora, uma funcionária, uma gestora da Rede de Museus. Uma funcionária para fazer a carga horária, é porque ela era funcionária da UFMG, fazer a carga horária dela lá. Parece que a gente não conseguiu isso, já não me lembro bem. Então, assim, tem uma hora que você é vencida, não sei se é a minha inabilidade política de não ter me posicionado de modo que eu pudesse ocupar cargos em que eu tivesse à minha disposição recursos, mas, às vezes, quando eu via quem estava ocupando o cargo, eu falava “não é o mérito que está fazendo com que essa pessoa fique lá”, então, eu não sou candidata mesmo, enfim, então em alguns momentos eu achei que era melhor eu recuar e foi isso

IS: Você tem alguma lembrança da gestão da Graça? Você teve contato com ela quando ela estava à frente do Museu de Ciências Morfológicas, mas você tem algo para dizer para gente da Graça e da gestão dela na Rede de Museus?

BF: A Graça, ela geriu a Rede do mesmo jeito que ela geria o espaço, o Museu de Ciências Morfológicas, ela era, assim, uma *workaholic* completa, uma *workaholic* completa. A vida dela chamava-se: “trabalho para a universidade”. É a missão dela, a razão de ser da vida dela e acho isso super bacana, mas tem um problema: a gente tem que saber discernir as coisas. Porque a gente tem que entender que a gente passa e a instituição vai seguir sem a gente. Então, quando você é muito importante para aquele seu espaço, para aquela instituição, a transição fica mais difícil, sabe? Fica mais delicado. Às vezes, é melhor você se entender mais como um mortal e não ser tão *workaholic* como a Graça. Eu cansava de falar com a Graça: “Graça, não tem condição, você vai embora e isso aí

84. Lucinéia Maria Bicalho - Pós-doutora em História, com pesquisa desenvolvida no Centro de Memória da Farmácia da UFMG, um dos espaços membros da Rede de Museus.

fica, pelo amor de Deus, não faz assim”. Mas a Graça era desse jeito e ela só sabia trabalhar desse jeito. E ela era, de nós todas, a mais organizada. Então, eu imagino que, se vocês tiverem acesso à documentação dela no Museu de Ciências Morfológicas, vocês talvez consigam documentos relacionados à Rede. Nessa época também, ela associou a Rede à Rede de Museus que existia no Brasil. Então, ela fazia um trabalho que envolvia essa Rede de Museus Universitários, também e tal, mas é isso. E a Graça foi a que achou que devia colocar a palavra Cultura e ampliar a Rede de Museus. Ela deve ter tido as razões, eu não acompanhei essa discussão, mas ouvi essa discussão. Eu não sei como é que está a composição da Rede hoje, então, eu não posso nem opinar. Agora, o que eu acho importante dizer é que o fato de ter um site, um site que disponibiliza o material, não só dos seus espaços, mas referências na área, boas práticas na área, é super importante, não é? Porque, cada vez mais, a gente trabalha com essas referências que estão disponibilizadas assim. Então, eu acho que o próprio site da Rede de Museus acabou sendo também um espaço de formação. Então eu acho isso assim, super legal. Mas, da Graça, o que eu tenho para dizer era isso, ela tinha um envolvimento super intenso com tudo que ela fazia, absolutamente tudo que ela fazia. Mas que faz a gente pensar um pouquinho se isso não complica mais as transições. Se não deixa mais delicado essas passagens, e na universidade, a gente sempre aprende isso, nós não somos insubstituíveis em momento algum. Você pode até achar que o que te substituiu foi pior ou foi melhor, mas nós vamos sempre ser substituídos. Então, você sempre está em uma posição, você nunca é essa posição. Eu acho que isso é um aprendizado super bacana, porque também na prática de museu, as direções dos museus tendem a se perpetuar e isso não é bom. Então, tem diretor de museu que fica uma década, duas décadas, três décadas, pelo amor de Deus, eu não acho isso saudável. Eu acho que a gente está vendo jovens aí como você e outros, a gente tem que dar lugar, eu penso assim, a gente tem que dar lugar para os novos. Por isso que é bom aposentar também, [risos] que vem cheio de gente nova surgindo, aparecendo. Não que eu não tinha mais capacidade para trabalhar, eu fiz uma escolha pessoal por sair da universidade em uma determinada época. Mas eu acho que é importante a gente saber que está na hora de novos quadros aparecerem, a gente formar novos quadros e isso tem que ser célere, porque na universidade tudo acontece, em uma... essas mudanças são muito rápidas, não é? Então não dá para demorar.

IS: Você falou que está um pouco distante da Rede, mas todas essas experiências suas que teve... foi em centros, convivendo com os espaços da universidade, como é que você enxerga a diversidade que existe entre os espaços da Rede? Porque eles são muito diferentes entre si. Como é que você vê isso?

BF: Não, de cara eu te digo o seguinte: essa diversidade diminuiu para você ter uma ideia [risos]. O trabalho da Rede fez com que essa diversidade diminuísse. Mas tem um problema que permanece, vários problemas que permanecem, mas um que permanece

que é importante a gente pensar é o seguinte: a forma de vínculos de cada um desses espaços com a instituição, ela é diferente. Então, isso significa funcionário, isso significa espaço, isso significa recurso, então, eu acho que isso a gente tinha que dar uma estrutura melhor. Eles têm que ter visibilidade. Tem uns textos que falam de economia e museus, eu adoro ler coisas assim, de economia e cultura, tem um texto super bacana, que ele vai dizendo o seguinte: essas instituições, elas têm que conseguir atingir uma maioria. Uma certa aparência madura e ele chama essa aparência madura de CNPJ. Você tem que saber gerir o seu recurso, não é? Então, acho super interessante. Porque quando a gente está na universidade, é muito fácil você ter o recurso, ter o telefone a disposição, ter o material a disposição. De onde vem isso? O quê que eu gasto para produzir isso? O que que isso me dá de resultado? Isso é algo que o serviço público não se pergunta, uma exposição que custa x, ela tem que repercutir de que forma? Eu tenho que fazer essa pergunta, sinto muito. A exposição custou x, o acervo custa y para manter esse acervo, eu tenho n funcionários, o que que isso me apresenta de resultado? Como é que eu meço o resultado? É tudo muito difícil de ser mensurado. Público é um. É uma medida importantíssima, repercussão, impacto. Como é que isso impacta as pessoas? Por exemplo, eu tenho para mim... eu, como professora, não tenho para mim nada mais gratificante, quando eu encontro, outro dia no centro de memória... no centro de memória não, no CECOR, eu encontrei com uma ex-aluna que me disse assim: “eu vim parar aqui por sua causa”. É um retorno, ela ficou sabendo que existia restauração, conservação, porque ela cursou uma disciplina de Arquivos e Museus que abriu uma porta que ela não conhecia. Quando eu ouço, uma vez eu ouvi uma conversa com os professores de Cardiff⁸⁵, de um museu de Cardiff na Inglaterra, falando assim, o diretor dizendo: “eu fiquei muito feliz que uma avó ia com as crianças, os netinhos, toda tarde no museu, toda tarde no museu, toda tarde no museu, passar o tempo, ela ia lá passar o tempo com as crianças”. Um belo dia, essa avó procurou o diretor e disse o seguinte: “eu estou muito feliz porque nós tínhamos um problema na garagem da casa que era como locomover uma peça extremamente pesada e o menino de sete anos levantou a mão e falou: eu sei, é o princípio de Arquimedes [risos], eu vi no museu, eu vi na exposição”. Então, sabe essas coisas que te impactam e que você vai levar isso... isso é uma forma de medir impacto. E enfim, aí vai uma série de exemplos. Eu, como gestora pública, tenho responsabilidade de perguntar qual o impacto do meu experimento. Eu dou um exemplo em sala de aula que eu adoro: você tem um modelo de célula feito em um saquinho com gel lá do Museu da Vida do Rio de Janeiro e tem o museu da PUC no Rio Grande do Sul feito numa estrutura que veio da Alemanha, que custa não sei quantos mil dólares. Qual é o efeito, o impacto dessa célula na vida dos meninos de sete anos que visitam essa exposição? Aquele negócio que custa um real,

85. Cardiff University - País de Gales, Reino Unido.

que ele sai carregando a célula, que deve fazer a maior lambreca no ônibus, depois em casa, sujar o uniforme, talvez seja muito mais abertura de portas para ele do que a célula de cem mil, não sei o que medidas que tem na PUC. Mas, as duas têm importância, as duas têm muita importância. Mas a gente tem que medir. Um país como o nosso, qual a importância da itinerância? Como é que é importante as exposições serem itinerantes? A itinerância é só para conquistar público. Imagina que nós estamos em um núcleo de Belo Horizonte que concentra boa parte dos museus de ciências de Minas Gerais, será que nós não temos um compromisso enquanto universidade, enquanto espaço de gestão de museus de fazer com que essas experiências cheguem até outros 800 municípios do estado? Quando a gente foi pensar o Museu Clube da Esquina, a primeira coisa que a gente pensou foi exatamente o impacto, não é? Tanto é que a gente fez todo um levantamento com o pessoal da Economia da Cultura aí da UFMG, que fez com que a gente calculasse quanto é que custa um caminhão para a gente ter essa exposição itinerante? Quanto que custa ter só o container para ter essa exposição itinerante? Quanto que custa ter módulos?

IS: Partindo um pouco para o encerramento, Betânia, a gente tem algumas últimas questões, você enxerga alguma perspectiva, potencialidades, o que que você vislumbra para a Rede de Museus?

BF: Olha, eu acho que nós estamos em um outro patamar atualmente, eu acho que o fato de termos um curso de Museologia que já vai para quase dez anos, é isso? Não sei quantos anos, já tem um curso de Museologia, daqui um pouquinho esse curso de Museologia vai produzir material no mestrado, no doutorado, mesmo na Ciência da Informação ou em outros espaços da universidade, o fato de a gente ter um curso de Turismo, e de Economia da Cultura, o curso de Economia está se preocupando cada vez mais com a Economia da Cultura, tudo isso mostra que a conjuntura que nós vivemos hoje na universidade é muito mais palatável para essa discussão da Rede de Museus do que há vinte anos atrás. Antes, a gente tinha uma pedreira pela frente e agora eu tenho a possibilidade de consolidar um trabalho super bacana, esse é um ponto. O outro ponto é que a Rede conseguiu também um lugar ao sol dentro da estrutura administrativa da universidade, isso é super importante. Então, quem está coordenando a Rede pode colocar lá no seu currículo entre as atividades do semestre que atuou como coordenação da Rede. O fato de essa coordenação ter uma remuneração, mesmo que seja uma remuneração de chefe de departamento, também é importantíssimo. Tudo isso eu acho que é ganho para dizer: esse é um lugar de fala da divulgação do conhecimento importante na universidade. Então, eu acho que todos esses movimentos dizem a respeito desse lugar de reflexão importante aí da universidade. Acho que a Rede pode pensar com muito carinho nessa possibilidade de um mestrado profissional nessa área. Acho que a Rede

tem condições de fazer isso, não é? Enfim, eu acho que é muito promissor o caminho para Rede no século XXI [risos], é isso que eu acho.

IS: E aí, pensando também nos acervos, Betânia, que a universidade tem e são muito variados, muito variados mesmo, você já disse que conhece praticamente todos esses espaços, você conhece essa realidade bem, e eles têm uma relação com a memória institucional, não é? Que caminhos e ações articuladas você pensa que seriam interessantes para esses acervos todos que tem na universidade?

BF: Olha, tem dois conjuntos de acervo, tem um acervo administrativo que está sendo cuidado por esse setor que eu esqueci o nome que o Renato Venâncio, é... super bacana e super importante, nós dialogamos com eles também em alguns momentos aí da constituição. E tem um acervo, que não é esse acervo administrativo, que é esse acervo dos centros de documentação, dos centros de memória, dos museus e dos lugares produtores de pesquisa. Esse acervo tem que ser pensado de uma forma especial, está passando da hora da gente fazer um braço da Rede que cuide especificamente disso ou do próprio departamento que cuida dos acervos administrativos, não é? Por quê? Eu acho que no momento em que você tem um acervo, você tem uma responsabilidade institucional com essa documentação, ela não está legislada como o acervo administrativo, mas ela é muito importante. Em algumas situações, há até a interferência do Ministério Público, como foi o caso lá do Museu de História Natural, em que a documentação estava em estado periclitante e a documentação é rara. Então, eu acho, primeiro, essas práticas, de como tratar o acervo, como inventariar um acervo, como identificar um acervo, elas têm que ser cada vez mais difundidas entre esses integrantes. A gente tem que ter padrões e padrões, que sejam de referência, de qualidade. Então, eu acho que tem que tratar melhor esses acervos, não no sentido da extroversão para o público, mas de como eles ficam internamente ali na instituição. Porque é aquela história, esses acervos são super invisíveis, mas eles dizem respeito à história. Então, na medida em que eles são organizados, que eles podem ser divulgados, o acesso a eles aumenta. Então, a gente tem grandes acervos que eu acho que eu não sei como é que eles interagem, por exemplo, os Escritores Mineiros estão dentro da Rede hoje?

IS: Estão, estão sim.

BF: Pois é, então você tem desde Escritores Mineiros, acervos como Helena Antipoff, quer dizer, são acervos que não necessariamente conseguem a extroversão necessária. Então talvez, algum movimento nesse sentido tem que ser feito para que esses espaços consigam padronizar, minimamente, tem que ter uma padronização de como disponibilizar, organizar e disponibilizar o acesso a esses materiais. Eu acho que isso tem que ser pensado e com uma certa urgência.

IS: E aí, Betânia, pensando que as entrevistas que a gente está gravando, elas fazem parte de um projeto comemorativo dos vinte anos da Rede de Museus, você gostaria de deixar registrada alguma mensagem para celebrar esse momento?

BF: A minha mensagem é que mais vinte anos para a Rede de Museus [risos], para vinte anos tão intensos e tão cheios de história como os vinte que a gente já viveu e vida longa, desejo vida longa para a Rede de Museus.

2. Entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2021, com Antônio Gilberto Costa

Antônio Gilberto Costa é geólogo, graduado pela UFMG em 1979, doutor em Petrologia pela Technische Universität Clausthal, na Alemanha. É professor do Departamento de Geologia da UFMG desde 1982. Foi diretor do Instituto de Geociências (IGC) de 1998 a 2006, Diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG entre 2013 e 2019. É coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica do IGC-UFMG desde 2006. Foi coordenador da Rede de Museus de 2007 a 2013.

IS: Então, a gente começa perguntando, Gilberto, se você poderia falar um pouquinho para a gente sobre suas origens familiares, onde você nasceu, em quais escolas de educação básica você estudou e ao longo disso, desse processo de formação inicial, o que te levou a escolher o curso de Geologia.

AC: Olha, interessante, eu não estava muito preparado para esse roteiro [risos], mas, bom... na verdade, eu nasci em uma cidade próxima aqui, que se chama Concelheiro Lafaiete, sempre frequentei escola pública, embora hoje se questione se isso foi realmente alguma coisa boa. Em casa, eu sempre tive, da parte da minha mãe, vamos dizer assim, algumas... o fato de eu ter optado por vir a fazer Geologia, trabalhar com as pedras, isso tem uma ligação com a minha mãe que era uma pessoa que gostava muito de colecionar, rochas e minerais. Em especial, minerais. Então, eu acho que essa coisa do colecionismo, essa coisa de começar a montar coleções e tal, me acompanha da infância e a Geologia veio também um pouco por conta disso. Da família, existiram outras pessoas que tinham uma vinculação com a mineração. Ou seja, nada muito fora do normal para um estado como o nosso, não é?

IS: E sua mãe colecionava por puro interesse? Ela tinha alguma formação na área?

AC: Não, por interesse, por interesse. Ela colecionava minerais principalmente, entende? Ela adquiria exemplares, não é? Então, eu fiquei com essa coleção, eu tinha e tenho essa coleção que hoje ela cresceu um pouco [risos]. Mas eu acho que a minha ligação com a Geologia, ela veio por aí. Agora, eu já digo para você que, de certa forma, eu venho de uma área que não tem, vamos dizer assim, nada de humano. Quer dizer, eu estou ali mais ligado para o lado da terra, das exatas, antigamente, a gente pertencia à área das exatas, não é? Depois, houve um desmembramento que a gente passou a fazer parte das Ciências da Terra. Mas eu acho que isso de certa forma me criou um

pouquinho de barreiras, vamos dizer assim, alguns olhares meio... Pessoas assim, “mas o que esse geólogo tem a ver com... se ele trabalha com pedra, o que ele tem a ver com patrimônio? Como é que é isto?” Apesar de nós estarmos na universidade, essa relação com patrimônio, com memória, não é alguma coisa muito comum, a gente, quando entra na universidade, entra, no meu caso, com o propósito de trabalhar com Ciências da Terra e pronto. O mais próximo que eu pudesse me encontrar do patrimônio seria... na altura nem se falava em patrimônio geológico, que hoje você até tem essas questões ligadas ao patrimônio natural, o patrimônio geológico. Mas a minha vinculação com o patrimônio, ela vai acontecer por um caminho muito engraçado. Eu assumi a direção do IGC⁸⁶. Eu fui diretor do IGC por oito anos e o IGC tem sob a sua responsabilidade uma casa em Diamantina que hoje chama Casa da Glória. E quando eu assumi a administração, a Casa estava em um estado lastimável, a gente precisava recuperar a Casa, restaurar a Casa. Então, eu acho que foi o meu ponto, a minha entrada na área do patrimônio. Porque aí eu comecei a me interessar, desencadeei uma campanha que acabou dando certo, de mudar o nome da Casa, porque ela não se chamava Casa da Glória. Ela tinha um nome de um alemão que era geólogo. Mas, enfim, a gente viu que a Casa tinha muito mais a ver com a história da cidade do que com o alemão que passou por lá algumas vezes. Foi difícil, não foi fácil, mas passou a se chamar Instituto Casa da Glória, e na montagem desse processo, é que eu também me conectei com a cartografia histórica. Porque para montar o processo, é... e ele foi encaminhado para o Ministério da Cultura e a gente teve apoio de emendas parlamentares, deu tudo certo, e a montagem deste, como é que eu vou dizer? Desse projeto, enfim, eu tive que lançar mão, eu tive que buscar muitas informações históricas sobre a Casa, sobre a construção e plantas, mapas, procurei historiadores, advogados que naquela altura eram as pessoas que mais tinham informação também sobre a história da Casa. E eu acho que por aí eu acabei me interessando muito e não abandonei mais essa questão do patrimônio, da importância da história, mas não deixei de lado as coleções da minha mãe.

IS: Você se graduou em 1979 em Geologia. Você tem lembranças de como é que era o clima da faculdade? A gente ficou até na dúvida onde que o curso de Geologia era sediado. O IGC ficava na Química? Como é que era o clima, o ambiente da época?

AC: É, exatamente. O IGC, durante o meu período de curso, a gente estudava no segundo andar do prédio da Química. A Geologia funcionava, o IGC funcionava ali. Foram momentos complicados. Eu nunca fui, vamos dizer assim, um ativista político [risos]. Me coloco até hoje, vamos dizer assim, eu não tenho muitas vinculações para os extremos, eu fico mais no meio campo, no centro, mas eu me lembro que a primeira greve... porque nós estamos falando de 74, 75. Agora você me pegou de surpresa, mas

86. IGC – Instituto de Geociências da UFMG.

eu me lembro que foi uma das primeiras, se não foi a primeira greve que ocorreu dentro da universidade e que envolveu o IGC. Então, eu me vejo, me lembro, assim, naquele movimento junto com os colegas, foi um tempo complicado, foi um tempo complicado. Mas, do ponto de vista do curso, as coisas funcionaram ali no segundo andar, não era muito adequado porque, você imagina uma unidade funcionando em meio andar de um prédio, mas deu certo.

IS: Sim. E aí você já começou a falar um pouco, Gilberto, suas duas pós-graduações foram na Alemanha, uma especialização e o doutorado. Como é que foi a escolha do seu tema de pesquisa, que tema era esse? Se você puder falar um pouco para nós que somos leigas na temática de Petrologia e tal. E essa escolha também por um país estrangeiro. Você tinha bolsa, você falou que foi convidado, como é que foi isso?

AC: Na verdade, eu já estava no final do curso, 79 ou alguma coisa assim, e esse professor veio para Ouro Preto e eu fui fazer um curso lá. Ele deu um curso de Petrografia, que é a área que eu realmente trabalho, lancei alguns livros e estou relançando agora um outro livro que vai sair por uma editora em São Paulo. Eu sempre gostei muito da Petrografia e ele fez um convite e eu acho que por intermédio dele, eu acabei enveredando por esse caminho e acho que fiz muito bem, porque quem trabalha nessa área acaba conhecendo um universo imenso de materiais pétreos mundo afora. Quer dizer, eu tive oportunidade de conhecer muita coisa. Então, eu acho que a opção foi um pouco nessa linha, eu gostava já, durante o curso de Petrografia, ele me convidou, o instituto era um instituto especializado em Petrologia e Petrografia. Eu já tinha uma área que eu tinha trabalhado no norte de Minas, então essa área ficou sendo a minha área de tese, entendeu?

IS: E antes de você ingressar como professor da UFMG, Gilberto, você teve alguma experiência de trabalho em outros lugares ou não? Você voltou do seu doutorado e já entrou na UFMG como professor?

AC: Não, aí quando eu voltei, quando eu estava para voltar do meu doutorado, eu já recebi um convite de um professor que tinha organizado um laboratório de pesquisa no IGC e que ele me convidou. Não tinha concurso naquela altura. De alguma maneira, eu, por intermédio dele, recebi uma bolsa de pesquisador do CNPq, então eu fiquei durante um ano, até que se abriram os concursos e eu fiz concurso e entrei. Então, eu nunca tive nenhuma experiência fora da universidade. Eu sempre trabalhei em pesquisa e na universidade, acho que fiz bem [risos]. Não que eu ache que outras pessoas tenham feito errado, cada um faz aquilo que acha que é melhor. Sinceramente, eu não me vejo... acho que se eu tivesse feito a opção pelo setor privado eu não teria tido a oportunidade que eu tive de me envolver com tantos temas como aconteceu comigo ficando na universidade, a área de patrimônio, as coleções e vai por aí afora.

IS: Você tem anos, então, como docente da UFMG sem ter nenhuma relação, discussão com esses temas, e só quando você assume a direção do IGC, que isso aparece. Aí você teve muitos cargos de gestão, não é, Gilberto? Na sua carreira universitária, você foi diretor da Casa da Glória também, não foi?

AC: É, na verdade, o que acontece é o seguinte, quando nós assumimos a direção do ICG, eu já havia... logo que eu voltei do doutorado eu, é... o pessoal fala que eu sou meio chato, mas enfim né [risos], eu fui o primeiro doutor formado na minha unidade. Eu me lembro que quando eu fui para o doutorado, as pessoas falavam: “Ai que bobagem, por que você vai?” Tudo bem, eu fui e quando eu voltei... eu voltei em 1987. O IGC, na verdade, na Geologia, nós só fomos ter um outro doutor nos anos 1990. Qualquer coisa aí em torno de 1993, 1992, já não me lembro, a data eu já não me lembro, mas o fato é que, como eu voltei como doutor, eu era a única pessoa, vamos dizer assim, capacitada, pelo que exigiam lá as normas, para assumir a direção de um centro de pesquisa. Então, vai aqui, vai ali e vai aqui e vai lá, eu assumi a direção do centro de pesquisa, então eu fiquei diretor do CPMTC⁸⁷ por uns quase oito anos e muitas coisas boas aconteceram, mas sempre em uma linha que não tinha nada a ver com patrimônio, entendeu? Consegui muitos projetos, a equipe era muito boa. Nós chegamos no estágio em que o laboratório entrava em concorrências nacionais para execução de análises e vai por aí afora. Depois, “ah, não, não sei o quê e tal”, eu assumi a direção do IGC também, a questão do patrimônio não se colocou. Como eu falei, ela só vai aparecer no momento em que surgiu essa questão e aí eu me envolvi com o patrimônio por ali. Agora, é interessante que depois eu acabei me envolvendo com outras linhas, com outras áreas que envolvem outros patrimônios, porque são muitos, não é?

IS: E a cartografia histórica? Porque você também foi coordenador do Centro de Referência em Cartografia, você já falou quando começou seu interesse por essa área. Como que foi criado o centro? Você lembra? Foi iniciativa sua? Ele já existia e você se envolveu depois? Como é que foi isso?

AC: Olha, na verdade, o que acontece é o seguinte, foi uma iniciativa minha. Como eu te falei, naquela altura, eu precisava de documentos históricos para provar algumas coisas. Eu quero lembrar aqui que, naquela altura, 97, eu tinha uma colega de direção que era a Márcia, a Márcia Duarte, que também se interessou, foi muito bom. Então, aí foi que surgiu um grupo. Tinha um outro professor da Geologia também que tinha muito interesse, hoje ele já está aposentado, o professor Renger⁸⁸, então, esse grupo

87. CPMTC - Centro de Pesquisas Professor Manoel Teixeira da Costa, órgão complementar do Instituto de Geociências da UFMG.

88. Friedrich Renger, foi professor do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG.

começou a pensar nisso. Mas uma das coisas que me levou à criação do Centro de Referência foi o seguinte: eu precisava de documentos históricos sobre a região de Diamantina. Cheguei a descobrir por A mais B que nós não tínhamos nada, os nossos acervos não tinham absolutamente nada, o Arquivo Público Mineiro não tinha. E não tem, entende? Quer dizer, eu não estou falando de documentos manuscritos, não, não, estou falando de documentação cartográfica, que isso fique muito claro. Aí o que eu fui descobrir, a história cartográfica de Minas, ela estava no Rio guardada principalmente no acervo histórico do Exército. Na época, eu era diretor, a reitora, excelente, era Ana Lúcia Gazzola⁸⁹, enfim, muito interessada nessa área cultural, houve uma conjugação aí de pessoas que atuavam na política e que tinham ligações com Minas. Porque eu comecei a desenvolver um projeto que era assim: trazer para Minas os mapas de Minas. Eu enfrentei muitas dificuldades, principalmente em Brasília, de gente que dizia que “isso de forma alguma! Que isso faz parte da história do eixo Rio-São Paulo” e não sei mais o quê. Depois, o Ministro do Exército, na época, dizia assim: “Não! Isso faz parte da história militar”, não sei mais o quê e etcetera e tal. Eu falei: “Tá bom, então já que eu não consigo trazer”... Aliás, eu até diria para você hoje que foi bom eu não ter trazido [risos]. Porque, na altura, a ideia era que o CECOR⁹⁰ assumiria a conservação e os documentos, em boa parte, estavam em péssimo estado. Isso ia dar um custo danado, isso custaria uma fortuna, não é? E então, por um lado, foi bom porque o Exército... eu denunciei a situação em que estavam as coisas e o Exército então tomou uma série de medidas. Todo o material foi transferido para um lugar no Rio e eles começaram a dar uma manutenção, uma conservação enfim, excepcional. Ah, e eu fui descobrir coisas em Portugal e vai por aí fora. “Bom, não é todo mundo que vai ter condições de ir ao Rio, muito menos a Lisboa ou a outras cidades”, então falei: “não, gente, vamos criar, dentro das normas do IPHAN⁹¹”. Havia essa possibilidade de se criar, de se ter os tais centros de referência. Então, vamos criar um Centro de Referência em Cartografia, essas instituições todas nos dão o direito de a gente obter imagens, não tivemos problemas e foram produzidos vários livros, ganhamos prêmios e esse acervo ficou sendo digital, à disposição dos pesquisadores. Hoje, já está mais fácil porque hoje você tem acesso a essas informações digitais na web. A Biblioteca Nacional e outras instituições, praticamente, digitalizaram boa parte do acervo, mas, enquanto ele não estava digitalizado, o Centro foi uma boa referência para essas pessoas.

89. Ana Lúcia Almeida Gazzola foi professora da Faculdade de Letras da UFMG e reitora da universidade entre 2002 e 2006.

90. CECOR - Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais é um órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG. Constituído para apoiar e desenvolver ensino, extensão e pesquisa na área de conservação e restauração de obras artísticas e culturais.

91. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, é uma autarquia federal que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

IS: E aí, a relação do Centro de Referência em Cartografia Histórica, ela, de início, então, não é com o Museu de História Natural, é com o IGC? Porque você também foi diretor do Museu de História Natural.

AC: É, na verdade, assim, o Centro de Referência em Cartografia, a primeira instalação dele é em Diamantina. Com a reforma da Casa da Glória, ele foi instalado ali. Havia muita dificuldade... Ele foi aprovado, Congregação do IGC, etcetera e tal, em 2005, mas era muito difícil, entende? A logística era muito complicada. A gente teve um acordo com uma faculdade local, tinha um bolsista, mas era um negócio muito complicado. A gente aqui em Belo Horizonte e o Centro lá. Então, em 2005, ainda era Ana Lúcia a reitora, foi nos feito um convite. Todos os anos, a gente tinha atividades em Diamantina, e por conta desse processo todo de restauração e conservação, nós acabamos tendo contato com vários políticos que ajudaram com as suas emendas, então, o Centro acabou ficando meio que conhecido na jogada. Então, a administração sabia da existência e tal, mas também sabia das dificuldades todas, porque nós não tínhamos bolsistas, na época, era eu e a Márcia. Então, foi nos feito um convite. A casa onde o Centro se instalou no Museu, ela estava desocupada, havia um projeto de restauro da casa e o fato é que, em fins de 2006, o Centro se transferiu para o Palacinho⁹², entende? Mas o Centro continuou como uma unidade ligada à Rede de Museus, não é? Na altura, o diretor era o Fabrício⁹³, o diretor anterior eu me esqueci o nome dele agora, era um *pro tempore*. Bom, na gestão do Fabrício, o Museu não tinha um regimento e foi organizada uma comissão para pensar um regimento, e aí o Fabrício me fez o convite. O reitor era o Ronaldo Pena⁹⁴, se eu não gostaria, como coordenador do Centro, de fazer parte também da estrutura do Museu. Então, a ligação é um pouco essa. Um pouco assim.

IS: E desde a criação do Centro, Gilberto, ele se filia à Rede de Museus? Como é que foi a inserção do Centro na Rede de Museus?

AC: O Centro, ele antecede a Rede, tá? Porque o Centro é de 1998. Então, assim, no início dos anos 2000, eu conheci a Betânia. Não me pergunte como, que eu não me lembro mais [risos].

IS: Ela nos contou na entrevista que ela visitava muitos espaços da universidade por causa da disciplina que ela ofertava lá na História, que era Arquivos e Museus, só falando porque talvez vocês tenham se conhecido assim.

92. Palacinho é o nome da edificação que abriga a sede do Centro de Cartografia Histórica, no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.

93. Fabrício Fernandino é professor da Escola de Belas Artes da UFMG e foi diretor do Museu Histórico e Jardim Botânico da UFMG no período 2006-2011.

94. Ronaldo Tadêu Pena é professor da Escola de Engenharia da UFMG e foi reitor da universidade no período 2006-2010.

AC: É, na verdade, assim, até no documento que eu entreguei para vocês, lá está escrito que ela, nessa disciplina, a atividade final foi na Casa da Glória, me entende? Quer dizer, eu me lembro mais ou menos, eu só não me lembro exatamente quando, mas o nosso contato, ele foi um pouco por aí. A Casa por um lado, eu na direção do IGC acumulando a direção da Casa, porque, durante o período da restauração, é aquela história, ninguém quer muito trabalho [risos] fora do trabalho para o qual você já está... tinha colega meu que virava assim ó: “Ah, eu não vou cuidar de bibelô não!”

[Nesse momento da entrevista, houve um problema na conexão. A conversa foi retomada com a temática da criação da Rede de Museus]

AC: De ver o que, por onde que nós, onde que a nossa conversa convergia. Estamos todo mundo falando mais ou menos a mesma língua e por onde que a gente pode tentar, de alguma maneira, demonstrar que juntos nós teríamos mais forças do que isolados. Eu diria que o Centro de Referência, antes da Rede, nós não tínhamos praticamente apoio algum, e então, eu acho que os primeiros momentos da Rede, eles foram um pouco nesta direção. Bom, tem momentos assim que eu diria hoje que são muitos tristes. Eu me lembro de um desses momentos. Eu vou contar o milagre, mas não conto o santo [risos]. Que é o seguinte, de você passar um final de semana inteiro trabalhando todo mundo junto, montando um projeto, correndo para fechar o projeto, porque a universidade tinha dito: “Ah, agora a chamada FINEP não sei o quê”, não sei se era FINEP mais, mas, enfim, “será a Rede. Serão vocês”. Eu confesso a você que eu não sei a partir de que momento exato que a gente começou a falar em Rede de Museus, mas, enfim. Você trabalhar ali, quando chega lá pro final da tarde do domingo, você está com tudo pronto, aí chega alguém e diz assim: “Olha, a decisão mudou, não são vocês mais”. Tipo aquelas chamadas que você só podia mandar uma por unidade, por instituição. Então, você imagina o que que era aquela... Ou às vezes, eu me lembro também, quando, às vezes, saía algum recurso logo naquele início e a gente está conversando, tentando ver se consegue resolver, mas aí chega alguém e fala: “Bom, tudo bem, a gente está dando o dinheiro, mas nós resolvemos que vai para lá, não vai para cá” [risos]. Ou seja, esses primeiros anos foram anos difíceis. E a Betânia tentando desesperadamente ver como resolver essa situação, mas nós não tínhamos nenhuma garantia. Eu diria hoje que nós não éramos vistos. Eu ainda acho que até hoje, mas, enfim. Tudo aquilo não tinha muita importância ainda. Ou seja, dentro das prioridades, nós não estávamos ou não fazíamos parte das mais... a gente estava na menos menos [risos].

IS: No seu currículo, tem uma informação que você participou de uma comissão executiva do programa Rede de Museus em 2003, não sei se de cabeça você saberia o que é. Isso é algum desses grandes projetos que vocês pensaram juntos logo no início da Rede?

AC: Eu acho que sim. Uma coisa que foi muito bem percebida, eu aqui já não me lembro mais. Dentre os vários pró-reitores ou pró-reitoras com as quais a gente teve

contato, eu não posso deixar de mencionar aqui o nome do Edison⁹⁵. O Edison foi pró-reitor de Extensão exatamente nesse período de início das coisas. Ele foi de 2002 a 2006, alguma coisa assim. Então, em alguns momentos, surgiram situações como essa, do tipo vamos organizar uma comissão, vamos criar uma maneira de a gente começar a discutir isso. Nós não tínhamos vínculo nenhum com ninguém, não havia vínculo nem mesmo com a própria PROEX. As coisas funcionavam muito em função de contatos pessoais. Quer dizer, era a Betânia que conhecia, era a Graça que tinha lá os seus contatos, entende? Nessa altura, o meu envolvimento, ele era muito... eu conhecia muito bem como é que funcionava a Reitoria porque eu estava administrando o IGC desde 1998. Aí eu diria o seguinte, é aquela história, cada um tem o seu perfil, cada um tem a sua área de atuação. Eu entendo que, depois, quando eu assumo a coordenação da Rede e um pouco antes, a minha ação, a minha ajuda, se é que pode ser chamada de ajuda, sempre foi nesta direção de tentar viabilizar ou ajudar ou alguma coisa nesta direção mais organizacional, administrativa, entende?

IS: É no sentido de uma institucionalização, talvez, não é, Gilberto? Essa é até a próxima pergunta, muito baseada também no documento que você mandou pra gente que eu li um pouquinho antes aqui, mas fala muitas coisas lá. Que vocês tentaram coisas com a PROGRAD, com a PROEX, então, nesse início, não tinha ligação institucional ainda, não é? E isso vai se dar mais para frente? Como é que você avalia esse processo de institucionalização da Rede?

AC: Pois é, eu diria para você o seguinte. Quer dizer, a minha atuação nunca foi... eu já era visto como o geólogo, o homem da pedra, que, enfim, não pensa e não sei o quê [risos] e tal. Minha atuação nunca foi muito nessa área de... Claro que eu participei das reuniões, eu acho que eu tinha e tenho uma ideia do que vem a ser a importância disso ou daquilo. Isso aí sem dúvida, mas eu não puxava, vamos dizer assim, aquela discussão filosófica disso ou daquilo, se era esse ou aquele caminho. Então, eu acho que, desde o momento que eu entrei para Rede, logo quando eu vou participar da Rede, para mim, ficava muito claro o seguinte: era preciso somar esforços para gente conseguir algum tipo de apoio. Quer dizer, eu tinha uma realidade no CRCH e via que havia muita dificuldade de conseguir recurso, a gente conseguiu, mas CNPq não é caminho para poder financiar manutenção de acervo ou seja lá o que for, não é? Então, a minha participação vai por aí. Eu acho assim, na administração da Graça, ali nós já estávamos certos de que nós precisávamos ter, por exemplo, um regimento. A Graça foi uma pessoa que batalhou muito essa questão do regimento e eu vesti a camisa com ela. Eu me lembro de eu ir

95. Edison Corrêa foi professor da Faculdade de Medicina da UFMG e pró-reitor de Extensão nas gestões dos reitores Francisco Sá Barreto (1998-2002) e Ana Lúcia Gazzola (2002-2006).

trabalhar com ela neste regimento lá na salinha dela no ICB⁹⁶. A gente discutindo ponto por ponto do regimento. Mas, enfim, ainda não é uma situação confiável, tipo assim, confiável não, nós não tínhamos segurança de nada.

IS: Não era nada estável, não é?

AC: Não era nada estável, do ponto de vista administrativo... não havia, você mesma falou. Quer dizer, as pessoas sabiam que existia aquele grupo, acho que a gente já usava o nome Rede de Museus. É sim, porque durante a Graça é que a gente vai criar a história da Rede de Museus. Eu achava esse nome meio feio, mas enfim [risos], tinha, veio folder. Aí a Graça vem e cuida de levar a Rede para fora. Eu acho que foi um pouco assim, durante a Betânia, a gente trabalhou muito a questão da Rede dentro da universidade. A Graça vem e abre, diz assim: “ó, a gente precisa levar a Rede para fora”. Depois, quando eu assumi, eu até participei de alguns eventos fora, porque o que que acontece? A Rede acabou assumindo externamente, para as pessoas de fora, a Rede, como era a primeira, ela parecia ser alguma coisa assim do tipo “olha, o povo de Minas encontrou o caminho, eles resolveram os problemas!” [risos] E a gente foi colocado como exemplo para todo mundo, e aí você ia falar sobre isso lá fora, e na verdade, você dizia assim: “nós temos um monte de problemas!” Não é assim. Mas, enfim, então eu acho que o papel da Graça foi muito importante nesta exteriorização da Rede, o início da institucionalização, vamos discutir o regimento, etcetera e tal. Quando eu assumi, eu disse: “Bom, agora onde é que eu posso ajudar? Eu posso ajudar nessa linha mais de institucionalizar mesmo”. E aí, eu me lembro que o reitor era o Ronaldo Pena. Existiu antes uma ideia assim, eu já não me lembro o ano, de criar um fundo na FUNDEP⁹⁷, eu não me lembro quando. Mas uma ideia que foi colocada: “ah, tudo bem, a gente vai criar um fundo lá na FUNDEP e vocês concorrem ao fundo”, era alguma coisa assim. Mas não era garantido. Eu lembro que eu tive uma conversa com o Ronaldo na época, eu falei: “Olha, Ronaldo, eu acho que está na hora de a universidade assumir a Rede”.

IS: E até esse momento, só para esclarecer, Gilberto, a Rede não estava ligada à PROEX ainda?

AC: Não, a gente tinha uma vinculação. Eu acho que, em um primeiro momento, histórica, de amizade, entende? O Edison era uma pessoa extremamente aberta e interessada. Eu agora estou me lembrando, está nesse papel que eu passei para vocês, eu confesso que eu não li o papel [risos]. Mas eu me lembro de uma reunião, no momento em que o Ronaldo Pena já era reitor, com a chefe de gabinete e a pró-reitora de Extensão que, se não me falha a memória, era a professora Ângela Dalben, e a ideia era institucionalizar

96. ICB – Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, unidade em que Maria das Graças Ribeiro foi professora.

97. FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.

de fato, vincular de fato, posso estar enganado, mas acho que era isso mesmo, vincular a Rede, em algum lugar, a gente tinha que ter uma vinculação. Porque na conversa que eu tive com o Ronaldo, eu virava e dizia assim: “Ronaldo, não é possível, a universidade tem que dar algum tipo de apoio, a gente é voluntário nesse negócio, ninguém recebe nada e não tem apoio nenhum”. Ele falou, eu me lembro, ele não vai ficar chateado se eu disser isso porque ele virava e falava assim: “Gilberto, eu quero saber o seguinte, qual é a garantia que você me dá”, olha para você ver, “qual é a garantia que você me dá ou que você dá à universidade de que o investimento terá retorno?” Quer dizer, não será um investimento perdido na história? E de certa forma, ele tinha razão. Porque ele virava: “não, tem que ter um compromisso de vocês”. Eu me lembro que eu virei, eu assumi um compromisso que depois eu falei assim: “Uai, então está bom, uma das coisas que a gente pode acertar aqui, se você nos der um fundo permanente, os espaços que vierem a receber esse recurso, eles terão que, em um prazo X, abrir os seus espaços ao público”. Porque esse era o nosso problema, nós tínhamos espaços que estavam sempre fechados, por várias dificuldades, não era porque o sujeito não queria abrir. Então, eu falei: “Ah, está bom”. Eu me lembro que o pró-reitor na época era o Nagib⁹⁸. E o Nagib colocou também algumas coisas assim ó, o Nagib era muito prático: “não, espera aí, vamos botar esse negócio aqui na regra”, por isso que a gente teve reunião e não sei mais o que e tal. Eu sei que ali, por conta daquilo, surgiu esse recurso que a partir daí, todos os anos a Rede tem. Pode alguém virar e dizer assim: “Ah, mas não dá para nada!”. Mas é o que foi possível. Eu entendo assim, pelo menos naquele ano, a universidade virou-se e disse assim: “Está bom, o valor X e não sei o que do meu orçamento vai para esse grupo, vai para a Rede”, e a partir daí, realmente foi. Eu acho que isso depois facilitou um outro passo, que era o seguinte, porque aí eu virei e disse assim: “Ó, então está bom, mas do que adianta? Nós não temos nenhuma garantia de que vamos ter bolsistas”. Porque a gente tinha que entrar naquele bolo todo. Eu não estava pedindo nenhuma atenção especial, nesse sentido, “vamos furar a fila ali” e não sei o que mais, não! Daí então, eu acho que nessa altura, nós já estávamos então vinculados à PROEX, vem, então, a decisão de que não, então, a Rede de Museus, a partir de agora, vai passar a ter uma cota de bolsas.

IS: Com edital próprio, não é?

AC: Com edital próprio. Para você ter uma ideia, nós chegamos, em um determinado momento [risos], a conseguir, dentro da universidade, uma cota de bolsas de iniciação científica com edital próprio! Porque a universidade, aí no caso era a Pró-Reitoria de Pesquisa, se eu não me engano. O pessoal entendeu, por A mais B, que se nós tivéssemos condições de desenvolver pesquisa nestes espaços, a nossa Extensão ia ser melhor.

98. José Nagib Cotrim Árabe, professor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, foi Pró-Reitor de Planejamento na gestão de Ronaldo Pena na Reitoria, entre 2006 e 2010.

Então, assim, Pesquisa gera, contribui enormemente para a Extensão. Depois, cortaram, mas, enfim, na gestão seguinte, a cota, o edital das bolsas de pesquisa não veio mais, mas o edital das bolsas de Extensão ficou, não é? Pelo menos nos deu garantia de que a gente não ia ter que...

IS: E nesse momento a Rede já tinha uma sala, Gilberto? Porque isso também faz parte do processo de institucionalização da Rede na universidade, isso de ter um espaço físico é importante também para esse processo, não é?

AC: Claro! Quando eu assumi a coordenação da Rede, a coordenação era itinerante. E a sede da Rede passou a ser o Palacinho [risos] porque enquanto a Graça foi [coordenadora], a sede era no ICB. Por isso que eu me lembro de eu lá trabalhando com ela. Depois passou a ser no Palacinho. E aí a gente ficou: “espera aí, não faz sentido um negócio desse”. Eu vou te dizer o seguinte, eu posso estar enganado, mas a gestão do professor Ronaldo Pena com o Nagib pró-reitor de Planejamento, se não me engano, a professora Ângela Dalben era Chefe de Gabinete, foi um momento importante para Rede, porque aí, depois dessa história do fundo, das bolsas, veio o espaço. Foi possível, aí eles arrumaram uma salinha no sexto andar, que era o andar da PROEX. Eu me lembro que a sala, quando você saía do elevador, dobrava, era a sala de frente, mas foi muito bom, porque, pela primeira vez, então, a Rede tinha uma sala, eu me lembro que nós ganhamos um computador. Mas não tínhamos apoio nenhum de funcionário, entendeu? Eu acho que o funcionário só veio depois, eu acho que eu já não era mais coordenador da Rede. Eu posso estar enganado, mas o funcionário veio, eu acho, já no início talvez [da gestão] da Rita. Mas ainda tem uma coisa que veio nessa fase, mas acho que o reitor já era o Campolina⁹⁹, que era o seguinte, eu cheguei um dia para ele e falei assim: “Escuta aqui, está bom, a gente trabalha por voluntarismo, a gente é voluntário nessa história, vai até morrer. Agora, coordenar a Rede como um todo, poxa, podia ter uma ajuda, uma função gratificada aí, não é?” Eu não vivi pra ver [risos], porque o primeiro pagamento de bolsa era uma FG, que agora já não me lembro mais se era 1, enfim, foi a Rita. Quer dizer, o primeiro pagamento. Porque realmente você ficava ali assim... mas eu trabalhei durante muitos anos, os outros também, a própria Betânia, a Graça, a gente nunca recebeu nada.

IS: Gilberto, você já falou um tanto de coisas da sua gestão, várias realizações, mas como foi o processo para você se tornar coordenador da Rede de Museus? E tem algumas outras coisas que você queira destacar dessa sua gestão na Rede, os maiores desafios enfrentados, as maiores realizações?

AC: Olha, eu vou dizer para você o seguinte, em certos momentos da minha vida, aí eu sempre me coloquei à disposição. Todas as vezes que eu ocupei alguma função, eu

99. Clélio Campolina Diniz foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e reitor da UFMG entre 2010 e 2014.

ocupi porque eu quis ocupar, “eu quero, gostaria de ser isso”. Então, no caso da Rede, eu confesso a você que eu já não me lembro exatamente os detalhes todos. Mas, eu acredito que, por conta do meu envolvimento mais próximo com a própria Graça, de estar ali envolvido com aquilo, enfiado com aquilo, mexe com aquilo outro, etcetera e tal, isso de alguma maneira, facilitou um pouco essas coisas. Eu não me lembro de... não houve assim, uma disputa, entende? Eu me coloquei, a Graça não podia continuar, aí eu falei assim: “olha, gente, se vocês concordarem, eu me coloco à disposição da Rede, eu gostaria de trabalhar por ela”. E foi um pouco isso.

IS: E na sua gestão, Gilberto, como é que você via a articulação da entrada de novos espaços na Rede, quais eram os principais problemas desses espaços também? Porque teve uma ampliação significativa desde os anos 2000 até mais para frente.

AC: Pois é. Isso tem naquele documento que eu passei para vocês. Vamos dizer assim, é claro que, se você pegar a Rede nos anos 2000, no início dos anos 2000, até meados dos anos 2000, nós éramos um grupo pequeno. Éramos um grupo pequeno, à medida que o tempo vai passando, esse grupo se amplia. Uma das coisas que sempre foi muito difícil é que... primeiro, é uma diversidade muito grande e do ponto administrativo também. Quer dizer, os espaços todos têm vinculações cada uma diferente uma da outra, não é? Eu me lembro que isso, eu acho que hoje ainda, isso dificulta muito certas coisas. Tem um lado positivo que também não dá para você ficar cerceando aquilo, é acervo? É. É patrimônio? É. Conta história? Conta. É importante, não é? Agora, administrar isso é complicado. Administrar isso é complicado. O que eu quero dizer assim, do ponto de vista prático, porque nós podemos nos reunir, a gente pode conversar e a gente pode sair dali e aí pode se colocar aquela pergunta: “tá, tudo bem e agora? Do ponto de vista prático, o que que isso significa? O que eu ganho? Por onde é que eu vou ganhar o quê? Como isso me ajuda?” Então, eu entendo que isso é um problema. Isso é um problema. Eu às vezes sou tomado assim, já por esse final de carreira, enfim, eu.. eu outro dia disse que alguns dos nossos espaços fecham. A gente aposenta ou morre e acabou. Eu não vou citar nomes, mas eu digo até no meu próprio caso, quer dizer, eu não vejo grandes pessoas se matando para poder assumir isso. Então, eu fico pensando o seguinte, se não é muito murro em ponta de faca, não é? Se não seria realmente o caso de você começar a pensar, a imaginar um museu da UFMG. Um espaço da UFMG que congregue essas coisas. Porque você pode, de alguma forma, otimizar uma série de coisas, como tem em outras universidades. Eu não estou falando isso assim do nada não. E dentro e fora do Brasil, você vê que funcionam bem as coisas de certa maneira. Eu acho assim, essa questão do aumento, ela tinha que acontecer mesmo, ela teria que acontecer mesmo. Eu acho que nós estamos chegando em um... como é que eu vou dizer? Talvez não haja muito mais outras situações de novos espaços.

IS: E tem alguns eventos e projetos coletivos que foram realizados na sua gestão e que envolveram toda a Rede?

AC: Olha, eu me lembro assim, por exemplo, a gente tentou de alguma maneira trabalhar um Plano Diretor. É muito interessante essa história porque, na altura, eu não tinha nada a ver com o Museu de História Natural e o Museu de História Natural é o único espaço da UFMG que tinha um museólogo. No caso, era uma museóloga. E a gente ficava danado da vida porque a gente... [risada].

IS: A Rede de Museus não tinha, não é?

AC: Olha, claro. E aí a gente ficava tentando discutir essas coisas e tal, Plano Diretor, que nem é agora. E aí a gente não tinha apoio, nós não tínhamos museólogo nenhum, ninguém era da área, eu não sou da área. Então, a gente tentava algumas coisas. Mas eu vou dizer que não tivemos sucesso. Eu me lembro que, algumas vezes, a gente se encontrava para isso. Teve um encontro, já mais para o final, que a gente tentou discutir algumas dessas coisas. Porque realmente é difícil, cada espaço tem lá as suas... Eu diria assim, externamente, uma boa lembrança que eu tenho foi de um encontro que ocorreu em Manaus, em 2010, se não me engano, que foi um encontro dos museus universitários e foi muito engraçado. Eu fui convidado porque, de certa forma, eles queriam ter melhores ou maiores informações sobre a Rede de Museus da UFMG. Eu me lembro até que tem um documento que a gente produziu, na época, eu pedi para que cada espaço, eu tenho isso, cada espaço preparou a sua descrição. O que queria falar. E, se eu não me engano, isso depois foi até editado em um CD que foi produzido pela organização do encontro. Foi muito interessante, porque ali nós descobrimos, nós eu digo, estavam ali representantes de todas as federais, enfim, tinham algumas estaduais, o pessoal da USP, sempre com muito dinheiro, não é? Tinham algumas discussões que eles diziam assim: “dessas a gente não participa porque a gente não tem problema financeiro”. Eu acho engraçado que os museus deles estão parados lá porque não conseguiram dinheiro para terminar de construir. Mas, eu acho que dali saiu uma coisa que era assim, nós escrevemos uma carta que deveria conter o apoio de todos os pró-reitores de Extensão do Brasil para chamar a atenção dos problemas. Não resultou em nada, não foi a frente, enfim, eu acho que a gente acaba atolado aí com uma série de outros problemas, principalmente os problemas financeiros e não andou muito. Mas nós tínhamos reuniões regulares e tal, discutimos essa questão do Plano Diretor, mas foi um pouco só por aí. Ah! Eu tenho uma coisa interessante que eu me lembrei agora aqui, foi a primeira exposição da Rede! Mas nós escolhemos o lugar errado [risos].

IS: Por quê?

AC: Porque ela foi montada no saguão da UFMG e ninguém foi lá para ver.

IS: Da Reitoria?

AC: É. Ficou muito bonita, muito bonita! Foi a primeira exposição que envolveu todos os espaços da Rede. Quem organizou, a curadoria foi do Fabrício Ferdinando, ela ficou muito bonita, mas foi uma pena, ao final do período, a gente viu que praticamente ninguém. Só passou por ali quem estava subindo para ir para a Reitoria [risos].

IS: Tem uma pergunta, Gilberto, que estamos fazendo para todo mundo. Porque não temos como entrevistar a Graça, então não tem como ela dar pra gente um pouquinho das narrativas da experiência dela como coordenadora da Rede. Você já falou bastante, mas, como você participava desse início também, você tem alguma lembrança que você queria falar também da gestão da Graça, dela enquanto coordenadora da Rede?

AC: Olha, eu vou dizer para você o seguinte: eu nunca, nesses já mais de 40 anos de universidade, eu nunca conheci ninguém que tivesse o espírito que a Graça tinha. Nesse sentido, nessa necessidade de você, não só preservar, porque, no caso do Museu das Ciências Morfológicas, não era necessariamente uma coisa de patrimônio, nesse sentido que a gente estava conversando, mas da necessidade de você ter coleções, você ter material disponível para as ações educativas. Então, eu ficava admirado com o trabalho da Graça. Ela fez uma coisa que nunca mais a gente viu dentro da universidade. Eu vi alguma coisa semelhante no Museu de História Natural de Viena, que é a fábrica que ela montou, vamos dizer assim, para a produção das células. Ela tinha uma fábrica ali que funcionava, que produzia kits que eram depois vendidos para as escolas. Então, ela era uma pessoa que tinha uma energia imensa, era uma pessoa que não fazia diferença quando o assunto era a necessidade de manter alguma coisa dentro daquele Museu, entre recursos próprios e públicos. Então, a Graça era uma pessoa que não via problemas em despendar recursos próprios para garantir atividades. Eu tive muito contato durante esse período com ela, várias vezes, eu estive no Museu de Ciências Morfológicas, trabalhando lá com ela no escritorzinho dela que ficava assim, mais lá no fundo, via a organização que ela implantou para o funcionamento do Museu de Ciências Morfológicas. Ela tinha uma equipe que tinha muito respeito pelo trabalho dela. Então, eu diria o seguinte, de todos nós, a Graça foi a pessoa, nem tanto pensando do ponto de vista da Rede, mas dos espaços, que dedicou a vida, realmente, dela, ao bom andamento daquilo ali. Você não vê isso. É muito difícil você ver isso, não é? E em paralelo, durante algum tempo, ela se envolveu também, logo depois que a Betânia sai, ela se envolve com a Rede. Eu me lembro das discussões, das conversas, ela sempre muito preocupada em que a Rede de fato fosse institucionalizada, que a gente tivesse algum apoio. A gente lamenta que ela não tenha... ela viu algumas coisas depois, mas certamente não como ela imaginava que as coisas iriam acontecer. Então, eu acho que ela é uma referência para a gente.

IS: E pensando também não só na sua gestão, Gilberto, na frente da Rede, mas você continua participando da Rede como coordenador do Centro de Referência de Cartografia. Você já falou um pouco disso, você enxerga essa diversidade dos espaços, você acha que mudou muito? Você já falou que, às vezes, ela é um problema, você acha que essa questão permanece?

AC: Iara, o que eu vou dizer agora... às vezes, a gente diz algumas coisas e algumas pessoas não gostam, mas volto a insistir em uma coisa: os nossos interesses são muito diversos e isso é uma coisa que eu me lembro que já se falava lá no início dos anos 2000. Então, a conversa era sempre assim: “Está bom! Vamos ver onde é que nós convergimos, onde é que a gente pode trabalhar juntos para ter algum êxito nessa história toda”. Eu acho que já falei disso, esse número muito grande de espaços e espaços com funções muito distintas. Eu fico muito chateado de tocar nesse assunto, o Museu de História Natural praticamente perdeu todo o seu acervo¹⁰⁰, em especial o acervo arqueológico, e também não posso deixar de lembrar, que quando eu assumi a direção do Museu de História Natural, eu deixei de ser coordenador da Rede, mas eu continuei participando da Rede de alguma maneira, tendo um vínculo com o Museu de História Natural, não é? Como diretor do Museu. Às vezes, eu ia pela Cartografia, a Flávia que era a vice-diretora do Museu, ia pelo Museu, mas nós dois estávamos circulando ali. Quando eu assumi a direção do Museu de História Natural, eu conhecia a realidade do museu desde 2006. Quer dizer, eu coordenador da Rede, mas, ao mesmo tempo, eu já estava vivendo o dia a dia do Museu. Então, eu via o Museu muito como centro cultural, um espaço voltado para atividades culturais. Você vai entender por que eu estou falando isso e eu vou chegar na Rede. Em uma das nossas brigas, vamos dizer assim, durante o período do Museu, é que a população externa de Belo Horizonte, de um modo geral, as pessoas não conheciam o Museu. Diziam assim, ó: “você vai fazer isso no Museu de História Natural”, elas diziam assim: “Museu de História Natural? Que Museu de História Natural?”, “Aqui no Horto”, “Ah o do Pipiripau!”¹⁰¹ [Risos]. Então, o nosso objetivo foi assim, a gente precisa implantar de fato o Museu, que seja de História Natural, recuperar seus acervos, a situação era lastimável. Nenhum reitor quis, de fato, conhecer a situação. Não vou culpar aqui a Rede, mas de alguma forma também a Rede, de um modo geral, não conhecia. Eu me lembro que o Campolina, no final do mandato dele, porque eu virava e dizia assim: “Vocês precisam conhecer os acervos, a situação em que eles estão para vocês verem a importância disso aqui e investir”. Quer dizer, você tinha ali um acervo que contava dez mil anos de história, doze mil anos de história, quatorze mil anos de história arqueológica de Minas, que foi embora com o fogo. Bom, o Campolina, no final

100. Em junho de 2020, a reserva técnica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG sofreu um incêndio que destruiu parte significativa de seu acervo.

101. Refere-se ao Presépio do Pipiripau, obra criada pelo artesão Raimundo Machado e que integra o acervo do MHNJB / UFMG.

do mandato dele, no último mês, na última quinzena, ele foi lá com a vice-reitora, Rock-sane. “Gilberto!! Eu tinha que ter vindo antes!” [risos]. “Ah! Pelo menos você veio, está bom”. Mas outros não foram. A gente conseguiu recursos para fazer daquilo um museu. Para fazer daquilo, de fato, um museu. Um Museu de História Natural. Porque não era um museu de história natural, não é? Com essa história, com esse dano todo, com essa perda toda, a situação fica muito mais complicada. Agora, por que eu estou dizendo isso? Porque se você pensa do ponto de vista da Rede... Ela vai ficar brava comigo. A Letícia¹⁰² [risada], eu conheço a Letícia já há muitos anos. Quando eu era coordenador da Rede, a Letícia era superintendente de museus do estado. Eu me lembro que nós tivemos conversas... a Letícia enquanto superintendente do museu achava assim, que a Rede era um máximo, entendeu? [Risos] E depois, quando a gente ia conversando, acho que ela cobrava, e ela ia tomando conta da realidade. Eu dizia assim: “Não, espera aí! Não é bem assim e tal!” Mas, enfim, eu conheço a Letícia há muitos anos. O que eu quero dizer é o seguinte, é que do ponto de vista dos acervos, a Rede deveria ter maior influência, deveria ter maior presença em todos esses acervos. Porque se a Rede conhecesse a importância do acervo arqueológico do museu que foi embora, a Rede teria que ter sido a primeira a dizer assim: “Não, a universidade tem que fazer alguma coisa em prol desse ou daquele acervo”. Então, eu acho que uma falha nossa, não é da Letícia, uma falha, por isso que eu estou falando, da Rede. Uma falha da Rede é o fato de a Rede não conhecer os acervos da Rede. Eu me lembro que a pró-reitora era a Efigênia¹⁰³. Nós fizemos uma visita em todos os acervos. Tipo assim, a Rede de Museus pertence à PROEX, então está decidido, então, pró-reitora, a senhora tem que ir comigo junto em cada espaço para gente ver a situação dos acervos e ver o que a gente pode fazer. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser pensada por quê? Porque, muitas vezes, esses acervos ficam sob responsabilidade de pessoas que não têm condições financeiras, energia para poder dar conta do recado, coitados. Então, eu dei essa volta, eu entrei nessa história toda, quer dizer, eu não podia esquecer disso. O Museu, dos nossos espaços, era um espaço que detinha o mais importante acervo. Cada acervo é importante, mas se você ver... Eu conversava com o pessoal do Museu de História Natural de Viena, eu via, lá em Viena, as representações com interrogações no final da rota do homem, por quê? Porque a resposta estava em Belo Horizonte. Eu virava e dizia: “Gente, a resposta disso aí está lá no meu museu que eu dirijo. Está lá nos acervos, os crânios, os esqueletos estão guardados lá que a gente precisa mostrar”. A gente conseguiu mostrar porque a exposição foi aberta em dezembro de 2019, pelo menos salvou uma parte do acervo que era o acervo que estava na exposição, mas noventa por cento daquilo... e não tem

102. Refere-se à professora Letícia Julião.

103. Efigênia Ferreira e Ferreira é professora da Faculdade de Odontologia da UFMG e foi Pró-Reitora de Extensão na gestão de Clélio Campolina Diniz, de 2011 a 2014.

como você comprar. Quando houve o incêndio do Museu Nacional¹⁰⁴, eu virava e dizia assim: “Uma pena, uma lástima, bom, mas agora o de História Natural da UFMG teve um *upgrade* fantástico, porque ele não tem concorrente mais no Brasil. Ele é o único museu que detém acervos orgânicos dos quatorze mil anos”. Não tem mais. Isso deveria ser uma preocupação da Rede? Claro! Claro que deveria! É claro que deveria. Como pode ser uma preocupação da Rede qualquer outro acervo, não é?

IS: Pensando um pouco mais no presente, que perspectivas, potencialidades você vislumbra para Rede? Você tem alguma ideia, alguma coisa que você imagina que seria interessante?

AC: Bom, naquelas conclusões de 2013, algumas dessas coisas permanecem. Quer dizer, elas não mudam. Eu diria para você o seguinte: as perspectivas são as mais sombrias possíveis, não é? Por razões que todos nós sabemos quais são. Não chega a ser um tormento não [risos], mas o que mais me deixa preocupado são esses espaços da UFMG, são os nossos espaços que têm à frente uma pessoa que vai aposentar. Aqui eu faço uma crítica à Pró-Reitoria de Extensão e à Universidade como um todo e à Rede. E eu vou colocar você a par de uma situação que é muito triste. No Centro de Referência, vou dar um exemplo bobo, é no meu Centro, não vou falar mal de ninguém. O Centro de Referência de Cartografia Histórica, quem puxou e puxa o Centro são duas pessoas, sou eu e a Márcia, e nós temos por pesquisadores o pessoal da Letras, da Linguística, da Toponímia, tem gente da Cartografia do Rio, quer dizer, são colaboradores, pesquisadores. Quem puxa o andor, quem carrega o andor, somos nós. Então, houve uma época, eu já não lembro mais qual foi o ano que, a partir daquele ano, os professores aposentados... porque, até então, o professor aposentado, ele podia participar dos projetos da PROEX, ele entrava no SIEX¹⁰⁵. Quando a gente montava aqueles programas, os projetos e colocava no SIEX, na equipe, eles estavam lá. Só que houve uma mudança, com preocupações de que os professores podiam entrar na justiça. Eu não conseguia mais colocar ninguém nessa condição na equipe e ele aparecia como externo, ele só podia entrar como externo. Aí as pessoas disseram: “Isso é um absurdo. Eu vivi o tempo inteiro trabalhando nessa universidade e agora eu vou aceitar participar de um projeto como elemento externo?” Isso é uma coisa que não ajuda. Eu acho que a Rede poderia, por exemplo, de alguma forma, tentar ver o que fazer, eu sei que é difícil. Então, quer dizer, são vários pontos. O que mais me preocupa são os espaços, no qual eu me incluo [risada], porque, daqui a pouco, seremos dois externos [risada], entende? Eu e a Márcia. Então, essa é uma preocupação. Isso é uma coisa preocupante. Quer dizer, essa memória, ela se perde. E

104. O Museu Nacional, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi atingido por um incêndio de grandes proporções em setembro de 2018

105. SIEX – Sistema de Informação da Extensão da UFMG.

como eu te falei, por exemplo, no IGC, alguém virar e falar assim: “Eu não vou cuidar de bibelô coisíssima nenhuma! Eu tenho mais o que fazer, vou ficar perdendo meu tempo?”

IS: E aí são muitos acervos diferentes na universidade, muito variados em tipologia, tamanho, cuidados que eles demandam. E muito variados também em relação com a memória institucional. E aí, que caminhos também você acha que teria para pensar esse acervo tão diverso desses espaços que compõem a Rede? De que forma é possível conservar, preservar?

AC: Olha, o que pensaram pela Administração Central em algum momento, a gente, às vezes, ouvia essa ideia da construção de uma edificação que seria o Museu da UFMG. É aquilo que eu já tinha falado um pouco antes. Eu não vejo saída. E eu conheço bons exemplos, belos exemplos. Eu vou te dar um outro exemplo para você entender a salada que a gente vive, que, ao invés de resolver, só piora. Eu vou citar o Museu de História Natural. O Museu de História Natural não tem lotação docente. Pra mim, não existe Extensão sem Pesquisa. Alguém pode dizer que sim, que Pesquisa é Extensão, não vou entrar nessa discussão, mas para mim, não funciona. Para você convencer o docente pesquisador para se envolver, você tem que, de alguma forma, garantir algumas facilidades para ele. Mas não há nenhum vínculo institucional, entende? Quer dizer, não há nenhuma obrigação. As nossas obrigações são com as nossas unidades acadêmicas. Nós atendemos primeiro as nossas unidades acadêmicas, é a prioridade. Então, eu acho que isso também dificulta muito, eu estou citando o caso do museu, mas também serve para vários outros espaços que não têm vinculação nenhuma, não tem segurança nenhuma. É um negócio muito complicado. Eu fico pensando no Museu da UFRJ, por exemplo, que não é um museu só de arqueologia. Você, como historiadora, me corrija se eu estiver errado, mas é um museu que congrega desde patrimônio, vamos dizer assim, ligados à História, principalmente do Império, enfim, até a Arqueologia, à Botânica, à Zoologia, por aí afora, não é? Então, mas tem lotação docente, as pessoas trabalham ali. Está bom, teve um incêndio também, mas se não tivesse... É muito diferente, não é? É muito diferente, entendeu? Então, é um pouco nesse sentido. Eu fico pensando, por exemplo, o Museu de História Natural de Viena que eu conheço bem e trabalhei muito de perto com eles, levei materiais, amostras que eles não tinham. O Museu de História Natural de Viena tem uma coleção de rochas aplicadas à construção civil que poucos museus do mundo têm. Você encontra, dentro do Museu de História Natural de Viena, todas as pedras que foram utilizadas na construção de Viena. Edificações contemporâneas históricas, mas é um museu de história natural. Então, ó, nós temos, dentro da Universidade, acervos, por exemplo, arquitetônicos. Coisas da Arquitetura que estão lá no Museu de História Natural aparece junto com as coleções de insetos, de minerais. E vai por aí afora. Eu posso estar equivocado, mas, primeiro, que eu quero dizer assim, eu reconheço que todos nós, todos nós, eu não deixo ninguém de fora dessa história

toda, todos nós fomos muito abnegados, nós nos dedicamos e muito! Então, eu acho que, para não se perder todo esse trabalho, a gente deveria pensar seriamente nisso e eu não vejo, posso estar totalmente enganado, tem gente que vai dizer: “O Gilberto está dizendo que não dá, bobagem”, eu não vejo saída. Apesar da situação toda, das grandes dificuldades, enfim, nós deveríamos trabalhar a ideia de um museu, um Museu da UFMG, que congregasse toda essa memória. Porque ela não é minha, não é sua, não é da Verona, não é da Meily, ela é da Universidade. Agora, ela só está aí ainda porque temos nós, tem a Meily, a Iara, a Verona, o Gilberto, a Letícia e vai por aí afora. Se não tivesse... É aquela história: “não tenho tempo para ficar cuidando de bibelô”. Não sou eu que digo isso não, hein [risos].

IS: Claro [risos] e aí pensando, Gilberto, que essas entrevistas, elas fazem parte de um projeto comemorativo dos vinte anos da criação da Rede de Museus, você gostaria de deixar registrada alguma mensagem para celebrar esse momento? Desses vinte anos?

AC: Ó, eu gostaria de dizer o seguinte, agradecendo àqueles que já se foram, que se dedicaram de corpo e alma a essa história da guarda desses acervos, da preocupação com o patrimônio, àqueles que estão aí no dia a dia tentando, de alguma forma, fazer isso, eu diria que, de certa forma, nós temos... e diante das condições todas, das situações todas que nós estamos vivendo, eu diria que comemorar os vinte anos é uma dádiva. Na situação em que a gente está. Mas, lamentando, porque não sei se as pessoas vão continuar se dedicando por várias razões, de saúde, vai por aí afora, à guarda desse patrimônio. Então, se por um lado, eu acho que é legal a gente comemorar os vinte anos, devemos sim, é merecido por todo o trabalho de todos, eu acho também que é o momento de a gente começar a pensar no futuro, quais as garantias. Eu acho que, às vezes, tem muito discurso e pouca prática. Na prática, o que está acontecendo, não é? Então, pode ser que seja o momento da gente... eu sei que isso tem as questões políticas envolvidas e não sei mais o quê, eu já não estou mais nem aí para nada isso, eu acho que a gente tinha que correr atrás das práticas, largar o discurso de lado porque o tempo está passando. Então, eu não sei, essa é a mensagem que eu tenho, de otimismo e desânimo ao mesmo tempo [risos].

IS: Um pouco do espírito dos tempos, não é? Do roteiro, Gilberto, a gente já esgotou as nossas questões, mas se você quiser falar alguma coisa, se você tiver algum outro comentário, alguma coisa que você queria contar, quer deixar registrada, fica à vontade.

AC: Ó, Iara, eu diria para você o seguinte, ao longo desses anos, eu não sou o único, está certo? Eu acabei me envolvendo também, nessa linha do Patrimônio, com essa história da preservação da memória, mas principalmente considerando o patrimônio edificável, as construções históricas. Eu publiquei coisas, tenho um livro nessa área, agora também está para sair alguma coisa nessa direção. Mas eu diria a você o seguinte, é outra área que me desanima, e muito. Apesar de que eu vou continuar trabalhando nesse sentido

sempre. Sempre que eu puder, mas é desanimador, é desanimador. Da mesma forma como a gente tem essas questões todas, eu vou dizer o IPHAN, por exemplo, e aí posso dizer do próprio ponto de vista do próprio Museu. Também sei que é uma instituição federal, sem recurso, sem pessoal. Como é que você imagina, uma instituição como o IPHAN, histórica, importante, vai olhar o quadro de funcionários, eles não dão conta de avaliar o que está sendo feito, o que está sendo dilapidado, entendeu? Monumentos, construções históricas que estão caindo por falta de recursos, de manutenção, as pessoas estão dizendo: “isso é uma bobagem!” Claro que não são todos, mas infelizmente são os... Mas o nosso grupo é pequeno. Então, é um outro lado que eu venho atuando. Eu criei dois cursos de Caracterização e Conservação da Pedra, que têm uma expressão nacional. Então, no final das contas, eu acho que cultura, eu não vou ficar chovendo no molhado porque você como historiadora está cansada de saber disso, mas, enfim... ai ai, cultura, preservação de memória é uma coisa que eu acho que decididamente não está na pauta. Não tem a importância que deveria ter e essas coisas vão embora, assim como as coisas vão pelos incêndios, pelas casas que caem e a nossa história e a nossa memória... Nós estamos muito preocupados, inclusive com a pandemia. Mas de um modo geral, a nossa cultura vai muito no dia a dia, não é? A gente está preocupado com “Ah! O que eu vou conseguir amanhã” e não sei o quê, essa história toda está ficando para trás. Com isso, de certa forma, eu fecho um pouco o leque das áreas por onde eu ando. As coisas com as quais eu tenho me preocupado, como geólogo, como ser humano. Mas não sou um filósofo [risada]. Agora, eu vou dizer uma coisa. Eu gostei muito da entrevista.

IS: Ó, adoramos também te ouvir! Obrigada! [Risos]

AC: Eu que agradeço a vocês. Eu só lembrei de uma coisa aqui, que eu acho que vale a pena pelo menos deixar registrado, que foi uma tentativa nossa, eu acho que está nesse documento, de transformar a Rede em um órgão especial.

IS: Eu vi isso lá e isso ninguém tinha falado nas entrevistas, ninguém mencionou isso.

AC: É. Porque foi uma discussão longa. Aliás, não era só órgão especial não, tinham duas possibilidades.

IS: O documento lá falou de órgão suplementar que é ligado, normalmente, diretamente à Reitoria, não é?

AC: É. Era um órgão suplementar e aí, nas discussões todas, eu já não me lembro mais se foi na altura do Nagib, eu já não me lembro mais quem era o pró-reitor de Planejamento, que foi colocado. Então, talvez, ao invés de suplementar, a gente pudesse trabalhar com a ideia de um órgão especial, que fosse alguma coisa. Mas aquilo ficou só no plano da discussão.

3. Entrevista realizada no dia 25 de janeiro de 2021, com Rita de Cássia Marques

Rita de Cássia Marques possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2022, aposentou-se como Professora Titular da Escola de Enfermagem e ainda atua junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Foi coordenadora da Rede de Museus e do Centro de Memória da Enfermagem da UFMG.

IS: A gente queria começar perguntando um pouquinho das suas origens familiares, onde você nasceu, em qual escola você estudou na Educação Básica, se é de BH ou não é. Como é que foi esse seu início de formação mesmo?

RM: Boa tarde, Iara, mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês, eu acho importantíssimo fazer trabalho de memória, não é? Se eu puder colaborar, ótimo, mas se eu não puder, tem que continuar fazendo [risos]. Eu vivi, minha carreira se fez com eu trabalhando com memórias, então, é com prazer, que eu estou aqui. Bom, eu nasci em Belo Horizonte, eu nasci em 1963 e eu fiz toda a minha trajetória, isso eu gosto sempre de falar, toda a minha trajetória do pré-primário ao doutorado, eu fiz em escola pública. Eu acho isso absolutamente relevante de ser revelado. Então, eu estudei no Colégio Municipal São Cristóvão, era um colégio que precisava fazer teste de seleção para entrar, onde eu fiz da primeira à quarta série, era uma escola modelo, Colégio Municipal Honorina de Barros, era um anexo do Colégio Municipal São Cristóvão e a gente tinha que fazer prova para entrar para o pré-primário e era um grupo de alunos que seguiu comigo. Eu tive uma boa base, eu sempre gostei de escola, eu tive bons professores, eu tive uma boa educação escolar e isso fez com que eu pudesse também fazer a graduação e a pós-graduação sempre em escola pública. A gente precisa ter escola pública de qualidade para todo mundo ter oportunidade e não depender de ter dinheiro ou não ter dinheiro, não é? Meu pai era carpinteiro, minha mãe era servente de grupo, mas a minha casa sempre teve muito livro. A minha madrinha era professora, minhas tias eram professoras, eu cresci assim. A gente era de uma família simples, pobre, na qual quem tinha destaque era porque era professor. Então, eu queria ser professora e fui e sou. Acho isso muito importante. Eu fiz Magistério. Eu dei aula em escola no bairro Venda Nova. Aula para menino de primeira série, quinta série, então, eu só não dei aula para pré-primário, tá? [Risos] Eu dei aula para o Ensino Fundamental, eu dei aula para o Ensino Médio,

dei aula em pré-vestibular, dei aula em Supletivo e dou aula na universidade. Eu acho bacana estar dentro de sala, com alunos, eu gosto.

IS: E como é que foi a sua escolha pela graduação em História, Rita? Como é que foi esse caminho? Você fez o Magistério e em que momento você resolveu entrar na faculdade, e por que História?

RM: Porque eu gostava muito de História e também por exclusão. Não gostava de Matemática, não gostava de sangue e... [risos] e aí foi eliminando assim, algumas coisas, e é muito interessante eu hoje dar aula para Enfermagem, não é? Eu que sempre eliminei essa área de saúde porque eu achava que sangue, aquelas coisas todas, isso não era do meu universo, mas eu encontrei um caminho na área de saúde e que eu sigo absolutamente confortável nela. E tenho muita familiaridade, hoje discuto procedimento com as pessoas se for necessário [risos]. Já são vinte e seis anos na Escola de Enfermagem. Vinte e seis não, vinte e quatro anos na Escola de Enfermagem. Então, você já vai conhecendo e familiarizando, não é? Mas sempre gostei de História, sempre gostei de ler, tive ótimos professores de História, lia muito romance histórico. Eu decidi fazer História depois que o meu professor de História me recomendou um livro do Émile Zola que chamava “Germinal” e eu acabei de ler e falei “ó, eu vou fazer História!” e fiz. Então, História eu gosto e me sinto bem sendo uma historiadora, como me sinto bem sendo professora da Enfermagem, como me sinto muito bem fazendo parte da Rede. Eu sou basicamente uma pessoa que gosta de muita coisa ao mesmo tempo. Não nasci para ser especialista, sabe? Eu acho que eu nasci para isso aí, para me espalhar, [risos] uma coisa assim.

IS: Você começou trabalhando no INAMPS, como Agente de Portaria, e aí, no seu currículo, tem uma experiência de trabalho sua na FUNED, organizando a biblioteca de lá. Essa teria sido sua primeira incursão trabalhando com patrimônio e já foi dentro desse seu cargo no INAMPS, ou não tem nenhuma relação?

RM: Tem toda relação. Não foi o primeiro. O primeiro foi o Centro de Memória da Medicina. Então, a trajetória é a seguinte: eu estava no INAMPS, fazendo mestrado, aí, um dia, a professora Maria Efigênia Lage, que era um mito vagando na FAFICH, não é? A Efigênia um dia me ligou, eu já era aluna do mestrado, ela me ligou e falou assim: “eu tenho três propostas para você, para você escolher uma. A primeira: termina logo o mestrado e tenta a seleção para o doutorado da Ciência Política”. Porque ia abrir o doutorado da Ciência Política e o coordenador conversou com os professores de outros cursos procurando bons alunos, bons alunos no sentido assim, alunos que entregassem as coisas logo. Porque quando um curso abre, você tem que ter as defesas para ter a nota. E aí, como eu estava indo bem no mestrado, eu tinha passado em primeiro lugar, aquelas coisas assim, aí ela entrou em contato se eu não queria tentar essa primeira turma da Ciência Política, essa é a primeira proposta, que é a que eu não aceitei. A segunda

proposta, para trabalhar com ela em um projeto, uma transcrição de um documento do século XVIII, que ia ser uma publicação da Fundação João Pinheiro, que é a Geografia Histórica de Minas Gerais. Então, eram rolos de manuscritos que a gente tinha que transcrever tudo aquilo para ser publicado, que ele era uma publicação inédita. E tinha que procurar mapa, atualizar a grafia, aquelas coisas todas, eu aceitei. E ela me propôs o terceiro, que foi a que realmente abriu esse caminho do patrimônio, que era para ser estagiária de um professor do ICB, o professor Carlos Ribeiro Diniz, que era professor da Bioquímica e que ele queria fazer a memória da Bioquímica. Ele já era um professor idoso e aquela coisa, querer fazer o acerto com o passado, reverenciar o professor querido que era o Baeta Vianna, então, a Efigênia ofereceu. Ela falou assim: “eu não vou mandar para ele um aluninho de graduação, porque o cara é muito grandão, eu quero mandar um aluno de pós-graduação, você pode?” Eu falei: “posso”. Quer dizer, eu sempre fui assim nesse negócio meio espalhado. Porque o manuscrito do século XVIII não tem nada a ver com a memória da Bioquímica e eu já trabalhava no INAMPS e eu fazia mestrado, que era sobre Igreja e movimento trabalhista, ou seja, era muito mais lógico eu ir para Ciência Política. Mas eu fiz a escolha dos dois que não tinham nada a ver porque eu adoro novidade. E nesse da Bioquímica, é que eu tive que ir para Medicina fazer pesquisa, porque onde eu sabia fazer pesquisa não tinha fonte para isso. Então, eu tive que procurar os outros lugares que tivessem fontes de História da Saúde, de História da Medicina, que, até então, eu trabalhava no INAMPS, mas nunca com interesse acadêmico na área da saúde. Era o lugar que eu ganhava meu dinheiro para pagar minhas contas, para eu comprar meus livros. E aí, nesse momento, eu começo a me aproximar da pesquisa na área de saúde. E aí, o Centro de Memória da Medicina, nesta época, era um grande depósito, um grande depósito. Então, eu fui bem recebida na época pelo professor João Amílcar Salgado, e ele falou: “tudo bem, pode pesquisar, entra aí e vai pesquisar”. Então, assim, para pesquisar, tinha que arrumar. Porque não tinha como entrar. Aí, foi nessa época, que eu pedi ajuda para uma colega de vida, uma amiga de vida, que é a Anny Jackeline Torres Silveira, ela era aluna também, ela era mais nova, mas a gente se conhecia de corredor, aquelas coisas dos corredores da FAFICH. E aí a gente começou. A primeira vez que a gente entrou no Centro de Memória para pensar em um projeto de organização, a gente pôs uma escada, subiu e ficou olhando por cima para pensar quantos metros lineares tinha. Porque não dava para entrar, não tinha corredores para entrar, tinha caixas. 94 eu acho, que eu entro no Centro de Memória, a Anny, eu não sei se entra no mesmo ano ou no ano seguinte, e a gente consegue um projeto encaminhado pela Faculdade de Medicina. Que, na época, a gente só tinha graduação, não tinha como encaminhar projeto para ganhar dinheiro. E a gente começou a trabalhar nisso, a gente conseguiu bolsista e foi todo um período de aprendizagem. A gente não sabia nada, a gente sabia consultar acervos, mas a gente não sabia organizar acervos. Então, assim, foi uma época em que eu tinha que fazer curso. Até 2005, quase

dez anos na Faculdade de Medicina, arrumando o que era possível, porque, gente, hoje a Ethel trabalha lá, a Ethel ainda continua arrumando. Você não tem, assim, uma coisa de 100% de um acervo organizado. Aquilo ali precisa de umas três gerações para arrumar [risos]. Então, de qualquer maneira, era uma tarefa hercúlea, sabe? É interessante que os bolsistas desse período, eles são meus amigos até hoje, porque não dava para ser uma relação só de... porque eu também estava aprendendo. A gente tinha que conversar muito, “gente, será que a gente faz assim? Será que faz assado?” Porque eu não era professora com grande autoridade, eu falava com eles: “olha só gente, eu acho que é assim, eu li assim, eu chamei alguém”. Então, uma das coisas que eu e Betânia, a gente trabalhou muito, a Betânia mais do que eu, foi na criação do curso de Museologia. A gente pedia isso, falando assim: “gente, nós precisamos de ter gente que sabe fazer isso que a gente está correndo atrás”. Então, eu me lembro de a gente ir em reuniões. Não é que a gente criou, mas a gente fazia parte dos grupos que discutiam isso porque a gente demandava esse tipo de pessoa. Precisa de ter gente que sabe mexer com arquivo, precisa ter gente que sabe mexer com museu, precisa de bibliotecário que saiba trabalhar. E eu não conseguia gente para me ajudar, era difícil. Porque o que eu oferecia era muito ruim. Eu oferecia poeira, não tinha lugar para sentar, não tinha computador e os estágios de Biblioteconomia eram dentro de bibliotecas, pagavam melhor. É meio *hard* esse período. Porque essa ideia de memória e de patrimônio, ela é uma coisa que precisa de construção e precisa de ficar falando também que aquilo é importante. Porque o acervo do Centro de Memória da Medicina era o acervo do descarte. Então, “ah, o professor fulano de tal vai aposentar”. “Ah, então tá, manda para o Centro de Memória”, e tudo era recebido, não tinha nenhum tipo de triagem, nenhum tipo de seleção desse material. Então, chegavam as caixas fechadas e as caixas fechadas lá ficavam. E ainda bem que ficaram as caixas fechadas, porque, hoje em dia, a gente pode abrir e ver o que que é, e tem muita coisa lá dentro. Foi melhor receber do que não receber. Mas era isso. Então, às vezes, a gente abria uma caixa, uma vez eu lembro que a gente abriu e tinha uma caveira. Porque estudantes de Medicina, eles costumam ter. Mas essa ainda estava assim até com um pouquinho de terra, a gente disse: “ai meu Deus, esse defunto foi roubado!” [Risos]. Mas era isso, você abria as caixas e você não tinha a menor ideia do que tinha ali dentro, porque não tinha identificação. Então, a gente recebia tudo e depois você ficava sem saber como tratar tanto material. E sem preparo para isso, sem preparo. E aí eu sempre ficava com aquela coisa: “gente, é melhor guardar do que descartar, porque somos amadores, somos amadores”. Mas arrumar bagunça, arrumar esses acervos era bem complicado. Então, quando eu hoje vejo, eu acabei um trabalho lá no Centro de Memória da Enfermagem, organização de um acervo pessoal, primeiro acervo pessoal na Escola de Enfermagem que chegou com a doação, que eu pude fazer o termo de doação, tudo direitinho. E as meninas da Museologia, um apoio de um professor de Arquivologia. Gente, é outro nível de organização, de trabalho, está tudo tão lindo, tudo tão

bonito. Eu fiquei muito feliz de poder, na minha carreira, participar deste início no Centro de Memória e de ter organizado esse acervo pessoal da Roseni¹⁰⁶, que era uma amiga minha, inclusive, uma pessoa que eu tinha muita estima, gosto muito dela. E o acervo dela, eu falei “não, o acervo dela eu vou fazer tudo direitinho”. Aí a filha fez o termo de doação, então, aquela coisa que você faz como tem que ser feito. Mas essa foi a primeira vez que eu consegui isso, 2016, que é quando isso foi doado. E aí conseguimos fazer todo tratamento. Ano passado, a gente fez a exposição virtual, então, quer dizer, é uma coisa que consegui fazer começo, meio e fim e está tudo pronto. Então, a gente, assim “ó, tem que fazer um manual para deixar aqui para os outros, explicando como que faz”, porque a gente nunca soube como é que fazia. E como passou acervo importante pela minha mão. Mas é muita gente. Porque chegava e a gente ia arrumando, arrumando, nem que fosse abrir a caixa, olhar o que que tem e escrever do lado de fora. “Caveira do doutor fulano de tal”, pronto. Então, esse negócio da memória precisa de ensinar, sabe? Tem que ensinar, tem que falar com o aluno da História sobre a importância disso, tem que falar com aluno da Museologia, porque não é que está fazendo Museologia, Arquivologia, Restauração, sei lá o que for, qualquer um desses cursos, se a pessoa só aprender isso teoricamente, sabe? Tem que entender o que é isso, o que é que chega, que tipo de história você pode constituir com esse material, então, isso eu acho importante.

IS: Então, esse seu trabalho na biblioteca da FUNED vai ser posterior ao início seu lá no Centro de Memória da Medicina?

RM: Então, com a pesquisa do professor Diniz, eu entro na Medicina e começo a arrumar e continuo trabalhando no INAMPS. O professor Diniz, chefe da pesquisa da Bioquímica, era diretor da FUNED. Ele era diretor do centro de pesquisa da FUNED, ele era um pesquisador da Bioquímica. E ele viu que eu estava me dividindo muito nessas coisas. “Ai professor, eu tenho que ir para outra...” e aí coincidiu com o período que era a formação do SUS. O SUS não forma dessa forma que é hoje. Primeiro tem a ligação, a estadualização, depois a municipalização. Então, na estadualização, chamava SUDS, que era o governo federal com o estado. Então, eu trabalhava na secretaria, eu era do INAMPS e comecei a trabalhar no prédio da Secretaria de Saúde. Ou seja, eu comecei a trabalhar na esfera estadual e a FUNED é esfera estadual da área da saúde. Mas é uma empresa. Não é uma repartição. E aí o professor Diniz que era absolutamente bem relacionado com Deus e o mundo, ele falou assim: “olha, você já está trabalhando para o estado, então eu vou pedir a sua, é...” Ai, tem um termo técnico, tipo uma remoção, uma coisa assim, era uma transferência, mas eu continuava funcionária federal, mas ia para um órgão estadual. Eu fui cedida, aí o professor Diniz conseguiu a minha cessão para a FUNED. Aí sim, ele falou assim “eu vou te levar para você trabalhar com a memória da

106. Professora Roseni Rosângela de Sena, foi diretora da Escola de Enfermagem da UFMG.

Bioquímica”. A gente tem uma biblioteca que é a primeira biblioteca científica de Belo Horizonte, que ela era de 1907, que é quando foi criada a FUNED e tal. E aí eu fui para a FUNED e fui lotada na biblioteca da FUNED. Eles tinham uma biblioteca científica, moderna, onde os pesquisadores consultavam e tinha essa outra que estava fechada, que é o tal espaço que tem morcego, que tem aranha, essa coisa que fica lá fechada, ninguém liga, pronto. Aí, então, eu já estava envolvida com a Medicina, com esse paraíso de caixas, aí eu fui para a FUNED sem deixar a Medicina, porque eu trabalhava só meio horário. Eu terminei o mestrado, e eu fiz concurso para ser professora e aí eu saí da FUNED por isso. Eu saí do INAMPS e saí da FUNED e entrei para a UFMG, mas, assim, antes de eu ser professora da UFMG, eu já estava na Medicina. E daí, para o doutorado, eu vi que realmente não tinha espaço, na FAFICH não tinha espaço para trabalhar saúde.

IS: Você entrou na Enfermagem como professora de Metodologia, mas você foi construindo ali dentro um espaço para a História da Enfermagem ao longo desse tempo, como é que foi isso?

RM: Primeiro, eu estava na História da Medicina. Quer dizer, eu entro na Enfermagem em 97 e eu só saio da Medicina em 2005. Esse negócio da História da Enfermagem é algo que vai entrando aos poucos, até porque tinha os professores da História da Enfermagem. E é muito importante a gente ver isso. Tem uma fala do Pedro Nava no livro, eu acho que é “Capítulos de Medicina”, que diz o seguinte: para escrever história de uma profissão, você tem que ser da profissão. Então, essa coisa, ela é muito cristalizada, eu acho, nesses nichos profissionais. Sempre tem alguém que trabalha com a História da Enfermagem, História da Medicina, que é geralmente a pessoa que já vai estar mais para o fim da carreira. Ou mesmo que se aposenta, porque é aquela pessoa que já viveu a experiência da profissão e começa a escrever sobre a profissão. Então, eu vi muito isso na época que eu frequentava os congressos, as conversas de História da Medicina que era um mundo de médicos, não era um mundo de historiadores. E na Enfermagem também, nas outras profissões, tem isso. Essa é uma entrada difícil, ela não é muito fácil. Agora está mais fácil porque você já tem esse grupo de historiadores que estudam a Ciência dessa forma, mas era mais complicado. Então, lá na Enfermagem, já tinha o pessoal que estudava a História da Enfermagem, que fazia a história da Escola. Então, por exemplo, o livro sobre a história da Escola foi escrito pelas pessoas que vieram antes de mim lá na Enfermagem. Então, eu fiquei um tempo na História da Medicina, quando eu saio, eu já tenho uma inserção nesse campo da História da Saúde e da Doença, porque eu já tinha terminado meu doutorado. Então, essa coisa de História da Saúde e da Doença já era uma coisa que eu tinha diploma sobre isso. Eu fui entrando na História da Enfermagem à medida que essas enfermeiras que se dedicavam a isso foram se aposentando. E aí, o Centro de Memória precisava ser cuidado. Não tinha cabimento eu estar cuidando da Medicina e não estar cuidando da Enfermagem, que também tinha um centro de memória, enten-

deu? Então, aí, eu vou começar a cuidar do Centro de Memória da Enfermagem, e aí também, eu saí da Medicina. E aí sim, aí começa a tarefa de formação de estudantes. Porque você começa a ter bolsista de iniciação científica, bolsista de iniciação científica que faz mestrado, bolsista de iniciação científica que faz doutorado. A professora que trabalha hoje com a História da Enfermagem, na Escola de Enfermagem, foi minha bolsista de iniciação científica, foi minha mestranda e foi minha doutoranda.

IS: E ela é enfermeira?

RM: Ela é enfermeira. Então, isso eu acho que é uma trajetória importante. Enquanto historiadora da enfermagem, eu sempre fui meio *outsider*, porque eu nunca fui dedicada só a isso, entre outras coisas, eu cuidava de História da Enfermagem, mas eu nunca fui uma historiadora da História da Enfermagem. O meu campo sempre foi mais amplo, mas, agora, já tem gente que tem mestrado e doutorado sobre a história da Escola. Então, isso também me deixa tranquila, eu não preciso ficar preocupada com isso. O Centro de Memória tem quem cuide. Porque, às vezes, as pessoas ficam em um lugar porque se sair, fecha. Infelizmente, pela falta de uma política institucional, por falta de funcionário, por falta de investimento, vários lugares, se sair determinada pessoa, fecha. A gente infelizmente tem esses espaços na universidade. Porque, para que isso não acontecesse, tem que ter uma política. Por exemplo, a funcionária do Centro de Memória da Enfermagem aposentou, não tem funcionário. Não dá para um espaço viver só comigo que faz quinhentas coisas e bolsista. Quer dizer, no tempo que eu tinha funcionária, nossa senhora, era glória total! Porque você tem uma pessoa que abre, que fecha, você pode definir um horário de funcionamento, agora, eu não posso definir um horário de funcionamento se eu estiver dentro de sala de aula, se eu estiver em reunião, se o bolsista estiver em sala, não dá. Então, enquanto não tiver essas coisas organizadas, eu acho que, enquanto não tiver essas coisas organizadas, eu acho que a gente corre muito risco desses espaços que fecham quando as pessoas aposentam. O que eu acho tristíssimo.

IS: Como é que foi a sua inserção em discussões sobre patrimônio universitário, então, elas já se deram no CEMEMOR? Ou vocês não pensavam ainda em termos de universidade lá no Centro de Memória, era mais focado na Medicina?

RM: Aí tem um personagem fundamental. Que é o pró-reitor de Extensão chamado Edison Corrêia. O Edison, pró-reitor de Extensão, no final dos anos 90, começo dos anos 2000, tinha sido diretor da Faculdade de Medicina. Então, o Edison me conhecia da Medicina. E quando ele sai da diretoria da Medicina, ele vai ser pró-reitor de Extensão. E é o Edison que tem a ideia de criar a Rede de Museus. A ideia é dele. Não foi por causa de mim não. Ele sai desse nicho Faculdade e vai para essa coisa universitária, uma estrutura universitária, e ele percebe que aquela peleja que ele viu, que eu estava tendo lá, todo mundo tinha na UFMG. Então, eu me lembro dessa primeira reunião que ele faz, isso ainda em 99, ele faz uma reunião e ele fala assim: “ô gente, tem que

juntar, porque vocês sozinhos não vão conseguir projeto nenhum”. Porque a gente não tinha qualificação, era professor de História, professor de Geografia, professor de não sei o quê, sabe? Ele falou assim “ó, por qualificação não dá. O recurso é muito pouco para essa área. Você não tem uma mobilização e tal, não sei o quê. Tem que pensar em projetos conjuntos, vocês têm que juntar e fazer uma proposta”. Porque a gente mandava projeto e não conseguia. Aí ele fala assim: “tem que fazer um para conseguir muito dinheiro”. Porque quando conseguia dinheiro era assim, vinte mil, dez mil, isso aí dava para comprar ali uma coisinha ou outra, mas não dá para você fazer uma grande coisa, não é? Então ele falou assim: “ó, para conseguir muito dinheiro e conseguir fazer muita coisa, vocês vão ter que juntar”. E aí ele começa a juntar esses gatos pingados, que a Betânia usou, inclusive, a expressão que era um Exército de Brancaneone, que é um filme, não sei se você assistiu, um povo meio esquisito que se junta. E aí a gente começou. Era o Centro de Memória da Medicina; a Cartografia, que o Gilberto, que, na época, era lá em Diamantina, que era a Casa da Glória em Diamantina; o Museu de História Natural, que é o grande museu da UFMG; o nascente museu do ICB, com a Graça, que é uma pessoa que, infelizmente, vocês não vão pegar o depoimento dela, mas eu acho ela uma pessoa fundamental para a Rede, fundamental. Porque a Graça estava criando um museu do zero e ela pediu ajuda para os museólogos. Então, eu lembro que ela tinha muito contato com o pessoal da Bahia, da Museologia da Bahia, ela conversava, porque ela estava criando, tirando do chão, do zero. Não é igual eu entrei na Medicina já com um negócio pronto, não era isso, era fazer o prédio, juntar o acervo, organizar, era outra conversa, fazer a discussão se podia ou não podia expor aquele tipo de peça. Então, a Graça vinha com mais a conversa da Museologia do que eu e os outros. A Graça é fundamental. Então, esse era o grupo inicial. A Betânia era professora de uma disciplina que chamava “Arquivos e Museus”, que é nessa tal que eu fiz na graduação e que a gente ia conhecer e tal. Então, a gente se junta por estímulo do Edison, para montar um projeto, eu não lembro se era pra FAPEMIG, para CNPq, CAPES, para montar o projeto, esse projeto ficou na coordenação de Betânia, ela vai dar conta de explicar melhor, eu era uma das pessoas que participou desse momento. E dali começou. Eu comecei a conhecer as pessoas que eram como eu na UFMG, porque eu achava que eu era um Cristo, que eu estava carregando o mundo nas costas, não era. Era isso que o Edison falava. E a ideia da Rede é o rizoma, a ideia do rizoma, que é da Medicina. O Deleuze, no “Mil Platôs”,¹⁰⁷ ele fala do rizoma. O Edison falou assim: “gente, é uma rede, é igual um rizoma”. E ele explicando para a gente biologia, porque ele era médico, não é? Eu não sabia de Deleuze, eu não tinha lido Deleuze, depois que eu fui procurar, mas o rizoma que ele explicou era o rizoma da biologia. “Não é que

107. Referência à obra Deleuze, publicada em parceria com Guattari. Para consulta à edição brasileira, buscar: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 1995-1997. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34..

vocês vão deixar de fazer o que vocês fazem, cada um é uma ponta desse negócio, é um pedaço disso, mas tem que funcionar no grupo”. Então, a Rede surge assim.

IS: Mas esse projeto da FAPEMIG vocês ganharam, Rita, o recurso? Esse primeiro projeto, você lembra?

RM: A gente ganhou um dinheiro, mas eu não sei se foi todo, ganhou um dinheiro nessa época. E aí a gente entendeu que dava certo era assim. E assim, no princípio, eu ficava meio chateada, porque a maior parte do dinheiro, o projeto não foi dividido irmanamente, tipo assim, ganhou 200.000 e cada um ganhou 50.000 reais, não foi assim. Tinha uma coisa que comeu o dinheiro, uma parte maior do dinheiro e a gente pegou uns pedaços desse dinheiro. Eu não lembro desses detalhes não, gente.

IS: Foi Betânia que coordenou esse projeto, então? Ela deve saber explicar mais.

RM: É, ela sabe como é que era. Inclusive, teve um curso, ela montou um curso, que eu participei, a Anny participou, que era um curso semipresencial, tinha aula, mas também tinha coisa que não era presencial, com toda essa dificuldade de computador no começo dos anos 2000. Moodle, eu não sei. Ele era semipresencial e tinha visitas. Eu lembro que visitava os museus e era aberto para alunos, funcionários desses espaços, esse curso foi muito importante. Não conseguimos repetir esse curso porque dava muito trabalho e todo mundo já trabalhava muito. A Rede foi crescendo, foram aparecendo outros centros de memória, outros espaços que a gente foi conhecendo, entrou a Estação Ecológica, tinha o Observatório lá na Serra da Piedade que hoje não é nosso mais. Eu lembro que a gente fez evento na Serra da Piedade, era uma doideira, gente, era mesmo um negócio do Exército de Brancalione, marcar um evento em maio na Serra da Piedade. Gente, era um frio, um frio, uma coisa assim, e como era o pessoal do Observatório que estava patrocinando, foi de noite. Olha, vocês não têm noção do frio que a gente passou, sabe? Muito frio, mas a gente encarava isso tudo: Rodoviária, Parque Municipal, foi quando a gente começou a participar das Semanas de Ciência e Tecnologia, então tinha ciência no Parque, ciência na Rodoviária, a gente ia em tudo. Graça, Maria das Graças, muito ativa, eu que adoro, não é? Eu adoro Dona Maria e Seu José, então, rodoviária era comigo mesmo, ciência na rodoviária, ciência no parque, ficava lá o dia inteiro, conversando, mostrando coisas. Tem esse material, eu não sei se vocês já viram esse material [Rita mostra, na câmera, um livro com a capa predominantemente amarela com os dizeres: “Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologia da UFMG”], está dando para ver? Lá na Rede, tem isso. Esse foi um primeiro material que a gente teve dinheiro para fazer um material junto. Que a gente tinha uns *folderzinhos* e tal. Esse material interessante, ele está assinado pelo Edison, e então, o Edison faz uma abertura, explica que chamava “Rede de Museus, Espaços de Ciências e Tecnologia da UFMG”, então, a gente começa com o texto do Edison, o próximo texto eu acho que é da Graça,

deixa eu ver [Rita folheia o livro]. Esse material é um material que a Graça produziu. Foi na gestão da Graça. E aí, nesse momento, isso aqui deve ser... não tem data, historiador sofre quando as coisas não têm data, deixa eu ver aqui [folheia o livro]. Aqui, a reitora: Ana Lúcia Gazzola, vice-reitor, Marcos Boratto, que também é da Medicina, é uma época, então, que a Medicina estava bem na Reitoria, o Edison era pró-reitor de Extensão e a coordenadora da Rede era a Maria das Graças Ribeiro, nesse momento, isso aqui é 2006. Então, o Edison fica um bom tempo. A primeira coordenadora da Rede foi Betânia. Depois é que entra Graça.

IS: Ô Rita, então, fazia sentido, desde o início, a Rede ser um espaço ligado à PROEX, não é? Já que foi uma ideia do próprio pró-reitor de Extensão. Nunca foi uma discussão isso, de qual seria a inserção institucional, já estava clara, já estava dada.

RM: Foi ele quem criou, ele criou para a PROEX, então, as discussões que vão acontecer, isso é mais no período do Gilberto, que é tentar uma ponta com a Pró-Reitoria de Pesquisa e a gente tentando ampliar a importância dos espaços. Porque a Extensão sempre foi mais desvalorizada, não é? “Ah, Extensão, o povo da Extensão é o menos inteligente, quer trabalhar menos”, sei lá, tem um tanto de conversa fiada sobre a Extensão. A Graça fez muito isso, que a Graça inclusive era do ICB, aquela cara de cientista, aquele negócio todo, mas, na Graça e no Gilberto tentando aproximar mais da questão da pesquisa, esse edital que existe hoje de Pesquisa e Extensão é uma coisa que começa a ser discutido no período do Gilberto e eu acho que concretiza quando eu sou coordenadora. Esse edital especial, que eu acho que ele dá um outro tom para a Rede, porque ela mostra: “olha, na Rede também tem pesquisa, nos espaços existe pesquisa, tem Extensão, mas também tem pesquisa”. E eu acho que a luta que, no meu período, começa, mas muito incipiente, que eu acho que precisa continuar, e que a Meily está preocupada com isso, essa coordenação da Rede está preocupada, que é ter uma ponta na graduação. Eu acho que a Rede precisa mostrar isso, porque a pós-graduação a gente já tem, não é? Saem teses e dissertações desses espaços, o vínculo com a pesquisa a gente já conseguiu provar. O vínculo com a Extensão é do início. Eu acho que precisa consolidar essa coisa da graduação porque os espaços, os museus, esses espaços e tal, eles têm essa característica. Eles têm essa característica e a gente precisa mostrar isso para as pessoas porque a maioria das pessoas desconhece, só sabe do museu aquele negócio, que abre, que você visita e pronto. Então, como eles são museus universitários, a gente já fez alguns eventos sobre museus universitários, discutindo a peculiaridade dos museus universitários, e nos museus universitários, precisa ter Ensino, Pesquisa, Extensão, pós-graduação, para você qualificar esse espaço como um espaço diferenciado. Não é só um espaço de exposição, mas um espaço de produção do conhecimento. Nesse período, por exemplo, até a Graça, olha para ver como que a Rede deu um salto, até a [gestão da] Graça tinha o Centro de Memória da Engenharia, da Medicina, a Cartografia Histórica, a Estação Ecológica, a

Enfermagem. Antes de eu coordenar o Centro de Memória da Enfermagem, eu coordenava um negócio chamado Laboratório de História e Educação em Saúde, que é um momento que eu saio da Medicina e vou levar essa coisa do museu para a Escola, mas pensando mais em pesquisa, que é um Laboratório de História e Educação em Saúde. Que é uma coisa que eu trabalhava lá na Enfermagem, que eu comecei a pensar nisso enquanto um lugar de produção do conhecimento. Só que, logo depois, as pessoas que estavam no Centro de Memória, as professoras, também vão se aposentando, me chamam para ser da estrutura do Centro de Memória. Aí o Centro de Memória engoliu o Laboratório, o Laboratório passa a ser um pedaço do Centro de Memória e o Centro de Memória fica como sendo a estrutura maior. Mas, nesse período, aqui não existia Centro de Memória não, era esse Laboratório, ou seja, eu saio da Medicina e vou para Enfermagem levando essa ideia de que precisava trabalhar com essas coisas, em termo de Pesquisa, de Extensão e não só. Porque, até então, o que tinha era um lugar para guardar as coisas, o Centro de Memória é o lugar de guardar as coisas e tentar mudar isso.

IS: Os primeiros projetos coletivos que você já falou pelo menos de dois aqui com a gente, foi esse projeto da FAPEMIG para conseguir recursos e esse também de ir a Rodoviária levar a ciência, mas, você tem alguns outros para relatar? E aí eu já emendo uma outra questão que é: o que se pretendia com a Rede, principalmente nesse início, era mais voltado à captação de recursos mesmo?

RM: Era. Captação de recursos e capacitação das pessoas. Porque a gente era voluntário de um tanto de coisa, então, por exemplo, era conseguir recurso e também investir nesse tal curso que eu te falei. Betânia te explica essa parte. Era para formar as pessoas, porque a gente percebia que esse era o grande buraco. A gente tinha boa vontade, a gente conseguiu os bolsistas, a gente tinha tudo, mas precisava qualificar essas pessoas. E a gente teve sorte também que começou a mudar os cenários de museus aqui de Belo Horizonte. Eu me lembro que a gente acompanhou esse negócio do Museu de Artes e Ofícios. A Betânia, inclusive, participou da equipe de criação, de pensar, então, se você começar a se relacionar com pessoas. O espaço do Museu de Artes e Ofícios é um negócio, tinha dinheiro. Ele foi todo arrumado e isso influencia, porque a gente via aquilo, a gente via o que que era o espaço antes, o que que vira o espaço depois, quem são as pessoas que trabalham ali, como que, se você tivesse gente para pensar aquilo, dá para pensar umas coisas diferentes. Então, eu acho que isso também contribuiu muito, sabe? Porque a gente começou a ver que os museus foram se qualificando, eles foram ficando mais bacanas, as pessoas... a gente via que aquelas pessoas eram exclusivas para aquilo, elas tinham ideias boas, a gente não precisava ir para fora. Porque toda viagem minha, eu tinha que ir visitar museu, visitar museu, visitar museu, porque a gente não sabia. Aí voltava: “ô gente, eu vi isso assim, isso assado”, era desse jeito. Então, esses projetos tinham esse objetivo também de qualificar as pessoas, e eu acho que o último grande

projeto, o último que eu participei foi o Circuito. O Circuito foi um projeto também que começou a ser pensado pela Betânia e com a gente, todo mundo junto, mas ela falou assim: “gente, nós temos que voltar para aquele negócio da Rede, fazer um projeto envolvendo os espaços da Rede”. E aí a gente pensou no Circuito, que era essa coisa de fazer um caminho de visitaçaõ por vários espaços. E aí ficou só essa ponta de museu que sai na Catalão, que vai até a Educação Física, era para começar ali e expandir, mas aí coincidiu com o período que vai acabando o dinheiro, que é 2014, 2015. Aí o dinheiro que foi prometido não chegou, chegou com atraso, mas, mesmo assim, a gente conseguiu fazer esse modelo. A Educação Física arrumou lá um espaço, então, todos esses espaços ali daquela saída se prepararam minimamente para receber visitaçaõ. Infelizmente, ele não teve continuidade por N motivos. Mas foi muito interessante a gente ver isso, os projetos que a gente encaminhou com o grupo foram aprovados. Quer dizer, se você encaminha um projeto com grupos de espaços, a gente consegue. O problema é fazer esses projetos conciliarem os interesses de todo mundo, captar, trazer as pessoas. Por exemplo, eu era da Enfermagem, a Ethel da Medicina, a gente pretendia que houvesse um circuito também na área da saúde, não chegou a ser lá. Mas você tem que convencer as pessoas a participar de uma coisa que não é para elas, a gente fica pelejando para conseguir dinheiro, não é? Quer dizer, mas era para conseguir dinheiro não para o meu espaço, mas para esse grupo, e arrumar era Medicina, e ia arrumar era o ICB, ia arrumar a Farmácia, e isso é que precisa de incentivar. A conversa dessa solidariedade do grupo, como que é importante a gente fazer coisas para o grupo e entender a diversidade do grupo. Ou seja, não vai dar para fazer para todo mundo. Todo mundo vai ter que ir fazendo as partes, para dar as coisas certas. Mas é assim mesmo, eu acho que cada um vai fazendo um pedacinho, tentando consolidar esse negócio de Rede. Eu acho difícil mesmo, muita gente não entende.

IS: E você já falou um pouquinho da importância da Graça. Você tem alguma lembrança da gestão da Graça, alguma coisa que você queria deixar registrada também?

RM: A Graça era muito conhecida fora da UFMG por causa do Museu, porque esse Museu das Ciências Morfológicas, quando ele surgiu, ele era diferente. Então, a Graça circulou muito para apresentar esse museu, ela conhecia gente em várias universidades, ela participou do movimento de criação desse Fórum dos Museus Universitários, ela foi coordenadora dos Museus Universitários por várias gestões. Mas ela tinha um problema, porque ela tinha um problema de saúde, que acabou levando ela antes da hora, antes da hora não, porque ela pelejou, sabe? Para não ir. Ia trabalhar doente, vi várias vezes a Graça indo trabalhar assim, saía de uma quimioterapia, saía de uma radioterapia, sei lá, ia assim, quase ofegante, mas ela ia trabalhar. Impressionante a capacidade de trabalho e de dedicação. Eu acho que a palavra mais adequada para a Graça é o negócio da dedicação. A Graça chegava a vender propriedade dela, lote, sei lá que que era, para

pôr dinheiro no Museu. Tem dinheiro no Museu que é dela, pessoal. Então, assim, eu acho que tem um negócio de uma dedicação absurda àquele museu, e nessa dedicação absurda ao Museu, ela conheceu muita gente e ela era referência. Então, tem essa questão que eu acho que, como ela era muito dedicada, muito conhecida, ela ajudou muito a divulgar a Rede para fora e sobrava para mim, sobrava para Betânia, para todo mundo, porque ela punha... às vezes, ela muito doente não conseguia ir. Eu me lembro que eu fui para Goiás, falar na Universidade de Goiás sobre a Rede, eu fui à UFRJ falar sobre a Rede, eu acho que eu fui em Pelotas também, sabe? Porque os convites vinham para ela, ela não dava conta e a gente ia falar de Rede, militar, não é? Militância Rede de Museus. E muitas redes de museus foram criadas no Brasil por causa da Rede daqui e dessa propaganda que a gente fazia.

IS: Vocês não conheciam nenhuma experiência parecida aqui no Brasil?

RM: Não, não. E eu acho que o Edison também não, porque o Edison vinha com esse negócio da Medicina. Porque na Medicina tinha uma coisa, ainda tem na área de saúde, e o Edison foi um dos coordenadores, que é a Rede IDA, Integração Docente Assistencial na área médica, na Enfermagem tem, que era uma integração da Academia com o setor de serviços, com os hospitais, com os centros de saúde. Então, era uma rede. Rede IDA e hoje se chama Rede UNIDA. Então, essa era a experiência do Edison, o Edison não tinha experiência com museus. Museu era uma questão que ele transpôs, que ele viu, como pró-reitor de Extensão, que a área de museus tinha uma dificuldade, que era um tanto de espaço isolado e sofrendo. Todo mundo achando que estava carregando o mundo. E aí ele pensa nessa experiência que já tem na Medicina, que não é só da Medicina, nessa área da saúde, que é essa Integração Docente Assistencial, falou assim: “essas pessoas se juntam, elas continuam com a autonomia delas, o espaço assistencial continua como espaço assistencial, o espaço acadêmico continua como espaço acadêmico, mas eles se juntam para as questões que eles têm que fazer junto”. Então, ele traz a ideia do rizoma da Biologia e ele traz esse negócio de rede também disso que eles já faziam. Então, a gente não tinha essa referência dos museus, redes de museus. Embora a gente depois soubesse que havia rede de museus na Europa, ou pelo menos nessas junções, só o Smithsonian, não é? Quando eu conheci o Washington Smithsonian, caiu o queixo com aquilo, você tem uma avenida de museus, eu falei “ah, meu Deus!”. Tem muita coisa, mas a gente não sabia de nada disso, gente. A gente não conhecia nada disso não. Então, aqui no Brasil, a gente saía para falar da Rede de Museus. Eu me lembro destes lugares, Rio de Janeiro, a UFRJ, Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Pelotas, que eu me lembro de ter ido. A Graça ia a vários eventos falar da Rede de Museus, Betânia ia a eventos falar sobre a Rede de Museus, o Gilberto certamente foi, porque era uma missão da gente. Falar. As pessoas tinham muita curiosidade, até hoje elas têm curiosidade, saber como é que funciona. E então, é essa coisa, a Rede, ela tem

essa origem. Então, eu acho que não tinha rede de museus, até porque eles chamavam a gente para falar. Eu acho que foi a primeira. Pelo menos na época que apareceu, era.

IS: Rita, como é que foi a inserção do Centro de Memória da Enfermagem na Rede? Foi só depois que você entrou no Centro de Memória da Enfermagem, que foi em 2006, não é? Mas ele ainda não era da Rede, então?

RM: Não. Porque aqui ó, nesse momento aqui, agora que eu estou vendo, porque tem umas coisas que a gente tem que olhar para lembrar [Rita encara o livro mostrado anteriormente]. Esse aqui, esse *folder* coletivo, ele é de 2006, e está aqui, Laboratório de História e Educação em Saúde. Então, mesmo depois que foi criado oficialmente o Centro de Memória da Enfermagem, que é 2005, 2006. Agora não sei. Eu já tinha o Laboratório. O Laboratório era a ligação da Enfermagem com a Rede, e depois que eu viro coordenadora, eu diminuo o Laboratório para crescer a questão do Centro de Memória. Então, o Laboratório que era ligado à Rede passa a ser um pedaço do Centro de Memória e aí o Centro de Memória entra na Rede. Eu acho que eu começo no CEMENF como subcoordenadora da professora Geralda Fortina. Ela era professora de Enfermagem, dava aula de História da Enfermagem, fez o doutorado em Educação com o Luciano¹⁰⁸ e ela era, então, doutora em Educação, coordenadora do Centro de Memória e eu entro como subcoordenadora do Centro de Memória, mas eu tinha o Laboratório ligado à Rede. Quando a Geralda sai, aí eu entro, eu me torno coordenadora do Centro de Memória, aí não dava para ser coordenadora de duas coisas, aí faz-se um estatuto, passa na Congregação, e aí o Laboratório desaparece, desaparece não, entra no Centro de Memória, o Centro de Memória entra na Rede. Isso foi por essa época aí, 2006, 2007.

IS: Na sua experiência de anos no Centro de Memória da Enfermagem, quais seriam ou são os principais desafios encontrados pelo CEMENF?

RM: Escolher só uns, não é? Ai, ai. Um problema, você precisa de pegar os alunos da Escola. Quer dizer, o projeto é de Extensão pela Escola de Enfermagem, só que o aluno da Enfermagem, ele tem aula o dia inteiro. Então se, por exemplo, você pega um aluno da História, ele tem aula de noite, ele tem disponibilidade o dia inteiro, o menino da Museologia tem aula de manhã, ele tem disponibilidade a tarde inteira, o aluno da Enfermagem não tem todos os dias à tarde ou todos os dias de manhã, mas você tem que pôr alguém da Enfermagem, você tem que ter o aluno dali, porque o projeto é da Escola. Como é que você faz um projeto da Escola e só pega gente de fora? Então, eu tive vários bolsistas enfermeiros com essa dificuldade toda. Por isso, foi muito importante ter conseguido uma funcionária. Eu acho que a gente precisa lutar para que os espaços tenham funcionários, a gente tem que pensar muito, com muito carinho, nisso, porque essa estrutura do professor e dos alunos é muito complicada. Porque eu dando

108. Luciano Mendes de Faria Filho. Professor da Faculdade de Educação da UFMG.

aula, projeto para todo lado, projeto na História, projeto na FUNDEP, projeto não sei onde, no centro de não sei onde, e nesse momento, eu era coordenadora do curso de Nutrição. Eu tive esse cargo. Então, eu tinha muita coisa para fazer, e como que você faz para coordenar um espaço com bolsistas que não têm disponibilidade de horário? Sempre não, mas, de vez em quando, eu tinha alunos da História, quando começou a ter da Museologia, eu comecei a ter alunos da Museologia e alunos da Enfermagem, porque precisa formar os meninos da Enfermagem, porque senão não aparece, por exemplo, essa professora que hoje é minha subcoordenadora e que começou como iniciação científica. Então, tem que incentivar o aluno da Enfermagem para ele gostar de fazer a história da profissão, já que esse espaço é preferencialmente dele. Então, eu acho que isso é uma característica, quer dizer, o curso da área de saúde não é um curso onde tenham pessoas interessadas nesse tema e a gente tem que formar esse interesse. A falta de recursos, que é essa coisa, a gente sempre precisou fazer projeto. Da Escola, a gente consegue toda essa coisa, a estrutura, água, luz, telefone, mas pra você fazer alguma coisa, tem que ser com projeto. Como na universidade, não é? Mas é aquela coisa, a gente tem dinheiro para o básico, mas não tem dinheiro para fazer coisas que sejam específicas de museu. Nós tivemos uma dificuldade no final de 19, assim, inacreditável, a gente tinha dinheiro e não conseguia comprar as coisas porque os produtos não estavam na lista de compra da Escola de Enfermagem. Escola de Enfermagem compra seringa, Escola de Enfermagem compra máscara, mas é máscara cirúrgica, tudo assim. Então, se você quer uma máscara para poeira de livro, aí é outro... é uma encrenca, porque eles não compram isso. Aí, todo dia, você tem que ir lá no setor explicar o que que é para eles te ajudarem a procurar, onde é que acha, então, essa coisa de você estar com uma atividade que não é uma atividade da Escola, isso é um problema no meu caso. Às vezes, você tem o dinheiro e não consegue gastar porque a burocracia do espaço não consegue ir na velocidade que você precisa, eu já devolvi dinheiro algumas vezes porque não consegui comprar. Uma outra questão que eu acho importante ressaltar é porque o espaço que a memória ocupa é um espaço que é disputado. E isso eu vi lá na Medicina, o espaço da Medicina é muito grande, eu acho que, fora o da Engenharia, o Museu de História Natural, eu acho que o da Medicina é o maior, são oito salas. Como tem briga por aquele espaço! Porque a escola é de Medicina, então, tem um tanto de gente que fala: “ah, mas eu preciso abrir meu laboratório, não tem espaço e aqui vocês estão guardando livro velho”. Então, essa coisa do espaço também você tem que estar o tempo todo provando que o espaço onde está essa coisa da memória é um espaço importante. Por exemplo, eu lutei para trazer o Arquivo Institucional para o Centro de Memória, porque ele estava jogado num canto lá da Escola numa sala que pegava sol e não conseguia nem abrir a porta. Mas, para trazer o arquivo, eu tive que desmontar o tal laboratório de História que tinha lá, aí sim esse laboratório acabou, porque tinha computadores, tinha aquele negócio todo. Eu desmontei, tinha bancada, com dinheiro,

a gente conseguiu fazer as bancadas todas, eu tive que desmontar esse espaço para trazer o Arquivo Institucional. Porque o Arquivo Institucional estando no Centro de Memória, ele dava mais força política para o Centro de Memória. Por exemplo, os documentos que a secretaria precisa estão no Centro de Memória. Enquanto tinha o laboratório, aquilo não tinha importância. Então, você tem que, o tempo todo, ficar tentando ver como é que você vai transformar aquele espaço em um lugar importante para aquela instituição, porque o espaço é disputado, todo mundo quer. É muito importante pensar na publicização do que a gente está fazendo. O tempo todo, você tem que ficar mostrando, mostrando, mostrando. Porque ele é um espaço exótico. “Ah, aqueles trem velho da Rita”, “ah, estragou? Manda para o Centro de Memória!” A universidade tinha que ensinar as pessoas sobre patrimônio, a universidade, nesse sentido, tinha que ser uma coisa para todo mundo. Porque a gente fica batalhando no pequenininho, explicando que que é patrimônio, qual que é a importância daquilo. E ainda tem mais uma coisa: existem correntes favoráveis até à questão do patrimônio, mas em fazer espaço para isso. Tipo assim, o grande museu, o grande arquivo, existem esses projetos. E como são grandes projetos, nunca tem dinheiro e nunca saiu do papel, não é? Então, aí ainda fica mais isso, aí o povo fala “será? Mas isso não pode ser desse jeito, vocês estão fazendo errado, tem que fazer um grande espaço, tem que fazer o grande museu”, mas esse dinheiro nunca apareceu, porque é muito dinheiro. E outra coisa que eu acho grave é uma ideia de que museu é só criar. A gente já viu algumas experiências que a gente sabia que ia morrer, porque investiu grande dinheiro para criar. Museu, principalmente universitário, esses museus que não contam com bilheteria significativa, com financiamento, gente, precisa pensar em manutenção, quem é que vai cuidar daquilo? Quem vai cuidar daquilo? Então, não adianta pensar no grande museu ou no espaço super *hi-tech*. E depois? Vai acontecer o quê? Quem vai cuidar? Não é só criar. Então, todos esses espaços que a gente vê que têm na Rede, eles são criados e com uma manutenção a duras penas, manutenção a duras penas, com os projetos, com as parcerias, porque não tem uma estrutura para que eles sobrevivam. Não tem essa estrutura aí. A gente já avançou muito, não só com a Rede, com esses editais específicos para a Rede, mostrar que tem pesquisa, se inserir em discussões internacionais, um tanto de coisa já aconteceu e que não tinha antes. Mas ainda tem muita coisa para ser feita.

IS: Como se deu o processo de você se tornar coordenadora da Rede? Já existia o estatuto como é hoje, que prevê essa eleição? Como é que isso funcionou, como que era? Você lembra?

RM: Ai, deixa eu ver se eu lembro. A primeira escolha, Betânia, foi porque era a pessoa que mais... e ela, a Betânia falava isso: “eu tenho um lugar privilegiado porque eu não coordeno espaço”. Porque coordenar espaço é um negócio muito trabalhoso, então, teoricamente, a Betânia poderia se dedicar a essa coisa teórica, de organização, porque

ela não tinha espaço nenhum para controlar. Quando a Betânia sai, eu não me lembro se teve uma eleição ou se houve uma escolha, tipo assim, quase que natural, que fosse a Graça que era a pessoa que estava mais engajada. Aí tem que olhar a ata, porque a gente tinha ata e a Graça, muito sistemática, tinha as atas, as pastas todas organizadas. E aí ficou a Graça, mas a gente queria que a Graça continuasse, mas a Graça, realmente, por problema de saúde, ela disse: “eu não dou conta”. O museu dava muito trabalho e é o grande problema de a coordenação da Rede ficar na mão de alguém que também coordena um espaço. E aí a Graça saiu, o Gilberto... a Casa da Glória tinha saído de lá e tinha vindo para Belo Horizonte, ou seja, era uma coisa que tinha ficado mais viável, porque, enquanto ele estava lá em Diamantina, sem chance. E o Gilberto fica duas vezes, porque ninguém assumia, sabe? Porque todo mundo falava assim: “gente, como que a gente vai assumir mais uma coisa?” Eu acho que o estatuto mesmo começa no período do Gilberto. Antes, existia essa coisa, mas era essa reunião, a gente fazia reunião, definia as coisas, mas com o estatuto, começa no Gilberto. Ele foi aprovado, eu acho, enquanto eu era coordenadora e aí definiu como é que eram as regras da eleição, quem que podia ser, entrar, quem que podia sair, não sei o quê, e é um momento que começa a entrar mais gente na Rede, que a Rede começa a crescer quantitativamente. Então, eu acho que esse regimento, esse regulamento da Rede, ele é do período do Gilberto para mim. Quer dizer, a minha parte, eu acho que ela foi de um crescimento de institucionalização maior. Mas não porque eu tivesse sido mais diligente, é porque as coisas já estavam mais... a Rede já era mais conhecida, a gente tinha conseguido fazer também já um outro material muito bacana que a gente tem, eu acho que foi 2003, a agenda da UFMG era com os espaços da Rede, sabe? Tinha calendário, tinha tudo. Então, a gente já estava fazendo um *marketing* grande dessa Rede, e então, começamos a organizar institucionalmente, passou o regimento, o edital exclusivo, um edital exclusivo para a Rede de Museus dentro da Extensão, porque a gente ficava sempre no prejuízo, porque você concorre a uma bolsa de extensão com o cara que está fazendo um projeto de vacina no ICB, o currículo do cara era muito maior do que o nosso. Até porque ele não chefia nenhum espaço de museu [risos]. A gente ficava na desvantagem sempre por esses critérios, então, a gente tinha que mostrar para eles que o trabalho do museu era diferenciado, então, começou a ter o edital da Rede na Extensão, exclusivo da Rede dentro do edital da Extensão. E depois, abriu esse outro edital, que é de pesquisa e extensão. Eu acho que a gente foi conquistando, sabe? Aos pouquinhos, esse reconhecimento da especificidade e do quê que precisava fazer para gente conseguir fazer alguma coisa, sair do chão. Eu acho que esses editais foram muito importantes, o regimento foi muito importante, essa coisa de a gente entrar na estrutura da PROEX. Porque, na verdade, quando o Edison criou a gente, a gente não fazia parte da PROEX. Entrar para a estrutura da PROEX foi depois, a Rede era uma rede, não é? Então, o Gilberto lutou muito para isso, para que a gente fizesse parte da estrutura da PROEX, sabe? Já que a gente foi criada dentro

da PROEX, já que a gente tratava do assunto da Extensão, por que que a gente era de fora da PROEX? E aí, quando a gente conseguiu fazer parte da PROEX, é que a gente começou a ter espaço. Porque quando a Betânia foi coordenadora, a coordenação da Rede era a sala da Betânia, quando a Graça foi coordenadora, a coordenação da Rede era no Museu de Ciências Morfológicas, o Gilberto foi coordenador lá dentro do espaço dele e depois conseguiu um espaço dentro da Biblioteca, no quarto andar da Biblioteca, a gente conseguiu uma salinha. Na Biblioteca Central, lá no quarto andar, aí conseguiu isso ainda no período do Gilberto, conseguiu uma sala, conseguiu o tal dos armários, que o povo ia descartando, computador que foi descartado, tudo. A gente não tinha nada novo, mas conseguiu um espaço, montou essa sala e conseguiu um funcionário. Este funcionário, eu herdo do Gilberto nessa salinha do quarto andar. Então, quando eu comecei como coordenadora, existia a salinha, a Rede já era da estrutura da PROEX, a gente começou a fazer reunião no sexto andar da PROEX. Ou seja, as coisas foram se institucionalizando. Então, a gente fazia reunião lá na PROEX, tinha essa salinha, esse funcionário e, no meu período, eu tive a bênção de conseguir o Marcus¹⁰⁹. Porque o Marcus foi meu colega no projeto da Efigênia lá atrás, com o projeto sobre a memória da UFMG, que a Efigênia tinha esse projeto, lançou alguns livros na década de 90 e o Marcus era aluno de graduação, eu era pupila da Efigênia. Então, nesse projeto de memória da UFMG, eu conheci o Marcus. E aí o Marcus me procurou, ele estava no CAED e ele falou assim: “ah, legal, podia entrar na Rede e tal”, aí eu falei: “Marcus! Se você vier para a Rede, é meu sonho de consumo”. Porque o Marcus é uma pessoa muito dedicada também, muito capacitado, ele estuda essas coisas. E aí a gente conseguiu trocar o funcionário, o que era da Rede foi pro CAED, ele queria, e o Marcus veio para Rede e o Marcus ficou na Rede. Eu acho que a entrada do Marcus na Rede de Museus é muito mais importante do que a minha passagem na coordenação. Até porque eu saio e o Marcus fica. Porque o Marcus é o cara que pensa a Mostra, a Mostra Virtual da Rede de Museus, ele está por conta daquilo. Não é igual eu que fico pulando. Ainda aí, no período que eu era coordenadora, tinha isso, que eu nem trabalho no Campus Pampulha, então, assim, é aquele negócio, tem que se deslocar fisicamente, não dava para vir todo dia. Então, eu acho que a chegada do Marcus, ela qualifica muito, porque é um cara que fica ali. Agora, a Rede tem mais funcionários, a Rede agora é um sonho, não é? Para o que a gente já teve de estrutura, que era zero, a Rede hoje tem sala, tem funcionário, sabe? Nossa Senhora, isso é luxo. O Marcus começa na salinha do quarto andar da Biblioteca, e aí a gente conseguiu um espaço no anexo da Reitoria, na sala...

IS: Ali onde era a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, não é?

109. Marcus Marciano Gonçalves da Silveira - Doutor em História e Técnico em Assuntos Educacionais, em atividade na Rede de Museus.

RM: É isso, isso. A gente conseguiu, aí, então, eu fui coordenadora no quarto andar da Biblioteca e nesse anexo da Reitoria. E agora, a gente foi para o prédio da Reitoria, então, nós estamos só ficando chique, não é? E agora, tem mais do que o Marcus, que eu acho que é isso, gente! Nós estamos dentro de uma estrutura institucional, tem que ter gente que seja da instituição, não dá para ser só bolsista. Imagina, a gente tinha funcionário e quando não tinha funcionário, era tudo bolsista para fazer as coisas. Eles saem, eles vão embora e tem o negócio dos horários.

IS: Você falou algumas coisas já da questão institucional, inclusive na sua gestão, mas os maiores desafios que você enfrentou e as realizações que você acha mais importantes são todas nesse sentido da institucionalização da Rede na UFMG e na PROEX?

RM: Eu acho que sim e o Projeto do Circuito, sabe? E o Projeto do Circuito, porque o projeto do Circuito foi o primeiro projeto grande, grande mesmo. Ele, no total, era mais de quinhentos mil. A gente nunca tinha ganhado um projeto desse tamanho. Mas aí teve um dinheiro que nunca chegou, foi a época que acabou o dinheiro. Então, teve um período que nunca chegou, um dinheiro que não chegou, mas essa possibilidade de pensar o grande e ganhar, sabe? Pensar o grande e ganhar: “gente, vamos fazer um projeto para arrebentar?” “vamos”. Fizemos o projeto para arrebentar e ganhamos com o projeto de arrebentar. Então, essa coisa, poder pensar grande, isso é da maturidade da Rede, não é? O apoio da instituição para a Rede, nesse momento, era muito importante. Quer dizer, você passar a ter essas coisas que dão base, ter funcionário, ter os editais, que é uma coisa que, a duras penas, tem continuidade, eles ficam ameaçando cortar, ameaçando cortar, mas sabem que isso é um prejuízo político. Uma coisa é você cortar, tem vinte bolsas, você corta dez geral, não é? Mas cortar esse edital da Rede significa jogar a Rede no buraco. Porque aí a gente volta para aquela coisa de todo mundo, e a gente tem uma especificidade. E eu acho também que teve uma coisa, a Rede cresceu muito. Eu conversei muito com as pessoas, a gente descobria que tinha um acervo em algum lugar, ia lá conversar, sabe? “Gente, vocês não querem entrar para a Rede?” Essa coisa de convencimento da importância de trabalhar junto, porque eu era desse grupo inicial, do grupo que ouviu a doutrinação inicial do Edison e que viu que aquela doutrinação tem resultado, mesmo que não imediato. Mas era uma coisa que a gente ia conseguindo, quando a gente via aqueles lugares assim, pequetito de uma sala, falava assim: “gente, vocês não querem...” E tinha uns que entraram, mas eles não deram conta. Porque também só entrar e não investir, não trabalhar, não dá em nada. Então, teve gente que já entrou e já saiu, teve gente que nunca conseguiu entrar. E isso me desespera, porque a universidade ainda está cheia de espaços, cheia de memória, cheia de patrimônio, e às vezes, na sala de um professor, em um departamento, e uma hora, esse trem vai ser jogado fora, gente, se não lutar para uma institucionalização, pra gente pensar numa política, isso uma hora vai ser jogado fora.

IS: Os espaços que compõem a Rede, eles são muito diversos. E tanto na sua gestão como agora também, tanto nesse seu momento coordenando quanto depois que você continua participando da Rede, como é que você vê essa diversidade entre os espaços, como é que você via os espaços naquela época? Quais eram os principais problemas que esses espaços da Rede enfrentam, ou eles são tão diversos assim que não são tão parecidos?

RM: É, tem muita coisa que é parecida e tem muita coisa que é muito diferente. Por essa diversidade, é muito difícil você fazer um projeto para a Rede toda. Igual, por exemplo, o Marcus tem lá o projeto do diagnóstico, a Letícia tem projeto de fazer esse levantamento, tem umas coisas que dá para a gente fazer com todo mundo, mas, assim, em termos de ação, para essa parte do levantamento, que eu acho que é fundamental, que bom que está sendo feito, mas vai ter que eleger as ações para fazer, e aí vai ter espaço que não vai ser... ou então essa coisa que vai ter espaço que não vai entrar de início. E você tem que, com o discurso de rede, segurar todo mundo até poder fazer para todo mundo. Então, eu acho que tem que ter, esse discurso de rede, ele tem que ser potente, sabe? Essa coisa que o Edison fez com a gente lá no início que entusiasmou e que a gente aceitou e achou que realmente era a única solução, com a institucionalização, eu acho que a gente acaba recebendo pessoas que entram para poder garantir bolsas, para poder ter vantagem da institucionalização da Rede. A institucionalização, a gente lutou muito para que ela acontecesse, mas eu acho que perde também um pouco desse “romantismo” (Rita faz aspas com os dedos), sabe? Vou falar essa palavra aqui na falta de uma melhor, que é essa vontade de tocar o negócio. Com recursos, sem recursos, com funcionário, sem funcionário. Eu acho que a institucionalização tira um pouco desse romantismo que, até a gente ter estrutura de políticas, de funcionários, de não sei o quê, esse romantismo ainda vai ser necessário [risada da Rita]. Porque, se você não tem essa coisa garantida, ou você tem essas pessoas que estão interessadas naquilo... eu não estou falando de gente como eu não. E eu acho que aí tem um projeto, esse projeto que a Meily está tocando, eu acho que é muito importante, a gente precisa envolver a graduação para a gente ter uma base de pessoas envolvidas nesse processo. Uma base maior, porque não fica todo mundo, ficam poucas pessoas, mas, se a gente conseguir envolver mais gente, a gente consegue uma sustentação até para lutar por essas tais políticas que a gente precisa, ainda, para institucionalizar nesse sentido de garantir coisas. A gente precisa ter algumas coisas garantidas e eu acho que uma luta importante é pela graduação e a questão dos funcionários. Que está em um momento político difícilíssimo para falar em conseguir funcionário. Mas, se é possível envolver os cursos mais na Rede, como envolver. Eu acho que a Rede, cada coordenador tem um *pool* de problemas para resolver, eu acho que o próximo coordenador da Rede tem que lutar por essa coisa da graduação, envolver um grupo maior de pessoas. E é na graduação que você vai encon-

trar esse povão. Que passe a entender a problemática dos museus, que inicialmente seja para ganhar crédito, porque agora tem essa coisa de ganhar crédito com a Extensão, que seja oferecendo crédito. Mas agora, para oferecer crédito, nós temos que propor coisas interessantes, porque senão, os meninos vão escolher outras coisas. Então, eu acho que precisa qualificar, fazer grande projeto para envolver a graduação, para os alunos se envolverem, para os alunos gostarem e para os alunos defenderem. A grande maioria dos alunos da UFMG não sabe onde estão esses museus. Talvez, saiba onde tem o do Horto e acabou, o resto não sabe. Então, a gente precisa melhorar a propaganda. A gente não está fazendo mais os eventos que fazia antes, sabe? Muitas vezes, a gente encontrava nesses eventos o aluno da UFMG que nunca tinha ouvido falar. A gente ia para a rodoviária para falar para alguém, mas acabava mostrando para alguém da UFMG. A UFMG não sabe o que é a Rede de Museus. Já sabe muito mais do que sabia antes, mas eu acho que a gente precisa mostrar a Rede mais, sabe? Eu acho que é a graduação, nesse momento, que tem que ser a luta, já que o funcionário precisa e eu não sei como é que vai conseguir. Se a gente conseguir mostrar que a Rede é mais, talvez, a gente consiga ocupar os espaços. Mas eu acho que é assim mesmo, cada período, uma luta, normal.

IS: Pois é, Rita, sobre esses muitos acervos existentes na universidade, e muito variados entre eles. E estão relacionados com a memória institucional também. Que caminhos e ações articulados você acha que seriam possíveis de serem construídos?

RM: Eu acho que precisa ter uma preocupação da universidade. Porque eu acho que ações isoladas, eu já vi algumas, mas, é... Por isso que eu gostei do evento que teve outro dia, sobre o Museu de História Natural, que a Sandra estava lá, a reitora, que é o evento que começou a campanha para juntar dinheiro para o Museu, a professora Sandra está bem envolvida como é que faz com as coisas, o patrimônio. Patrimônio pega fogo, patrimônio inunda, precisa cuidar ou então acaba, some, e o que que é que a universidade quer para ela. Têm muitos lugares na UFMG, e isso eu vi, na época da Rede, eu visitei todos os espaços, eu ia nesses lugares, então, o que que acontece? Tem um tanto de armário no corredor, que que é isso? “Ah, isso é do professor fulano que ele deixou”. Tem isso, que um dia some, porque, algum dia, alguém vai precisar daquele armário, daquele corredor e tal, e aí joga fora. E tem o professor que leva para casa dele para tentar salvar, isso eu via muito no Centro de Memória da Medicina, um dia, isso volta enquanto espólio. Porque nesse caso desse professor, eu selecionei, selecionei e aí o advogado fala: “não, senhora, isso é testamento, tem que ficar com tudo”. O que que você faz com tudo? É a vida do moço, a instituição precisa do quê? Ou nós vamos guardar tudo? Guardar tudo onde? Como? “Ah, vamos digitalizar”, digitalizar tudo? Então, essa coisa da digitalização, muita gente entende a digitalização como uma facilitação e uma resolução de problema, não é! Depois que o arquivo da Escola de Enfermagem foi para o Centro de Memória, eu entrei em contato com o mundo do descarte de

arquivos, é impressionante. Você tem que fazer lista disso, lista daquilo, manda para uma comissão, eu era dessa comissão, então, eu via isso em vários momentos. E isso eu tenho que te dizer assim, eu comecei a participar institucionalmente das ações que foram criadas para cuidar. Então, eu participei dessa Comissão dos Arquivos Permanentes da UFMG, então, eu via isso, “olha, aquilo que eu estou cuidando, uma hora vai chegar nesse momento aqui e tem o que vai ser descartado”. O que que vai ficar permanente e o que vai ser descartado. Aí você tem que fazer listas daquilo, tem que mandar para o Arquivo Nacional, tem que publicar em Diário Oficial, sabe? Até você poder jogar um papel fora, tem que fazer um mundo de ações. Então, como que vai jogar fora o microscópio? Nós não sabemos como que faz isso, joga no ferro-velho? É para mandar para o ferro-velho? Ou vai guardando? Quantos microscópios eu tenho que guardar? Eu posso vender microscópio? Não posso, ele é patrimoniado. Acho que uma hora a universidade vai ter que pensar sobre isso, da mesma forma que pensou sobre os arquivos, e os arquivos, hoje, eles têm toda essa estrutura montada. Com mil dificuldades, porque os arquivistas recebem propostas para ganhar mais em outros lugares, aí eles saem. Então, a DIARQ, eu sei que está bem desfalcada do grupo inicial, mas eu acho que tem que ter, tem que fazer alguma coisa. Porque senão, vai acontecer isso, o descarte de coisa sem critério, e inclusive sem a universidade ganhar nada com isso. Poderia, inclusive, ganhar alguma coisa com isso, podia ganhar dinheiro, podia ganhar status acadêmico investindo nessas coisas, e o que é mais interessante, não é uma questão da UFMG, é uma questão das universidades brasileiras, as pessoas não estão preocupadas com isso. Quando a gente ia falar sobre a Rede de Museus em outros espaços, a gente via isso, a UFMG que estava avançada. O resto, nem isso. Quer dizer, o que que é uma documentação? Que que é um equipamento? Que que é patrimônio para todo mundo? O que que a gente guarda? O que que a gente não guarda? É aquela coisa, essa conversa é do princípio do mundo, eu acho. Eu acho que a gente nunca vai chegar em um consenso que tem que guardar esse, guardar aquilo e não sei o quê, não sei o quê. Porque, para o professor, tudo é importante, aí ele leva para a casa dele. Tinha uma coisa que falava assim: “Os maiores inimigos do pessoal de museu, de arquivo, é a traça, eu acho, e a viúva”. [Risos] Essa coisa dessa destruição que acontece e essas pessoas depois que morrem, a definição do que é patrimônio fica com quem não é interessado naquilo. Então, muita coisa que foi guardada com zelo, aquele negócio: “graças a Deus, eu vou poder desocupar aquela sala!” [Risos]

IS: Pensando que as entrevistas todas que nós vamos fazer, elas fazem parte de um projeto comemorativo dos 20 anos da Rede de Museus, você gostaria de deixar alguma mensagem para celebrar esse momento?

RM: Ah, eu queria desejar boa sorte pra Rede. Eu falo que eu estou pensando, eu preciso aposentar fisicamente, eu acho que já estou chegando no meu limite e eu acho

que esse grupo de românticos, o tal Exército de Brancalone, esse povo que vende lote pra pagar conta, isso não pode mais. Eu acho que a gente lutou para que a Rede sobrevivesse àquelas pessoas que assumiam esses espaços com esse romantismo e com essa disposição que não cabe mais. Então, eu desejo muita boa sorte para a Rede nos desafios que ela tem agora, que eu acho que não são os desafios do começo, não são os desafios do primeiro ano, não são os dos cinco anos, dos dez anos, são os desafios dos vinte anos. O grupo é diferente, eu fui em uma reunião da Rede que eu não conhecia quase ninguém, e eu acho isso ótimo, que bom que tem um grupo grande, o povo não cabe na sala. Eu me lembro que a primeira reunião da Rede foi naquela sala que a gente faz reunião, aliás, mentira, foi dentro da sala do pró-reitor. Cabia todo mundo na mesa ali, naquela mesinha redonda. Então, não caber mais na sala de reuniões da PROEX é uma grande coisa para a Rede de Museus, e eu acho que o tamanho que a Rede tem hoje, a importância que a Rede tem hoje, inclusive para o Brasil, ainda é um modelo, e as pessoas não precisam saber de todas as dificuldades que a gente passa, mas do que a gente conseguiu fazer. Eu desejo boa sorte e eu desejo uma melhor integração com os cursos que foram criados, que a gente quis tanto que eles acontecessem, uma maior integração com os cursos, uma maior integração com a graduação, uma melhoria dessa coisa de políticas sobre patrimônio, quem que vai cuidar disso? Como é que a gente vai fazer? Pelo menos levantar isso na universidade, e eu acho que isso inclusive já foi feito, mas as coisas são feitas e não avançam. Já levantaram esses armários de corredor, essas coleções de bicho, tem o bicho-pau, tem uma sala que tem um bicho-pau que era lá na sala do Ângelo Machado lá das libélulas, eu me lembro que eu trabalhei lá um tempo. Então, assim, que que a gente faz com isso? E isso não é um problema só da Universidade, ele é das universidades. Eu acho que são os desafios da Rede, se vão resolver, não sei, mas eu acho que as pessoas têm que começar a se preocupar com isso. Porque a nossa sociedade, ela é cada vez mais descartável. Cada vez mais descartável. Então, qual é o papel da memória e do patrimônio na sociedade do descarte? Acho que essa é a preocupação. Mas eu acho que a Rede tem muito mais gente qualificada agora do que tinha antes. Não precisa mais do entusiasmo que a gente tinha, precisa dessa qualificação, precisa de publicação, precisa de produção científica sobre isso para continuar sendo referência nacional, quiçá internacional, sobre museus universitários. Eu acho que é isso que eu desejo, que a universidade mantenha e amplie o papel de referência na área dos museus universitários. Acho que é isso, eu agradeço a oportunidade de me deixar falar sobre isso e de registrar. Eu acho que é importante registrar. Essas coisas, eu acabo falando demais, eu nem sei se é muito organizada a minha fala não. A memória é assim mesmo, e como eu me meti em vários campos, quando eu abro a portinha da memória, ela vai escorrendo, assim, por vários lugares, e é isso.

4. Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2021, com Letícia Julião

Letícia Julião é graduada em História (1982) e doutora em História (2008), ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da UFMG atuando no curso de graduação em Museologia e nos Programas de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFMG, Promestre/UFMG e Museologia e Patrimônio/UFRGS. Foi coordenadora do Setor de Acervos Artísticos da UFMG (2015-2018) e Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG (2017/2021).

IS: Letícia, a gente começa perguntando um pouquinho de você, onde você nasceu, as suas origens familiares, em quais escolas que você estudou na educação básica e o quê que motivou você a escolher a graduação em História, que é a sua formação.

LJ: Então, bom dia, agradeço muitíssimo o convite feito por você, Iara, pela Meily e Verona, fico muito feliz com esse projeto. A gente discutiu basicamente com a coordenação, com a Meily, e acho que vocês estão fazendo um trabalho que vai ser importante para a Rede. Bom, contando um pouco da minha história, eu nasci no interior de Minas, em Manhuaçu, em 1959, então, já sou bem velhinha [risos], e morei em Manhuaçu até 17 anos. E, durante esse tempo todo, estudei em escola pública, que foi uma formação muito importante para mim. Uma época em que a escola pública era uma escola de qualidade e foi uma experiência muito importante, hoje, olhando para trás, eu vejo como foi importante compartilhar esse espaço escolar com a diversidade de pessoas com as quais eu convivi e vejo hoje como a geração até de filhos não teve essa chance, não é? Uma vez que a tendência da classe média, e foi assim comigo, é de colocar filhos em escola particular. Então, eu venho dessa experiência de infância e adolescência no interior. Eu sempre me identifiquei com a área de humanas, na escola, eu era uma boa aluna de Português, de História, e aí naturalmente, naquele momento, eu me lembro ainda que, na época do vestibular, eu ainda fiquei um pouco na dúvida se eu faria Jornalismo ou História, e aí eu resolvi encarar a História, que já era uma coisa assim, na época: “puxa, mas você vai fazer História, vai ser professora” [risada]. Você é da área, Iara, você sabe. Meu pai conversou muito comigo: “olha, você vai fazer uma escolha que é muito complicada do ponto de vista profissional”, mas eu acho que eu tinha uma paixão mesmo, eu falei: “não, é isso, eu vou encarar”. Então, eu vim para Belo Horizonte em 1977, em um momento assim, que o movimento estudantil estava ressurgindo, e no ano seguinte, eu fiz vestibular, passei e comecei a fazer o curso de História. E foi no

curso de História, mais ou menos, que eu fui me identificando também com a área de museus e patrimônio.

IS: E você estava começando a falar um pouquinho que você, na graduação, já começou a se interessar por discussões de Patrimônio. Foi interesse exclusivo seu ou isso também foi abordado em alguma disciplina, por algum professor? Teve alguma coisa na formação acadêmica da graduação que te despertou esse interesse?

LJ: Algumas disciplinas despertaram esse interesse. História da Arte, na época, e já existia, acho que ainda existe, uma disciplina que se chama “Arquivos e Museus”. E foi uma disciplina que me chamou muita atenção, a gente fez uma viagem ao Rio, visitamos várias instituições e eu me apaixonei. Coincidentemente, um museólogo do Rio, que hoje é professor lá [risos] do curso de Museologia na UNIRIO¹¹⁰, estava prestando serviço aqui em Minas Gerais, na Superintendência de Museus, e ele assumiu a parte de museus dessa disciplina a convite da professora. Então, eu fiquei muito interessada, achei que era um caminho muito interessante, embora a questão de Patrimônio não fosse uma questão valorizada dentro da História. Aliás, até havia um certo preconceito, era entendido, assim, como um tema menor. Mas eu me apaixonei e é interessante que eu, tanto estava interessada na questão de Patrimônio quanto na questão da cidade de Belo Horizonte. Isso acabou me levando, dois anos depois da minha formatura, a entrar para o DCP¹¹¹, fazer a dissertação que eu fiz, que foi trabalhar com a história de Belo Horizonte, mas sempre preocupada com Patrimônio, com os museus.

IS: Você lembra quem dava essa disciplina, Letícia, na sua graduação?

LJ: Eliana Dutra. A Eliana Dutra.

IS: Ah! Era ela quem dava? Que interessante.

LJ: É, não sei se ela sempre deu, mas na minha turma foi ela que ministrou essa disciplina. E então, foi isso. No final dessa disciplina, o Anaildo¹¹², que era esse professor, museólogo, ele disse que quem fizesse o melhor trabalho ia ganhar um estágio na Superintendência de Museus, e aí eu investi todo meu esforço, ganhei esse estágio, mas ele não pôde ser concretizado. Aconteceu algum problema financeiro e eles não puderam contratar e, naquela época, nós estamos falando aí de um período anterior à Constituição de 88, quando abriu uma vaga para historiador, eu já estava formada, o Anaildo achou que, por bem, era importante me absorver, considerando que eu tinha

110. UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

111. DCP – Departamento de Ciência Política da FAFICH / UFMG.

112. Anaildo Beraldo Baraçal é museólogo e professor da UNIRIO.

tido direito ao estágio, não pude assumir o estágio. Então, eu fui chamada para trabalhar na Superintendência de Museus, e isso um ano depois de formada.

IS: Foi a sua primeira experiência profissional logo após a graduação e já foi nessa área?

LJ: Já foi nessa área, eu sempre fiquei nessa área. Eu tive muita sorte. Porque eu formei nos chamados anos, “década perdida”, “década perdida dos anos 80”, muita gente desempregada. Eu vejo assim, eu até comparo um pouco o que a gente está vivendo com o que eu vivi, mas, assim, eu tive essa sorte de ir para a Superintendência e ali eu posso dizer que eu me formei, sabe? Foi um lugar de formação, porque a gente estava começando, construindo uma instituição voltada para a gestão de políticas de museus do estado, e aí a gente tinha que encarar, abrir caminhos, fazer leituras, ir atrás de uma bibliografia que era muito escassa e de difícil acesso, trocar ideias com pessoas e enfim, foi um lugar de formação nesses anos 80. Foi muito bacana.

IS: As experiências de trabalho que você teve entre o mestrado e o doutorado foram muitas. Você falou que você ficou um tempo na Superintendência e aí, em determinado momento dos anos 90, você foi diretora do Abílio Barreto¹¹³, em duas gestões. Não sei se entre o Abílio Barreto e a Superintendência também teve alguma coisa, mas como foi essa sua ida para o Abílio Barreto? Tem relação com sua dissertação ou não tem?

LJ: Tem. Na verdade, eu fui para o mestrado nos anos 90. Você imagina, a gente estava em uma situação de administração do estado muito ruim, salários muito baixos, eu desesperada, eu, então, resolvi fazer, isso é um interregno, um parêntese na minha carreira, mas que me valeu muito. Eu resolvi fazer um concurso para ser consultora das comissões técnicas da Câmara Municipal. Eu falei “eu preciso melhorar meu salário”. E eu fui para lá, foi muito bom, porque eu entrei num momento que tinha uma legislatura muito bacana com Patrus, tinha João Bosco Senra, era uma Câmara muito ativa e com políticos de projeção e atuação muito bacana e eu aprendi muito. Dois anos, eu fiquei exatamente os dois anos necessários para o que eles chamam de estágio probatório, e a partir dali, eu já tinha defendido minha dissertação. A professora Thaís Pimentel¹¹⁴, da FAFICH, foi convidada para dirigir isso, quando Patrus Ananias ganha a Prefeitura em 1992, na eleição de 1992. Ele assume a Prefeitura, chama a Thaís para ser diretora do Museu Abílio Barreto e a Thaís, então, falou: “olha, eu vou se você for” [risos]. Ela falou: “olha, você tem experiência com museus e tudo, então, é importante que você vá”. Então, a Câmara faz isso, fazia pelo menos, de ceder os seus funcionários para outras instâncias. E a partir dali, eu fiquei cedida até dois mil e seis, eu fui para o Abílio Barreto,

113. Museu Histórico Abílio Barreto.

114. Thaís Velloso Cougo Pimentel foi professora do Departamento de História da UFMG. Foi também diretora do Museu Histórico Abílio Barreto e presidiu a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte entre 2009 e 2012.

fiquei praticamente dez anos lá, acompanhei todo o processo de... a gente chamava de revitalização do museu, que era reconfigurar o Abílio Barreto.

IS: A construção daquele novo prédio foi então na época em que você estava lá?

LJ: É, nós acompanhamos tudo desde o projeto. Acompanhei todo o processo, coordenava uma série de projetos, enfim, acompanhei todo esse processo da chamada revitalização. E foi um momento importante, porque era um museu completamente... parecia uma cápsula do tempo quando a gente chegou, parado no tempo lá. E a gente fez uma revolução ali dentro, e o que é mais importante, que agregamos, em torno do museu, um grupo muito grande de historiadores, de arquitetos, de pessoas que estavam comprometidas com aquele patrimônio museológico, com a história da cidade. Foi um momento muito rico, de muito debate. Na verdade, a Thaís saiu logo, porque ela acabou não assumindo a direção, mas aí, ela atuou na Associação de Amigos, mas eu continuei. A Thaís me levou, mas eu continuei e ela acabou saindo e depois que eu saí, que foi em 2000, a Thaís, no ano seguinte, ela assume a direção. Eu acho também que foi um momento importante. E aí, aquela formação que eu tive na prática lá na Superintendência de Museus, que eu tive chance de conviver, lá nos anos 80, eu até falo: “gente, eu conhecia a Waldisa Rússio”, vocês não sabem quem é, mas a Waldisa Rússio é uma referência do pensamento museológico brasileiro. Eu falei: “eu tive chance de conhecê-la, de trocar ideia com ela, de me reunir com ela” e eu acho que isso me formou muito. Então, essa primeira semente de formação ali na Superintendência, ela se consolidou no Abílio Barreto, muito nessa pressão de ter que construir um projeto político para o museu, sem nenhum aporte acadêmico, do ponto de vista assim, você não tinha curso de Museologia, você não tinha uma sensibilidade voltada, ou pelo menos num trânsito muito bom da questão de museus no campo acadêmico, não é? A História ainda era meio reticente, embora a gente tivesse muitos professores de História nos apoiando. Então, assim, foi uma construção difícil, de ir atrás de textos, de procurar experiências, de ler, de cavar mesmo uma bibliografia que pudesse sustentar as nossas proposições. Mas acho que a gente foi bem sucedido, com todos os problemas que acabam todo projeto tendo, eu acho que foi um momento muito bem sucedido, que um grupo de profissionais conseguiu efetivamente levar adiante, foi muito bom. Foi uma experiência que consolidou mesmo efetivamente o meu compromisso com os museus. Eu tinha muita dúvida se eu ficaria nesse campo, mas, a partir da experiência do Museu Abílio Barreto, eu vi que não adiantava, os museus já tinham entrado na minha vida [risos], que não adiantava eu buscar outra perspectiva.

IS: E aí, do Museu, do Abílio Barreto, você foi para a Superintendência de Museus, não é? Foi superintendente de museus do estado por um período significativo.

LJ: É. Eu voltei à Superintendência três vezes, não é? Primeiro, primeiro emprego, lá no Museu Mineiro e Superintendência. Nesse momento que eu saí do Abílio Barreto, eu fui assessorar a superintendente, que era a Silvana Cançado¹¹⁵, eu fiquei lá de 2000 a 2004, mas aí eu já tinha entrado para o doutorado. Eu entrei no doutorado em 2004? 2003, e aí eu já tinha esboçado lá o meu objeto de pesquisa e aí, em 2005, eu decidi pedir... sempre eu, associada à Câmara Municipal. A Câmara Municipal me pagava e me cedia uma hora para o Abílio Barreto, outra hora para a Superintendência e eu fiquei um ano no IPHAN aqui de Minas Gerais, estava super interessada de ir para lá e eu estava estudando os museus do IPHAN e foi muito bom, porque eu fui para lá justamente quando foi criado o DEMU, que foi um organismo que precedeu o IBRAM, que era o Departamento de Museologia, do IPHAN. Quando Mário Chagas estava lá na direção e o José Nascimento, e eu passei um ano no IPHAN articulando uma proposta dos museus do IPHAN. Aí, depois desse ano, eu pedi licença sem remuneração, fui fazer um estágio fora, um estágio de doutorado em Paris, fiquei 2005, 2006, entre metade de um ano e outro. Quando eu voltei, isso foi 2006, eu realmente tive que voltar para a Câmara, e aí foi [risos]... foi o vir dos céus ao chão, não é? Porque eu tive que voltar, fazer um trabalho que eu já não me lembrava direito, como é que era a assessoria, tinha mudado muito. A gente fazia uma assessoria muito ativa, muito reflexiva, e aí, quando voltei para a Câmara, eu vi que aquilo tinha virado uma mera burocracia. Amarguei lá uns seis ou oito meses na Câmara, mas foi bom, porque foi o tempo [risos] que eu usei para escrever alguns capítulos da minha tese [risos]. Aí eu fui convidada para ser superintendente de museus. Aí é que eu voltei. E aí, depois desses seis meses, eu fui convidada para ser superintendente de museus, aí que eu vou pela terceira vez e assumo a Superintendência.

IS: O seu doutorado, Letícia, você quer falar um pouquinho para a gente sobre o tema dele, sobre como foi? Acho que é bacana.

LJ: Então, eu acho que o problema do meu doutorado me pegou desde os anos 1980, quando eu estava trabalhando no Museu Mineiro e sempre me incomodou muito a supervalorização de determinados acervos dentro do Museu Mineiro, dentro dos museus mineiros em detrimento de outros, todo esse discurso do barroco mineiro... Enfim, eu peguei isso muito, não é? Na verdade, eu cheguei na Superintendência de Museus logo depois da criação do Museu Mineiro e é a Coleção Geraldo Parreiras, que é uma coleção de arte sacra do século XVIII-XIX, que sempre foi o carro chefe do Museu Mineiro, e isso sempre me intrigou muito. E, a princípio, até meu objeto de pesquisa abarcava o Museu Mineiro também, mas eu acabei me detendo no estudo dos museus criados pelo IPHAN. Porque vi que, na verdade, todo aquele discurso de construção, de preservação

115. Silvana Maria Cançado Trindade é historiadora e foi superintendente de museus do Estado de Minas Gerais.

do patrimônio dos anos 30, no chamado período heróico aí do Rodrigo Melo Franco de Andrade, que vão dos anos 30 até anos 60, é um discurso que, é... eu tentei entender como que esse discurso foi traduzido em uma política de museus. Embora a gente tivesse muitos estudos avaliando o que que era, quais pressupostos haviam guiado a preservação do patrimônio edificado, nesse momento, a gente não tinha nenhum estudo a respeito da criação dos museus no âmbito do IPHAN. E aí eu trabalhei com os museus de Minas Gerais porque isso para mim era importante. Isso fazia parte de um pensamento também do próprio IPHAN, de identificar Minas Gerais assim, como um núcleo primacial do acervo, do patrimônio nacional e acompanhei a formação, quer dizer, a minha tese não é sobre a história da criação desses museus, mas é de um estudo comparativo entre esses... a formação dessas coleções, a linguagem expográfica, a vinculação dessa política museológica que ficou muito em segundo plano, muito invisibilizada na literatura, mas que era uma tradução dessa política mais discutida, chamada aí a “política de pedra e cal”, do “patrimônio de pedra e cal”, não é? Então foi isso, foi muito bacana, eu consegui levantar uma documentação muito expressiva, porque eu acho que ainda merece ser explorado. Uma documentação que está no IPHAN sobre os seus museus, eu acho que a gente ainda precisa explorar isso melhor, a história dos museus no Brasil sempre começa com os museus do Rio de Janeiro e essa regionalização desses museus, principalmente no período do IPHAN, eu acho que ela acaba passando um pouco batida, e a minha discussão toda é o quanto que, na verdade, esses museus funcionavam como uma espécie de metáfora e de um discurso de um patrimônio nacional. Eles são museus regionais, mas eles têm uma pretensão de... ou eles concorrem para construção desse discurso de uma cultura nacional, de uma nacionalidade, digamos assim, a partir desses acervos.

IS: E isso simultâneo com a sua gestão na Superintendência, não é?

LJ: É, não tinha nada a ver com esses museus [risos]. Enquanto isso, eu estava lidando com o Museu Alfonso de Guimarães, com o Guignard, com o próprio Museu Mineiro e com o sistema. Porque, quando a gente foi para a Superintendência, a gente não tinha ainda o Sistema Estadual de Museus, já tinha alguma discussão, já vinha alguma discussão nesse sentido em alguns encontros estaduais de museus. E então, assim, nesse momento, acho que foi uma coisa importante que a gente fez foi articular esse sistema. A gente começou a funcionar de uma maneira informal, mas foi importante articular atores, inclusive, na época, a Rede de Museus da UFMG tinha assento nesse Sistema, hoje, não temos. Na época, era o Gilberto que era o coordenador. E a gente conseguiu articular atores de todas as regiões de Minas Gerais, e pouco a pouco, fomos construindo uma pauta que resultou na criação do Sistema Estadual de Museus, na lei que cria essa articulação, que é uma articulação muito importante. Não sei como é que está agora, mas era uma articulação muito importante, a gente realizou cursos, a gente estabeleceu uma pauta de mudança do ICMS Cultural que a gente conseguiu avançar

um pouquinho, mas acho que precisa avançar mais. Na verdade, pensamos o sistema a partir de três frentes. Que eram: estabelecer informação sobre os museus e trabalhar com essas informações de modo que elas pudessem subsidiar as políticas, criar uma frente de fomento, e a questão da formação. Então, foi um período muito legal, que eu percorri Minas Gerais inteira, eu fui conhecer o Museu do... [risos] no norte de Minas de um senhor que ele pessoalmente fazia o museu, até o museu da cidade do Sul de Minas. Foi um momento muito bom, que eu conheci Minas Gerais, percorri, conheci muita gente, muita gente bacana, foi muito rico, muito rico. E também a questão de gerir, na época, eram cinco museus ligados diretamente à Superintendência. A gente tinha, antes mesmo de sair, como assessora lá no início dos anos 2000, a gente já tinha criado o projeto Guignard, que era um projeto de catalogação da obra do Guignard, a gente tem o Museu Guignard, e aí retomamos isso durante o período que eu estava à frente da Superintendência, retomamos a discussão da vocação de alguns museus: o que que é um museu ligado à literatura, como é o Museu Guimarães Rosa, o Alfonso de Guimarães, fizemos algumas discussões de cunho muito conceitual, uma vez que eu acho que, no início dos anos 2000... Principalmente porque também estava muito efervescente a discussão do que que era museu, estava se construindo uma política nacional de museus, o DEMU estava construindo o IBRAM, o Cadastro Nacional de Museus, então, era importante. E eu percebia que os museus da Superintendência estavam em um compasso de... estavam um pouco encastelados ainda no modelo dos anos 1980, que eu os vi nascer. Na verdade, eu vi alguns desses museus nascerem nos anos 1980. Foi um momento muito de discussão, para onde ir, que vocação ter, como renovar esses museus. Agora, é importante dizer também, só finalizando, porque eu estive lá na Superintendência, trabalhei com a questão do Sistema e com esses museus, mas, simultaneamente, a Secretaria estava implementando o projeto do Circuito Cultural da Praça, mas a Superintendência não participou desse projeto. E as poucas vezes em que a gente participou, sempre teve um momento de ruído, porque eu questionava algumas questões e tudo. Bom, é só para deixar registrado aqui [risos].

IS: Você falou que, já quando você estava na Superintendência, a Rede tinha um assento, que aí o Gilberto era o coordenador na época. Os primeiros contatos seus e sua inserção nos debates de patrimônio científico, universitário, foram antes do seu ingresso como docente da UFMG ou foi depois, Letícia?

LJ: De museu universitário, propriamente? Não, acho que aí é depois que entrei, que aí eu me aproximei da realidade da universidade. Deixa eu só fazer um parêntese, contar uma coisa que seria uma curiosidade. Nessa época, eu me aproximei do Gilberto porque a gente pensava muito que a Superintendência poderia estar junto de alguma universidade na criação de uma pós-graduação de formação em Museologia. E a gente chegou a conversar com a pró-reitora de Pós-Graduação da universidade, da UFMG, avaliando essa possibilidade. Mas, simultaneamente, já estava sendo criado, eu não

sabia, e eu acho que o Gilberto também não sabia, não sei, eu sei que a gente acabou recuando da proposta, uma vez que o curso de graduação em Museologia foi criado. Mas eu já vinha conversando com a UEMG, já vinha conversando com a UFMG para ver onde a gente poderia levar adiante essa possibilidade de criar um curso de formação, só um parêntese. Não, a minha aproximação com os museus universitários foi efetivamente depois que eu entrei para o curso de Museologia, e é óbvio que, quando você está lidando com museus, a gente... eu já tinha até, inclusive, participado de alguns encontros em São Paulo. A USP fazia alguns encontros dos museus universitários lá. Mas essa aproximação, essa busca de entendimento mais próximo, foi a partir de 2010 que eu vi que era importante. Que você tenha, na verdade, um patrimônio importante e eu tinha uma experiência, eu achava que era fundamental dirigir meus olhos para esse patrimônio, não passar despercebido.

IS: E como é que foi esse seu ingresso como docente da universidade, Letícia? O que te motivou a vir para a docência? Você entrou logo que o curso foi criado, o curso de Museologia?

LJ: É, eu fui a primeira professora aprovada. Eu fiz o primeiro concurso. E foi um pouco no susto, sabe? Porque eu não tinha intenção de ser professora universitária no cenário que estava ali. Eu não tinha a intenção de ser professora universitária na História. E quando foi criada, então, a graduação, e vi que tinha esse concurso, que estava aberto o concurso, me ocorreu... e eu já estava caminhando para o último ano da Superintendência. E eu falei: “olha, eu acho que eu estou cansada de cada hora estar em um lugar”. É muito difícil, é muito difícil, cada hora... eu sempre tive, durante toda a minha carreira, que entrar e sair de culturas institucionais distintas. Eu fui para a Câmara, eu fui para a Prefeitura, eu fui professora da Prefeitura, depois o Abílio Barreto, depois instância federal, depois instância estadual novamente. Então, assim, eu estava muito cansada de ficar percorrendo e achando a minha situação muito precária, porque eu era uma funcionária da Câmara sempre emprestada. E aí eu pensei bem e falei “eu acabei meu doutorado, tinha dois anos que eu tinha defendido o doutorado, eu acho que eu tenho uma experiência acumulada na área, eu fiz uma dissertação que tem a ver, eu acho que está na hora de eu tentar abrir essa possibilidade aí de passar o que eu sei, de levar essa contribuição para o campo acadêmico”. E o campo acadêmico sempre esteve comigo. Eu nunca abandonei ele, mesmo trabalhando e estando no executivo, eu nunca abandonei, então resolvi encarar. Eu me lembro que eu tirei dez dias, uma semana, não sei, dez dias de férias, estudei e consegui passar, foi muito bom, fiquei muito feliz. Eu acho que, a cada dez anos, eu mudo a rota da minha carreira [risos]. Eu falei: “eu acho que está na hora de mudar”, e foi muito bom. Acho que eu ganhei muito vindo para a universidade, mas também acho que foi muito bom ter experiência anterior à universidade. Eu vejo que isso faz um diferencial muito grande. Principalmente no curso de Museologia, que

demanda um conhecimento construído na prática e até para os momentos que eu tive que estar à frente de gestão. Porque eu coordenei o curso de Museologia, depois coordenei o Acervo Artístico, depois a Rede de Museus, acho que tenho uma experiência aí, de acúmulo, que me ajudou.

IS: E a gente sabe que a Rede foi criada em 2001, dez anos antes do seu ingresso como docente da universidade, mas é uma pergunta, se você sabe como se articulou a criação da Rede, você tem alguma informação desses primórdios da Rede de Museus, quem se envolveu, qual que era o objetivo?

LJ: É, eu sei o que a literatura já registrou. Então, eu não acho que vou trazer nenhuma novidade, eu tive esse cuidado de ler, você tem artigos escritos aí pela Rita, pela Verona, que contam esse início, que foi uma articulação no âmbito da PROEX, tinha um pouco dos museus naquele momento. A Rita hoje fala que foi um processo que começou em 2000, mas que concluiu em 2001. Particularmente, como eu não acompanhei, eu acho que o que eu tenho a dizer não é nada além do que eu sei pela literatura. Mas o propósito está lá posto no próprio regimento.

IS: E você também não estava aqui ainda, mas não sei se, na Superintendência, você teria tido algum contato com a Graça. Porque ela é a única ex-coordenadora que a gente não tem como entrevistar, ela faleceu. Então, a gente está perguntando para todo mundo se alguém tem alguma lembrança da Graça, da relação dela com museus universitários. Porque ela ficou à frente do Museu de Ciências Morfológicas por um tempo. Você chegou a ter algum contato com ela, Letícia?

LJ: Sim, eu tive contato com ela quando eu era superintendente. A Graça era uma pessoa... nossa, de um pique, uma energia, uma proatividade impressionante, ela era muito carinhosa sempre, eu me sentia muito bem acolhida por ela. Na época, eu estava na superintendência, ela participou e nos apoiou muito em um dos encontros, um ou dois encontros estaduais de museus. Me lembro muito dela junto com Gilberto, nesse momento, acho que o Gilberto estava na coordenação, eu acho que ela não estava nesse momento na coordenação, isso foi 2009, por aí. Mas ela estava junto, a gente trocava, conversava de vez em quando, ela apoiando as iniciativas, apostando na consolidação do Sistema Estadual de Museus. Então, assim, eu tive esse contato, eu diria que é um contato de trocas entre parceiros, entre atores, ela aqui na Rede, eu lá no Sistema, mas nada assim tão sistemático. Obviamente, ela estava atuando aqui na universidade e eu fora. E depois, quando eu entrei na universidade, eu me lembro assim, quando ela começou a articular, acho que 2015, se não me engano, ou 2014, a realização do Quinto Fórum, ela fez um evento que ela era muito amiga da Cristina Bruno e eu participei. Não me lembro direito onde aconteceu esse Fórum, mas acho que foi no ICB. Então, foi um momento que eu me lembro de ter contato com ela.

IS: E como que aconteceu o seu envolvimento, Letícia, na gestão de espaços da Rede? Como foram essas experiências, como que deu o seu início como gestora tanto do Acervo Artístico quanto do CEVEX também?

LJ: Antes de eu ser gestora, eu acho que é importante dizer que eu participei da Rede na qualidade de coordenadora do curso de Museologia e porque tinha um assento na Rede e eu participava das reuniões. Então, isso logo depois da minha entrada. Eu sei que, antes de 2015, nesses cinco primeiros anos, eu fiquei na coordenação até 2014, então, antes disso, com certeza, eu tive assento e participei da Rede. Depois, em 2015, eu fui convidada para dirigir o Acervo Artístico. Na época, quem estava na direção da DAC era a professora Leda Martins e o vice-diretor era o Fernando Mencarelli, eles me convidaram para assumir a coordenação do acervo, que tinha passado para gestão da DAC. Então, uma das providências que eu tomei, eu não me lembro direitinho se foi em 2015 ou 2016, acho que 2016, eu pedi a entrada do Acervo para a Rede. Fiquei no Acervo Artístico de 2015 a 2017, foi isso, não é? E nesse ínterim aí, o Acervo ingressou na Rede de Museus e eu passei a atuar na Rede como coordenadora, como uma das coordenadoras do conselho.

IS: E do Acervo Artístico, você sabe dizer para a gente um pouquinho da criação do Acervo Artístico e quais seriam os maiores desafios que você enfrentou nessa sua gestão diante do Acervo?

LJ: Ah, foram muitos desafios. Primeiro, porque o Acervo Artístico é um acervo que está disperso em mais de trinta e quatro unidades, e aí na época, a ideia era articular um modelo de gestão que pudesse acordar com os diferentes espaços que tutelam esse acervo. Porque você pensa bem, a tutela efetiva não está apenas na mão de quem está ali gerindo, não é? Então, assim, os maiores desafios que eu vi foram os seguintes: eu encontrei um acervo que estava no chão, numa sala sem condições de guarda, e aí, imediatamente, a gente pensou que era fundamental construir uma reserva técnica, ainda que fosse uma reserva técnica com custos pé no chão, mas que oferecesse condições mínimas de guarda do acervo, que está diretamente sob a tutela da DAC. Começamos essa conversa. E também, a gente sabia que não tinha nenhum conhecimento, nenhuma documentação, esse acervo que pudesse nos permitir geri-lo efetivamente. Eu me lembro, na época, que a gente conversou com o Sistema do Futuro e aí eu convidei a Ana¹¹⁶, que atualmente eu acho que é a coordenadora do Acervo, não é? Eu tinha participado da banca de qualificação dela, eu sabia que a Ana estava trabalhando com documentação na tese dela, documentação museológica. Eu chamei a Ana para levar adiante esse

116. Ana Martins Panisset é professora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG e atuou como coordenadora do Acervo Artístico da UFMG.

projeto de documentação do Acervo, a Ana assumiu. Ela estava desenvolvendo uma tese que era com o acervo lá do Museu Mineiro, aí ela veio me perguntar se achava que poderia mudar o foco da tese dela para o Acervo Artístico, eu dei a maior força, eu falei: “vai ser ótimo, porque aí você casa a sua tese com a documentação”. Aí eu falei: “olha, Ana, a gente está pensando, eu queria avaliar muito a possibilidade de adotar o Sistemas de Futuro¹¹⁷ como um sistema de informação, aí foi muito bom, porque ela tinha um contato muito próximo com esse pessoal e com o pessoal do Sistema. Ela é vinculada ao CIDOC, não é? Que é o Comitê de Documentação do ICOM¹¹⁸, e aí então, a partir dali, quais foram as duas frentes que eu acho que foram importantes de implementar? Uma foi fazer todo um debate, um longo debate sobre a adoção do Sistema, se a gente ia adotar o Sistema ou partir para o sistema livre, e depois de muita discussão, a gente decidiu pela compra do Sistema de Futuros. Eu estou falando isso porque isso vai impactar na Rede. Iniciar a documentação sob a coordenação da Ana, e a gente fez um projeto junto com a Pró-Reitoria de Administração de implantação de uma reserva técnica no quarto andar, que eu acho que ele foi abandonado. A Ana, agora, eu acho que conseguiu localizar o Acervo em um andar... que é recomendável do ponto de vista de reserva técnica que você fique sempre no solo. Em função de piso e tudo. Mas a gente chegou a fazer um estudo, a gente chamou engenheiros para ver se o quarto andar comportava reserva técnica e chegamos a fazer esse projeto. Só que, nessa época, o projeto pronto, a professora Leda pediu modificações muito substanciais e isso acabou não sei se inviabilizando, mas eu acabei saindo sem concluir esse projeto da reserva técnica. O que, em parte, foi bom, porque depois foi possível negociar esse novo espaço bem mais generoso para o Acervo Artístico.

IS: Mas é na Biblioteca Central também, Letícia?

LJ: Na Biblioteca Central. E eu acho que a gente fez uma proposta de entendimento do acervo que eu acho que não deve estar valendo mais, pelo que eu ouço, mas que, na época, me pareceu muito interessante que eu gostaria até de debatê-la. Porque eu entendo que a universidade, ela tem que ser ousada às vezes na gestão do museu, a gente é universidade, a gente é um lugar de experimentação, não é? E a proposta era de considerar o Acervo como um museu aberto, disperso. Na perspectiva de trabalhar com a arte dispersa no campus como se fosse... a gente trabalha com essa perspectiva de museu de território, em outros contextos, por que não trabalhar dentro da universidade? Eu acho que isso daria uma potência, então, a gente construiu isso, a ideia de que o Acervo trabalhava como um acervo que era institucional, que estava ali sob a tutela da DAC, e

117. Sobre Sistemas do Futuro - Software e Serviços Culturais Ltda, conferir página no endereço:: <https://sistemas-futuro.pt/index.html>

118. ICOM – International Council of Museums

com o acervo operacional, que era o acervo que está hoje disperso nas várias unidades, mas que seriam geridos... não apenas geridos do ponto de vista da salvaguarda, mas também teria uma ação de comunicação, interlocução de circuitos de conhecimento desse acervo artístico. Mas acho que essa ideia foi abandonada, não sei. Mas, assim, então, nesse tempo em que eu estive lá, foram talvez as três ações mais importantes. Que foi pensar um conceito para aquele acervo tão disperso que desse unicidade, implantar um projeto de documentação e gestão e fazer a compra do Sistema e fazer o projeto da reserva. Foram esses desafios, eu saí antes, foi muito pouco tempo para implementar, o projeto de documentação foi implementado, o Sistema também foi implementado, embora a compra tenha acontecido na minha gestão, ele foi implementado posteriormente, e acho que muita coisa deu continuidade lá.

IS: E o CEVEX¹¹⁹, ele entra imediatamente após o Acervo Artístico?

LJ: Não, não. Bom, aí eu acabei indo para a Rede, não é? Fui para a Rede em 2018, 17! Eu estou achando que... nossa, gente, eu estou com a memória ruim, mas eu acho que eu fiquei no Acervo até 17 ou 18? Eu estou um pouco em dúvida. Não, eu acho que eu fiquei no Acervo até 18. Depois eu saí, eu já tinha sido eleita, continuei, acabei essa primeira gestão de dois anos na Rede e, ao fim dos dois anos, a Cláudia¹²⁰ pediu que eu assumisse o CEVEX, e aí eu assumi com o compromisso de o Marcus¹²¹ me ajudar diretamente aí na organização do CEVEX. E aí foi o momento também desse segundo mandato junto com a Meily. Eu entrei junto com o Paulo¹²², o Paulo era meu vice-coordenador na chapa, ele ficou um ano, aí ele saiu de licença, saiu de licença sem remuneração da universidade, eu fiquei um ano sozinha na coordenação, e nesse segundo mandato, então, a gente se articulou com a Meily, e estamos agora no término dos dois.

IS: E como que se deu esse processo, Letícia, de você se tornar coordenadora da Rede em 2017? Como foi essa articulação? Você falou que foi com o Paulo. Surgiu esse momento da eleição e aí vocês pensaram, refletiram que seria uma boa ideia? Como é que foi isso?

LJ: Foi uma coisa um pouco no susto, sabe? Porque a gente foi para uma reunião, que eu me lembro muito bem que a pauta era eleição. Não sei se era eleição ou articulação de uma chapa e eu fui para a reunião, esperando ouvir o anúncio de quem seria nessa reunião.

119. CEVEX – Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG, ligado à Pró-Reitoria de Extensão.

120. Claudia Andrea Mayorga Borges é professora do Departamento de Psicologia e pró-reitora de Extensão da UFMG desde 2018.

121. Marcus Marciano Gonçalves da Silveira é historiador e Técnico em Assuntos Educacionais da UFMG. Atua no núcleo técnico da Rede de Museus.

122. Paulo Roberto Sabino é professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da ECI / UFMG.

Se eu não estou enganada, eu acho que foi nessa, não apareceu nenhum candidato. E aí, veja bem, o fato de sermos... o Paulo estava no Museu Padre Toledo nesse momento, então éramos dois professores da Museologia no corpo do conselho de coordenadores. Eu acho que isso contou um pouco, esse fato. E a gente sempre intervindo, tentando ajudar na condução dos projetos e tudo, então houve uma... alguém falou assim: “ah, quem sabe a Museologia?” Não foi exatamente que eu assumisse, mas foi “quem sabe a Museologia não assume a coordenação?” Como eu não imaginava isso, eu não aceitei na hora, eu falei “não, acho que eu tenho que pensar isso, tenho que avaliar”. Então, não houve nenhuma decisão de chapa naquele momento, e aí foi convocada uma segunda reunião e aí sim eu conversei com o Paulo, falei: “olha, Paulo, eu acho que está na hora de a gente assumir, eu acho que o curso precisa mesmo de contribuir para Rede, e talvez esteja na hora de assumir esse lugar”.

IS: Como foi essa primeira gestão, Leticia? Se você puder falar também dos maiores desafios enfrentados, as realizações que você acha mais importantes, não é?

LJ: Em 2017, eu me lembro que a gente começou, já tinha muitos projetos em andamento, alguns cursos, workshop, tinha acontecido, no ano anterior ou dois anos anteriores, um inventário avaliando as condições de inventariação. Inventários não, um diagnóstico avaliando as condições de inventariação dos acervos. Esse diagnóstico mostrou o quanto esses acervos estavam... enfim, havia uma demanda muito grande de gestão, de documentação, eu e Paulo, a gente já tinha concluído o projeto de diagnóstico exatamente como eu, com algumas mudanças, acabei de concluir agora esse ano, um diagnóstico dos espaços da Rede, não é? Foi um projeto que a gente começou na época com a Rita, a Rita topou, deu anuência, e a gente levou esse projeto adiante. A gente tinha um diagnóstico também das condições de salvaguarda dos espaços que se juntou a esse diagnóstico que foi feito pelo Marcus. Então, em 2017, que eu me lembro, já havia uma conversa, anterior ao fato de eu ter assumido, eu já vinha conversando com a Rita a respeito, de que a compra do Sistemas do Futuro poderia ser uma alternativa para a Rede, que ela só se justificava se pudesse ser ampliado o uso desse recurso. E a gente já tinha uma avaliação muito grande, e eu vinha conversando isso junto com a Ana, a Ana também participando do Núcleo Integrador, na parte de salvaguarda do... o GT do Núcleo Integrador que trabalhava com a gestão de acervos, conversando que era importante ampliar aquela experiência que a gente estava tendo no Acervo no restante da Rede. Então, quando eu entrei na Rede, eu e o Paulo, em 2017, a gente já tinha um diagnóstico realizado pela própria Rede e por nós em um projeto abraçado pela Rede de que era preciso desenvolver um projeto que levasse adiante a questão da gestão dos acervos, a questão da salvaguarda, e que criasse protocolos aí de documentação. Então, o primeiro desafio eu acho que foi esse. Já era algo que vinha sendo construído por conversas anteriores, mas aí, em 2017, isso se concretizou. Então, eu acho

que o maior desafio foi, nesse momento, pensar um projeto em Rede, montar esse projeto em Rede. 2017 foi um ano que a gente fez alguns *workshops* para poder preparar as equipes para ingressar nesse projeto de protocolos, importante foi criar... Eu vou te contar um pouco o que que a gente fez durante esse tempo, e depois, eu acho que eu faço uma avaliação do que que eu acho que é desafio na Rede, eu acho que eu prefiro assim. Então, assim, naquele momento, acho que foi muito bacana a gente identificar um problema que era comum a muitos espaços e conseguir construir um projeto que fosse comum a eles e que criasse uma rede de trabalho comum. Que foi o Protocolos¹²³. Esse projeto, que foi desenvolvido sob coordenação do Marcus, em 2017, 18, 19, 20 e ele agora está concluído, segundo o Marcus. Eu acho que ele ainda vai render. Nesse meio tempo, a Rede também fez toda a discussão para adotar o Sistema do Futuro. Em 2019, a gente chegou a fazer compra já de licenças. E se constituiu um comitê de gestão desse Sistema. Eu acho que esse foi um grande desafio, que foi implantar um projeto considerando diferentes espaços com suas diferentes demandas, e a gente conseguiu pensar um projeto que atendesse essas diferenças. Depois, em 2017, e isso vem ocorrendo nos demais anos, eu acho que o grande desafio foi reunir, acho que ainda é um desafio, de pensar uma agenda que fosse uma agenda comum. Acho que esse é um desafio de qualquer rede. Toda rede, ela comporta diferentes espaços com diferentes demandas, os espaços têm portes distintos, demandas e acervos distintos, e como construir uma agenda comum, interesses comuns, objetivos comuns? Isso é muito delicado. A gente escuta muito, às vezes, assim: “mas esse projeto não me interessa”. Mas a gente está em rede. A gente precisa pensar o que é comum. Qual será o denominador comum, mais próximo do maior número de pessoas ou de espaços. Então, eu acho que esse é um grande desafio, a gente fez esse exercício em 2017, no final de 2017, que foi o Segundo Fórum¹²⁴, onde a gente fez um documento. E claro que um documento com algumas diretrizes, muita coisa não foi cumprida, não pôde ser cumprida, mas acho que está ali posto como expectativas para a Rede. Então, assim, qual foi o desafio inicial? Conhecer mais de perto a Rede, conhecer cada um dos espaços. Claro que a gente leva um tempo, mesmo participando a muito tempo da Rede, a gente está sempre muito voltado para o espaço que a gente está gerindo. Esse ponto de vista que a gente tem, então, quando a gente assume a coordenação, a gente tem que enxergar o conjunto, e foi muito bom visitar os espaços, ver os espaços, ver as condições dos espaços, dar uma resposta imediata para aquele diagnóstico que estava ali. Muito evidente a necessidade de intervenção em relação à salvaguarda dos acervos e construir esse diagnóstico junto com... eu me lembro

123. Trata-se do Projeto intitulado “Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG” (vigência até 2026).

124. II Fórum do Núcleo Integrador, ocorrido no Museu de História Natural e Jardim Botânico, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2018. Conferir: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/2017/11/28/rede-de-museus-realiza-o-ii-forum-do-nucleo-integrador-nos-dias-30-de-novembro-e-1o-de-dezembro/>

que teve *workshop* ensinando técnicas de fotografia de acervo, de manuseio e higienização, ou seja, de preparar a equipe para a execução do Protocolos. Bom, 2018, eu acho que foi um ano de muitas realizações, mas eu vejo ele também como um certo parêntese nesse processo. O projeto Protocolos deu continuidade, mas foi o ano que a gente realizou o Fórum, que eu acho que foi importante, um fórum que produziu um documento que hoje está sendo referência aí para o GT da ANDIFES¹²⁵ de museus, e que tem sido mencionado até em outros espaços. Eu acho que a gente conseguiu, apesar de todas as dificuldades, de uma participação, às vezes, meio segmentada dos membros da Rede, mas eu acho que a gente conseguiu fazer um trabalho legal com o fórum e produzir esse documento que virou uma referência. E 2018 também foi o ano que a gente já vinha com um projeto, até é importante explicar. Eu e Paulo já vínhamos com esse projeto desde a comemoração dos 90 anos da universidade, quando estávamos ainda na DAC, de fazer uma exposição com os acervos da Rede, dos vários espaços da Rede. Inicialmente, a gente tinha pensado nessa exposição no hall de entrada ali da Reitoria, acabou não acontecendo, e nas negociações que a gente vinha fazendo, coincidiu que eu já estava na coordenação da Rede quando o Espaço do Conhecimento, então, se ofereceu para fazer essa exposição. Então, 2018 foi marcado por esses dois grandes eventos, que consumiram muito a coordenação, mas acho que foi importante, deu visibilidade. Eu acho que essa exposição, eu gostaria muito que ela fosse assim, uma primeira iniciativa de outras tantas que viessem nessa direção de convergir esforços dos espaços para a comunicação do seu acervo, para a extroversão do seu acervo. Na época, eu ficava pensando que seria tão bom se o Espaço do Conhecimento, de tempos em tempos, dedicasse uma exposição temporária aos acervos da UFMG. E aí, obviamente, a Rede teria um papel importante. E aí fizemos assim, não vou entrar em detalhes, nesse ano de 2018, a gente fez uma resolução regulando a adesão à Rede. Quais seriam as condições para adesão à Rede, eu acho que isso é importante. E desde 2017, também eu achava que tinha uma questão que era importante, que era uma coisa que sempre me intrigava, que era a distribuição de recursos proveniente da PROEX. Assim, eu via que havia uma distribuição com pouca discussão. Você recebia tanto, tantos espaços se candidatavam, recebiam aquele recurso, e aí esse recurso era distribuído igualmente para todos. E eu entendia que era importante ter um plano, ter uma estratégia, e no ano de 2018 ou 17, não sei, eu e Marcus quebramos muito a cabeça para ver qual seria a melhor estratégia, até que a gente chegou à conclusão de que não cabia a nós decidir a quem, como dar esse recurso. Então, em 2018, 2019, a gente construiu uma coisa que eu acho que foi importante, que foi a chamada¹²⁶, não é? Agora, essa semana a gente

125. ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

126. Edital interno da Rede de Museus, para fomento anual das ações realizadas nos espaços. Concorrem projetos individuais ou integrados.

acabou de aprovar que nessa chamada os candidatos vão ter que se sujeitar também à apresentação de um plano diretor, eu acho que vai sofisticar. Eu acho que a gente vai apurando os nossos critérios, as formas de implementar a qualificação dos espaços. E eu acho que isso foi muito legal. Então, assim, eu acho que 2019, eu identifico como o ano em que a gente se preocupou nessa direção de qualificar os espaços, de fazer essa chamada, de oferecer oficina para plano museológico, que acabou não concluindo a segunda etapa, mas a gente está retomando agora. A gente fez um acordo com a Universidade de Évora também. Acho que seria isso. E, 2020, eu acho que foi um ano difícil, um ano difícil para todo mundo. A gente conseguiu participar do Dia da Ciência, virtualmente, acho que os espaços se mobilizaram para isso, se mobilizaram no sentido de produzir conteúdos virtuais. E eu chamaria atenção para isso, para esse formato virtual que os espaços... e aí é o mérito de cada espaço, não seria nem propriamente da Rede. A Rede vem desenvolvendo o Terceiro Fórum, com o propósito de produzir um documento, eu acho que isso é muito importante, eu acho que a gente não pode sair dessa gestão, eu e Meily, sem deixar um documento aí de diretrizes para, digamos, uma carta do patrimônio da UFMG. Na verdade, a gente fez essa carta em 2018, que seria o primeiro esboço, eu acho que a gente tem que agora construí-la e revê-la numa perspectiva a partir do debate aí na Rede. Essa carta, ela foi construída e aprovada inclusive pelo Conselho. Mas eu diria que ela ficou como um exercício prévio de uma possível carta do patrimônio da UFMG. Eu acho que é fundamental, até considerando o momento de discussão dos museus universitários. E acho que foi muito importante também a emenda parlamentar, a aprovação da emenda parlamentar que vai permitir a contratação de um conservador e um museólogo e começar os estudos para a implantação de uma reserva técnica compartilhada. Enfim, eu acho que isso também foi um desafio grande. Eu acho que a ideia da reserva, ela desdobra de todo o diagnóstico, de todo o trabalho do Protocolos, que chega à conclusão de que têm espaços que realmente não têm condições de ter reserva técnica e que a Rede precisa de uma reserva técnica para ser ofertada a esses espaços. E as negociações que a gente vem tendo, fazendo nesse sentido. Bom, eu dei uma geral assim. Que que eu acho que é desafio? Claro que o desafio inicial, que é a sua pergunta inicial e eu me estendi muito, foi conhecer a Rede. Entender quais eram os problemas da Rede, embora a gente já viesse fazendo o diagnóstico, mas é muito diferente você estar lá na coordenação, você entrar em contato, você ouvir e tudo. E eu acredito que o grande desafio da Rede é ser uma rede [risos]. Eu acho que tem momentos que ela consegue ser rede, tem momentos que ela não consegue, eu acho que isso faz parte de toda rede, é muito difícil. Eu acho que tem formatos de redes distintos, acho que, como não há nenhum órgão executivo no campo do patrimônio, do patrimônio cultural na UFMG, eu acho que acaba havendo uma tendência de esta rede em particular em também fazer as vezes de algo próximo a um órgão executivo, embora seja uma rede, não é? Você tem redes que são constituídas

como coordenação, que a coordenação faz proposições, eu vejo a nossa rede assim. Que o papel da coordenação é construir algumas proposições e ir colocando essas proposições em discussão na própria Rede, claro que mais amadurecidas as relações, as inter-relações aí, essas proposições poderiam surgir da própria Rede, como, às vezes, surgem. Mas eu acho que é uma articulação difícil, sempre difícil, com conflitos. Não será diferente em nenhum momento, a questão dos conflitos. É muito diferente você estar em uma Rede que tenha um Museu de História Natural, e tem o CEMEF. Estou dando um exemplo. São demandas muito distintas. E que você vai ter que atender, por exemplo, o ano de 2020, certamente o Museu de História Natural, que depende muito pouco da Rede normalmente, houve uma demanda muito grande em função do incêndio, mas isso não significa que você vai atuar de uma forma... não há privilégios, não é? Você tem que achar o equilíbrio, como encontrar um equilíbrio e vencer essa... cada espaço tem a sua identidade, tem a sua demanda, como vencer essas barreiras para construir uma pauta comum? Então, eu sempre vejo que talvez o grande desafio que eu me coloquei e que eu vejo na Rede é: qual é a pauta comum e em que medida se pode construir projetos em Rede dentro desse espaço, dessa articulação.

IS: É até uma das perguntas nossas aqui do roteiro: como você enxerga a diversidade dos espaços da Rede de Museus? E na gestão também, porque são duas coisas, como que você vê essa diversidade antes da sua gestão, se muda ou não, a partir do momento em que você assume a coordenação, e quais seriam os principais problemas que a gente tem com relação a essa grande diversidade?

LJ: É, eu acho que o problema é esse que eu falei, porque você nunca vai conseguir atender a todos. Não haverá nenhum projeto em rede, e não vejo outra forma de a Rede trabalhar que não seja com projetos em rede, que atenderá os 25 espaços. E a margem sempre se sente preterida. Então, assim, um projeto pode atender a um, outro projeto pode atender a outro. Articular esses interesses comuns é uma tarefa muito árdua. Por isso que eu acho que é importante construir essa política interna, sabe? Para que fique muito claro que há uma espécie de contrato, há um pacto. A partir dessa política, desse documento, há um pacto de todos em relação a essa agenda. É uma agenda que poderá, havendo esse pacto, as margens vão poder compreender, as margens que eu digo, assim, em algumas ações, vão ficar espaços não contemplados, vão poder entender que esse é um pacto estabelecido em nome do coletivo. E que essas negociações, essa negociação de conflitos, ela, independente da carta, ela vai continuar. Eu vejo esse como o grande desafio. Do ponto de vista prático, eu acho que a gestão foi muito marcada por isso, me parece, e acho que isso é comum aos museus universitários, o grande desafio que está dado aí é em relação à salvaguarda dos acervos. Têm espaços que têm isso muito bem resolvido, o CEMEF tem isso muito bem resolvido. Alguns espaços trabalham e têm a sua reserva, estão com tudo documentado, mas, assim, me preocupa muito a

situação de muitos espaços onde há muito ainda que se fazer nesse sentido. Mas, por outro lado, eu acho que a gente precisa da extroversão. Eu gostaria muito que a Rede conseguisse construir uma agenda de extroversão que fosse comum, acho que isso ia dar uma potência enorme, enorme, às ações de extroversão.

IS: E uma pergunta bem ampla, Letícia, mas fica à vontade para responder, que perspectivas você vislumbra para a Rede de Museus nessa conjuntura que a gente tem vivido tanto na UFMG, quanto nacionalmente também?

LJ: Eu acho que a gente está num momento muito difícil, não preciso dizer. Que do ponto de vista político e da universidade, a gente, a universidade está sendo alvo de ataque, de cortes drásticos, de descrédito, de uma campanha... Nós estamos em uma situação muito delicada do ponto de vista político, e têm momentos que eu tenho esperança, têm momentos que eu perco a minha esperança. Eu não sei por quanto tempo que essa ultradireita ficará no poder, qual que é o fôlego dela. Todas as manhãs, eu acho que eu faço um exercício, escuto as notícias para ver: “será que tem fôlego? Será que vai ficar muito tempo?” E é óbvio que os museus e a universidade como um todo e, consequentemente, a Rede, estão impactados com essa situação, sofrem impactos negativos, mas, por outro lado, também eu acho que, na hora da ameaça, às vezes, a gente é criativo e a gente cria pautas. Eu vejo que é um momento de se construir o projeto, até pela ameaça. Nesse momento crítico que a gente às vezes sente com pouca margem de ação e com poucos recursos para ação, eu acho que é um bom momento para se discutir uma política, políticas e projetos. Porque a hora que a gente puder implementá-la, isso já estará bem sedimentado, o caminho já estará bem sedimentado. Eu acho que a gente cria consciência nesse momento crítico em que a gente se sente vulnerável, a gente cria uma consciência da importância da Rede, da importância dos museus, dos acervos. E à medida que a gente cria essa consciência, eu acho que a gente pode efetivamente construir ou pavimentar alguns caminhos, vislumbrar o que é importante para consolidar esses espaços na universidade. Eu vejo que a perspectiva é um pouco essa. Primeiro, construir internamente e articular com as demais universidades. É um momento de ação política, eu vejo isso como uma ação política. É um momento que talvez a gente não consiga realizar muito por falta de recurso, mas que a gente deve se articular politicamente. Eu acho que a hora que a gente retomar um momento efetivamente democrático e mais favorável para a universidade, se a gente tiver se articulado bem, eu acho que a gente vai ganhar muito com isso.

IS: E sobre esses muitos acervos existentes na universidade, Letícia, você comentou um pouco sobre isso já, eles são muitos, muito variados, não é? E a relação que eles teriam com a memória institucional, que caminhos e articulações são possíveis para esses acervos?

LJ: Todo acervo, ele está ligado a essa memória institucional. Porque faz parte da história da universidade. Quer dizer, não são só acervos que estão associados à trajetória da instituição, mas à própria prática docente, à pesquisa, ao ensino, isso também é a memória da instituição. Acho que ainda vale muito pesquisar essa história institucional a partir dos acervos. Alguns espaços fazem isso melhor ou têm isso como foco de pesquisa maior, outros menos, por isso também que a gente insiste tanto nesse protocolo de documentação, porque é o primeiro passo para você começar a conferir sentido a esses acervos. Não adianta eu guardar porque é antigo, caiu em desuso ou vai ser descartado. Isso não me diz nada. É preciso conferir sentido a esse acervo e conferir valor, e a documentação é o primeiro passo, o desenvolvimento de projetos de pesquisa é o primeiro... é um passo importante. Então, eu vejo que são acervos que, se a gente pensar na totalidade, é acervo que merece ainda muito estudo. Muito, muito, é infindável as possibilidades, mas eu acho que ainda é pouco explorado. Essa é uma opinião minha. Pouco explorado do ponto de vista da memória institucional. Mas, por outro lado também, eu tenho uma questão um pouco comigo, até andei conversando com uma professora lá do Rio Grande do Sul. Me preocupa um pouco... me preocupa não, me instiga um pouco, pensar não só esses acervos como memória, como vestígios ou traços de uma memória institucional, alguns desses acervos, eles são também objetos para a produção de um conhecimento nos seus campos específicos. E eu fico me perguntando quanto que a gestão desses espaços poderia, aí pensando também na perspectiva da Rede, reinserir ou repotencializar esses acervos como campo de conhecimento das suas áreas. Revisitar acervos para produção de conhecimento, ou seja, será que o estudo de determinada coleção, vamos imaginar uma coleção arqueológica que foi feita pelo professor X, corresponsável pela escavação, que fez a coleta daqueles fragmentos, é suficiente? Colocou um ponto final no conhecimento possível a partir desses rastros? Quer dizer, eu acho que tem um volume de informação, tem um volume de acervos e de coleções que ainda podem ser reinseridas num ciclo virtuoso aí de conhecimento, que estão sob a guarda desses espaços e que ainda acho que é preciso chamar a atenção da comunidade científica para essas possibilidades. Os acervos são sempre ressignificados, reconectados com novas perspectivas, seria muito interessante colocar esses acervos para serem pensados em campos que não são os convencionais. Como é que a arte vê determinados acervos do campo da Biologia e vice-versa. Eu acho que essas experimentações são possíveis, poderiam ser possíveis, sobretudo, na universidade. Porque a universidade é um lugar de experimentação, a universidade tem que ser um lugar de trânsito, de trânsito e trocas. Acho que tem muito ainda, os acervos ainda têm muito que dar em termos de suporte e apoio aí na produção, tanto de um conhecimento associado à memória institucional, quanto à produção de conhecimento universitário-acadêmico.

IS: Pensando que essas entrevistas que a gente está realizando, elas fazem parte de um projeto comemorativo dos vinte anos da Rede de Museus, você queria deixar registrada alguma mensagem para celebrar esse momento dos vinte anos?

LJ: Bom, primeiro, eu acho que a gente tem que louvar muito a Rede de Museus. Eu acho que é uma iniciativa que começou há vinte anos atrás, que contou com a colaboração de Betânia, de Gilberto, de Rita e da Maria das Graças e de outros professores que participaram. Uma iniciativa que foi inédita, não é? É dito assim, que foi a primeira Rede de Museus universitária, que é exemplo para outras redes, para outras universidades, a gente é muito procurado por outras universidades que querem se mirar no exemplo dessa rede para poder construir algo parecido nas suas instituições. E o que é mais importante, ela foi criada há vinte anos e ela funcionou de forma ininterrupta nesses vinte anos. Isso é algo louvável. E se pensando em rede, não é? Porque as redes, às vezes, elas morrem, são retomadas e essa rede se manteve, justamente, eu acho que pela proatividade desses professores que estão sendo agregados por novos espaços, por novos coordenadores que mantêm viva essa ideia da Rede. Eu acho que ela tem um papel muito importante, a meu ver, no futuro. Eu vejo a UFMG assim, posso estar sendo um pouco... mas eu vejo que pelo papel que a Rede exerceu no passado, por ter sido a primeira rede, por ser uma referência em relação às outras redes, por estar levando à frente uma discussão sobre os museus universitários, por ter conseguido inserir a Rede de Museus e os museus universitários na pauta de uma política da Reitoria, da reitora, no âmbito de estar colaborando para isso no âmbito da ANDIFES, eu vejo que a Rede tem que fazer bem internamente para poder projetar isso externamente também. Não externamente por mera propaganda, mas eu acho que a gente tem uma tarefa muito grande no Brasil, de salvar esses acervos universitários. E acho que a gente tem uma experiência acumulada que a gente precisa efetivamente colocar, produzir resultados efetivos que poderão ajudar instituições congêneres, e eu acho que a Rede de Museus da UFMG tem essa capacidade, tem essa competência. O que eu posso desejar a ela, é vida longa. Vida longa ou mais do que ela teve até agora com essa energia de produzir, de se reinventar. Porque eu acho que ela precisa se reinventar permanentemente. Se reinventar diante de circunstâncias distintas, de circunstâncias políticas que às vezes não são muito favoráveis, e diante de um debate que está colocado aí em torno do Patrimônio, em torno do Museu, do uso social, desses acervos, desse patrimônio universitário. O que eu desejo a ela, eu primeiro dou os parabéns a esses pioneiros, esses professores que foram pioneiros na Rede, reconheço isso e desejo um futuro produtivo. Produtivo no sentido de reverter efetivamente resultados internos e servir aí de farol para uma possível política nacional de museus universitários.

The background is a solid blue color. Overlaid on this are several faint, light blue geometric shapes. These include several large, thin-lined circles and a network of thin lines connecting small circular nodes, creating a subtle, abstract pattern that suggests a molecular or network structure.

Autores e autoras

Currículo dos autores

Abraão Santana Domingos

Graduando do curso de Ciências Socioambientais na UFMG. Bolsista de extensão da Estação Ecológica - PROEECO de março/2020 a fevereiro/2021. Técnico em Meio Ambiente pelo CEFET-MG.

Andréa Siqueira Carvalho

Coordenadora do PROECO 2018-atualmente. Professora do departamento de Geografia na UFMG cedida pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Graduada em Ciências Biológicas pela UFMG. Mestre e doutora em Ecologia e Evolução - UERJ.

Anna Luiza Soares Chagas

Graduanda em medicina pela UFMG.

Antônio Gilberto Costa

Geólogo pela UFMG e doutor pela Universidade de Clausthal Zellerfeld, Alemanha. Professor titular do Curso de Geologia da UFMG, coordenada o CRCH UFMG. Entre outras, organizou e é autor das obras: Caminhos do Ouro e a Estrada Real (Jabuti 2006) e Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império (Jabuti 2008).

Antônio Vinicius Cardoso Santos

Estagiário (2021-2023) - Graduando em Artes Visuais – UFMG. Designer gráfico, pintor e serigrafista é graduando em Artes Visuais pela UFMG, com especialização em artes gráficas. É estagiário do Campus Cultural UFMG em Tiradentes. Sua principal atuação é no campo do design gráfico e tem trabalhado principalmente com projetos gráficos para exposições, marcas, capas de vinis, capas de filmes e ilustrações em geral.

Camila Mantovani

Jornalista, doutora em Ciência da Informação e professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. É coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG.

Carlos Eduardo Porto Villani

Graduado em Física (Licenciatura), doutor em Educação e professor do Coltec-UFMG. Atua nos seguintes temas: ensino da física, laboratórios didáticos, teoria da atividade,

práticas discursivas e argumentação científica. É coordenador do Núcleo de Astronomia e diretor científico-cultural adjunto do Espaço do Conhecimento UFMG.

Carlos Emílio de Sant’Ana Pinter Pastorello

Graduando em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Pesquisa com Interface à Extensão, Rede de Museus e Espaços Científicos da UFMG.

Cláudia Andréa Mayorga Borges

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri - Espanha. É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. Membro da Comissão Nacional de Políticas de Educação em Direitos Humanos do MEC representando o FORPROEX. Foi Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos de la Asociación de Universidades del Grupo Montevideo AUGM (2021-2023). Foi membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (2020-2022). Atuou como pesquisadora visitante na Universidade Complutense de Madrid (2011 e 2012). Foi editora chefe da Revista Psicologia Sociedade (Qualis A2), periódico científico da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) (2012-2015) e Editora da Revista Interfaces - Revista de Extensão da UFMG (Qualis B3 -Interdisciplinar) de 2015 a 2018. Foi coeditora da Revista Psicoperspectivas - Chile (Qualis B1). Foi membro do Comitê Editorial de Scielo em Perspectiva - Humanas (2014 e 2015). Foi membro da Diretoria Nacional da Abrapso (2004/2005) e vice-presidente da Abrapso Regional Minas (2006/2007). Como editora da Revista Psicologia Sociedade, recebeu grant da American Psychological Association (2012/2013). Foi coordenadora da Formação Transversal em Direitos Humanos da UFMG (2017, 2018 e 2019). Áreas de pesquisa e extensão: Psicologia Social, Feminismo e Decolonialidade com os seguintes temas: análise interseccional da desigualdade social brasileira; psicologia comunitária e intervenção psicossocial; democratização da universidade e ações afirmativas; democratização da universidade e extensão universitária; epistemologia feminista e metodologias participativas; articulação entre direitos humanos e questões ambientais; incêndios florestais, prevenção e combate. Foi Pró-reitora adjunta de extensão da UFMG (2014-2018) e Pró-reitora de Extensão (2018-2022). Atualmente é Pró-reitora de Extensão da UFMG (2022-2026).

Diego Tavares Iglesias

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santos, Mestre em Biotecnologia pela Universidade Estadual de Montes Claros, Técnicos Administrativo em Educação do Herbário Norte Mineiro.

Diomira Ma. Cicci Pinto Faria

Economista, doutora em Economia, professora do Departamento de Geografia da UFMG. Atua nas seguintes áreas: economia do turismo e da cultura, turismo e pobreza,

viabilidade econômica de projetos e turismo e literatura. Foi diretora científico-cultural do Espaço do Conhecimento UFMG entre 2018 e 2021.

Elaine Soares de Almeida

Graduanda em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

Professor do Colégio Técnico da UFMG. Licenciatura em História, Especialização em História do Brasil, Mestrado e Doutorado em História da Educação. Vice coordenador do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação FaE/UFMG (CEDOC).

Ethel Mizrahy Cupers Schmid

Mestre e doutora em História e historiadora do Centro de Memória da Medicina da UFMG.

Fabício Rodrigues Santos

Biólogo e doutor em Bioquímica e Imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor titular do Departamento de Genética, Ecologia e Evolução da Universidade Federal de Minas Gerais e curador da coleção de tecidos e DNA do Centro de Coleções Taxonômicas.

Fernanda Batista Oliveira Santos

Enfermeira, mestre e doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Enfermagem Básica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Centro de Memória da Escola de Enfermagem – gestão 2022 a 2024.

Gabriela Vieira de Castro

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Projeto de Extensão “Visita Mediada: o CEMENF de Portas Abertas” do Centro de Memória da Escola de Enfermagem.

Gerson Antonio Pianetti

Professor Titular Livre do Departamento de Produtos Farmacêuticos da Faculdade de Farmácia da UFMG; Pesquisador em Análise de Fármacos e Medicamentos; Membro das Academias Brasileira e Francesa de Farmácia; Criador e coordenador do Centro de Memória da Farmácia da UFMG.

Giovanna Camila da Silva

Doutora em Educação pela FaE/UFMG e professora do Centro Pedagógico da UFMG. Pesquisadora vinculada ao Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef).

Giulia Attolini Muraro

Estagiária (2020-2021) - Direção e Edição da série Con(fiar). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Possui experiência nas áreas de Cultura, Marketing e Audiovisual, atuando na captação de imagens e edição da minissérie de curtas Con(fiar). Atualmente trabalha com redação e copywriting em projetos dos setores público e privado.

Iara Souto Ribeiro Silva

Historiadora e Mestre em História pela UFMG. Técnica em Assuntos Educacionais em exercício na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, atuando como Coordenadora de Acervos no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef).

Jackson Jardel dos Santos

Servidor Técnico Administrativo - Coordenador do projeto, Possui graduação em História pela UFSJ (2011) e mestrado em Educação pela mesma Universidade (2020). Esteve à frente do Setor Educativo do Museu Casa Padre Toledo, do Setor de Eventos Culturais do Campus Cultural UFMG em Tiradentes e atualmente ocupa a Secretaria do Campus. Pesquisador que atua principalmente nos seguintes temas: Experiência, Educação em espaços não formais, História e Memória.

Janice Henriques da Silva Amaral

Possui graduação em Fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002), Mestrado em Biologia Celular (2004), Doutorado em Farmacologia Bioquímica e Molecular (2006) e Pós-graduação, modalidade aperfeiçoamento, em Metodologias de Monitoramento e Avaliação em Extensão (2013) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) . Atualmente é professora Associada Nível IV do departamento de Morfologia e credenciada nos Programas de Pós-graduação: Mestrado Profissional em Ensino de Biologia e de Programa de Neurociências do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG. Coordena projetos de pesquisa e extensão voltados para a educação em saúde e ensino com metodologias de aprendizagem significativa no âmbito do ensino superior e ensino básico e integra a equipe do laboratório Núcleo de Educação e Comunicação em Ciências da Vida- NEDUCOM (ICB/UFMG) . Foi Diretora da Diretoria de Apoio à Gestão de Extensão da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFMG (2019-2019). Atualmente é Pró-reitora adjunta de extensão da UFMG , mandato desde 2019.

Jezulino Lúcio Mendes Braga

Professor do curso de Museologia e do Programa de Pós-graduação em Educação e Docência PROMESTRE/FAE da UFMG. Esta pesquisa foi apoiada pela Pro-Reitoria de Extensão e Pro-Reitoria de Pesquisa da UFMG.

João Pedro Eugênio de Paiva

Estagiário (2021-2023) - Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFSJ. Esteve à frente do setor de Marketing da Arche Empresa Júnior (2019) e do Centro Acadêmico do curso de Arquitetura da UFSJ (2020). Atualmente, é estagiário do Campus Cultural da UFMG em Tiradentes no setor da Comunicação e Audiovisual. Pesquisador em formação com interesse nos temas: Paisagem da Cidade, Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural.

João Renato Stehmann

Biólogo e doutor em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas. É professor titular do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Minas Gerais, curador do herbário BHCB e diretor do Centro de Coleções Taxonômicas.

Júlia Castello Branco Fiume Pires

Estagiária (2022 – 2023). Participa do Laboratório de Imagem e Som do curso de História desde 2021. Além disso, atua como estagiária no Campus Cultural da UFMG em Tiradentes desde a mesma época. Pesquisadora em formação com interesse nos campos de História e Memória, História Oral, Mídias Digitais e História da Internet.

Junia Ferrari

Arquiteta urbanista, doutora em arquitetura e urbanismo, professora da Escola de Arquitetura da UFMG. É sub-coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos (Lab-Urb) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles, núcleo RMBH. É coordenadora do Núcleo de Expografia do Espaço do Conhecimento UFMG.

Kirstern Lica Follmann Haseyama

Bióloga e doutora em Ciências Biológicas (Entomologia). É professora adjunta do Departamento de Zoologia da Universidade Federal de Minas Gerais e curadora da coleção entomológica do Centro de Coleções Taxonômicas.

Letícia Julião

Doutora em História (2008) pela Universidade Federal de Minas Gerais, com período sanduíche na Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne. Mestre em Ciência Política (1992) e bacharel e licenciada em História (1981 e 1983) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando no curso de graduação de Museologia/Escola de Ciência da Informação e nos Programas de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFMG, Promestre/UFMG e Museologia e Patrimônio/UFRGS. Foi coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG (2017/2021), coordenadora do Setor de Acervos Artístico da UFMG (2015-2018), diretora do Museu Histórico Abílio Barreto (1995-1996/1999-2000) e Superintendente de Museus do Estado de Minas Gerais (2007-2010). Desenvolve pesquisas sobre Museus e História, Patrimônio Cultural e Musealização, Museus e Coleções universitárias. Áreas de atuação: História, colecionismo, patrimônio e memória.

Letícia Moreira Maia

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais. Extensionista voluntária do Projeto de Extensão “Visita Mediada: o CEMENF de Portas Abertas” (2019 – 2022).

Lucas Thiago Fernandes Andrade

Graduando em museologia pela UFMG.

Lucinéia Maria Bicalho

Doutora e Mestre em Ciência da Informação; Especialista em Gestão de Patrimônio Histórico e Cultural; Museóloga; Pesquisadora em nível de Pós-Doutorado da CAPES no Centro de Memória da Farmácia da Faculdade de Farmácia da UFMG, com bolsa da CAPES.

Luís Filipe Lima

Graduando em Geografia na UFMG. Bolsista de extensão no PROECO-UFMG - março/2020 a março/2022, atualmente bolsista de pesquisa do ICMBio NGI de Carajás.

Márcio Venícius Barbosa Xavier

Graduado em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do INCT- Herbário Virtual da Flora e dos Fungos.

Marcus Silveira

Possui graduação em História (Licenciatura), mestrado em História (História e Culturas Políticas) e doutorado em História (Ciência e Cultura na História) pela UFMG. Vinculado à Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, como assessor educacional. Atuou como professor do Departamento de História da UFMG, possuindo experiência como professor do ensino superior em instituições como Universidade do Estado de Minas Gerais e PUC Minas. É autor dos livros “Templos modernos, templos ao chão: trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil”, publicado pela Coleção Historiografia de Minas Gerais, Série Universidade (Autêntica Editora, 2011) e “Noam Chomsky: um olhar anarcocrítico sobre a história contemporânea” (no prelo), pela Editora UFMG.

Maria Auxiliadora Drumond

Diretora da Estação Ecológica da UFMG: 2018-2020 e 2020-2022, professora do departamento de Genética, Ecologia e Evolução - ICB/UFMG. Bacharel em Ciências Biológicas, mestre e doutora em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre - UFMG.

Maria Clara Lage Ferreira

Graduanda em Ciências Biológicas pela UFMG. Bolsista no PROECO de março/2017 a Setembro/2020. Técnica em Meio Ambiente pelo Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Maria Inês Barreiros Senna

Possui graduação em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1986); Mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e Doutorado em Educação (2010) pela Faculdade de Educação da UFMG. É professora associada da Faculdade de Odontologia da UFMG, coordena o Centro de Extensão da Faculdade de Odontologia, o Centro de Memória da Odontologia e a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG.

Matheus Arcanjo

Graduando em Antropologia Social pela UFMG. Bolsista no PROECO na EECO da UFMG. Integrante o grupo de estudos Saberes de Fresta/GEOTALES (UNIRIO). Técnico em Artes Visuais ênfase em Produção Cultural/Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia.

Maurício Gino

Graduado em Comunicação Visual e Belas Artes, mestre em Educação Tecnológica e doutor em Ciência Animal, professor associado da Escola de Belas Artes da UFMG. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em cinema de animação, atuando principalmente nos seguintes temas: animação; analogias e metáforas; imagem e objetos de aprendizagem. É coordenador do Núcleo de Audiovisual do Espaço do Conhecimento UFMG.

Meily Assbú Linhales

Doutora em Educação pela FaE/UFMG e professora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, onde coordena o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef). Vice coordenadora da Rede de Museus, Espaços de Ciência e Cultura, entre 2019 e 2021.

Natália Rocha Santos

Graduanda em museologia pela UFMG.

Polianna Dias Santos

Graduada em Museologia pela UFMG e Design de Ambientes pela UEMG. Possui experiência em Museologia, nas áreas de pesquisa museológica, elaboração de planos museológico e expografia, desde a curadoria, desenho expográfico e design gráfico até a produção e montagem.

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Mestre e doutora em Ciência da Informação e bibliotecária do Centro de Memória da Medicina.

Raquel de Mattos Romanowski

Acadêmica de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais. Estagiária e bolsista de Iniciação Científica no Centro de Memória de Medicina (CEMEMOR) da Faculdade de Medicina nos anos de 2021 e 2022. Integrou as gestões de 2021 e 2022 do Diretório Acadêmico Alfredo Balena (DAAB) e foi Representante Discente em Órgãos Colegiados

(RDOC) do Departamento de Medicina Preventiva e Social (MPS) em 2021 e da Congregação da Faculdade de Medicina em 2022. Atuou nos Projetos de Extensão “Corredor da Memória: trajetórias, memórias, acervos e patrimônio científico”, “Material Didático: Patrimônio Científico da Faculdade de Medicina” e “Volta Monitorada”. Atualmente, é coordenadora discente da Liga de Endocrinologia e Metabologia da FM/UFMG.

Rita de Cássia Marques

Bacharel licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora titular da Escola de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, na Linha de Ciência e Cultura. Coordenadora da Rede de Museus da UFMG (2013-2017) e do Centro de Memória da Escola de Enfermagem (2005-2022). Coordenou projetos de organização e preservação dos acervos do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais (1996-2005) e da Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias (1997-2002). Coordena o GT de História da Saúde e das Doenças, na Associação Nacional de História (ANPUH) e na Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC). Vice Presidente da ANPUH- Nacional (2023-2025).

Rúbia Santos Fonseca

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Montes Claros, Mestre e Doutora em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa, Professora Adjunta de Dendrologia e Sistemática Vegetal da UFMG, Curadora do Herbário Norte Mineiro.

Sandra Regina Goulart Almeida

Cumprindo seu segundo mandato (2022-2026) como reitora da UFMG. Dirigiu a Universidade de 2018-2022, da qual foi vice-reitora de 2014-2018 e diretora de Relações Internacionais, de 2002 a 2006. Foi coordenadora adjunta da área de Letras e Linguística da Capes (2011-2014), secretária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – Anpoll (2008-2010), coordenadora do Centro de Estudos sobre a Índia da UFMG (2008-2010), presidente da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (2001-2003) e chefe do Departamento de Letras Anglo-germânicas (1998-2000). Formada em Letras pela UFMG (1986), tem mestrado pela Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (1990), doutorado pela mesma instituição (1994) e pós-doutorado (2000-2001) em Literatura Comparada pela Universidade Columbia, em New York, e pela UFSC (2008). Em 1995, ingressou na Faculdade de Letras da UFMG, onde é professora titular da área de Estudos Literários desde 2011. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e foi bolsista do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig (2007-2017). É membro titular do Conselho Curador da Fapemig, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo de Minas Gerais e do Conselho Consultivo da Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Recebeu a Grande Medalha da Inconfidência, a Medalha João Guimarães Rosa e a Medalha Amigos da

Marinha. É Cidadã Honorária de Belo Horizonte, título concedido pela Câmara de Vereadores da cidade.

Sibelle Diniz

Economista, doutora em Economia e professora do Cedeplar-Face/UFMG. Atua em pesquisa, ensino e extensão nos seguintes temas: economia social, economia popular e solidária, economia da cultura. É diretora científico-cultural e coordenadora do Núcleo de Ações Educativas do Espaço do Conhecimento UFMG.

Stefhane Silva Nonato

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais. Extensionista voluntária do Projeto de Extensão “Visita Mediada: o CEMENF de Portas Abertas” do Centro de Memória da Escola de Enfermagem.

Tercia Moreira Ribeiro da Silva

Enfermeira, mestre e doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Enfermagem Materno-infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Subcoordenadora do Centro de Memória da Escola de Enfermagem – gestão 2022 a 2024.

Thaís Kalile Zschaber Nogueira

Bacharel em Museologia pela UFMG. Tem experiência em Centros de Memória, trabalhou no Centro de Memória da Escola de Educação Física - CEMEF, e no Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação CEDOC/FaE/UFMG.

Verona Campos Segantini

Coordenadora Acadêmica do projeto. Professora Adjunta da Escola de Belas Artes. Possui graduação em História pela UFMG e Design de Ambientes pela UEMG. Doutora e Mestre em Educação pela UFMG. Atua no Curso de Graduação em Museologia e no Mestrado profissional em Educação (Promestre/FaE). Foi Coordenadora do Campus Cultural UFMG em Tiradentes (2019-2022) e atualmente é Presidente da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade.

